

ESTADO, GOVERNOS
“PÓS-NEOLIBERAIS”
E LUTA DE CLASSES
NA AMÉRICA LATINA:
A agonia dos atalhos nos
caminhos da mudança social

Organização:
Danilla Aguiar
Gonzalo Adrián Rojas

DANILLA AGUIAR
GONZALO ADRIÁN ROJAS
(organizadores)

**ESTADO, GOVERNOS “PÓS-NEOLIBERAIS” E LUTA DE
CLASSES NA AMÉRICA LATINA: A AGONIA DOS
ATALHOS NOS CAMINHOS DA
MUDANÇA SOCIAL**

 **EDUFCC**
Campina Grande-PB
2019

E79 Estado, governos “pós-neoliberais” e luta de classes na América Latina: a agonia dos atalhos nos caminhos da mudança social [livro eletrônico] / Danilla Aguiar, Gonzalo Adrián Rojas, (Org.). – Campina Grande: EDUFCG, 2019. 504 p.

E-book (PDF)
ISBN 978-85-8001-257-6

1. Estado. 2. Luta de Classes. 3. Poder Político. 4. América Latina. 5. Governos. I. Aguiar, Danilla. II. Rojas, Gonzalo Adrián. III. Título.

CDU 321.01:323.4(8)

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - EDUFCG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
editora@ufcg.edu.br

Prof. Dr. Vicemário Simões
Reitor

Prof. Dr. Camilo Allyson Simões de Farias
Vice-Reitor

Prof. Dr. José Helder Pinheiro Alves
Diretor Administrativo da Editora da UFCG

Simone Cunha
Revisão

Yasmine Lima
Editoração Eletrônica

Nivalter Aires
Capa

Quadro da Capa: Structure (1931) de Joaquín Torres García

CONSELHO EDITORIAL

Anubes Pereira de Castro (CFP)
Benedito Antônio Luciano (CEEL)
Erivaldo Moreira Barbosa (CCJS)
Janiro da Costa Rego (CTRN)
Marisa de Oliveira Apolinário (CES)
Marcelo Bezerra Grilo (CCT)
Naelza de Araújo Wanderley (CSTR)
Railene Hérica Carlos Rocha (CCTA)
Rogério Humberto Zeferino (CH)
Valéria Andrade (CDSA)

APRESENTAÇÃO

Danilla Aguiar e Gonzalo Rojas 9

O DEBATE TEÓRICO DE PLANO DE FUNDO PARA A COLETÂNEA

O SOCIALISMO INDOAMERICANO E A LUTA DE CLASSES NA AMÉRICA LATINA SOB O PRISMA DE MARIÁTEGUI
Danilla Aguiar 23

DO CAPITAL FINANCEIRO AO MOVIMENTO DE MUNDIALIZAÇÃO FINANCEIRA DO CAPITAL
Laudicéia Araújo 53

SELECTIVIDAD ESTRATÉGICA DEL ESTADO: UNA REFLEXIÓN SOBRE LA LUCHA POLÍTICA Y LOS GOBIERNOS LATINOAMERICANOS
Carlos Andrés González 83

ENTRE EL RELOJ DEL PODER Y LA HORA DE LOS PUEBLOS: APROXIMACIONES A LA RECONFIGURACIÓN DE LAS CLASES SOCIALES Y DEL ESTADO EN AMÉRICA LATINA, EN EL SIGLO XXI
Jaime Ortega 105

FENÔMENOS POLÍTICOS NAS FORMAÇÕES ECONÔMICO-SOCIAIS DO BRASIL E DA ARGENTINA

O BLOCO NO PODER NO BRASIL DURANTE O GOVERNO LULA (2003-2010)
José Queiroz Neto 135

“NEODESENVOLVIMENTISMO” E QUESTÃO NORDESTINA: UMA NOVA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NOS GOVERNOS PETISTAS?
Nivalter Aires 157

“NEODESENVOLVIMENTISMO” BRASILEIRO SOBRE A AMÉRICA LATINA:
UMA NOVA RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL NO SUBCONTINENTE?
Janaina Freire dos Santos 191

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA E OS
GOVERNOS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES
Eduardo Martins de Brito 223

IDEOLOGIA E CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS:
UMA ANÁLISE CONCEITUAL
Paula Adissi 261

LOS DESAFÍOS DE LA IZQUIERDA CLASISTA EN LA ARGENTINA
Christian Castillo 289

EL SINDICALISMO DE BASE EN LA ARGENTINA POSTDEVALUACIÓN:
HIPÓTESIS SOBRE SUS ALCANCES Y POTENCIALIDADES.
Paula Varela 313

O PARLAMENTARISMO REVOLUCIONÁRIO COMO PROPOSTA
TRANSICIONAL: UMA ANÁLISE DO CASO ARGENTINO
Gonzalo A. Rojas e Shimenny A. Wanderley..... 343

AS FRENTE CLASSISTAS COMO POSSIBILIDADE PROGRAMÁTICA
E ELEITORAL: A FIT ARGENTINA
Pablo Thiago C. de Moura 383

**AS MUDANÇAS CONTEMPORÂNEAS NOS PAÍSES DA ALTERNATIVA
BOLIVARIANA PARA AS AMÉRICAS (ALBA): OS CASOS DA
BOLÍVIA E VENEZUELA**

LIMITES DO “CONSTITUCIONALISMO TRANSFORMADOR”:
O CASO BOLIVIANO EM QUESTÃO
Soraia de Carvalho 419

VENEZUELA CHAVISTA: A REVOLUÇÃO BOLIVARIANA E O
BLOCO NO PODER
Rennata K. Muniz..... 455

VENEZUELA: CARACTERIZAÇÃO DO NACIONALISMO CHAVISTA E A
INTER-RELAÇÃO DO SEU PROGRAMA COM A CRISE POLÍTICA ATUAL
Daniele Silva 477

APRESENTAÇÃO

“Os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é transformá-lo.”

Karl Marx: Teses XI sobre Feuerbach

Esta coletânea reúne um conjunto de trabalhos que foram realizados, nos últimos nove anos, na pesquisa geral do Práxis: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Estado e Luta de Classes na América Latina, na Unidade Acadêmica de Ciências Sociais e Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS-UFCG).

Com um projeto guarda-chuva que focava um tema original, os “governos pós-neoliberais” na América Latina, trabalhamos diferentes conteúdos de forma teórica e empírica que nos permitiu avançar na compreensão e socialização do conhecimento sobre um tema de relevância desde o ano de 1999, quando se formalizou o grupo. Trabalhamos a partir de debates teóricos como a crise capitalista mundial de 2008, uma crise orgânica, econômica, política e social que se inicia na principal potência imperialista, bem como a recepção do marxismo na América Latina, partindo da análise das categorias teóricas marxistas, das relações entre Estado, poder político e classes sociais. Na esteira dessa reflexão, problematizamos a relação destes governos “pós-neoliberais” com a classe trabalhadora e os movimentos sociais, mediante o impacto de políticas sociais, o que chamamos de uma “ilusão desenvolvimentista” que se escondia através de outras diferentes nomenclaturas, a saber: neodesenvolvimentismo no Brasil e na Argentina; socialismo do século XXI na

Venezuela; capitalismo andino ou socialismo comunitário na Bolívia; e que, como políticas de governo, essencialmente ocasionaram uma reprimarização ainda maior das economias latino-americanas.

Igualmente foi inegável a mudança no pessoal político em muitos governos do subcontinente – produto da própria crise do neoliberalismo – contudo, foram poucas as mudanças estruturais, uma vez que o capital financeiro nacional e internacional continuou como hegemônico, não se alterando, assim, o padrão de acumulação proposto, demonstrando-se mais recentemente os limites de política de conciliação de classes destes governos.

Esta coletânea reúne artigos teóricos em três blocos de trabalhos que estudam fenômenos políticos nas formações econômico-sociais do Brasil, da Argentina e do que denominamos os países da Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA), Venezuela e Bolívia. Os trabalhos possuem uma unidade que é produto de discussões coletivas nas reuniões semanais do grupo Práxis; outros fomentam discussões sobre temas concordantes. Sendo assim, agrupa pesquisas desenvolvidas tanto no nível da graduação, Iniciação Científica (IC), como no de pós-graduação, seja no nível de mestrado ou doutorado, e de professores de Instituições Federais de Ensino Superior. Importante lembrar que o livro também apresenta contribuições de professores e pesquisadores de Argentina, México e Colômbia que tem as mesmas preocupações teóricas e políticas que nosso grupo.

Do ponto de vista teórico, iniciamos a coletânea com quatro trabalhos.

O primeiro tem relação com o impacto do marxismo e do leninismo na América Latina. Escrito por Danilla Aguiar, apresenta como título: “O socialismo indoamericano e a luta de classes na

América Latina sob o prisma de Mariátegui”, retomando elementos de sua tese de doutorado, defendida em 2017. No doutoramento, a autora objetivou analisar criticamente – a partir de uma perspectiva marxista – o movimento decolonial na América Latina, recuperando, para isso, revolucionários que aproximaram a concepção tradicional da política marxista dos subalternos, estimulando uma profunda associação entre saber intelectual e vontade popular, elementos que contemporaneamente são apresentados pela esquerda decolonial. O peruano José Carlos Mariátegui é apresentado como precursor da “territorialização” do marxismo no subcontinente, adaptando a análise materialista histórica às condições concretas e especificidades latino-americanas, debate trazido no presente capítulo.

O segundo trabalho teórico é o de Laudicéia Araújo, que realiza uma análise mais estrutural sobre o capitalismo financeiro: “Do capital financeiro ao movimento de mundialização financeira do capital”, e serve de pano de fundo para a coletânea.

O terceiro é de Carlos Andrés González, que escreve “*Selectividad estratégica del Estado: Una reflexión sobre la lucha política y los gobiernos latino-americanos*”, baseando-se no pensamento político de Bob Jessop.

O quarto trabalho, de Jaime Ortega Reyna, se intitula “*Entre el reloj del poder y la hora de los pueblos: aproximaciones a la reconfiguración de las clases sociales y del Estado en América Latina en el siglo XXI*”, conceituando fundamentalmente problematizações atuais sobre Estado e classes sociais, mobilizando importantes autores clássicos.

Entrando nos estudos de caso, iniciamos pelo estudo da formação econômico-social brasileira durante os governos petistas, através de cinco trabalhos que se agrupam neste segundo bloco.

Em todas as pesquisas diferenciamos, conforme realiza Karl Marx, os conceitos de formação econômico-social de modo de produção. Ao analisar qualquer país, estamos estudando sua formação econômico-social, o que demonstra a importância desse conceito para pesquisar empiricamente realidades concretas, em nosso caso, países. O modo de produção é um conceito bem mais teórico, relacionando-se ao debate sobre como funcionaria, por exemplo, o capitalismo de forma pura em termos teóricos se não houvesse nenhum empecilho, aproximando-se da forma com que estuda Marx o capitalismo no seu conhecido livro *O Capital*. Por outro lado, o conceito de formação econômico-social, se apresenta como um conceito teórico mais concreto que explica no marco de um conjunto de relações sociais que fazem parte de uma totalidade qual é a relação social hegemônica, ou seja, a que dá o nome ao modo de produção. As formações econômico-sociais latino-americanas são capitalistas, mas devem ser estudadas cada uma na sua especificidade.

Uma vez realizada esta primeira diferenciação conceitual, no primeiro trabalho desta parte, José Batista de Queirós Neto realiza uma análise do bloco no poder durante o governo Lula, que é fruto de sua dissertação de mestrado, na qual verifica o que se modifica e o que permanece no bloco no poder em termos poulantzanos durante o governo Lula. Intitula-se “O bloco no poder no Brasil durante o governo Lula (2003-2010)”.

Importante também diferenciar, como realizamos em todas as pesquisas, dois outros conceitos relevantes: bloco no poder, em Nicos Poulantzas, e bloco histórico, em Antônio Gramsci. Bloco no poder, para o cientista político grego, seria a articulação do conjunto das frações das classes dominantes sob a hegemonia de

uma destas que também lideraria a direção política ao Estado e o governo. Bloco histórico, para o comunista italiano, expressa uma determinada articulação entre a estrutura – forças produtivas e relações de produção – e a superestrutura – política, ideológica e jurídica, sociedade civil e sociedade política – numa determinada formação econômico-social. Poderia, por exemplo, mudar a fração hegemônica no bloco no poder sem que mude o bloco histórico e, num período de crise orgânica - que se caracteriza por ser uma crise econômica, política e social -, a classe trabalhadora e os setores subalternos poderiam construir um novo bloco histórico que substituísse o anterior.

Por sua vez, Nivalter Aires propõe, no trabalho “Neodesenvolvimentismo e questão nordestina: uma nova política de desenvolvimento regional nos governos petistas?”, uma investigação sobre a existência ou não de uma nova política de desenvolvimento regional nos governos petistas (2003-2016), entendendo que, mesmo num nível retórico, o “neodesenvolvimentismo” se propõe a resgatar elementos do “nacional-desenvolvimentismo”, que dava grande importância às políticas de planejamento econômico e integração nacional. Nesse ensejo se propõe a analisar a política de desenvolvimento regional dos governos petistas, entendendo que ela foi gestada e “aplicada” no âmbito de disputas, particularmente pela impossibilidade de conciliação dos interesses das diferentes classes sociais.

Janaina Freire dos Santos toma a problematização sobre “neodesenvolvimentismo” brasileiro no plano internacional tomando seu impacto na Bolívia como estudo de caso, num trabalho intitulado: “Neodesenvolvimentismo” brasileiro sobre América Latina: uma nova reconfiguração territorial no subcontinente?”.

Um quarto trabalho, nesta seção, é de Eduardo Martins de Brito, o qual aborda a relação entre movimentos sociais e governos nas últimas décadas no Brasil, sob a hegemonia petista, tema estudado em sua dissertação de mestrado no mesmo programa, tendo como título “Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e os governos do Partido dos Trabalhadores”.

Finalizando esta parte de conjuntura brasileira, apresentamos o capítulo de Paula Adissi, mesmo se tratando de um estudo de caso, discorre sobre elementos mais teóricos no trabalho “Ideologia e criminalização dos movimentos sociais: uma análise conceitual”, tomando como ponto de partida algumas de suas reflexões da sua dissertação de mestrado no mesmo PPGCS/UFMG.

Num terceiro bloco, o livro foca sobre a análise do caso argentino, com mais quatro trabalhos que se agrupam e abordam centralmente o período kirchnerista no país, incluindo as presidências de Nestor Kirchner (2003-2007) e Cristina Fernández de Kirchner (2007-2015).

Num primeiro trabalho, Christian Castillo realiza uma caracterização do que significaram os primeiros anos dos governos kirchneristas apresentando um relato alternativo ao oficial e ao da oposição de direita, bem como os desafios que estavam colocados para a esquerda marxista revolucionária anticapitalista, num trabalho intitulado “*Los desafíos de la izquierda clasista en la Argentina*”. Este trabalho de Castillo foi escrito originalmente no ano de 2007, mas permite uma caracterização do primeiro governo kirchnerista na linha de trabalho do projeto do grupo Práxis.

O segundo trabalho desse bloco, de Paula Varela, intitulado “*El sindicalismo de base en la Argentina postdevaluación. Hipótesis sobre sus alcances y potencialidades*”, o qual expõe as diferentes formas

em que se apresenta o sindicalismo no país no período kirchnerista, dando destaque a um fenômeno específico, a saber, a emergência do sindicalismo de base.

O terceiro trabalho se intitula “O parlamentarismo revolucionário como proposta transicional: uma análise do caso argentino” e é escrito por Shimenny Wanderley e Gonzalo Rojas. Este artigo é um desdobramento de pesquisas anteriores realizadas durante a Iniciação Científica no curso de Ciências Sociais (PIVIC/PIBIC – CNPq/UFMG), entre os anos de 2014 e 2015, por Shimenny Wanderley, sobre o bloco no poder no kirchnerismo e a emergência do sindicalismo de base na Argentina. Na pesquisa de mestrado, foi possível dar continuidade aos estudos sobre o Partido de Trabalhadores Socialistas (PTS), a formação da Frente de Esquerda e dos Trabalhadores (FIT), no ano 2011, e o surgimento de um novo fenômeno político no país denominado Parlamentarismo Revolucionário.

Por fim, Pablo Thiago Moura apresenta uma parte de sua tese de doutorado, com uma análise crítica da mencionada FIT, intitulada: “As frentes classistas como possibilidade programática e eleitoral: *a Frente de Izquierda y de los Trabajadores na Argentina*”.

A terceira e última parte do livro trabalha duas formações econômico-sociais de países da Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA). Contempla um trabalho sobre a formação econômico-social boliviana e dois sobre a venezuelana.

Soraia de Carvalho apresenta uma parte de sua tese de doutorado, analisando a formação-econômico social boliviana e o novo constitucionalismo impulsionado pelo governo de Evo Morales e Alvaro García Linera. O trabalho se intitula: “Limites do ‘constitucionalismo transformador’: o caso boliviano em questão”.

Rennata Muniz, dando continuidade a suas pesquisas de Iniciação Científica no mestrado, realiza uma análise da formação econômico-social venezuelana: “A revolução bolivariana e o bloco no poder na Venezuela chavista”, tomando também elementos de sua dissertação de mestrado no programa de pós-graduação em ciências sociais da Universidade Federal de Rio Grande do Norte (PPGCS/UFRN).

Concluimos com outro trabalho que tem como base uma pesquisa de Iniciação Científica sobre a Venezuela, em que Daniele Silva desenvolveu pesquisa de título “Venezuela: caracterização do nacionalismo chavista e a inter-relação do seu programa com a crise política atual”.

A capa que ilustra o livro é retirada do quadro *Structure*, de 1931, do pintor uruguaio Joaquín Torres García e foi gentilmente idealizada por Nivalter Aires.

Esta coletânea de trabalhos expressa uma boa parte das pesquisas desenvolvidas pelo grupo Práxis nos últimos anos, trabalhos que foram crescendo e que incluem estudantes de graduação, pós-graduação no nível de mestrado e doutorado, tanto na UFCG como na UFRN, professores da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Universidade Federal de Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) e Instituto Federal da Paraíba (IFPB), assim como colaboradores e interlocutores estrangeiros da Universidade de Buenos Aires (UBA) e da Universidade Nacional de La Plata (UNLP), na Argentina; da Universidad del Cauca (UC) em Poyacan, na Colômbia; e do Centro de Estudios: Pensamiento Crítico da Colômbia e da Universidad Autónoma de México (UNAM). Inclui grupos de pesquisa do Conselho Nacional de

Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPQ do Brasil e do *Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas* CONICET da Argentina.

Algumas versões destes trabalhos foram apresentadas e enriquecidas em palestras, tanto em eventos e reuniões com grupos de pesquisa e pesquisadores internacionais, latino-americanos e caribenhos, no Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, Peru, Costa Rica, Venezuela, México e Colômbia; como em eventos nacionais de outros países da América Latina, como Argentina e Uruguai; e no Brasil, em eventos de relevância nacional, regional e local. Tais apresentações articularam fundamentalmente o plano acadêmico, mas também o plano dos movimentos sociais e da esquerda política marxista revolucionária anticapitalista.

A particularidade deste grupo de pesquisa é que, enquanto resguarda uma preocupação acadêmica sem ser academicista, se caracteriza por defender uma visão não hegemônica do marxismo, tanto no plano teórico como no prático, utilizando uma visão marxista plural, que articula Karl Marx, Friedrich Engels, Vladimir Ilitch Lenin, Leon Trotsky, Rosa Luxemburgo, Antonio Gramsci e José Carlos Mariátegui, só para mencionar algumas referências. Todos os integrantes do grupo divulgam os resultados de suas pesquisas em artigos acadêmicos em revistas especializadas e alguns formam parte de Comitês Editoriais de Revistas, tanto acadêmicas como políticas.

Entendemos que é fundamental tanto a análise teórica como a empírica, assim como os estudos de caso, que permitem realizar comparações em momentos de esgotamento desse ciclo de governos “pós-neoliberais” latino-americanos, que permaneceram no poder durante pouco mais de uma década. A reprimarização

em nome do neodesenvolvimentismo ou socialismo do século XXI, pilares desses governos, não resistiu à queda dos preços das matérias-primas dos produtos exportados.

Com o fim do ciclo de aumento dos preços das matérias-primas, esses governos tomaram grande parte da agenda do “ajuste” apoiado pela direita, como ficou claro no Brasil, durante o governo Dilma Rousseff; antes do golpe institucional, na Argentina, com Cristina Kirchner; e na Venezuela, com Nicolás Maduro; fato que não impediu o fortalecimento de alternativas da oposição de direita neoliberais ortodoxas, que reflete uma guinada à direita na superestrutura política do subcontinente, onde o triunfo eleitoral de Jair Bolsonaro, em 2018, como tentativa de resolver a crise orgânica do Brasil, pela extrema direita, apresenta-se como notável exemplo.

Entre alguns dos elementos deste fim de ciclo e do giro à direita no subcontinente podemos mencionar, entre outras situações políticas, o triunfo eleitoral de Mauricio Macri na Argentina, ao final de 2015; a derrota de Maduro nas eleições legislativas da Venezuela, em dezembro de 2015; a derrota de Evo Morales no plebiscito pela sua “re-rereeleição”, em fevereiro de 2016; mesmo que a justiça controlada pelo seu governo permita voltar a se apresentar, o golpe institucional no Brasil, no primeiro semestre de 2016, culminando com a chegada de Michel Temer à presidência em agosto do mesmo ano, com o objetivo de ampliar e acelerar os ataques que estavam sendo realizados já pelo governo Dilma e o mencionado triunfo de Bolsonaro. Ainda o triunfo agônico de Lenin Moreno no Equador, candidato de Rafael Correa, em abril de 2017, e sua direitização quase que imediata, com a consequente ruptura de seu mentor com ele num país que, independentemente do discurso da Revolução Cidadã, manteve a dolarização de sua

economia, abrindo mão do controle de sua política monetária. Citamos ainda a crise política da Frente Ampla (FA) no Uruguai, com a renúncia do vice-presidente Raúl Sendic por corrupção, e a crise política chilena que obrigou a um segundo governo de Michelle Bachelet, mas agora com uma nova aliança Nova Maioria (NM), incluindo o Partido Comunista Chileno (PCCh) e garantindo uma agenda mais à direita ainda, o que não significou um próximo triunfo eleitoral, visto que o empresário Piñera ganhou as eleições. A condecoração de Evo Morales aos militares que participaram da perseguição, captura e assassinato de Ernesto “Che” Guevara faz parte desta direitização na superestrutura política e do caminho que estes governos abrem ao crescimento da direita. Se faz relevante citar a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), na Nicarágua, onde o próprio Daniel Ortega reprime brutalmente a oposição para poder aplicar os planos do Fondo Monetario Internacional (FMI) e a reforma da previdência que este exige.

Enfim, o fim do ciclo e a “agonia” destes projetos políticos denominados “pós-neoliberais”, mais uma vez, nos mostra a importância da independência política dos trabalhadores, tanto dos patrões, dos governos e do Estado e de que não existem atalhos na luta de classes nem para a revolução social. Uma “agonia” que se distancia do sentido proposto pelo marxista peruano José Carlos Mariátegui - por sua vez retomado de Miguel de Unamuno - que simbolizava uma criação heroica, uma luta e, jamais, um fim. Nas palavras do revolucionário latino-americano, “agoniza quem combate”¹.

¹ Expressão retirada de “Una encuesta a José Carlos Mariátegui”, de 1926, na obra *La novela y la vida*.

**O DEBATE TEÓRICO DE PLANO DE
FUNDO PARA A COLETÂNEA**

1

O SOCIALISMO INDOAMERICANO E A LUTA DE CLASSES NA AMÉRICA LATINA SOB O PRISMA DE MARIÁTEGUI¹

Danilla Aguiar²

O processo de colonização marcou decisivamente a especificidade do capitalismo latino-americano. A constituição da exploração, aliada à opressão contra os não brancos, possibilitou uma atuação do imperialismo junto a concepções racistas, num sentido político do termo. Foi com a colonização que se inaugurou a utilização do conceito *raça* como instrumento de dominação, entendida como uma racionalidade específica do pensamento eurocêntrico. A divisão social do trabalho imposta junto à nova partilha econômica do mundo determinava também culturalmente as estruturas de dominação sob o capitalismo crescente.

O marxista peruano José Carlos Mariátegui (1894-1930) aparece como o primeiro autor a agregar o entendimento da subjetividade do racismo a partir das contribuições das análises materialis-

1 Esse artigo é fruto da pesquisa e apresenta parte das discussões trazidas na minha tese de doutorado, defendida em agosto de 2017, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – PB, de título “Entre a subalternidade e o socialismo indoamericano: existe um pensamento marxista decolonial?”.

2 Pós-doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGCS/UFRN), doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS/UFCG), docente colaboradora do PPGCS/UFRN.

tas sobre as classes, unindo o conhecimento da história, da economia e das tradições de luta dos subalternos. Uma de suas contribuições fundamentais e que caracteriza particularmente sua obra é o trato da questão indígena-racial, trazendo de forma autêntica e acertada o problema do racismo para o âmbito da luta de classes. Para realizar essa articulação entre marxismo e a particularidade da raça no subcontinente, Mariátegui recorre à análise da formação social e econômica peruana, e à divisão entre regiões do Peru, assim como elucida as variáveis de desenvolvimento e capital predominante. É uma ação que compreende a análise de elementos teóricos e também políticos, sendo, em nossa hipótese, impossível de separar essas duas esferas. A dominação amparada no racismo, segundo Mariátegui, estava pautada numa dupla perspectiva de inferioridade, cultural e material. Na esteira dessa reflexão, dedicou-se ao estudo do caráter revolucionário do problema das nações oprimidas, assim como ao estudo da agudização das contradições causadas pelo desenvolvimento desigual e combinado nos países semicoloniais.

Restava às classes subalternas, composta em grande parte por indígenas, uma atuação estratégica sobre a forma de se organizar politicamente em busca de autodeterminação e de uma verdadeira independência. Para o autor, essa organização estratégica encontrava resposta no *nosso* socialismo indoamericano, que deveria buscar na experiência do operariado mundial, mas também nas formas de organização comunais incaicas – um tipo de economia coletivista no Peru – as chaves para uma revolução latino-americana. Não se trata, contudo, de uma volta a um passado romântico. Tratar-se-ia de uma articulação e aliança de trabalhadores, pensada a partir da particularidade da formação econômico-social latino-americana.

Desde um traslado de instituições feudais para um continente que não era feudal, a América Latina tem sido alvo da

imposição de uma modernização inconsistente, de um tipo de evolucionismo que dissemina não mais que a igualdade legal e civil para pessoas desiguais dentro do processo de reprodução capitalista³. A colonização, não só econômica, mas também ideológica e cultural, é característica, necessária e específica do modo de produção capitalista num estágio “moderno”.

Como a história dos homens precisa ser pensada em sua perspectiva dialética, em contrapartida, há algumas décadas, um conjunto heterogêneo de forças políticas que se propunham como alternativas ao neoliberalismo com um destacado protagonismo de movimentos sociais indígenas – a exemplo do levantamento zapatista em Chiapas, no México, o movimento indígena equatoriano e o movimento *cocalero* e indígena boliviano⁴ – retoma as lutas pela autonomia das etnias, pela libertação nacional, pelo socialismo e pela democracia, junto a uma demanda por descolonização pela via democrática, estatal, mostrando os limites de uma verdadeira democratização a partir do Estado, mesmo que desde uma forma eclética. São mudanças políticas que trazem à baila novas questões teóricas para se pensar a América Latina contemporânea, recobrando o tema da identidade, da multiculturalidade, ao passo que se trava uma aproximação entre a história latino-americana, a formação dos Estados-nação e o questionamento da herança colonial dentro dos atuais padrões de poder. Problematiza-se a volta do argumento do essencialismo latino-americano, muitas vezes recuperado também

3 Ao falarmos de feudalismo na América Latina, fazemos referência ao termo como figura política, ao nos referirmos a elementos que se desintegram do modo de produção escravidão e modo de produção germânico, o feudalismo como conceito não pode ser pensado fora da Europa. Sobre o tema, conferir Anderson (1987).

4 Em relação à Bolívia, também no âmbito governamental tendo como marco a eleição de Evo Morales, primeiro presidente de ascendência indígena no subcontinente.

por uma corrente teórica de autores *decoloniais*⁵, quando se busca superar a perspectiva marxista a partir da incorporação subordinada de alguns de seus elementos.

Estudar esses processos históricos e trazê-los para o debate contemporâneo é relevante, entre outros aspectos, por nos permitir diferenciar uma proposta anti-imperialista de uma proposta socialista.

Destacamos junto ao contexto em que viveu e escreveu Mariátegui a sua característica leninista de territorializar o marxismo, adaptando a análise marxista às condições concretas e às especificidades latino-americanas, como a particularidade da opressão pela diferenciação da raça sem descurar o caráter revolucionário dessa análise. A análise dialética do nacional com o plano internacional e o destaque conferido às experiências de auto-organização locais lhes pareciam fundamentais para tecer uma práxis revolucionária, o que caracterizou a fecundidade e originalidade do marxismo latino-americano de Mariátegui.

MARXISMO, INDOAMERICANISMO E HERANÇA COLONIAL

O saqueio colonial europeu na América Latina possibilitou o controle do capital comercial, do trabalho e dos recursos de pro-

⁵ Trata-se de um projeto teórico-político de intelectuais latino-americanos que surge contemporaneamente com o argumento de resistência ao ocidental-centrismo e consequente renovação crítica das Ciências Sociais no subcontinente. Buscam explicar as mudanças políticas que trouxeram à baila novas questões teóricas para se pensar a América Latina contemporânea, em que governos e movimentos sociais formavam uma alternativa política às estruturas de poder vivenciadas desde a terceira onda democrática em meados da década de 1980, buscando recuperar uma aproximação entre sociedade e Estado. São autores também influenciados por outras duas teorias que se expandem na academia contemporaneamente, a teoria pós-colonial e o estudo da subalternidade e/ou dos sujeitos subalternos. Sobre o tema, ver Aguiar (2017).

dução no conjunto do mercado mundial, o que foi posteriormente reforçado e consolidado através da expansão e da dominação colonial branca, trazendo também mudanças nas relações econômico-sociais sobre as diversas populações mundiais. O racismo praticado contra os indígenas continha uma intensidade nunca antes utilizada em favor do capitalismo como no subcontinente latino-americano no período da colonização. Esse tema interessou e inquietou particularmente uma geração na primeira metade do século XX, por se tratar de um problema local, nacional e também continental. Mariátegui, por sua vez, ao passo que discutia fundamentalmente temas nacionais, não perdia seu grande norte, que era a construção de uma nova sociedade, articulando teoria e prática revolucionária. Dessa forma, estabelecia polêmica com seus interlocutores ainda em meados da década de 1920 por se opor não só a uma direita ilustrada, como também ao indigenismo oficial.

Para o autor em questão, as variáveis categóricas raça e classe estavam articuladas de forma particular, o que fazia com que o autor peruano dedicasse esforços em elaborar estratégias que postulassem esse problema prático de como organizar a classe trabalhadora no país, promovendo uma aliança entre os indígenas, que eram também camponeses, e operários (entre esses, os mineiros) no Peru. Havia, contudo, vários problemas a serem superados, entre eles a própria fronteira da língua, já que muitos indígenas afastados da capital não falavam o idioma oficial, que passou a ser o espanhol.

No horizonte de luta mariateguista, dever-se-ia reivindicar o acesso a terra, não pela pequena propriedade privada, mas através da organização coletiva, uma organização que poderia ressurgir do exemplo do coletivismo/comunismo incaico, uma forma organizativa concreta também destacada nos estudos do autor sobre a

formação social e econômica peruana, os *ayllus*⁶, uma tradição do Peru profundo e das civilizações indígenas pré-colombianas. Na sua obra mais conhecida, os *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, de 1928, o autor indica que esse comunitarismo indígena possuía características agrárias, em grande medida, como um antecedente de auto-organização. Esses fatores naturais de socialização da terra, presentes nos antepassados indígenas, atuavam junto ao enfrentamento do atraso no campo, explicitado na persistência do gamonalismo – um sistema de exploração e dominação baseado nos latifundiários, que conquistaram suas terras por meio da expropriação das comunidades indígenas e as submetem a relações servis, uma espécie de servidão sob o capitalismo dos indígenas – e que encontrava entraves também na associação prematura da oligarquia latifundiária, assim como na nascente associação de uma precária burguesia ao imperialismo (MARIÁTEGUI, 2008)⁷.

Era necessário que essa tradição mantivesse contato também com o movimento sindical político organizado já existente em Lima, como forma de trazer unidade à classe subalterna que padecia sob a política governamental repressiva, estratégia que levou grupos intelectuais a se dividirem de acordo com as clivagens políticas da esquerda, como veremos no tópico seguinte com a polêmica entre socialistas e apistas (ESCORSIM, 2006). Havia ainda que delegar a direção dessa classe subalterna que, para Mariátegui, deveria estar

6 Os *ayllus* são característicos da “democracia andina”, presentes em todos os Andes da região da América do Sul, permanecendo como uma experiência auto-organizativa, principalmente na Bolívia e no Peru. Andrade, ao descrever a experiência dos *ayllus* na Bolívia, indica que se tratava de um “sistema de autoridades” que “engloba funções governativas e auxiliares/especializadas”, lembrando ainda que nesse regime as autoridades são eleitas por sistema rotativo (ANDRADE, 2002, p. 21).

7 Tais características foram mantidas mesmo com o advento da República, que reeditou formas de trabalho obrigatório aos indígenas, mostrando que o Estado continuava subordinado ao poder dos gamonales, como expressão da descentralização política e do atraso.

nas mãos do proletariado, o sujeito político capaz de cumprir essa missão que, principalmente em países de desenvolvimento tardio, teria a característica de ser também durante parte do tempo um trabalhador agrícola.

Ao propor soluções concretas para tais entraves, determinava que algumas tarefas deveriam ser cumpridas para que se pudesse iniciar uma organização dos grupos de trabalhadores peruanos, em sua maioria indígenas e camponeses. É importante ressaltar que Mariátegui não acreditava em uma “etapa democrático-burguesa nacional e antifeudal”, uma vez que seu horizonte era um caráter da revolução socialista, que tinha como ponto de partida no Peru incaico, essas formas antecedentes de auto-organização (MARIÁTEGUI, 2011). Defendia, por esse caminho, uma nova organização subalterna impedida pelo gamonalismo como prática de latifundiários peruanos que exploravam a força de trabalho do camponês local num regime de servidão, alinhado com a dominação imperialista no subcontinente.

O ano de 1919 marca uma época turbulenta e de luta iniciada com uma greve geral no país pela implementação da jornada de trabalho de oito horas, em que os grandes protagonistas foram os operários anarco-sindicalistas, que durante muitos anos organizavam ações combativas em prol dessa medida, tratando-se de uma demanda internacional dos trabalhadores, influenciados em certa medida pelos avanços conseguidos com a Revolução Russa de 1917. No Peru, a participação dos estudantes nessa greve foi decisiva porque propiciou uma comissão de mediação com o governo. Justamente essa ação de mediação era realizada pelo principal interlocutor de Mariátegui à época, o também peruano e líder anti-imperialista Víctor Raúl Haya de la Torre.

Os trabalhadores tinham confiança em Haya de la Torre, que, de fato, contribuiu com os enfrentamentos e as negociações com o governo, tendo a própria confederação estudantil se radicalizado ao longo dessa luta e Haya de la Torre se tornado seu presidente. O seu papel protagônico nesses relevantes episódios políticos da história do país começa a gestar no jovem militante uma característica que encontramos com frequência na política do subcontinente até os dias de hoje: o personalismo, a crença em uma figura caudilhista, que mobilizaria as massas com uma oratória marcante, convocando diferentes frentes de luta, como operários, estudantes, camponeses, e que também seria um intermediador frente aos governantes, aos detentores do poder.

Haya de la Torre incorpora, a partir desse momento, o cargo de ser o porta-voz de todo esse movimento, elevando-se como um personagem nacional que ocuparia as manchetes dos periódicos, presidindo pela primeira vez uma plataforma organizativa. Logo depois, acontece a greve estudantil pela reforma universitária fruto de debates e ações que aconteciam em outros lugares da América Latina, sendo emblemático o que acontecia em Córdoba, na Argentina⁸. A juventude universitária da época se mostrava bastante animada em debater temas como autonomia e cogoverno.

Em meio a esse conturbado momento político, Augusto Bernardino Leguía, um homem que fez fortuna com a indústria

8 O movimento estudantil que se iniciou em 1918, com a luta dos estudantes de Córdoba pela reforma da universidade, assinala o nascimento de uma nova geração latino-americana, proporcionando uma agitação posterior em outros países. Não se tratando de um movimento restrito à universidade, partindo da ideologia e inspiração revolucionária da Revolução Russa, a greve geral iniciada pelos estudantes da cidade argentina de Córdoba contra a aristocracia local continha fundamentalmente três reivindicações: a participação dos estudantes no governo das universidades, a inserção dos povos latino-americanos e sua história na mesma, e a modernização do sistema universitário, onde o corpo docente não tinha representação, não se renovava e carecia de liberdade de cátedra (MANIFESTO DE LA FEDERACIÓN UNIVERSITARIA. DE CÓRDOBA, 1918).

açucareira, vence as eleições de 1919, que haviam sido convocadas pelo presidente civilista José Pardo, então presidente pela segunda vez. Leguía também já havia sido presidente do Peru no período de 1908 a 1912 e, mesmo já vislumbrando seu triunfo, mas temendo algum golpe de Estado, se antecipa e, no dia 04 de julho de 1919, realiza um autogolpe, tomando posse violentamente como presidente interino, dissolvendo o Congresso e pedindo sua substituição a uma Assembleia Nacional encabeçada por importantes reformas constitucionais que reforçaram amplamente seus poderes (FLORES GALINDO, 1994). Permanece à frente da presidência do Peru quando, em 1923, antes de finalizar seu mandato, aprova uma lei que autorizava sua reeleição, recebendo apoio também da igreja⁹. Em manifestações contra essa reeleição, Haya de la Torre continua se projetando como um grande líder em defesa dos interesses dos trabalhadores, e, por esse motivo, é deportado do país, indo para o Panamá, posteriormente Cuba e, por fim, permanecendo mais tempo no México.

No retorno do México, encabeça o projeto de constituição das Universidades Populares González Prada¹⁰ (doravante UPGP), criado em janeiro de 1921, na época em que era também presidente da Federação Estudantil Peruana - FEP. Haya é o fundador da UPGP, que, de acordo com o historiador Flores Galindo, busca confluências entre intelectuais e operários, livre de qualquer tentação academicista (FLORES GALINDO, 1994). Estabelecem-se,

9 Com essa manobra política, Leguía logra governar – nesta segunda e última vez em que assume a presidência do país – por um período de onze anos consecutivos, resultado de sucessivas reeleições e que ficou conhecido como *oncenio* (1919-1930). Somando-se ao primeiro mandato, ao todo esteve quinze anos à frente da presidência do Peru, sendo o presidente no país que por mais tempo permaneceu no poder.

10 Após a realização do primeiro congresso nacional de estudantes peruanos, realizado na cidade de Cusco, em 1920, foi aprovada a criação das Universidades Populares González Prada (MARIÁTEGUI, 2008).

assim, quatro universidades populares no país: a *Universidad San Marcos*, em Lima; a *Universidad San Augustin*, em Arequipa; a *Universidad La Libertad*, em Trujillo; e a *Universidad San Antonio Abad*, em Cusco. Nos anos de 1920, acontece o primeiro congresso de estudantes do Peru, onde se cria efetiva e formalmente a FEP, em Lima (Ibid.). O projeto das universidades populares peruanas apresenta como novidade a forma de articular uma relação estrutural entre o movimento universitário e o movimento operário, funcionando como um instrumento autofinanciado de extensão universitária que devia dirigir-se ao povo para levar-lhes acesso à ciência e ajudá-los a formar uma consciência própria de sua situação social e da problemática nacional, conhecendo também o que se passa no mundo. Dessa primeira época onde se desenvolve uma ligação de frentes de luta (até então operária e estudantil), surge uma espécie de frente única de trabalhadores manuais e intelectuais (HAYA DE LA TORRE, 1995). A UGP busca a renovação das estruturas acadêmicas até então arcaicas, hegemônicas desde sempre por uma aristocracia que se autoindicava. O movimento universitário buscava, desta forma, romper com esse tradicionalismo e se interligar efetivamente aos trabalhadores, principalmente ao movimento operário urbano.

Ao voltar da Europa, após um exílio político forçado que durou cerca de quatro anos, Mariátegui prontamente aceita o convite de Haya de la Torre para lecionar na UPGP, em Lima, como forma de compartilhar sua experiência e ter contato com o operariado mundial, principalmente em relação à situação mundial que ele vinha acompanhando em sua estadia na Europa, durante um período importante para a luta revolucionária mundial. A iniciativa junto à UPGP fez com que Mariátegui enfrentasse novamente,

como já se podia prever, vários embargos e perseguições por partidos do então presidente Augusto Leguía. Leguía inicialmente confronta a oligarquia peruana e formula uma política indígena progressista com grupos intelectuais, algo que prontamente se desfaz e transforma-se novamente em política repressiva (ESCORSIM, 2006; CARVALHO; AGUIAR, 2013, p. 114).

Mariátegui participa do projeto das UPGP principalmente nos anos 1923 e 1924, que consistia em uma espécie de estudos nas comunidades, organizados coletivamente para realizar cursos de formação política e análise de conjuntura, tratando-se de uma prática bastante utilizada no subcontinente – principalmente na Argentina e no Chile – assim como na Europa, visto que os espaços críticos são tolhidos nos espaços de acesso à instrução formal. Conhecedor das lutas e do movimento estudantil latino-americano, indicou, em várias de suas obras, a necessidade de ataque à “docência oligárquica” e ao “preenchimento arbitrário das cátedras”, assim como a importância da intervenção dos estudantes na direção das universidades, em favor do estabelecimento de cátedras e de assistência livres (MARIÁTEGUI, 2008, p. 137-138). Destaca, por conseguinte, a importância dessas “reivindicações dialéticas”, por partirem das lições reais e concretas da ação estudantil alinhadas a um movimento de vanguarda e de formação de vanguarda operária (Ibid.).

Entre as propostas concretas para essa superação da condição subalterna, estaria a formação dessa vanguarda, preocupação que permeou muitos escritos e práticas políticas do marxista peruano. Como exemplo, no texto “O 1º de maio e a frente única”, publicado em 1924 no jornal *El Obrero Textil*, Mariátegui ressalta a necessidade de fortalecer a nascente vanguarda do proletariado no país, numa possibilidade de formar uma frente única proletária:

Cabe-nos, por exemplo, suscitar consciência de classe e sentimento de classe na maioria do proletariado peruano. Este esforço pertence por igual a socialistas e sindicalistas, a comunistas e a libertários. (MARIÁTEGUI, 2011, p. 166).

Mariátegui pretendia reunir política e intelectualmente as massas indígenas, camponesas, de trabalhadores e a juventude peruana. Enquanto intelectual e militante, assinalava que uma grande iniciativa histórica, como uma missão do proletariado, só é possível se, mediante um “largo e árduo trabalho educativo de suas vanguardas”, forem superados os elementos dissolventes e ultrapassadas as reivindicações imediatas, tais como se deram alguns embargos da revolução estudantil de Córdoba, a exemplo da falta de direção e autonomia (MARIÁTEGUI, 2011).

Ainda como parte de sua militância e sua característica de organizador político¹¹, Mariátegui funda uma revista chamada *Amauta*, palavra que, em quéchua, significa pensador, mestre, sábio, e que se tornou também seu apelido, uma publicação que tinha como objetivo contribuir com a formação política da população peruana, proposição que o autor considerava como fundamental para que se pudesse avançar em uma revolução socialista. A revista *Amauta*, que durou de setembro de 1926 a setembro de 1932¹² e que continuou a circular no Peru mesmo após a morte de seu ideal

11 Pericás (2010, p. 354) destaca a atuação política de Mariátegui e seus “vínculos estreitos com o movimento operário”. Foi fundador da Central Geral dos Trabalhadores do Peru e do Partido Socialista, depois Comunista, e, mesmo tratando de vários temas vinculados à literatura e à arte, tratava-se de um articulador político “indiscutivelmente” marxista revolucionário, ao contrário de outras leituras que possam ser feitas sobre o autor peruano.

12 De acordo com Tauro (apud PERICÁS, 2010, p. 354), “tinha 40 páginas em seu primeiro número, 44 do número 2 ao 16, 104 páginas do número 17 ao 30, e 84 nas edições 31 e 32, caracterizando-se por uma publicação de maior fôlego.

zador, é destacada por Flores Galindo na emblemática afirmação de que a “*Amauta* acabou sendo mais que uma revista: foi a antessala do partido” (FLORES GALINDO, 1989, p. 93). Não era possível, assim, compreender uma situação local/nacional desprendida de uma análise do desenvolvimento capitalista internacional.

Assim, nas páginas da *Amauta*, destacavam-se escritos de autores peruanos, latino-americanos e também textos de Rosa Luxemburgo, Lenin, Trotsky, André Breton, Máximo Gorki, Marinetti, Georges Sorel, dentre outros, publicando os mais diversos temas, como poesia, teatro, crítica literária, linguística, arte, antropologia, relações internacionais, imperialismo e, claro, problemas mundiais, política, história, economia, movimento operário e questão indígena, postulando a necessidade objetiva e subjetiva dos grupos subalternos peruanos de conhecer o que ocorre na política, no social e na economia mundial.

Sobre a importância da revista que Mariátegui funda, partindo, muito provavelmente de sua militância e do exemplo do periódico *L'Ordine Nuovo*, dirigido por Gramsci na Itália, do qual Mariátegui se torna um leitor durante sua estadia na Itália, o peruano destaca:

O objetivo desta revista é apresentar, esclarecer e conhecer os problemas peruanos desde pontos de vista doutrinários e científicos. Mas consideramos sempre o Peru dentro do panorama mundial. Estudaremos todos os grandes movimentos de renovação políticos, filosóficos, artísticos, literários, científicos. Todo (tema) humano é nosso. Esta revista vinculará os novos homens do Peru, primeiro com os outros povos da América; em seguida, com os de outros povos do mundo. (MARIÁTEGUI, 1926, S/N).

Mantina, mesmo num precário estágio de saúde, contato direto com os trabalhadores e estudantes na sua casa, em Lima. Debatia sempre sobre a marginalidade na qual se encontravam os indígenas peruanos, uma condição que, de acordo com sua análise, não se devia a uma suposta superioridade ética, cultural, mas a uma dominação política e econômica levada a cabo pelas classes dominantes, principalmente pela dominação territorial.

Entendemos, assim, que o marxista peruano procurou traduzir, adaptar, métodos leninistas para a América Latina. Pensa a questão da frente única anti-imperialista e, posteriormente, de classe, (assim como o tema da hegemonia) desde uma perspectiva leninista e gramsciana, incluindo no seu programa político reivindicações que contemplem outras categorias de trabalhadores, conquistando, desta forma, o apoio das classes aliadas. Desenvolve seus ensaios teóricos e formula sobre qual fração subalterna lideraria uma frente única anti-imperialista e, posteriormente, de classe frente a um processo revolucionário, uma análise que se assemelha ao que Lenin realizou na Rússia ao concluir que, sem o apoio dos camponeses, não haveria revolução possível num país com grandes porções de trabalhadores camponeses submetidos à situação de semisservidão.

A POLÊMICA MARIÁTEGUI E HAYA DE LA TORRE: SOCIALISMO E APRISMO

É marcante, na primeira fase da recepção do marxismo na América Latina, o debate ocorrido no Peru entre Mariátegui e Haya de La Torre, em meados da década de 1930. Trata-se de um debate que tem uma projeção no subcontinente, mas que apresenta também grande relevância teórica e política para o socialismo mundial e que, fundamentalmente, demonstra a importância de

compreender as especificidades da expansão capitalista na América Latina, assim como os problemas de uma sociedade de origem colonial que não conseguiu completar a formação dos Estados Nacionais, salvaguardando algum tipo de autonomia em relação ao imperialismo. Permite-nos pensar como solucionar os problemas do povo peruano e latino-americano a partir de uma estratégia política de caráter popular e independente, descolada de projetos políticos reformistas que apostam na necessidade de desenvolvimento, seguindo etapas evolutivas típicas da sociedade europeia, que, em médio prazo, colaboram para a construção de um novo regime semicolonial.

Haya de la Torre e Mariátegui divergiam principalmente a respeito da forma de interpretar as relações de produção capitalistas na fase imperialista em países semicoloniais, e quanto às concepções de revolução e utilização das especificidades latino-americanas, como a raça enquanto instrumento central de dominação, resultando em distinções quanto à ideia de incorporação do marxismo ou da defesa do essencialismo latino-americano como estratégia política. Haya de La Torre realiza uma crítica ao marxismo eurocêntrico e defende uma visão essencialista latino-americana, reinterpretando o marxismo a partir da dialética hegeliana com o objetivo de superá-lo; o marxismo, em sua visão, passa a ser uma perspectiva que só funcionava na Europa. Mariátegui apresenta, por outro lado, uma perspectiva socialista inédita aplicada às massas indígenas. Principalmente depois do triunfo da Revolução Russa, questões políticas como organização, aliança de classe e o interesse por problemas sociais, por parte dos intelectuais da época, fizeram com que se fizesse na aplicação do pensamento marxista na América Latina, que, de acordo com Michel Löwy, foi difundido inicialmente por volta do século XIX, inspirados pela II Internacional (LÖWY, 2006).

As posições políticas dos autores partem das referências das versões eurocêntricas do marxismo da II Internacional e da III Internacional que inspiraram a disseminação das ideias marxistas no subcontinente. O “atraso colonial” debatido também durante a III Internacional respaldou o sentimento anti-imperialista que caracterizou a luta na América Latina nesse período. Mariátegui, em contraposição à Haya de la Torre, assumiu um posicionamento distinto em relação às contribuições do marxismo para se analisar e modificar a realidade latino-americana, que se refletia na estratégia de formação do partido revolucionário, seu método de construção, de programa e o caráter de classe do partido, posição demarcada num período de enrijecimento e burocratização do debate no interior de Internacional Comunista.

Antes de se pontuarem divergências entre os dois peruanos, conforme relatado anteriormente, havia a preocupação dos autores em buscar uma confluência entre intelectuais e proletários, entre a juventude e os operários, preocupação que resultou numa importante colaboração para a formação das universidades populares no Peru (FLORES GALINDO, 1994). A própria aproximação com Manuel González Prada, que inspira esse processo de criação das universidades populares, demonstra que Haya de la Torre, assim como Mariátegui, são frutos de uma geração peruana indignada com a situação dos índios, inquieta por conhecimento, por mudar uma estrutura social e oligárquica de poder. Trata-se de um período prévio ao debate entre socialistas e apristas no Peru, conforme relatado no tópico anterior.

Chegaram a lançar, em 1923, a revista *Claridad*, antes de Haya de la Torre fundar a APRA¹³ (Aliança Revolucionária Popular

13 Concordando com Escorsim (2006), faremos referência “a” APRA como um movi-

Americana) enquanto estava no exílio no México, em 1924. De acordo com Flores Galindo, a criação da APRA como um movimento e frente política é inspirada na revolução mexicana e, fundamentalmente, se dispõe a “impulsionar um vasto programa de ação anti-imperialista em todo o continente”, tendo ainda como fontes de inspiração a reforma universitária já citada anteriormente e o impacto da Revolução Russa (GALINDO, 1994, p. 276). Mariátegui se junta ao projeto da APRA em 1926, ainda caracterizada como uma espécie de frente única anti-imperialista. Por representar uma força antioligárquica, anti-imperialista e temporariamente ligada às interpretações marxistas para o subcontinente, Mariátegui viu seus interesses como revolucionário coincidirem com as proposições que constavam no programa da APRA, pois constituía uma base de ação comum com a política de frente única proletária que ele, Mariátegui, propunha à época. Em seu programa máximo inicial, são cinco os pontos gerais que servem de base para os programas das seções nacionais dos países latino-americanos (HAYA DE LA TORRE, 1985; GALINDO, 1994):

- Ação contra o imperialismo yanque;
- Unidade política e econômica latino-americana;
- Internacionalização do canal do Panamá;
- Nacionalização de terras e indústrias
- Solidariedade com todos os povos e classes oprimidas do mundo.

mento político, de acordo com os objetivos de sua criação, caracterizando-se como uma frente única e a “o” APRA como o partido criado posteriormente, em 1931. É também comum ver em publicações da época a referência ao movimento de frente única como uma sigla, a A.P.R.A. (HAYA DE LA TORRE, 1985, 2010). O próprio Haya de la Torre define pela primeira vez essa organização de luta internacionalista por meio dessa sigla, como se pode ver no artigo de 1926, *What is the A.P.R.A.*, publicada no *The labour Monthly* (apud HAYA DE LA TORRE, 1985, p. 1).

Como se pode observar, até então o programa da APRA agregava pontos convergentes com praticamente toda a corrente socialista e anti-imperialista peruana. Contudo, essa frente que se pretendia internacionalista se distancia das ideias comunistas, principalmente por não enxergar que o comunismo seria um postulado universal. As cisões na APRA acontecem quando Haya de la Torre começa a demonstrar fundamentais divergências teóricas com toda a corrente comunista depois de participar, como representante da América Latina, do I Congresso Mundial Anti-imperialista, em 1927, na cidade de Bruxelas. Nesse congresso, fizeram-se evidentes duas linhas no movimento pela mudança social: de um lado, estavam os comunistas alinhados à esquerda da social-democracia russa e ao modelo leninista, que entendiam como pressuposto indispensável para uma revolução social a ditadura do proletariado, ou seja, a conquista de um poder político pelo proletariado como direção de classe, como o agente dirigente da revolução, não por ser maioria representante da classe trabalhadora em todos os países do mundo, mas por possuírem elementos orgânicos na própria classe mais avançados em termos de organização política (FLORES GALINDO, 1994). Por outro lado, aparecia uma opção alinhada ao anti-imperialismo, mas que buscava uma frente que agregasse diversos grupos sociais, incluindo a classe média e setores burgueses. Esta segunda orientação era encabeçada por Haya de la Torre e se alinhava com a ala mais à direita da social democracia, defendendo em linhas gerais que era preciso esperar o pleno desenvolvimento capitalista e o desabrochar das suas contradições para se dar início efetivo à ação revolucionária.

Na divisão que se clarifica no congresso de Bruxelas, mesmo pontuada a necessidade de atentar para as diferenças em termos de desenvolvimento capitalista em países atrasados, expressa-se uma

divisão no interior da social-democracia internacional. Inicialmente, a social-democracia coloca a si mesma a tarefa de capacitar o proletariado a cumprir sua missão histórica, organizado em um partido político independente, oposto a todos os partidos burgueses, dirigindo todas as expressões de sua luta de classes. Cabe lembrar que essa orientação não significava exclusividade de classe operária em um processo revolucionário, mas que o proletariado precisaria conquistar o apoio de classes aliadas, de grupos subalternos que também estivessem sob a circunstância de subordinação aos ditames do imperialismo, como produto de uma transformação mais profunda do capitalismo, e de ter a sua sobrevivência a depender da exploração da sua mão de obra, promovendo hegemonia da classe operária ao conseguir esse apoio. Esse apoio viria fundamentalmente por meio da assimilação do programa político dessas classes aliadas ao seu programa, o programa revolucionário. Esse programa revelaria o antagonismo inconciliável existente entre os interesses dos exploradores e os dos explorados, e a nova política econômica de Lenin desenvolveu essa assimilação dos interesses de certas camadas médias do campesinato como classe aliada, por exemplo.

Haya de la Torre, de encontro com essa interpretação do que seria uma frente única de classe em termos leninistas – frente única que agregue apenas as classes trabalhadoras – postula que os hierarcas do marxismo em nível internacional não conheciam o desenvolvimento da América Latina em seu verdadeiro contexto, não saberiam o significado da ditadura do proletariado no subcontinente e assim teríamos que falar apenas de “frente de trabalhadores manuais e intelectuais”, por estarmos imersos num espaço-tempo indoamericano (HAYA DE LA TORRE, 1985, 2010). Com essa reflexão, Haya de la Torre aposta em uma posição política que indicava que, na América Latina, precisaríamos construir um ca-

pitalismo nacional, que a forma de Capitalismo de Estado seria a “nossa” ditadura do proletariado. Seria esse, pois, o norte de países que ainda não tinham atingido seu desenvolvimento industrial, uma posição que demarcou significativamente uma ruptura com o grupo de Mariátegui, mesmo estando alinhado a algumas premissas do indoamericanismo sobre a importância e a necessidade de se conhecer a realidade latino-americana para então transformá-la.

Sobre o tema, Mariátegui apresentava duas grandes distinções em relação à posição aprista: a necessidade de construir um parâmetro teórico para se pensar o socialismo indoamericano e a igual necessidade de se avançar na construção de um movimento popular revolucionário peruano, independente das amarras oportunistas e reformistas que ganhavam força também no plano do socialismo internacional com a prática da colaboração entre as classes¹⁴. Por sua vez, Haya de la Torre se alinha à constituição de alianças com os setores médios, sem destacar uma determinada classe revolucionária como dirigente do processo de luta anti-imperialista. Como deixa claro em seus escritos, destaca que “nos países subdesenvolvidos a luta por desenvolvimento não é uma luta de classes e sim de povos” (HAYA DE LA TORRE, 1985, p. LXIII).

Já durante o Congresso de Bruxelas, Haya de la Torre vetou a principal resolução formulada no evento sobre a necessidade de romper com a influência norte-americana, fato decisivo que, de acordo com o próprio Haya “definiu [...] a linha teórica aprista e situou bem nossas diferenças com o comunismo” (FALCÓN apud ESCORSIM, 2006, p. 251). Foi a partir desse congresso que se iniciou, também, a luta pela hegemonia no movimento

¹⁴ Lenin alerta para a necessidade de se combater esse oportunismo mesmo no interior do SPD, estando a base econômica desse oportunismo ligadas a pequenos privilégios sob os quais dispunha a burguesia nacional.

anti-imperialista no subcontinente (FERREIRA, 1971). A polêmica acarretou a ruptura de células, começando pela agrupação de Paris. Quando o fundador da APRA, como um movimento latino-americano, começa a mudar sua orientação política e a converte em um partido nacionalista, ainda em 1927, sem um caráter de classe definido, as discordâncias e rachaduras em suas fileiras de apoio se tornaram irreconciliáveis. Flores Galindo esclarece que a principal discordância de Mariátegui quanto à transformação da frente em um partido nacional está ligada ao fato de que “o partido não nascia no interior das classes populares e como consequência de um trabalho de massas”, acrescentado ao fato de que toda a organização do partido estava relacionada a um homem, “um líder, um caudilho”, um tipo de fazer política que o Amauta desacreditava (FLORES GALINDO, 1994, p. 278).

Para Haya de la Torre era imediata a necessidade de mudança de movimento para partido, um bloco que seria caracteristicamente policlassista, sob a direção de uma pequena burguesia articulada com uma fração da classe operária e camponesa e distante da Internacional Comunista. Haya exaltava um tipo de nacionalismo (nem sempre remetido aos indígenas) como uma prioridade para que existisse uma revolução social latino-americana. A experiência latino-americana e mundial mostra que nacionalismo nem sempre significa anti-imperialismo, tampouco o anti-imperialismo é entendido como sinônimo ou tendência ao socialismo, mas sim como uma “expectativa de que houvesse uma predisposição de frações burguesas para formarem frente com as forças populares em certa fase da luta contra o imperialismo” que viriam a favorecer a emergência e o espraiamento de diversos tipos de nacionalismo (ALMEIDA, 2010, p. 155).

Estudar esses processos e trazê-los para o debate contemporâneo é relevante por, entre outros aspectos, nos permitir diferenciar uma proposta anti-imperialista de uma proposta socialista. Entendemos que, quando as lutas anti-imperialistas ou anticolonialistas não avançam rumo ao socialismo, acabam somando forças com o imperialismo, justamente por buscar alianças com setores subordinados a alguma fração burguesa, com distintos interesses.

A partir dessa separação, Mariátegui lança, já em débil estado de saúde, a criação do Partido Socialista do Peru, PSP. Com essa decisão, foi acusado pelos grupos opositores à época de ser um europeísta, de ter se subordinado às associações internacionais. Para o Amauta, não bastava declarar-se anti-imperialista, era preciso organizar política e teoricamente operários e camponeses contra a burguesia estrangeira e local, uma incorporação do marxismo à realidade latino-americana, sem subordiná-lo ao essencialismo indígena, apesar de encontrar no índio o aliado camponês na luta por uma nova hegemonia.

As diferenças políticas previstas por Mariátegui sobre a trajetória do APRA se cristalizaram pouco tempo depois do rompimento com seu líder. O APRA disputa as eleições do Peru pela primeira vez em 1931, apresentando como candidato presidencial Haya de la Torre. O partido assume um caráter abertamente personalista, pequeno burguês, sendo a própria mobilização social do aprismo baseada em uma relação vertical e disciplinar de todos os seus seguidores. O seu fundador determinava toda a linha programática, assim como o conteúdo econômico a ser seguido pelos apristas, baseando-se na subsunção dual da economia peruana, tendo como norte a criação de um Estado moderadamente anti-imperialista, com a nacionalização de empresas e indústrias que se

encontravam em mãos estrangeiras. Depois de 60 anos tentando chegar à presidência do país, o APRA elege, em 1985, Alan García como presidente peruano pela primeira vez, tendo o partido, já a esta época, assumido uma posição social democrática.

Haya de la Torre, junto com o aprismo, desenvolveu contradições que negavam até mesmo suas promessas de não se submeter aos jugos do imperialismo norte-americano. O pensamento de Haya em relação ao império estadunidense vai se tornando cada vez menos incisivo quando este reduz o imperialismo à influência econômica, sem dar ênfase, no plano político, à questão da construção de uma nova hegemonia (FERREIRA, 1971). Apesar disso, Haya de la Torre é apontado contestavelmente como um ícone do pensamento marxista e antiburguês latino-americano, tanto pela sua atuação como dirigente, como pela criação do APRA, que existe até os dias de hoje no Peru. Concordando com Oliveiros Ferreira (Ibid.), principal estudioso de Haya de la Torre no Brasil, entendemos que o “revolucionário da ordem” muitas vezes agiu de encontro com seu pensamento nacionalista, contribuindo com um projeto pequeno burguês que rapidamente se tornaria solidário ao imperialismo em determinadas circunstâncias.

É fundamental destacar que Mariátegui não atribuiu a alguma burguesia nacional latino-americana a tarefa de uma revolução de qualquer tipo, burguesa ou nacionalista. Sua análise econômico-social estava apoiada no marxismo e influenciada pelo debate na época, em consonância com os quatro congressos da Internacional Comunista – IC. Foi exatamente no IV Congresso da IC que foram aprovadas também as “Teses gerais sobre a questão do Oriente”, que diziam que a frente única proletária seria aplicável aos países imperialistas, enquanto a frente única anti-imperialista

seria adequada aos demais, elaborações que serviram como guia para Mariátegui (LOS CUATRO PRIMEROS CONGRESOS DE LA INTERNACIONAL COMUNISTA, 1973, tradução livre, apud CARVALHO; AGUIAR, 2013, p. 111). As autoras complementam que:

Entre os operários havia a busca de unidade, ou seja, uma frente única que agregasse os partidos que reivindicavam o socialismo e comunismo em um poderoso bloco contra a ofensiva patronal. No IV Congresso da IC, a resolução sobre a tática partia do exemplo dos movimentos de libertação nacional na Índia, Egito, Irlanda e Turquia para caracterizar os países coloniais e semicoloniais como focos de um movimento revolucionário anti-imperialista e reservas inesgotáveis de forças contra a ordem burguesa mundial. (Ibid. p. 179).

Era fundamental uma intensificação da luta contra o jugo imperialista nos países coloniais e semicoloniais. O propósito de Mariátegui era unir a tarefa de compreender a realidade peruana, contribuir para a organização do proletariado como classe consciente e impulsionar as lutas indígenas e camponesas em unidade com o programa socialista, rechaçando qualquer interferência imperialista, diferenciando-se claramente da estratégia policlassista tomada por Haya de la Torre. Flores Galindo destaca que havia uma diferença fundamental entre os autores – e que marcava as tendências no interior do movimento socialista internacional – quanto às leituras sobre a expansão imperialista na indoamérica, onde se concentravam países de características semicoloniais. Para o líder aprista, “(...) o imperialismo teria um lado negativo e outro positivo: acarretava dependência e subordinação, mas atraía capitais, desenvolvimento e progresso” (FLORES GALINDO, 1994, p.

278). Para Haya de la Torre, necessitava-se passar por uma etapa de desenvolvimento do capitalismo para avançar na construção de uma sociedade socialista (Idem).

A articulação entre a teoria e a prática revolucionária e o vivo testemunho histórico na Europa pós-revolução russa foi o terreno onde Mariátegui desenvolveu sua convicção no marxismo. O intelectual e militante peruano afirmava, em várias de suas obras, seu posicionamento político marxista:

[...] Somos anti-imperialistas porque somos marxistas, porque somos revolucionários, porque opomos o socialismo ao capitalismo como sistema antagônico chamado a sucedê-lo, porque na luta contra os imperialismos estrangeiros cumprimos com nossos deveres de solidariedade com as massas revolucionárias da Europa”. (MARIÁTEGUI apud ESCORSIM, 2006, p. 253).

No capítulo nevrálgico dos *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, de título “O problema da terra”, Mariátegui apontou a estreiteza da relação que o homem índio possui com a terra e a natureza, demonstrando que foi através dessa relação e de sua expropriação que se produziram as relações de exploração no trabalho, esta sim, condição fundante para a desigualdade e que determinou as particularidades da formação econômico-social do Peru e da América Latina.

Lúcio Flávio Almeida (2010) nos indica como Mariátegui foi incisivo ao indicar o “lugar necessário” e decisivo da “comunidade indígena na trajetória de toda revolução socialista nessas terras”, em uma alternativa socialista, ao passo que se combate o imperialismo, sem tender ao essencialismo latino-americano, que

subordina sua luta ao oferecimento de “iguais” oportunidades aos índios, como previa também a igualdade no liberalismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na disputa ideológica que travava, Mariátegui entendia que o socialismo respondia e superava não só a luta anti-imperialista, mas também a luta contra o etnocentrismo, o essencialismo latino-americano, por não acreditar que a solução para o problema indígena estaria atada somente ao seu reconhecimento cultural, mas, ao fato de que havia de resolver o problema econômico dos povos autóctones, o acesso à terra e aos frutos de seu trabalho. Não é demais reforçar que, com essa posição, Mariátegui não nega todo o significado político que o racismo exerce sobre os indígenas, e que o racismo deve ser combatido, até porque a relação capital-trabalho se potencializa no sentido da exploração pela variável raça. Trata-se, pois, de uma das mais importantes variáveis que atravessam a questão de classe e que atinge de forma particular os países latino-americanos. Postulava as necessidades materiais e simbólicas de uma revolução índia a partir do estudo da questão indígena desde a própria perspectiva indígena também, uma atividade que empreende no seu livro mais difundido, os *Sete Ensaios...*

Mariátegui propunha, já na década de 1930, um marxismo latino-americano concreto dialético, que romperia com o sistema capitalista pela revolução socialista através da luta de classes, com o índio entendido como parte da frente única de classe. Sua elaboração teórica e seus intentos organizativos buscaram influência no pensamento de Lenin e nas discussões do segundo congresso da IC,

que pautava a questão colonial e nacional, bem como a necessidade revolucionária de rejeitar as ilusões pequeno-burguesas nacionalistas, sendo marcante o posicionamento leninista da política de frente única de classes, reaproximando classe operária, campesinato e partido. Seria a partir dessa aproximação com o marxista russo que Mariátegui declararia que o socialismo no Peru não deveria ser “decalque ou cópia”¹⁵.

Assim, a partir de uma análise da realidade concreta do Peru da época, descrevia criticamente a situação do país e do subcontinente, apontando, também, soluções para o problema do índio, sem cair no culturalismo como propunha algumas escolas literárias. De fato, pretendia olhar, observar e entender o Peru para então organizar operários, camponeses e indígenas e depois formar um partido socialista. Apontava nos *Sete Ensaios...* que o problema do índio não poderia estar restrito ao aspecto cultural, como hoje algumas correntes, incluindo os autores decoloniais, pretendem sublinhar. A subordinação do marxismo às questões éticas e raciais encobre justamente a necessidade de se acabar com essa exploração através da luta política entre classes. Estudar esses processos teórico-políticos, entre outros aspectos, também nos permite analisar criticamente os governos contemporâneos, em que discursos nacional-desenvolvimentistas voltaram à cena política, reavivando velhas ilusões, enquanto incontáveis lutas das nacionalidades autóctones defendem o que restou de seus territórios e resistem ao genocídio em alguns países da América Latina.

15 “Não queremos, certamente, que o socialismo seja na América decalque e cópia. Deve ser criação heroica. Temos que dar vida, com nossa própria realidade, em nossa própria linguagem, ao socialismo indoamericano. Eis aqui uma missão digna de uma geração nova.” (MARIÁTEGUI, 1974, p. 249).

REFERÊNCIAS

AGUIAR, J. D. N. *Entre a subalternidade e o socialismo indoamericano: existe um pensamento marxista decolonial?* 196p. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Campina Grande. PPGCS – Departamento de Ciências Sociais. Campina Grande, 2017.

ALMEIDA, Lúcio Flávio de. Nacionalismo e anti-imperialismo em um texto de Mariátegui. *Revista Lutas Sociais*, São Paulo, n. 24, p. 152-162, 1º sem. 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/grupopesquisa/gepal/anais_ivsimp/gt8/14_lucioflavioalmeida.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2014.

ANDERSON, Perry. *Passagens da Antiguidade ao feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. *A Comuna de La Paz*. História da Assembleia Popular de 1971. 365p. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. FFLCH – Departamento de História. São Paulo, 2002.

CARVALHO, Soraia de; AGUIAR, J. D. N. Mariátegui e as táticas de frente única. *Revista Lutas Sociais*. São Paulo: NEILS. v. 17, n. 30, p. 108-122. 2013.

ESCORSIM, Leila. *Mariátegui – vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

FERREIRA, Oliveiros. *Nossa America: Indo America*. A ordem e a revolução no pensamento de Haya de la Torre. Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1971.

FLORES GALINDO, A. *La agonía de Mariátegui*. Lima: Instituto de Apayo Agrario, 1989.

_____. *Obras completas*. v. II. Lima: Fundación Andina; SUR, 1994.

HAYA DE LA TORRE, V. Raúl. *El Antimperialismo y el APRA*. Lima: Publicação Oficial do APRA, 1985.

_____. *30 años del aprismo*. Lima: Fondo Editorial del Congreso del Perú, 2010.

LÖWY, Michael. *O Marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. 2. edição. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

MANIFESTO DE LA F. U. DE CÓRDOBA. 1918. Disponível em: <<http://www.reformadel18.unc.edu.ar/manifiesto.htm>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

MARIÁTEGUI, José Carlos. Apresentação. *Amauta*. Revista Mensual de Doctrina, literatura, arte, polemica. n. 1. Lima: set. 1926.

_____. *Sete Ensaios de Interpretação da realidade peruana*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. *Por um socialismo indo-americano*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

PERICÁS, Bernardo. José Carlos Mariátegui e o Brasil. *Estudios avanzados*. n. 24 (68), 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n68/23.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2016.

2

DO CAPITAL FINANCEIRO AO MOVIMENTO DE MUNDIALIZAÇÃO FINANCEIRA DO CAPITAL

Laudicéia Araújo¹

Hilferding, ao estudar a fase imperialista do capitalismo no começo do século XX², vai identificar o capital financeiro como sendo o principal motor dessa fase. Ele o define como [...] o capital bancário, portanto o capital em forma de dinheiro que, desse modo, é na realidade transformado em capital industrial (HILFERDING, 1985, p. 219).

Esse capital, no momento histórico estudado por Hilferding, se transformava, na sua maior parte, em capital industrial, que permitia o desenvolvimento do capitalismo na sua fase imperialista, conseguindo contrapor-se à queda tendencial da taxa de lucro, na medida em que permitia o reinvestimento na produção, sendo aplicado na forma de capital monetário, como afirma o autor: “Uma parte cada vez maior do capital empregado na indústria é capital financeiro, capital à disposição dos bancos, e pelos industriais” (Ibidem, p. 219).

O capital financeiro desenvolve-se, de acordo com Hilferding, com o desenvolvimento da sociedade anônima, o que vai

¹ Doutora em Ciências Sociais pelo PPGCS/UFPG, docente do Instituto Federal da Paraíba (IFPB).

² O livro *Capitalismo Financeiro* foi lançado em 1910.

significar uma alteração da função exercida até então pelo capitalista industrial, já que este vai ser liberado da sua função produtiva e vai passar a uma função de ceder o capital, não importando qual a utilização que este capital terá no processo produtivo, e aguardar o recebimento de juros após um tempo de utilização desse capital monetário. O capital financeiro, então, vai ser caracterizado pela união do capital industrial e do capital bancário, tendo, no entanto, a dominância do último³.

Esse processo vai alcançar o seu auge com a monopolização da indústria, na medida em que a existência das sociedades anônimas irá permitir a compra de pequenas empresas por empresas maiores, o que acelera o processo de centralização do capital já descrito por Marx. Dessa forma, os lucros industriais ganham um caráter que é contínuo e seguro, e o capital bancário encontra cada vez mais espaço para ser investido, só que, nessa gênese da financeiraização, já ocorre um domínio sobre os bancos dos proprietários das ações bancárias. Nas palavras de Hilferding: “Mas o banco dispõe do capital bancário, e os proprietários majoritários das ações bancárias dispõem do domínio sobre o banco” (Ibidem, p. 219).

Hilferding vai denominar o capital que dá poder aos bancos como capital fictício, que são títulos de renda capitalizada:

[...] por sua transformação em capital fictício, ou seja, em títulos de renda capitalizada [...] o capital fictício (título de crédito) é mercadoria *sui generis*, que só volta a transformar-se em dinheiro

³ Sabadini (2012), ao realizar um estudo denominado por ele de preliminar sobre o capital financeiro em Hilferding, chama a atenção para a ênfase dada pelo autor ao “[...] aspecto da dominação bancária e da junção monopolista pelo controle e expansão da produção e das finanças” (p. 07). Nesse mesmo artigo, Sabadini apresenta o que, na sua visão, representa ambiguidades no pensamento de Hilferding.

mediante a sua venda. Isso exige certo tempo de circulação, durante o qual o capital do banco se encontra imobilizado nessa mercadoria. (Ibidem, p. 131/132).

O autor ainda vai chamar a atenção para o fato de que cada vez mais os donos desse capital e do capital que dá poder à indústria são das mesmas pessoas. Com a formação dos trustes e dos cartéis, é esse tipo de capital que vai assumir a hegemonia no capitalismo, assumindo, segundo ele, seu mais alto grau de poder; enquanto que o capital comercial sofre a sua maior degradação, encerrando-se assim um ciclo do capitalismo.

O poder dos bancos cresce, eles se tornam fundadores e, finalmente, os soberanos da indústria, cujo lucro usurpam como capital financeiro, exatamente como o usurário se apoderava, outrora, com seu “juro” do rendimento do trabalho dos camponeses e da renda do senhor da terra. (Ibidem, p. 219).

Os recursos de que os bancos dispõem para colocar à disposição do capital industrial advêm tanto da classe não produtiva quanto das reservas dos capitalistas industriais e comerciais. Para atrair esses capitais, os bancos precisam remunerar estes capitalistas através do pagamento da taxa de juros.

O processo de concentração do capital através dos bancos só foi possível em função da formação dos monopólios e cartéis, que permitiu o aumento dos lucros dos capitalistas que, ao serem capitalizados, transformaram os seus lucros em lucro do fundador, que passaram a alimentar os bancos com créditos, que, por sua vez, transformam-se em créditos industriais, gerando fundos que estão à disposição do capital industrial.

Por essa razão, os bancos tinham um papel ativo dentro da cartelização, porque a estimulavam através de seus instrumentos e porque o faziam intencionalmente. Para os bancos, a cartelização era interessante na medida em que era mais difícil a falência de uma empresa com grande quantidade de capital do que uma pequena empresa. (VEIGA, 2016, p. 04).

O lucro do fundador vai criar vínculos tanto do ponto de vista da produção real, porque representa um capital que está posto à disposição do capital industrial, como da transformação desse capital em capital fictício através das sociedades anônimas. Para Sabadini e Campos (2014), presencia-se, então, uma nova forma de concentração e centralização da riqueza através da expansão do capital fictício, o que aparece como um novo estímulo à expansão imperialista.

Esse grande desenvolvimento do capital financeiro vai mudar, de acordo com Hilferding, a composição do capital descrita por Marx na etapa do capitalismo concorrencial, na qual o capital dividia-se em capital industrial, que correspondia ao capital produtivo; o capital comercial, que era responsável pela compra e venda das mercadorias; e o capital bancário, formado pelos bancos e pelas empresas que trabalhavam com o capital dinheiro. Agora no capitalismo monopolista, o capital financeiro vai assumir um papel preponderante, como já descrito anteriormente.

A monopolização do capitalismo vai mudar também a relação de poder entre o Estado e a classe capitalista. Se no mercantilismo essa relação se dava como uma contraposição ao Estado que apoiava as companhias comerciais e coloniais, na fase monopolista, o Estado vai assumir o papel novamente de protecionista⁴, só que

⁴ Hilferding vai também enfatizar que a monopolização ocorre sem o protecionismo, só que se torna mais difícil porque o ritmo fica mais lento, a solidez dos cartéis é menor e teme-se a resistência contra os cartéis internacionais, já que estes passam a ser considerados forças de exploração estranha ao país.

agora da classe capitalista, através da imposição de uma legislação que proteja a produção nacional através das tarifas protecionistas que deixam em desvantagens os produtos fabricados no exterior. Essa proteção é necessária para que os trustes e os cartéis nacionais possam obter mais vantagens sobre a sua posição de monopólio.

A indústria cartelizada está, dessa forma, diretamente e sobremaneira interessada na dimensão quantitativa do protecionismo. Quanto mais alta a tarifa, tanto mais poderá ser aumentado o preço interno sobre o preço internacional, e, dessa forma, tarifa temporária torna-se um alto protecionismo. (HILFERDING, 1985, p. 289).

Todo esse protecionismo vai gerar um movimento que é contraditório, uma necessidade cada vez maior de que existam territórios econômicos individuais, separados em Estados nacionais, e o capital financeiro exige cada vez mais uma expansão do território econômico, para equacionar essa tensão da não garantia da expansão do capital internamente. A alternativa é a exportação de capital para outros países, nas palavras de Hilferding, “se falha esse expediente, empreende-se a exportação de capital em forma de implantação de fábricas no exterior” (Idem, p. 295).

O autor vai associar a exportação de capital à produção de mais valia, que agora não mais vai se restringir ao território econômico nacional, mas ele também identifica que esse capital pode ser exportado na forma de capital portador de juros, como pode ser visto no trecho a seguir: “A exportação pode-se dar de duas formas: o capital emigra ao estrangeiro, como capital produtor de lucro ou de juros. Neste último caso, pode ainda atuar como capital industrial [produtivo], bancário ou comercial” (Ibidem, p. 296).

Esse movimento para fora do país vai permitir a difusão do capitalismo em escala mundial e a internacionalização do capital, servindo para a expansão da política imperialista, na medida em que vai gerar uma dominação dos países industrializados sobre os países para onde as indústrias vão expandir as suas atividades, com o intuito de garantir o retorno dos lucros desses capitais aos países sede⁵.

Nesse sentido, Hilferding vai ressaltar a importância que assume o poder estatal para a proteção ao capital, esteja este capital em território nacional ou não, “[...] para o capital financeiro a posição do poder estatal é vital para o lucro. A diplomacia recebe agora, como função primordial, a representação do capital financeiro” (Ibidem, p. 311).

Lenin, no livro *Imperialismo fase superior do capitalismo*⁶, afirma que a definição de capital financeiro utilizada por Hilferding é incompleta, já que não leva em consideração a concentração da produção e do capital que dá origem ao monopólio: “Esta definição é incompleta na medida em que silencia um fato da mais alta importância, a saber, a concentração da produção e do capital, a tal ponto desenvolvida que ela dá e já deu origem ao monopólio” (LENIN, 1987, p. 46).

O autor vai chamar a atenção para o fato de que ocorre uma interpenetração dos bancos com a indústria, levando à formação do capital financeiro sob o domínio de uma oligarquia financeira que se assenta sob as sociedades por ações, permitindo um domínio de capital para além da propriedade efetiva do capital monetário,

⁵ Podemos observar semelhante movimento quando se trata do pagamento dos serviços da dívida externa, através da imposição pelos organismos multilaterais de políticas de ajustes fiscais e previdenciários aos países devedores.

⁶ No capítulo III, o capital financeiro e a oligarquia financeira.

a medida em que este passa a ser administrado nas sociedades por ações que irão aumentar o poder da oligarquia financeira.

Nessa fase do capitalismo, ainda prevalece a produção de mercadorias como a atividade principal do capitalismo, mas essa já não representa a base do lucro capitalista, já que cabe ao capital financeiro a maior remuneração. Nas palavras de Lenin: “[...] A produção de mercadoria, se bem que continue “reinando” e a ser considerada como a base de toda a economia, se encontra desacreditada de fato e em que o grosso dos lucros cabe aos ‘gênios’ das maquinações financeiras” (Idem, p. 26).

Dessa forma, para Lenin, o capitalismo mundial, no final do séc. XIX e começo do séc. XX, é um capitalismo monopolista no qual há um predomínio da exportação de capitais frente à produção/exportação de mercadorias, e em que o capitalismo atinge a sua fase imperialista, que vai se caracterizar pelo crescimento dos bancos como um dos processos essenciais dessa transformação, os quais também se transformam em monopólios e conseguem agrupar grandes quantidades de capital dinheiro que se encontrava em circulação.

Por isso, Veiga (2016) chama a atenção para o fato de que essa monopolização dos bancos torna mais difícil a tomada de empréstimos por parte dos capitalistas industriais, já que existe um número reduzido de bancos e este fato faz com que os capitalistas industriais se submetam ao capital bancário, como já foi visto, originando assim o capital financeiro. Na fase imperialista do capitalismo, ocorre o predomínio do capital financeiro sobre as outras formas de capital (comercial, industrial).

O imperialismo é o capitalismo chegado a uma fase de desenvolvimento onde se afirma a domina-

ção dos monopólios e do capital financeiro, onde a exportação dos capitais adquiriu uma importância de primeiro plano, onde começou a partilha do mundo entre os trustes internacionais e onde se pôs termo à partilha de todo o território do globo, entre as maiores potências capitalistas. (LENIN, 1987, p. 88).

Como Hilferding, Lenin também se dedica a analisar o processo de exportação de capital, que passa a ser uma das características da fase imperialista do capitalismo, pois com o excedente de capital nos países capitalistas mais avançados a taxa de lucro vai ter uma queda, o que leva estes capitalistas a buscarem outros territórios econômicos onde possam encontrar novas formas de aumentar o lucro, ocasionando uma nova expansão colonial. Em função disso, Lenin vai apresentar o conceito de desenvolvimento desigual, que se caracteriza por níveis diferenciados de desenvolvimento das forças produtivas nos diferentes países.

Essa exportação de capital vai ocorrer pelo fato de que onde o capital é mais escasso, a mão de obra, o preço da terra e as matérias-primas são mais baratas, permitindo uma recomposição da taxa de lucro. Entretanto, Lenin vai enfatizar que esses capitais só se deslocam para países onde existam as condições mínimas para o desenvolvimento da indústria.

Esse deslocamento do capital para países menos desenvolvidos pode ocasionar uma desaceleração do capitalismo nos países avançados, mas a disseminação e o avanço do capitalismo de forma mundial compensam essa desaceleração. Embora essa expansão do capital para outros países fortaleça os trustes e os monopólios, Lenin acredita que a concorrência entre eles continuará a existir.

O próprio Lenin sintetiza as características que ele considera fundamentais na fase imperialista do capitalismo: a concentração da produção e do capital, a fusão do capital industrial e o capital bancário que levam ao surgimento do capital financeiro, predominância da exportação de capital sob a exportação de mercadorias, a partilha do mundo entre os grandes monopólios capitalistas e, por último, o termo da partilha do mundo entre as potências capitalistas mais importantes.

O CAPITAL FICTÍCIO COMO PORTADOR DE JUROS

Marx, no livro III de *O Capital*⁷, vai apresentar uma nova forma de existência do capital: o capital fictício, que se apresenta sob a forma de títulos da dívida pública.⁸ Este capital vai diferenciar-se das outras formas – industrial ou comercial – pelo fato de ser portador de juros:

⁷ Essa categoria é importante para o entendimento dos mecanismos de crescimento da dívida pública. Nakatani e Herrera (s/d), no artigo “Crise financeira ou ... de superprodução?”, chamam a atenção para o fato de que Marx não tenha definido essa categoria, apenas dando indicações, ao estudar o capital portador de juros e o desenvolvimento do crédito: “A categoria capital fictício está pouco elaborada no livro III d’ *O Capital*, de Marx [3], que foi organizado e editado por Friedrich Engels. Não há, no livro III, uma única definição de capital fictício, o que existem são pistas e desenvolvimentos das diversas possibilidades da evolução, ou das formas que podem ser assumidas, do capital portador de juros. Marx desenvolve o seu estudo relacionando às formas do capital portador de juros com o desenvolvimento do crédito na sociedade capitalista na Seção 5 do Livro III d’ *O Capital*, especialmente a partir do capítulo XXV (intitulado “Kredit und fiktives Kapital” [crédito e capital fictício]) –, depois, sobretudo no capítulo 21X (“Bestandteile des Bankkapitals” [componentes do capital bancário]), e ainda nos capítulos XXX (“Geldkapital und wirkliches Kapital – I” [capital monetário e capital real]) até o X21II (“Das Umlaufsmittel unter dem Kreditsystem” [os meios de circulação sob o sistema de crédito])”.

⁸ “Esses títulos de dívida, emitidos em troca de capital originalmente emprestado e há muito tempo despendido, essas duplicatas em papel do capital destruído, servem de capital para os respectivos possuidores, na medida em que são mercadorias vendáveis e por isso podem ser reconvertidos em capital”. (MARX, 1980, p. 548).

A forma do capital produtor de juros faz que toda renda monetária determinada e regular apareça como juro de um capital, derive ela ou não de um capital. [...] Todavia, essa ideia (a de ser capital) é puramente ilusória, excetuando o caso em que a fonte [...] seja diretamente transferível ou assuma forma em que se torne transferível. (MARX, 1980, p. 534).

Segundo Gerner (1994), isso significa que o capital fictício representa a multiplicação ilusória da riqueza realmente existente, tendo como base o capital portador de juros através dos mecanismos monetários e financeiros. Essa possibilidade passa a existir a partir do desenvolvimento do sistema bancário, que permite que o dinheiro possa se multiplicar sem que tenha uma base real, na medida em que um poupador coloca o seu dinheiro como crédito no banco e o banco, por sua vez, realiza um empréstimo para um investidor (produtivo ou financeiro) esse dinheiro se multiplica: é dinheiro em espécie na mão do capitalista que tomou emprestado ao banco, mas permanece como título de direito no banco que realizou esse empréstimo. “Assim, um único valor monetário transformou-se aparentemente em dois valores, o que obviamente é impossível, pois só um deles, o dinheiro, é que constitui valor real” (GERNER, 1994, p. 194).

Dessa forma, o capital fictício se diferencia não apenas do capital real (produtivo ou mercadoria), mas também do próprio capital monetário que é a expressão da forma monetária do capital, ou seja, equivalente geral de valor⁹. Assim, Gerner chama a atenção para o fato de que um título de crédito não é capital em nenhuma

⁹ Como equivalente geral de valor, o dinheiro adquire autonomia de existência na forma material de uma mercadoria e, por isso, se torna dinheiro, mas representa o valor que é o tempo de trabalho social médio, o que não ocorre com o capital fictício que, como Marx alertou, é apenas uma forma ilusória de riqueza.

dessas formas, ele representa apenas direito a capital ou a dinheiro, como pode ser visto no exemplo apresentado no trecho a seguir:

[...] o depósito que um capitalista faz no seu banco, de capital monetário momentaneamente desocupado, duplica-se em dinheiro depositado no banco e título de crédito — certificado de depósito — nas mãos do capitalista; em seguida, o banqueiro concede um empréstimo nesse valor, de modo que este novamente se duplica em dinheiro — desta vez nas mãos do mutuário — e título de dívida no cofre do banco; o mutuário, por sua vez, realiza um pagamento, no mesmo valor, que seu credor deposita na sua conta bancária, duplicando-se novamente em, dinheiro, no cofre do banco, e em certificado de depósito, e assim sucessivamente. Desse modo, a mesma soma de dinheiro pode dar origem a um grande número de títulos de crédito — elementos do capital fictício. (Ibidem, p. 195).

Dessa maneira, o capital fictício possui um movimento próprio diferente do capital real ou mesmo do capital monetário. Gerner vai exemplificar esse movimento distinto com as ações em relação ao capital real que lhe deram origem: o capital monetário pago pelas ações vai entrar no ciclo produtivo, transformando-se em meios de produção, ao passo que o título correspondente a esse capital monetário vai entrar no mercado secundário de ações, não tendo nenhuma base real que lhe dê sustentação. “A partir daí o seu valor e os rendimentos a que dá direito seguem uma trajetória de mercado em grande parte independente do capital industrial ao qual o seu valor se integrou” (Ibidem, p. 195).

Quando passa a integrar os mercados de títulos, a sua valorização ou desvalorização não está relacionada às flutuações de

preços das mercadorias produzidas, mas à taxa de juro praticada no mercado. No caso das ações,¹⁰ se a taxa de juro cai, o seu valor aumenta e vice-versa, ao passo que o valor do capital inicial pode não se alterar, aumentar ou diminuir.

Esse comportamento, tendo como base a taxa de juro, demonstra de maneira contundente o caráter fictício desse capital. Segundo Gerner, todos os tipos de capital fictício sofrem a mesma influência da taxa de juro, existe um comportamento que é inversamente proporcional, embora cada tipo de títulos sofra influências adicionais de fatores específicos em função das características particulares apresentadas por cada um.

Sobre esse movimento do capital fictício, é ilustrativo o seguinte trecho em Marx:

O mesmo se aplica ao capital fictício, aos papéis portadores de juros, na medida em que estes mesmos circulam na Bolsa como capitais monetários. Com o juro em ascensão, cai seu preço. Ele cai, além disso, pela escassez geral de crédito, a qual obriga seus proprietários a lançá-los em massa no mercado, para arranjar dinheiro. Ele cai, finalmente, no caso das ações, em parte pela diminuição dos rendimentos a que dão direito, em parte devido ao caráter fraudulento dos empreendimentos que com tanta frequência representam. Esse capital monetário fictício fica nas crises enormemente reduzido, e com ele o poder de seus proprietários de levantar dinheiro sobre ele no mercado. A diminuição do nome monetário desses papéis de crédito no boletim da Bolsa nada tem a ver com o capital real que representam, muito, porém, com a solvência dos seus proprietários. (MARX, 1985, p. 31).

10 O valor das ações é influenciado pela taxa de juros e também pelo rendimento esperado.

Como já foi demonstrado, o capital fictício, embora guarde alguma relação com o capital real, vai assumir proporções que ultrapassam a produção do valor, como expresso por Sabadine e Campos:

[...] a multiplicação de riqueza fictícia ultrapassa, e muito, a geração de valor. Nesse caso, a aproximação com a produção de riqueza real se distancia, representando o puro jogo especulativo, espaço no qual as ações se valorizam e desvalorizam intensamente no mercado secundário. (SABADINE; CAMPOS, 2014, p. 04).

Carcanholo e Nakatani (1999), ao estudarem o processo de formação do capital especulativo parasitário no processo de globalização¹¹, chamam a atenção para o fato de que esse processo de expansão generalizada do capital portador de juros leva a um entendimento de que todo rendimento regular provém de um capital portador de juros. O que, para os autores, é ilusório, já que para quem possui um título, esse capital aparece como um capital real, mas para a totalidade da economia esse é um capital fictício¹², muito embora esse tenha existência real: “Destaque-se que o capital fictício tem existência real, e sua lógica interfere realmente na trajetória e nas circunstâncias da valorização e da acumulação” (CARCANHOLO; NAKATANI, 1999, p. 295).

Sobre o capital fictício na forma de títulos da dívida pública, os autores enfatizam que este, embora decorra de uma fonte que

11 Este artigo foi publicado em 1999 na revista *Ensaíos*, da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE) com o título: “O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização”.

12 Esse capital fictício, na fase atual do capitalismo, também se apresenta como ações, debêntures e letras de câmbio.

é real - os impostos cobrados pelo Estado -, eles se transformam em fictício, na medida em que passam a não mais representar um capital dinheiro real:

Apesar de constituírem capital fictício, esses títulos correspondem, até certo ponto, a um capital real. Diferem, em parte, da forma anterior, constituída pelos títulos públicos. Dentro de certos limites, seu valor tem uma correspondência real. Muitas vezes, seu valor pode ser inferior ao do capital real que representam. Assim, podemos dizer que, pelo menos, uma parte do capital fictício corresponde à magnitude de capital real. (CARCANHOLO, NAKATANI, 1999, p. 297).

Para os autores, esse capital passa a ser fictício na medida em que o valor dos títulos cresce ou diminui por razões independentes¹³, e isso faz com que parcela dele possa ter existência ilusória frente à totalidade do capital.

MOVIMENTO DE FINANCEIRIZAÇÃO DA ECONOMIA MUNDIAL

Após esse período estudado por Hilferding e Lenin, assiste-se a uma sucessão de fatos¹⁴ que irão modificar o cenário mundial e a partilha do mundo entre as potências imperialistas, e a despeito da bipolarização e da guerra fria, o capitalismo vai conhecer o que

13 Essas razões podem ser: a) Modificação na taxa de juros nos mercados mundiais; b) Modificação na avaliação de “bom pagador” desses países por agências internacionais que tornam os países menos confiáveis para o mercado financeiro internacional; c) Variações nas taxas de câmbio, visto que esses títulos são pagos em dólar; e d) Oscilações no preço do dólar podem fazer esses títulos terem valorizações ou desvalorizações de maneira fictícia.

14 Primeira Guerra Mundial (1914-1918); Revolução Russa (1917); Grande Depressão (1929); Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Eric Hobsbawm denominou de Era de Ouro do capitalismo¹⁵, uma fase de expansão que vai do final da II Guerra Mundial até os anos 70 do século XX.

Em 1944, na Conferência de Bretton Woods, são assentados os pilares para a nova etapa de hegemonia norte-americana com a aceitação do dólar como moeda internacional e conversível em ouro, a livre conversibilidade das moedas entre si e destas para ouro ou dólar, e a criação de instituições (Fundo Monetário Internacional – FMI e Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial) que dessem sustentação a esses acordos. (PADRÓS, 2000 apud SANTOS; ARAÚJO, 2016). Esse acordo vai, segundo Chesnais (1998), restringir a movimentação do capital em escala global, atendendo aos interesses do regime de acumulação fordista.¹⁶

Grosso modo, o regime de acumulação fordista baseia-se na extração da mais valia relativa através do aumento da produtividade fazendo uso da tecnologia, no consumo de massas e na padronização das mercadorias. Além disso, outra característica é a predominância do capital produtivo, tendo o capital financeiro o papel descrito por Hilferding de um capital que auxilia no desenvolvimento da produção de mercadorias. Nesse período, os trabalhadores obtiveram relativos ganhos salariais com o New Deal, nos Estados Unidos, e o Estado do Bem-estar social, na Europa.

15 Na parte introdutória, denominada de “O século: vista aérea do livro *A era dos Extremos: o breve século XX*”, Hobsbawm se pergunta: “Como e por que o capitalismo, após a Segunda Guerra Mundial, viu-se, para surpresa de todos, inclusive dele próprio, saltar para a Era de Ouro de 1947-73, algo sem precedentes e possivelmente anômalo?” (HOBSBAWM, 1995. p. 18).

16 Existe uma ampla literatura que trata sobre o regime de acumulação fordista. No entanto, para este resgate, utilizou-se como base o Anexo 1 – Breves notas sobre o regime de acumulação fordista, de Lapyda (2011).

As políticas keynesianas de desenvolvimento foram implementadas a partir dos Estados Nações, tiveram como base o crescimento da demanda agregada e do investimento, sendo predominante a moeda de crédito, tendo como base o padrão dólar-ouro. Por seu turno, os ganhos salariais mantiveram um equilíbrio de poder entre capital, Estado e trabalho, como ressalta Lapyda (2011). “Nesse contexto, o regime internacional como um todo funcionava a partir dos Estados nacionais dotados de relativa autonomia em comparação com o contexto atual” (LAPYDA, 2011, p. 209).

Esse regime de acumulação começa a demonstrar suas fragilidades já nos anos 60. De acordo com Paulani (2009, p. 30), “a história da mudança do regime de acumulação em direção a um regime com dominância da valorização financeira¹⁷ começa em meados dos anos 1960”. Após os 20 anos de crescimento do capitalismo decorrente das políticas de cunho keynesianas utilizadas na Europa e nos Estados Unidos, tem-se como fruto dessa expansão um volume significativo de capital que busca se reproduzir de maneira rentista.

Esses capitais são denominados de eurodólares e petrodólares. Os primeiros decorrentes de parte dos lucros das empresas americanas instaladas na Europa que decidem não reinvestir a totalidade de seus lucros na produção,¹⁸ passando a depositá-los no mercado londrino no setor *off-shore*.

Os petrodólares, por sua vez, são divisas originárias da exportação de petróleo. Em 1973, com o primeiro choque do petróleo

17 Dominância financeira significa, nesse contexto, que a produção da renda e riqueza real passa a se dar sob a lógica da valorização financeira. Para maior aprofundamento, ver Bruno *et al.* (2011).

18 Devido às mudanças nas perspectivas de rentabilidade, que era visível naquele momento como uma reversão do ciclo de crescimento, nem também reenviá-los para os Estados Unidos devido à legislação tributária considerada dura.

e a elevação do seu preço, os países exportadores receberam um crescente fluxo de divisas que passaram a ser usadas no mercado internacional, ocasionando um período de grande liquidez financeira.

Segundo Paulani (Ibidem, p. 31), “com o choque de petróleo e insumos básicos do final de 1973, [...] o mundo entra em recessão aberta. Com a piora ainda maior das expectativas de lucro, os capitais afluem mais intensamente ao circuito londrino, engordado, ademais, pelos petrodólares”. Essa reciclagem dos petrodólares foi responsável pelo aumento da dívida externa dos países da América Latina e por sua conseqüente crise nos anos 80.

Nesse cenário de dificuldades de valorização do capital investido na produção, tem-se o que Chesnais vai denominar a gênese da mundialização financeira, que, além dos fatores citados acima, será complementada pelas transferências efetuadas pelo serviço da dívida externa dos países da América Latina, o que fez com que “as instituições financeiras aumentassem a pressão, visando a obter, ao mesmo tempo, uma política monetária favorável aos interesses dos credores e uma maior liberalização financeira” (CHESNAIS, 1998, p. 17).

Esse objetivo vai ser alcançado nos anos 70 com o esgotamento desse sistema fordista de acumulação, que tem seu epicentro com o fim dos acordos de Breton Woods, o que vai permitir uma ampliação da circulação do capital em escala mundial e um domínio deste sobre o capital produtivo, movimento que vai ser chamado pelo autor como a imposição da lógica financeira sobre a lógica produtiva.

Chesnais (1997), ao caracterizar a economia mundial no último quartel do séc. XX, aponta para um reforço dessa tendência do capitalismo financeiro, em que este desloca a sua principal for-

ma de acumulação da produção e passa a se reproduzir através do rentismo. Segundo Paulani (2009), o que há de novo nessa análise:

[...] é o protagonismo que a propriedade e o rentismo assumiram, bem como o alojamento dessa posição de exterioridade à produção no seio da própria produção. Assim, a patologia congênita do capitalismo assentada na contradição entre capital e trabalho combina-se agora com as contradições que se originam da centralidade da finança: de um lado, a acumulação é lenta e, de outro, a finança é insaciável no nível de suas punções. (PAULANI, 2009, p. 27).

Esse movimento dos anos 70 vai representar uma primeira etapa da mundialização financeira - a internacionalização financeira indireta – “indireta, pois esse mercado de eurodólares era o único meio de comunicação em larga escala dos capitais monetários de diversos países, uma fuga dos sistemas financeiros nacionais compartimentados” (LAPYDA, 2011, p. 31). Essa etapa vai perdurar numa periodização realizada por Chesnais de 1960 até 1979, quando a mundialização assumirá uma nova etapa que tem uma curta duração de 1979 até 1981, mas tem um impacto profundo na organização do capitalismo mundial, não apenas do ponto de vista econômico, mas também político e ideológico, e tem como característica principal a desregulamentação e liberalização financeira, tendo como berço a Inglaterra (Margareth Thatcher) e os Estados Unidos (Ronald Reagan).

Essa etapa vai permitir a abertura externa dos sistemas financeiros nacionais e um movimento de desregulamentação monetária e financeira com a formação de um mercado de bônus que atende aos interesses de grandes grupos que detinham poupança e

dos governos, estes últimos para o financiamento dos déficits orçamentários através da colocação de bônus do Tesouro Nacional e de outros títulos da dívida pública no mercado financeiro mundial. Essa “[...] ‘mercadorização’ dos títulos públicos marcou a entrada da economia mundial na era das taxas de juros reais positivas” (CHESNAIS, 1998, p. 26).

Soma-se a esse processo de securitização¹⁹ da dívida a manipulação da taxa de câmbio por parte dos EUA para atrair de forma mais rápida a liquidez mundial, o que vai provocar nos anos 80 uma explosão da sua dívida pública e a ditadura dos credores, como ressalta Lapyda (2011) “Ficou evidente, assim, seu papel na implementação da ditadura dos credores em âmbito mundial, dado o valor astronômico de sua dívida. Dessa forma, o mercado de títulos públicos tornou-se central e veio se somar ao mercado de câmbio como pilar da mundialização financeira” (p. 34).

A terceira etapa dessa mundialização (1986-1995) vai ter início com o que ficou conhecido como o *Big Bang na City*, que representa um conjunto de medidas liberalizantes colocadas em prática na praça financeira de Londres em um curto espaço de tempo, o que acabou forçando os outros países a também aderirem a esse receituário. Elas estão vinculadas à liberalização dos mercados acionários, que se tornam uma fonte expressiva de acumulação de capital e transferência de riqueza. “Tem-se, então, uma generalização da arbitragem, em que os capitais buscam as melhores

19 A securitização significa a transformação da dívida contratual em títulos negociáveis nos mercados secundários. Esse mecanismo vai garantir uma maior segurança aos credores, na medida em que esses títulos estejam com diferentes investidores diminui o risco de inadimplência. Por outro lado, também acelera a “criação” de capital fictício no mercado mundial através da multiplicação de rendimentos que advêm de títulos que não estão vinculados à produção de uma riqueza nova, ao setor produtivo, mas que representam apenas partes da dívida pública.

oportunidades de valorização em diferentes mercados de diferentes países, acirrando a concorrência entre eles” (Ibidem, p. 36).

Outra característica importante dessa fase é a incorporação dos mercados emergentes. Estes foram obrigados, por pressão dos EUA e do FMI, a entrarem nesse mercado em função do endividamento externo e da desregulamentação promovida por outros países. Lapyda vai chamar atenção para o fato de que essa entrada ocorre num quadro de integração imperfeita, o que acirra a assimetria nas condições dos participantes nesse mercado financeiro mundializado, levando à ocorrência de várias crises e sobressaltos na economia mundial²⁰.

Chesnais aponta que esse mercado mundial financeiro não eliminou os mercados nacionais, apenas fez com que estes se integrassem de forma imperfeita ou incompleta nesse novo cenário, com três peculiaridades que são: esse espaço financeiro mundial é altamente hierarquizado com o domínio do mercado dos Estados Unidos, em função da moeda e da grande dimensão dos mercados de bônus e ações; não desaparece o desenvolvimento desigual nem a concorrência entre os países, daí a necessidade da existência de instâncias de supervisão e controle; e, por fim, os operadores financeiros em graus diferentes, dependendo do tipo de produto financeiro que operam, são responsáveis pela unidade desses mercados financeiros.

São três dimensões, segundo o autor, que justificam a ascensão do mercado financeiro mundial: o movimento de relativa autonomização da esfera financeira em relação à produção, o que representa um aumento do capital fictício em circulação; as formas de valorização do capital de natureza financeira e, nesse sentido, o

²⁰ Sobre essas crises, consultar Lapyda (2011), de forma especial, o capítulo 1 - “O processo histórico político”.

autor utiliza o termo fetichização que Marx e Keynes já utilizaram; e, em terceiro lugar, destaca o papel central que os operadores financeiros têm nesse processo, pois “[...] são os operadores que delimitam os traços da mundialização financeira e que decidem quais os agentes econômicos, de quais países e para quais tipos de transação, participarão desta” (Ibidem, p. 13).

A DÍVIDA PÚBLICA COMO UM INSTRUMENTO DE FINANCEIRIZAÇÃO

O financiamento dos déficits orçamentários dos Estados passa a ser alimentado de maneira expressiva nesses novos mercados financeiros. Já foi visto que os EUA e o FMI passam a exercer pressão sobre os países para que estes entrem nos mercados emergentes, fazendo parte da nova etapa da financeirização através dos instrumentos de refinanciamento da dívida externa.

Plihon (1998) afirma que os títulos da dívida ultrapassam em grande escala as outras modalidades de investimento realizadas nos mercados financeiros, sendo superadas apenas pelo mercado de câmbio. Esse crescimento, segundo o autor, explica-se facilmente:

[...] são os créditos negociáveis menos arriscados, com o aval dos Estados assegurando a melhor qualidade possível, já que estes não podem falir. Ademais para realçar o atrativo de seus títulos aos olhos dos investidores internacionais, os países industrializados empreenderam reformas para aumentar a liquidez dos mercados. (PLIHON, 1998, p. 115).

Essa relação direta entre finanças globalizadas e déficit público é desencadeado, segundo o autor, pelos EUA, que passam a

apelar aos investidores estrangeiros para cobrir a sua necessidade de financiamento externo, já que, no final dos anos 70, este país estava em uma situação de equilíbrio orçamentário e chegou, em 1985, a um déficit estimado em 3,8% do PIB.

Essa postura dos EUA vai causar uma modificação profunda na distribuição dos movimentos de capitais entre as regiões do mundo. Tem-se uma lógica de transferências internacionais Norte-Norte, à medida que os excedentes de capital da Europa e do Japão passam a financiar o déficit gigantesco dos Estados Unidos, gerando o que ele vai denominar de globalização financeira. Dessa forma, “a globalização financeira caminha *pari passu* com essa reorientação dos fluxos financeiros internacionais” (Ibidem, p. 110).

Esse novo espaço globalizado das finanças vai modificar o papel que os bancos exerciam até então, visto que não há mais necessidade de intermediação nesse circuito do capital. Os financiamentos e as aplicações internacionais realizam-se de forma direta através dos mercados acionários e de bônus, tanto governos como empresas puderam, através da emissão de ações e títulos, captar poupanças das famílias e lucros das empresas, sem ter que recorrer à intermediação do sistema bancário, o que ficou conhecido como “desintermediação financeira” (LAPYDA, 2011).

Como consequência desse processo, as organizações não bancárias se fortaleceram, tanto aquelas recém-criadas como as já existentes. Essas organizações são fundos de pensão, seguradoras, fundos mútuos e *hedge*, que centralizam um volume significativo de recursos que estão em busca de valorização financeira. “Eles foram aqueles que mais ganharam com os déficits dos países da OCDE, com as altas taxas de juros e com as medidas de liberalização e desregulamentação postas em prática” (LAPYDA, 2011, p. 39).

Para Plihon, com o objetivo de financiar a dívida pública, foi necessária uma reforma profunda do financiamento do Estado, pois os meios tradicionais de financiamento como a cobrança dos impostos já não eram suficientes, e daí a alternativa é o financiamento através do mercado, com o aumento da venda de títulos da dívida nos mercados financeiros mundiais. Ainda segundo o mesmo autor, esses títulos passam a ter um caráter especulativo²¹ por excelência e, exemplificando com a França, afirma que:

A partir do momento em que o princípio da liberalização das finanças é aceito, é necessário garantir a estabilidade monetária e assegurar a livre circulação dos capitais, logo, não há mais independência da política monetária. Ela passa a ser amplamente ditada pelos interesses dos investidores estrangeiros que detêm, hoje, em torno de um terço da dívida pública francesa. (PLIHON, 1998, p. 118).

Os Estados apresentam altos déficits que os fazem recorrer a esse mecanismo financeiro, não pelo aumento de suas despesas em políticas públicas, mas, como ressalta Chesnais, pela perda de receitas fiscais devido à redução do consumo dos assalariados, em função da política neoliberal de arrocho salarial e flexibilização do trabalho, e também pela redução da produção e do nível de emprego. A isso, ainda pode-se acrescentar, variando de acordo com o país, uma redução nos impostos sobre o rendimento do capital e, por isso, “estes ganham duas vezes, pois os governos são obrigados a cobrir a falta de ganhos em suas receitas, recorrendo ainda mais aos mercados de títulos” (CHESNAIS, 1998, p. 260).

21 Por especulação, utiliza-se a definição de Chesnais: são operações que se baseiam na expectativa de alteração no preço do ativo. Chesnais baseia-se em N. Kaldor (não indica data) e Bourguinat (1995) para essa definição. Vide páginas 258-259 do livro *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos* (1998).

Esse cenário de mundialização financeira provoca uma modificação profunda na repartição das rendas em favor dos rendimentos especulativos, e surge um novo tipo de rentista, aquele que depende da remuneração dos títulos da dívida pública, que cresce nesses países pelo efeito “bola de neve”.

Esse mecanismo de crescimento da dívida ocorre, de maneira geral, através da formação dos mercados de bônus, da securitização da dívida pública e do crescimento de parcela dos orçamentos dos países. Chesnais destaca os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), mas esse fato ocorre também com os países da América Latina. Esta última fonte de financiamento tem se tornado, de longe como destaca o autor, a principal fonte de financiamento, o que tem consequências diretas sobre as políticas sociais e previdenciárias que os países implementavam até então, como destaca o autor:

[...] atualmente, o mecanismo mais importante de captação e transferência é, de longe, aquele que transita pelos impostos diretos e indiretos nesses países. Uma parte do crescimento da esfera financeira deve-se aos fluxos de riquezas inicialmente formadas como salários e benefícios sociais, ou como rendas de camponeses ou artesãos, antes de serem sugados pelo Estado através de impostos, e depois transferidos, pelo Estado, à esfera financeira, a título de pagamento de juros ou de reembolso do principal da dívida pública. (CHESNAIS, 1998, p. 16).

Reforçando esse entendimento, Lapyda enfatiza que a dívida pública tem outras implicações políticas como reforço de sistemas tributários regressivos (amplo peso dos impostos indiretos que acabam repercutindo diretamente no preço final dos produtos

e serviços, tornando-os mais caros para os trabalhadores); reforço da austeridade fiscal, considerando como improdutivos os gastos sociais e, em função disso, uma paralisação nas despesas públicas. “Isso facilitou, por exemplo, as privatizações em diversos países, resultando em uma ‘desresponsabilização’ do Estado sobre algumas áreas e na abertura de novos canais de investimento para o capital sobreacumulado” (LAPYDA, 2011, p. 35).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando Hilferding, no começo do século XX, começa a estudar a forma capital financeiro identifica um capital que serve ao processo de produção, embora esteja circulando como capital bancário temporariamente. Atualmente, essa forma de capital alçou um novo patamar, passando a não mais ter relação com o processo produtivo direto e tornando o capitalismo cada vez mais um modo de produção que se distancia da sua principal característica inicial: a produção de mercadorias.

O capitalismo vivencia uma fase em que a queda tendencial da taxa de lucro está buscando ser revertida utilizando a valorização fictícia do capital, de forma especial, através dos títulos da dívida pública nos países periféricos, o que transforma esse capital em rentista, dissociado de qualquer processo produtivo real.

Se, por um lado, o capital financeiro atinge o seu auge com o processo de monopolização da indústria, o movimento de financeirização, que caracteriza a fase atual do capitalismo, é impulsionado por dois movimentos: o primeiro, a desregulamentação dos mercados financeiros gerenciada pelos Estados Unidos, pondo fim

à regulação concebida em Breton Woods; e o segundo movimento surge com a abundância de capital decorrente dos eurodólares e dos petrodólares, que encontram nos países periféricos um campo fértil para sua reprodução.

Impulsionados por essa abundância de capital, os países periféricos, parte deles em períodos de ditadura militar e com um alinhamento às políticas dos Estados Unidos, passam a utilizar essa fonte de capital, ora para legitimar a exceção democrática com níveis de crescimento econômicos favoráveis, ora em altos investimentos em infraestrutura para beneficiar a expansão do capital produtivo nacional e estrangeiro, que buscava novos territórios para contrabalançar a queda tendencial da taxa de lucro nos países centrais. Esse patrimônio, em mais um movimento de financeirização implementado nos anos 90, vai ser privatizado, tendo inclusive a utilização de títulos da dívida pública como moeda de compra.

Esse movimento, à medida que se amplia, vai tendo como resultado um profundo endividamento dos países periféricos que, com o aumento da taxa de juros internacional em função da crise do capitalismo no final da década de 70, transforma esses países em exportadores de capital e impõe uma série de restrições à capacidade de investimento público, de forma especial, nos gastos sociais, que passam cada vez mais a serem tratados como despesas que devem ser cortadas com o intuito de fornecer os recursos suficientes para o pagamento dos serviços da dívida pública, que, ao invés de ser reduzida, aumenta cada vez mais, transformando-se numa “bola de neve” que impulsiona a ampliação da forma rentista do capital de forma ainda mais acelerada.

REFERÊNCIAS

BIASOTO JUNIOR, Geraldo. *Dívida externa, déficit público e dívida interna: algumas observações sobre a ruptura do padrão de financiamento do setor público*. Texto para Discussão. Campinas: UNICAMP, n. 7, sd. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

CAMPOS, Adriana Fiorotti. O II PND e o processo de estatização da dívida externa: a crise das estatais e a sua posterior privatização. *Revista Raízes*, Ano XVIII, n. 19, maio 99. p. 49-64. Disponível em: <<http://www.ufcg.edu.br/-raizes>>. Acesso em: 01 abr. 2016.

CARCANHOLO, Reinaldo A.; NAKATANI, Paulo. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 284-304, 1999. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/1947/2323>>. Acesso em: 09 mar. 2016.

COUTINHO, Mauricio C. Do Capital Financeiro de Hilferding. *Revista Sociedade Brasileira de Economia Política*, São Paulo, n. 35, p. 5-26, junho 2013. Disponível em: <<http://www.revista.sep.org.br/index.php/SEP/article/download/8/65>>. Acesso em: 02 mar. 2016.

CHESNAIS, François (Org.). *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998.

_____. Mundialização financeira e vulnerabilidade sistêmica. In: CHESNAIS, François. *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998.

FATORELLI, Maria Lucia. *A dívida pública em debate*. Brasília, 2012.

HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova cultural, 1985 (Os economistas).

HOBBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: O breve século XX*. 2. edição. 9ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GERNER, Claus M. O sistema de crédito e o capital fictício em Marx. *Ensaaios FEE*, Porto Alegre. p. 179-201, 1994. Disponível em: <<http://www.revistas.fee.tche.br>>. Acesso em: 18 mar. 2016.

GUEDES, Fábio. *Acumulação de capital via dívida pública: contribuição para uma crítica à razão da crise fiscal*. Universidade Federal da Bahia. Dissertação de mestrado. 2007. Disponível em: <<http://www.adm.ufba.br>>. Acesso em: 09 mar. 2016.

GUTTMANN, Robert. As mutações do capital financeiro. In: CHESNAIS, François. *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998. p. 61-96.

LAPYDA, Ilan. *A “financeirização” no capitalismo contemporâneo: uma discussão das teorias de François Chesnais e David Harvey*. Universidade de São Paulo. Dissertação de mestrado. 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br>>. Acesso em: 09 mar. 2016.

LENIN, Vladimir Ilitch. *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1989.

KUCINSKI, Bernardo; BRANFORD, Sue. *A ditadura da dívida*. 2. edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

MARX, Karl. *O Capital*. Livro 3. O processo global da produção capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1985.

MURUA, Gabriela. *Crítica ao debate sobre a teoria do capital financeiro de Hilferding*. Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ. Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e Marxismo – NIEPMARX. Encontro Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois. 30/set/2013 a 04/out/2013. Disponível em: <<http://www.niepmarx.com.br/MM2015/anais2013>>. Acesso em: 02 mar. 2016.

NAKATANI, P.; HERRERA, R. *Crise Financeira ou...de superprodução?*. Versão modificada e atualizada do artigo “Crise financière ou crise de surproduction? Éléments pour une critique marxiste des mesures anti-crise”, elaborado para publicação na revista La Pensée. Disponível em: <http://resistir.info/crise/crise_remy_paulo.html>. Acesso em: 09 mar. 2016.

PAULANI, Leda Maria. *A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil*. Estudos Avançados. v. 23, n. 66, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf>>. Acesso em: 13 out. 2013.

PAULANI, Leda Maria. Economia e retórica: o capítulo brasileiro. *Revista de Economia Política*. v. 26, n. 1 (101). jan./mar. 2006. p. 3-22. Disponível em: <<http://www.rep.org.br>>. Acesso em: 23 maio 2016.

PINTO, Nelson Prado Alves. A institucionalidade financeira. *Revista Crítica Marxista*, n. 28, p. 51-79, 2009. Disponível em: <<http://www.efch.unicamp.br>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

PLIHON, Dominique. Desequilíbrios mundiais e instabilidade financeira: a responsabilidade das políticas liberais: um ponto de vista keynesiano. In: CHESNAIS, François. *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998.

SABADINI, Maurício de Souza. Sobre o conceito de capital financeiro. XVII Encontro Nacional de Economia Política / Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP). Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – 5 a 8 junho 2012. *Anais...* Disponível em: <<http://www.sep.org.br>>. Acesso em: 18 mar. 2016.

SABADINI, Maurício de Souza; CAMPOS, Fábio Antonio de. *Hilferding e o nexó imperialista entre capital financeiro e a exportação de capital*. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Texto para discussão 243. ISSN 0103-9466. Agosto de 2014. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br>>. Acesso em: 18 mar. 2016.

SANTANA, Laudicéia Araújo. *As disputas pela repartição dos recursos orçamentários entre os programas de redistribuição de renda e o pagamento da dívida pública nos governos Lula (2003/2010)*. Universidade Federal de Campina Grande/PB. UFCG. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Plano de trabalho de doutorado. p. 1-20.

SANTOS, João Carlos Araújo dos. *A gestão da dívida mobiliária federal: observações sobre sua origem e evolução*. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Instituto de Economia. Dissertação de mestrado. 1994. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br>>. Acesso em: 02 mar. 2016.

**SELECTIVIDAD ESTRATÉGICA DEL ESTADO:
UNA REFLEXIÓN SOBRE LA LUCHA POLÍTICA
Y LOS GOBIERNOS LATINO-AMERICANOS¹**

Carlos Andrés González²

Entre las tradiciones neomarxistas más prolíficas de la Ciencia Política reciente se encuentra la de Bob Jessop, un teórico político británico que en los últimos veinte años se ha dedicado a construir y cultivar un enfoque teórico denominado Enfoque Estratégico-Relacional (EER). El planteamiento de Jessop tiene una herencia amplia en la obra del comunista italiano Antonio Gramsci y el marxista griego Nicos Poulantzas, ambos teóricos que fundamentan sus ideas en una epistemología y metodologías “críticas realistas”, así mismo presenta influencias de las teorías del análisis crítico del discurso y teorías sistémicas de la segunda mitad del siglo XX, en particular la de los sistemas de autoorganización.

Si bien estas influencias se hacen evidentes en el EER, son los planteamientos del “último Poulantzas”, quizá, los que mayor deuda representan en el enfoque de Jessop. El estructuralista de

¹ Este artículo tiene como base una ponencia presentada en el Congreso de ALACIP – 2017. Para esta publicación se hicieron revisiones y complementos.

² Pesquisador do Departamento de Ciência Política de la Universidad del Cauca e no Centro de Estudios: Pensamiento Crítico na Colômbia.

origen griego construyó un sistema teórico para comprender el Estado, lo político y las prácticas políticas como expresiones de la lucha de clases inscritas históricamente.

Identificó, además, que las clases y fracciones de clase encarnan las instituciones estatales y, representando en ellas sus intereses fraccionales, hacen de la política de Estado un elemento caótico y contradictorio. Entre los mecanismos institucionales que representan esta lucha política al interior del aparato estatal se encuentra la “selectividad estructural”.

Esta formulación es retomada años después por Bob Jessop, quien, tras una revisión detallada y crítica, alejándose del estructuralismo, apunta hacia un enfoque estratégico que pone al centro la acción política de los agentes (clases, fracciones, actores, etc.) y reconoce que los factores institucionales y las prácticas históricas delimitan la actuación política y la maniobra de los mismos en el Estado y más allá de él. De esta manera, Jessop inaugura en ciencia política un enfoque que le resta al determinismo de las estructuras y al voluntarismo de los agentes, sin abandonar la comprensión de la política como relación de fuerzas y lucha de clases.

El EER tiene una utilidad amplia en el análisis político y en particular en el análisis del Estado, algunos de los usos corresponden a la selectividad estatal de género, la metagobernanza y la soberanía estatal en el tiempo actual, entre otros (JESSOP: 2008). En este artículo se presentan los aspectos neurálgicos del enfoque, ubicando el concepto de selectividad estratégica del Estado como categoría clave para el análisis político de los Estados latinoamericanos en el actual periodo en el cual se debaten las posibilidades y límites de la izquierda en los gobiernos y en el proceso de cambio político continental.

PUNTO DE PARTIDA: EL ESTADO, EL PODER DEL ESTADO Y LAS LUCHAS POLÍTICAS

Para empezar, las tesis principales de las que parte el autor de referencia son planteamientos que vienen de Poulantzas y se recogen en su último texto titulado “Estado, poder y Socialismo” (EPS), en particular las formulaciones al respecto de las luchas políticas. A continuación, se formulan algunos planteamientos que versan sobre el Estado, el poder del Estado y las luchas políticas, y que, aunque se inscriben en el neomarxismo, recogen en el desarrollo de su obra intelectual otras teorías del horizonte emancipatorio que se sujetan a él.

1. La teoría del Estado de la cual se parte concibe que la cuestión del Estado tiene que ver con la dominación política en la que priman las relaciones de clase, y en la cual se distingue entre el aparato estatal y el poder del Estado. El aparato estatal es algo que no se agota en el poder del Estado, aunque representa la materialidad institucional de la dominación política de clase; en otras palabras, las acciones del Estado no se reducen a la dominación exclusivamente, aunque estén marcadas por ésta.

2. La teoría del Estado capitalista no puede aislarse de la historia de su constitución y reproducción, la cual tiene que ver con la lucha de clases en formaciones sociales específicas, pues es una historia siempre particular y situada. Las luchas políticas hacen parte del campo constitutivo del Estado, de su terreno efectivo de existencia.

3. Las relaciones de poder desbordan con mucho al Estado, esto quiere decir que los poderes de las clases sociales, en lucha, representados en capacidad de imponer condiciones a sus

opponentes, no se reducen al Estado. Al mismo tiempo, el Estado actual concentra en él cada vez más las distintas formas de poder. En otras palabras, estos poderes de clase conservan una primacía sobre los aparatos estatales, en ese sentido, primacía de la lucha de clases, las luchas políticas sobre los aparatos.

4. El Estado desempeña un papel constitutivo en la existencia y la reproducción de los poderes de clase. Las relaciones de poder no recubren exhaustivamente las relaciones de clase y pueden desbordarlas, sin querer decir con esto que no se sitúen en el terreno de la dominación política o que carezcan de referencia de clase; pues su fundamento no es la división social del trabajo en clases. La división en clases no es el terreno exhaustivo de constitución de todo poder, aunque en las sociedades de clase todo poder revista una significación de clase.

5. El Estado interviene con su relación y sus efectos en todas las relaciones de poder a fin de asignarles una pertinencia de clase y de situarlas en la trama de los poderes de clase. El Estado se hace cargo así de poderes heterogéneos que se convierten, en esta forma, en eslabones y apoyos del poder de la clase dominantes. El Estado no es un Estado de clase sólo en el sentido de que concentra el poder basado en las relaciones de clase, sino también, de que se propaga tendencialmente en todo poder, apropiándose sus dispositivos; poder que sin embargo lo desborda constantemente.

6. Todo poder (No solo un poder de clase) existe únicamente materializado en aparatos (No solo aparatos de Estado). Estos aparatos tienen un papel constitutivo del poder. Pero en la relación poder/aparatos y más particularmente la lucha de clases/aparatos, la lucha tiene el papel fundamental. Lucha cuyo campo no es otro que el de las relaciones de poder, de explotación económica y de dominación/subordinación político-ideológica.

7. El Estado y las tácticas nunca se ocultan del todo, porque a cierto nivel el lenguaje de la táctica hace parte integrante de las disposiciones del Estado con vistas a organizar las clases dominantes, forma parte del espacio escénico del Estado en su papel de representación de esas clases.

8. Respecto a las clases dominantes, el Estado tiene un papel principal de organización. Representa y organiza el interés político a largo plazo de las clases dominantes en el bloque en el poder, este bloque a su vez es manifestación de unidad conflictiva de la alianza en el poder y del equilibrio inestable de los compromisos entre sus componentes. Sin embargo, este papel fundamental de organización no concierne a un solo aparato o rama del Estado, sino en grado y a títulos diversos, al conjunto de sus aparatos, incluidos sus aparatos represivos.

9. El papel organizador específico del Estado consiste en decir, formular y declarar abiertamente las tácticas de reproducción de su poder. El Estado no produce un discurso unificado, produce varios en sus diferentes aparatos según su sello de clase, varios discursos dirigidos a varias clases. O también produce un discurso fragmentado y segmentado según líneas coincidentes con la estrategia del poder. Sus discursos a las clases dominantes son discursos de organización.

10. El Estado debe considerarse como una relación, más exactamente como una condensación material de una relación de fuerzas entre clases y fracciones de clase (dominantes y dominadas), tal como se expresa, siempre de forma específica, en el seno del Estado.

11. Sin embargo, el Estado no se reduce a la relación de fuerzas, pues presenta también una opacidad y resistencias pro-

pías. Esto quiere decir que, aunque un cambio en la relación de fuerzas entre clases presenta sus efectos en el Estado, no se traduce de forma directa e inmediata existe un proceso de adaptación a la materialidad de sus diversos aparatos y solo se cristaliza en él bajo una forma intermediada y diferencial, según sus aparatos.

12. Las contradicciones de clase entre las fracciones del bloque en el poder revisten en el seno del Estado en la forma de contradicciones internas entre los aparatos y ramas del Estado, según líneas de dirección a la vez horizontales y verticales. Las diversas clases y fracciones del bloque en el poder no participan en la dominación política más que en la medida de su presencia en el Estado. En cada rama o aparato de Estado se da concentración-cristalización específica de tal o cual interés o alianza de intereses particulares.

13. La relación de las masas con el poder y el Estado, en particular lo designado como consenso, posee siempre un sustrato material. Entre otras razones porque el Estado procurando siempre la hegemonía de clase, actúa en el campo de un equilibrio inestable de compromisos entre las clases dominantes y las clases dominadas. El Estado asume así una serie de medidas materiales positivas para las clases populares, incluso si estas medidas constituyen otras tantas concesiones impuestas por la lucha de las clases dominadas.

14. El funcionamiento de la autonomía del Estado y sus divisiones internas también dependen de las clases dominadas. El establecimiento de la hegemonía comprende un juego de compromisos materiales variables entre el bloque en el poder y algunas clases dominadas, descargando en alguna de ellas el peso de la hegemonía del bloque en su conjunto. Los aparatos de estado organizan-unifican al bloque en el poder, desorganizando-dividiendo las clases dominadas y cortocircuitando sus organizaciones políticas.

15. Las luchas populares (incluyendo las de clase) están inscritas en el Estado, aunque éstas y los poderes lo desbordan; “El Estado sobrenada en las luchas populares que lo inundan”. Las luchas populares, asimismo, están incitas en aparatos de poder (Estado ampliado) en el que se condensan las relaciones de fuerza, dispositivos como la familia, las empresas, etc. De esta manera, existe un encadenamiento complejo entre el Estado y los dispositivos de poder en el cual las luchas populares tienen efectos a distancia del Estado propiamente dicho.

16. La configuración precisa y particular del armazón institucional de los Estados depende también de las relaciones de fuerzas entre el bloque en el poder y las masas populares, y del papel que cumple en relación a las clases dominadas. En consecuencia, existe en cada país una organización diferencial del Ejército, la policía, la iglesia y las instituciones de los sistemas políticos como tal, en consecuencia, existe una historia de la lucha de clases que atraviesa de palmo a palmo la institucionalidad de los Estados y se expresa en coyunturas específicas que cristalizan en la ley y en las reformas institucionales.

17. Las clases dominadas no existen al interior del Estado por intermedio de aparatos, como sucede con las clases dominantes, sino que existen como focos de oposición al poder dominante. La posibilidad de que exista como aparatos e instituciones depende de una revolución política entrada en revolución social que implique la transformación radical del Estado. El poder de las clases populares en el seno del Estado capitalista no modificado es imposible en tanto la selectividad desplaza el poder real de un aparato a otro en la medida en que se modifican las relaciones de fuerza y en tanto los mecanismos al interior de los aparatos reproducen la relación

dominación-subordinación. En los casos en que hay modificación de la relación de fuerzas y por lo tanto una modificación del poder del Estado en favor de las clases populares, el Estado tiende a largo plazo a restablecer la relación de fuerzas a favor de la burguesía y las clases dominantes.

18. Existen diferencias de táctica e incluso de estrategia en coyunturas específicas entre las relaciones de las fracciones del bloque en el poder y las clases populares, en tanto el peso de las contradicciones entre unas y otras es siempre particular. Las clases populares sirven de apoyo a fracciones específicas del bloque en el poder para intervenir en la lucha de clases a su interior y así resolver contradicciones secundarias o de grandes opciones políticas que implican regímenes políticos, de excepción o “democráticos”.

EL ORIGEN DE LA “SELECTIVIDAD ESTRATÉGICA” DEL ESTADO

La primera formulación de las selectividades estratégicas se encuentra en Claus Offe quien a inicios de los 70 arriesgó una comprensión de los mecanismos institucionales y de representación que los partidos políticos y otros actores disponían para intervenir la política de Estado, promover reformas y gestionar las crisis políticas del denominado Estado de Bienestar europeo. Estos mecanismos variados se inscribían inicialmente en la administración pública y estatal pretendiendo “corregir”, en el ámbito político, los desequilibrios originados por la acumulación de capital y la crisis económica. Esta idea precursora, del politólogo alemán, fue retomada primero por Joachin Hirsch y después por Nicos Poulantzas, quienes desde corrientes neomarxistas diferentes apuntaron a teorizar al respecto.

En el caso de Hirsch, la selectividad estructural aparece como mecanismo de la dominación de clase, la manera como traducen y realizan en el Estado sus intereses. El rodeo teórico se cuestiona por la evidencia del mantenimiento a largo plazo de los intereses de la clase dominante en las disposiciones del Estado, al tiempo que éste se ve confrontado permanentemente por multiplicidad de articulaciones de intereses de capitales diversos y de las propias clases dominadas a corto plazo. Así, la selectividad estructural explicaría la efectividad en la prevalencia de los intereses de clase dominante en el seno del Estado y sus disposiciones en el proceso político. En palabras de Hirsch,

El Estado (...) se presenta como un sistema, profundamente escalonado, de filtros, de barreras y de instancias de transformación y de tratamiento de las exigencias políticas y de la articulación de las necesidades: sistema que, en su modo de funcionamiento, tiene estructuralmente una doble orientación, a saber, por una parte, precaverse contra las exigencias “disfuncionales” desde el punto de vista de la conservación de la dominación de clase burguesa y por la otra, formular e imponer un interés general de clase (A largo plazo). (HIRSCH: 1977).

Seguidamente, el autor señala los elementos de funcionamiento que, según él, constituyen esta selectividad: **Primero**, un proceso estructural de “no decisiones”, comprendido por la inacción del Estado en el campo de la producción (propiedad privada y disposición de modos de producción) y la asignación de sus actividades al campo de la reproducción y a la “esfera de la circulación”. **Segundo**, los recursos a disposición del Estado están limitados estructuralmente en tanto los márgenes de renta e impuestos a los

que podría aspirar están determinados por las fluctuaciones de la tasa de ganancia que redundan en beneficio del capital. **Tercero**, disposición de la represión física selectiva e integración ideológica organizada por el Estado. **Cuarto**, un proceso de toma de decisiones burocrática a nivel gubernamental que, actuando con autonomía relativa, reducen a una dimensión funcional las exigencias y requerimientos de los sectores no dominantes que logran penetrar el entramado institucional (HIRSCH: 1977).

Estas estructuras objetivas no se ponen en práctica más que con la acción de un “*grupo reinante de agentes profesionales del Estado*” que persiguiendo el “*interés de estabilidad*” contribuyen a conservar el aparato de Estado y su posición en él; esto implica que la función principal de este grupo está en el “*equilibrio de compromisos*” en el bloque dominante y la conquista de la lealtad de los subalternos (HIRSCH: 1977). Con este rodeo, Hirsch pretende explicar la estabilidad política del orden burgués y la continuidad de la acumulación de capital aún en periodos de crisis política en las sociedades contemporáneas.

Hirsch mantendrá esta postura sobre las selectividades estructurales en estudios posteriores en los cuales comprende que la forma política capitalista es constitutiva tanto del Estado y los aparatos estatales como de los procesos de reproducción de capital, en otras palabras, “la forma política es, en sí misma, una parte constitutiva de las relaciones capitalistas de producción” (AVALOS y HIRSCH: 2007). Con este paraguas las selectividades no atienden solamente una dimensión funcional ligada a intereses de clase, sino que abrazan una suerte de complejidad en la que los partidos y las organizaciones políticas no se encuentran atadas a “situaciones objetivas de clase” sino a ciudadanos aislados y competidores de distinta

procedencia económica, política y cultural. Así, las selectividades participan de la distribución de poder político y de la toma de decisiones filtrando diversidad de intereses económicos como actores en la política cotidiana del Estado. (AVALOS y HIRSCH: 2007)

Por su parte, Poulantzas elaboró un planteamiento más completo y sofisticado en el que articuló las selectividades estructurales a una teoría estructuralista del Estado y de las clases sociales. Este enfoque, sin embargo, se fue destiñendo en la madurez de su aparato conceptual hacia una teoría abierta, más allá de las simples determinaciones estructurales. Para este autor, la política del Estado en lo inmediato es incoherente y caótica porque es el resultado de las contradicciones interestatales de clases y fracciones que se expresan como contradicciones entre ramas y aparatos del Estado.

Esta política se trata de un proceso efectivo de contradicciones interestatales que al nivel de la fisiología micropolítica y a corto plazo tiene que ver con cinco características: **Primero**, un mecanismo de selectividad estructural por un aparato de información y de medidas adoptadas por los otros. Selectividad implicada por la materialidad y la historia de cada aparato y por la representación específica de intereses. **Segundo**, un curso contradictorio de decisiones y “no decisiones” por las ramas y los aparatos del Estado. **Tercero**, una determinación de prioridades y de contraprioridades, contradictorias entre sí, y jerarquización de aparatos y ramas. **Cuarto**, una filtración escalonada por cada rama o aparato, en el proceso de adopción de decisiones, de las medidas propuestas por los otros o de la ejecución efectiva. **Quinto**, medidas puntuales, conflictivas y compensatorias frente a los problemas del momento (POULANTZAS: 1978).

El autor identifica los mecanismos que hacen efectiva al interior del Estado, de sus aparatos, la lucha política y muestran a las

políticas del Estado como un producto contradictorio e incoherente que materializa la relación de fuerzas en la sociedad y en particular en el Estado. En esta forma lo definido en una rama o aparato de Estado es contradicho o complementado por otra y viceversa, sin estar garantizada en ningún caso una coherencia institucional, como lo pretende mostrar el institucionalismo tradicional; desde esta óptica la política de Estado es un producto complejo de un proceso histórico particular en las formaciones sociales específicas que refleja el estado de las fuerzas políticas en contienda y las capacidades y posibilidades de realización de sus intereses en la sociedad.

La sombrilla de esta formulación es la autonomía del Estado con respecto a las clases dominantes y en particular con respecto a las fracciones del “bloque en el poder”, así como la “autonomía relativa del Estado” con respecto a las ramas y aparatos de Estado; dándole su lugar tanto a las clases como al personal del Estado (la burocracia) en el proceso político. Más allá aún, Poulantzas identifica en este planteamiento que el Estado es también:

Un campo y un proceso estratégico donde se entrelazan nudos y redes de poder que se articulan y presentan, a la vez, contradicciones y desgases entre sí. De ello derivan tácticas cambiantes y contradictorias cuyo objetivo general o cristalización institucional, toman cuerpo en los aparatos estatales. Este campo estratégico esta atravesado por tácticas (...) que se entrecruzan, luchan entre sí, encuentran puntos de impacto en ciertos aparatos, son cortocircuitadas por otras y perfilan lo que se denomina la política del Estado (...) A tal nivel esta política puede ser descifrable como cálculo estratégico, pero más como resultado de una coordinación conflictiva de micropolíticas y tácticas explícitas y divergentes que como formulación de un proyecto global y coherente. (POULANTZAS, 1978).

Esta postura del Estado como campo estratégico incorpora una distancia en relación con el estructuralismo del autor, pues las capacidades y oportunidades de la lucha política no dependen ahora del lugar en el proceso de producción y de la política e ideología compartida, sino del proceso contradictorio y de disputa de estrategias y tácticas en donde puede influir el lugar en la reproducción de la sociedad, en tanto define disposición de recursos y lugares privilegiados en los aparatos de Estado, pero es la relación conflictiva y dinámica de las “micropolíticas” lo fundamental. De esta manera, el cálculo estratégico es una posibilidad en tanto está definido por la misma relación conflictiva y dinámica, históricamente inscrita en una formación social específica.

Este conflicto dinámico de clases y grupos de poder en el Estado se realiza a través de deslocalizaciones y desplazamientos sucesivos del poder de un aparato a otro favoreciendo intereses específicos, neutralizando algunos y anulando otros, haciendo del Estado un campo estratégico. Esa permutación del papel dominante entre los aparatos de Estado no es producto de una decisión de tal o cual agrupamiento sino de un proceso más o menos largo en el que se pone en juego la propia correspondencia con los intereses de la clase dominante, apareciendo la posibilidad de la resistencia en los propios aparatos de Estado y en la política institucional misma. El Estado aparece entonces también como un lugar de resistencia que interactúa con coyunturas de crisis política y crisis del Estado en desajuste institucional y desalineando el poder dominante.

Aparece así la distinción entre poder real y poder formal, el primero correspondiente a la relación de fuerzas que se refracta en el aparato estatal y el poder formal que siempre corresponde con momentos políticos específicos de aquella y que como tal traduce

arreglos institucionales. Así, en cada aparato el centro real de poder no se sitúa necesariamente en el vértice de su jerarquía. Poulantzas concide con la existencia en ellos de nudos y focos de poder real en el andamiaje institucional situados en lugares estratégicos que dependen de los tipos de régimen y las formas políticas ligadas a la historia estatal en cada país. En esta forma la selectividad estratégica del Estado tiene que ver con mecanismos a través de los cuales se expresa la política de Estado haciéndola producto de un procesos contradictorio y dinámico de relación de fuerzas.

JESSOP Y LOS DESPLAZAMIENTOS MÁS ALLÁ DE POULANTZAS

La consecuencias de este desplazamiento del análisis estructural al estratégico en la obra del último Poulantzas es fructífero teóricamente, en tanto al tiempo que reconoce que hay centros de decisión, nudos dominantes como centros de la política de Estado y centros de estrangulamiento de las medidas tomadas en otro lugar; también hay lugares de resistencia y procesos conflictivos complejos, los cuales configuran escenas políticas sobredeterminadas por factores, estrategias y tácticas que acompañan su configuración.

No sólo son las estructuras, son sobre todo los procesos históricos particulares, las experiencias y las políticas de las fracciones y grupos las que participan en la determinación del escenario político, haciendo de las rutinas institucionales procesos complejos que materializan la lucha política en momentos específicos hasta tanto se configuren nuevas apuestas y cambios en la relación de fuerzas.

Así las cosas, la primera definición de Jessop identifica que:

La selectividad estructural designa los medios con que el Estado como conjunto de instituciones, ejerce un impacto específico y diferencial sobre la capacidad de las diversas fuerzas políticas para realizar sus intereses y estrategias particulares mediante el acceso y el control de ciertas capacidades estatales, las cuales siempre dependen, para sus efectos, de fuerzas y poderes que están más allá del Estado. (JESSOP, 1999).

De acuerdo con la lectura de Jessop, su desplazamiento fructífero de Poulantzas le permite enfatizar en el lugar de las estrategias en el proceso político y repensar elementos teóricos complementarios y acordes con las selectividades estratégicas del Estado, convirtiéndolo en una herramienta de análisis más potente. Estos elementos son:

1. El marxista británico persiguiendo indicaciones heurísticas para el análisis politológico advierte que debe entenderse el poder del Estado y no los aparatos de Estado como condensación determinada de relaciones de fuerza. Esto implica combinar dos elementos del sistema estatal: la materialización institucional y el equilibrio de fuerzas; el primero caracterizado por la “selectividad estratégica” que refleja y modifica el equilibrio de fuerzas, y el segundo, la constitución de estas fuerzas de clase y sus estrategias.

2. El autor retoma la idea de que las estrategias “articulan” las determinaciones estructurales y la posición de clase, concediendo a las estrategias el lugar privilegiado que abarca tanto la polarización y las alianzas de las clases y los grupos políticos (JESSOP: 1985)

3. Para Jessop, “las lógicas alternativas de capital deben ser examinadas en términos de competencia, estrategias de acumulación y que el campo de la lucha de clases debe ser examinado en

función de la competencia de proyectos hegemónicos” (JESSOP: 1985). Esta precisión le permite al autor identificar la determinación estructural con la condensación de estrategias pasadas, útiles o inútiles, y la elaboración de las mismas como las limitaciones y posibilidades propias de la lucha política y del ejercicio de la dominación; así se puede distinguir entre estrategias orgánicas y arbitrarias (Esta idea sería abandonada en estudios posteriores).

4. “La dominación política burguesa existe en la medida en que el capital (o sus representantes) pueden operar en el terreno de una forma de Estado dado para asegurar las diversas condiciones políticas de acumulación de capital (...) En este sentido no es necesario que la clase a cargo del Estado y/o de la clase dominante (como se define por Poulantzas) debe pertenecer a la burguesía. Estas posiciones podrían ser ocupadas por fuerzas no capitalistas o incluso por las categorías sociales y políticas con ninguna clase inmediata pertenencia” (JESSOP: 1985). La dominación política entonces siendo una forma determinada del equilibrio de fuerzas, coherente con la reproducción ampliada de capital, se establecería después de estar garantizada dicha reproducción ampliada y en relación con “horizontes espaciales, temporales y estratégicos de acción” determinados.

5. Los intereses de clase se definen también a través de las estrategias particulares de clase y la lucha de clases se entiende en términos del impacto diferencial en la interacción de fuerzas. Así, no resulta relevante la conciencia de clase en la comprensión de las acciones de las fuerzas, sino el cálculo estratégico y el conocimiento de las diversas condiciones de la existencia de estas relaciones que les permite constituirse, identificarse y organizarse, al tiempo en que reproducen sus condiciones de existencia.

6. “La eficacia de las estrategias depende de su adaptación a la margen de maniobra inherente a las estructuras dominantes y sus repercusiones en el equilibrio de fuerzas. Pero es a través de la explotación de este margen de maniobra que el equilibrio de fuerzas y las propias estructuras se puede cambiar en el mediano y largo plazo” (JESSOP: 1985). Siendo las estructuras cristalización de estrategias exitosas del pasado, también también son producto de la interacción social y de los poderes y capacidades desplegadas por los grupos y agentes políticos; prima en campo de las contingencias en la comprensión de la lucha política y las relaciones de fuerza.

7. Importancia de la estrategia en la confección de la política. Las estrategias globales ligadas a la función global del Estado se articulan a estrategias específicas que compiten por establecerse y a su vez a una variedad de tácticas flexibles. Los tiempos de consolidación de las estrategias interfieren el cálculo de posibilidad efectiva de prevalencia de la estrategia global en tanto son diferenciados los grados de apoyo dentro y entre las diferentes fuerzas sociales.

8. Se analiza la estructura como estratégica en su forma, contenido y funcionamiento, en consecuencia, se estudian las acciones como estructuradas, más o menos sensible al contexto. Esto permite examinar como las estructuras privilegian **actores, identidades, estrategias, horizontes espaciales y temporales**, algunas **acciones** sobre los demás; y en sentido inverso como los actores, a través de un análisis estratégico contextual tienen en cuenta estas diferencias para definir un curso de acción (JESSOP: 1999b).

9. El análisis de las selectividades estratégicas del Estado como un sitio estratégico de la **acción política**, tiene que ver con las **estrategias** específicas perseguidas por las **fuerzas o grupos** ligados a ellas, con **identidades** específicas que persiguen **inte-**

reses, con **horizontes espacio-temporales** de acción en relación con otras fuerzas, de tal manera que cada avance de sus propios intereses se consigue a través de sus propias estrategias y sus horizontes espaciotemporales. Estas selectividades aparecen como formas particulares de privilegio de acceso o control sobre ciertas capacidades estatales para algunas fuerzas en relación a otras, algunas estrategias en relación a otras, algunos intereses en relación a otros, algunos horizontes espaciotemporales de acción en relación a otros, y algunas posibilidades de coalición (Bloques y alianzas) en relación a otras (JESSOP: 1999b).

Es así como una Interacción sostenida en el tiempo de selectividades estratégicas del Estado y estrategias y tácticas específicas orientadas aquellas selectividades por cuenta de fuerzas políticas puede dar lugar a un funcionamiento relativamente duradero del Estado y su sistema político más amplio (JESSOP: 1999b).

LA SELECTIVIDAD Y EL LUGAR DE LA LUCHA POLÍTICA: USOS Y PERSPECTIVAS EN LATINOAMÉRICA

Los aportes de Jessop muestran que la categoría de selectividades estratégicas del Estado es un concepto útil para comprender el impacto que tienen las acciones políticas en la política del Estado, en el sistema estatal y en la sociedad, asimismo para analizar las posibilidades de los proyectos de las agrupaciones políticas y/o agentes estatales. La preocupación del autor es ofrecer un modelo, un enfoque de análisis político que aproxime, desde una perspectiva crítica realista, los elementos que intervienen en la dinámica política estatal, en la política cotidiana del Estado.

El autor conserva de Poulantzas las intuiciones políticas, la perspectiva relacional y las nociones básicas, para ir más allá de él y promover categorías y determinaciones nuevas influenciadas por las teorías sistémicas contemporáneas. Este diálogo teórico enriquece el enfoque de Jessop aunque los pilares de su formulación original no se abandonan, más bien son complementados, puestos a prueba y sujetan los complementos posteriores. Tenemos entonces una preocupación estimulante y novedosa que promueve un análisis político que integra dimensiones sociales, económicas, estatales, etc. que no dejan de coincidir con la preocupación por la totalidad y la universalidad del conocimiento social.

En su última etapa, los planteamientos de Jessop se distancian del estructuralismo y el determinismo tanto económico como estatal, de distinta procedencia, y se abocan al análisis complejo que reconoce y concilia las contingencias de la acción política, la complejidad de los procesos, la autoorganización de sistemas y las sobredeterminaciones de los fenómenos políticos. Esta perspectiva nueva, posibilita pensar la política en los Estados latinoamericanos, especialmente en la coyuntura actual en la cual la izquierda ha ocupado los gobiernos y/o lugares importantes del aparato estatal y ha contribuido a la agudización de la lucha de clases en todo el orbe.

En este último caso, las formulaciones teóricas de Poulantzas y Jessop resultan estimulantes, cuando se trata de ubicar los límites estructurales y/o estratégicos que tienen las izquierdas latinoamericanas, o mejor las fracciones que en medio de la lucha política, han logrado ocupar puestos de importancia en medio de la crisis política generada por el neoliberalismo. Una izquierda “socialista”, que coincide en los postulados generales de integración latinoamericana, se ha propuesto el cambio institucional, la

transformación radical del Estado de la mano de acción política de masas en sus países (Venezuela, Bolivia y Ecuador) poniendo a prueba los límites y el papel de las clases dominadas en la reforma del Estado, límites estructurales que sin embargo en condiciones de “autonomía relativa”, en la política cotidiana luchan por hacer coincidir la disposición de las luchas populares con aspiraciones del socialismo en el siglo XXI. Estos gobiernos, luchan por mantenerse y por contribuir en el cambio de la correlación de fuerzas, al tiempo que se proponen gobernar lo ingobernable, gobernar en la coyuntura actual que implica asumir el desafío global de la crisis estructural del capitalismo al tiempo que se generan salidas concretas, de corto plazo, que palien las décadas de privatizaciones y medidas del gran capital contra la población. Los límites de esta política están planteados teóricamente, el desafío es poder interpretar y contribuir en la profundización de los procesos de cambio que se ha iniciado en el continente.

REFERENCIAS

AVALOS, Gerardo; HIRSH, Joachim. *La política del capital*. UAM-X: México, 2007.

HIRSH, Joachim. “Observaciones teóricas sobre el Estado burgues y sus crisis”, en: Nicos Poulantzas. *La crisis del Estado*. Editorial Fontanela: Barcelona, 1977.

JESSOP, Bob. *State Power. A strategic-Relational Approach*, Polity press, Cambridge, 2008.

_____. *Crisis del Estado de Bienestar. Hacia una nueva teoría del Estado y sus consecuencias sociales*. Siglo del Hombre editores - Unal, Bogotá, 1999.

_____. “The Strategic Selectivity of the State: Reflections on a Theme of Poulantzas”. *Journal of the Hellenic Diaspora*, 25 (1-2), 1-37, 1999b.

_____. Jessop, Bob. Nicos Poulantzas. *Marxist Theory and Political Strategy*, (Versión digital). Consultado 28 de Agosto <http://bobjessop.files.wordpress.com/2013/11/jessop-poulanzas.pdf>, 1985.

JESSOP, Rober. *El futuro del Estado capitalista*. Catarata, Madrid, 2007.

POULANTZAS, Nicos. *Estado, poder y Socialismo*. Siglo XXI, Madrid, 1978.

4

ENTRE EL RELOJ DEL PODER Y LA HORA DE LOS PUEBLOS: APROXIMACIONES A LA RECONFIGURACIÓN DE LAS CLASES SOCIALES Y DEL ESTADO EN AMÉRICA LATINA, EN EL SIGLO XXI

Jaime Ortega¹

La perspectiva abierta en el siglo XXI para el Estado y las clases sociales debe ubicarse como un sendero que se bifurca. América Latina tiene en sus condiciones actuales una perspectiva doble, que debe ser analizada incorporando los matices suficientes para distinguir los puntos en común, pero también las diferencias. Podríamos afirmar que dentro del *cuerpo social* capitalista que se abre en la consideración del sistema-mundial, América Latina pertenece a sus extremidades o en lenguaje clásico, a su periferia. Y es, desde sus extremidades², en donde se plantea quizá con mayor radicalidad el doble ejercicio que el siglo XXI ha visto acontecer: la posibilidad de momentos de revuelta anti neoliberal o los momentos de profundización del modelo existente.

1 Doutor em Estudos Latino-Americanos pela Universidad Autónoma de México, coordinador de investigação no Centro de Estudos Sociológicos da Faculdade de Ciências Políticas e Sociais (UNAM).

2 “Extremidad” lo entendemos como ese resto que sale de la norma del “desarrollo” clásico. Aparece así en la obra de: García Linera Álvaro, *De demonios escondidos y momentos de revolución: Marx y la revolución social en las extremidades del cuerpo social capitalista*, 1991.

Sin embargo, antes de plantear las coordenadas generales de este sendero en que se bifurca la historia reciente, es preciso marcar las líneas de demarcación en términos estrictamente conceptuales. Ello implica una definición del espacio teórico³ específico en el que utilizaremos los conceptos de Estado y de clases sociales. Como se sabe, ningún término ni concepto es neutro, su utilización nunca se da de manera inocente, su uso conlleva la fuerza de la acumulación teórica de corrientes y expresiones teóricas que han afrontado el entendimiento de la realidad.

CONSIDERACIONES TEÓRICAS: LA UTILIDAD DE GRAMSCI

Es por ello que es preciso delimitar algunas de las principales dimensiones de los senderos a los que nos lleva la teoría crítica latinoamericana, la cual pensamos es la más adecuada para ser utilizada y re-conceptualizada ante la compleja situación de la región. Una primera coordenada moviliza el instrumental utilizado por el teórico italiano Antonio Gramsci⁴. En ella, las clases sociales no son consideradas un dato sociológico, preexistente, sino que son evaluadas en su devenir en tanto que sectores sociales capaces de plantear alternativas de reestructuración del orden social vigente. De alguna forma se conforman dos grandes agregados, que en los momentos de tensión y definición no son más que dos claros: las clases dominantes y las clases subalternas⁵. Ellos, sin embargo, se

³ Bolívar Echeverría habla de ese “espacio teórico” que es leer una obra y reescribirla al mismo tiempo (ECHEVERRÍA, 1986).

⁴ Antonio Gramsci es profundamente relevante porque con él se logra superar el esquematismo de cierto marxismo, particularmente su vertiente economicista, dando pase al “posmarxismo” contemporáneo (LACLAU e CHANTAL, 2004).

⁵ En torno a ellas puede haber múltiples “fracciones” o sectores. Tal como lo demuestra Jaime Osorio (2001).

definen más bien por su posición política que por su lugar en la producción económica, eje fundamental de formulaciones más clásicas de la definición de clases.

Echar mano de Gramsci no corresponde a un prurito exclusivamente teórico, sino a una necesidad de captar el devenir y el movimiento, planteando así la crítica de aquellas tradiciones que no encuentran su asidero en el pulso ardiente de los conjuntos sociales que increpan el estado de cosas existente. Gramsci es quien formula una nueva aritmética de la política, en donde las fuerzas sociales no siempre cuentan de igual manera y permite, con su intervención teórica, generar una nueva gramática de la política que va más allá del formalismo de la ciencia política dominante. Si algo vale en las *extremidades* del cuerpo capitalista es entonces la posibilidad de superar la noción estrecha tanto de clases (como agregados cuantitativos de seres humanos), como la del Estado, comúnmente reducida a su versión osificada y cristalizada, es decir reducida al “aparato estatal”⁶.

Sin embargo, no es Gramsci sin más: se trata de seguir las huellas y pistas dejadas a partir de la apropiación productiva que se ha hecho desde América Latina de él. Aquello que siguiendo a José Aricó se ha destacado como un acto de *traducción*. La teoría, cualquiera que esta sea, no se aplica sin más, sino que se *traduce* a contextos específicos, a condiciones discursivas precisas, a coyunturas donde los debates y combates resultan siempre delimitables. El Gramsci del que hablamos para referirnos a las transformaciones del Estado y de las clases no es el que se leyó en los años cincuenta en Italia, ni el que se criticó en el pos-sesenta y ocho en Inglaterra

⁶ Desde nuestra tradición ha sido, de igual manera, Jaime Osorio, quien ha hecho crítica de esta reducción en: Osorio Jaime, *El Estado en el centro de la mundialización*, México, FCE, 2015.

(ANDERSON, 1981), sino aquel que sirvió como la levadura del pensar teórico de los años setenta y ochenta. Aquel que se apropiaron Norbert Lechner (1977), René Zavaleta (2009), Agustín Cueva (1984), Carlos Pereyra (1984) Juan Carlos Portantiero (1983) entre otros. Es verdad que aún falta una reconstrucción más precisa de las distintas veredas por las que Gramsci caminó en las orillas (OSCAR ARIEL, 2015) del mundo capitalista, pero la certeza con la que disponemos es las diversas apropiaciones dispararon numerosas posibilidades de producción teórica.

Así, con Gramsci y los asedios que de él se hicieron, es preciso delimitar en primer lugar lo que se entiende por Estado. Entendemos por este no al “aparato estatal”⁷ en su sentido represivo o burocrático; sino la unidad-distinción entre las funciones de la sociedad civil y la sociedad política. En términos de Gramsci, el Estado es siempre Estado integral, es decir, siempre se incluye de alguna manera u otras dimensiones de la sociedad civil: lo puede hacerlo privilegiando la forma del consenso (es decir, como incorporación de demandas) o bien privilegiando la forma represiva (es decir, sometiendo al contrincante político). En cualquiera de las dos presencias, una no excluye a la otra, sino que existen momentos de intensidad de una y otra, que se intercambian o toman el relevo. El Estado, dirá más tarde Nicos Poulantzas es condensación de relaciones de fuerza⁸. Ello sirve para pensar entonces la dimensión definitoria de la política a partir del siglo XX: la de la hegemonía.

7 Osorio Jaime, “El hiato entre Estado y aparato: capital, poder y comunidad”, en *Argumentos* No. 23, Vol. 64, septiembre-diciembre de 2010.

8 A partir de Gramsci el teórico griego Nicos Poulantzas definió al Estado como relación social, pero sobre todo como “Condensación de relaciones de fuerza entre las diferentes clases sociales”. Ver: Poulantzas Nicos, *Estado, Poder y Socialismo*, México, Siglo XXI, 1987, p.316.

La hegemonía es entendida no como el engaño o la cooptación, sino como diría el boliviano René Zavaleta, como la transformación de: “la furia del oprimido en una parte del programa del opresor” (ZAVALETA, 2009). Hegemonía es entonces la incorporación por la vía de la existencia de múltiples mediaciones o también puede ser entendida como la construcción de una determinada relación entre gobernantes y gobernados que incluye la consolidación de lealtades y canales de negociación⁹.

Así, Estado y hegemonía quedan imbricados como un proceso unitario en donde el consenso o la fuerza se conjugan de una determinada aritmética política que permite delimitar la determinación estatal: esta puede ser más democrática, más autoritaria, más nacional-popular; etc. Dependiendo de dicha determinación el Estado no es un sujeto que se autodetermine, es por el contrario el resultado de las tensiones entre sociedad civil y sociedad política y la forma en que canalizan las relaciones de mando y obediencia, es decir, entre gobernantes y gobernados. A esto último en tiempos recientes se le ha nombrado con el concepto de “estatalidad” (AVALOS, 2015).

La segunda coordenada que es preciso delimitar con cautela es la que refiere a la noción de clases sociales. Es bien sabido los usos y abusos de la noción de clases en ciertas tendencias intelectuales y aunque con la mediación de Gramsci hemos establecido que para el tema en cuestión resulta más operativa la división entre clases gobernantes (que ocupan la sociedad política) y clases subalternas (que animan la sociedad civil) es preciso decir algo más. En la producción contemporánea la noción de “clase” o bien es eludida en pos de un formalismo que coloca a todos a nivel de ciudadanos

9 Para el caso del México de la pos-revolución, ejemplo de este tipo de estructuras de mediación, véase: Roux Rhina, *El príncipe mexicano*, México, 2005.

libres e iguales o bien es la llave mágica que explica el conjunto de los procesos. En la primera el ciudadano es el corazón de la política, excluyendo cualquier conflicto que no sea el electoral; en la segunda a las clases se le asigna un proyecto y una politización al margen de sus tradiciones históricas y de las coyunturas de las que son partícipes, se le considera de manera *a-priori* portada de un proyecto histórico.

Las clases de las que hablamos aquí sólo se configuran en la tensión de la historia y no al margen de ella, sus transformaciones ocurren en las *coyunturas de intervención*, en esos acontecimientos que les permiten conquistar espacios de autodeterminación o bien en donde los pierden. La clase, así entendida, no es un agregado sociológico preestablecido, tampoco es un dato construido a partir de ciertas medidas; es, por el contrario, una forma de existencia de sectores de la sociedad que afrontan los conflictos y contradicciones en la sociedad. Una noción amplia de clase puede encontrarse en autores de distintas tradiciones: Nicos Poulantzas la formuló para evitar cualquier concepción trascendental de ellas; E. P Thompson lo hizo para anclar en la dimensión vívida, es decir, la de la experiencia de lo “histórico-moral” (THOMPSON, 1979); John Holloway (2004) planteo la categoría para insistir en el antagonismo constitutivo de la sociedad capitalista. En ellos y otros, como en la politóloga canadiense Ellen Meiksins Wood la clase es resultado siempre de los combates y conflictos en la sociedad y no se encuentra constituida previamente (WOOD, 2000). Es en lo político en donde se da lo definitorio de las transformaciones de clase y no lo exclusivamente económico.

Esta definición es la que nos permite descentrar el conjunto de hipótesis economicistas que articulan nociones reductivas en

torno a la clase y al Estado. No es la economía la matriz de la que se derivan ambas dimensiones. Es, por el contrario, reconocer la existencia de una relación no unilateral (simple) sino sobredeterminada (compleja). Nuestra hipótesis es que si bien “la lógica del mundo” (como la llamaba Zavaleta) o la estructura de la dependencia (como aludía Marini) o en términos de Marx “el déspota del mercado mundial” actúa sobre la reconfiguración de las clases y el Estado de manera estructural, ella no es la única dimensión que debe ser considerada (MARX, 2003). Desde el argumento que expondremos adelante es necesario privilegiar la dimensión no estructural, es decir la de la coyuntura. Esta es entendida como el momento de intensidad de los conflictos sociales expresados a través de las tradiciones e innovaciones de la práctica política. Así, la coyuntura permite agrietar la muralla de la economía mundial y permite un grado de autodeterminación de las sociedades. En la coyuntura se muestra que el déspota del mercado mundial no tiene el control sobre todo en el mundo y que su corona puede ser abollada.

Sobre los ejes que hemos establecido aquí, buscaremos anudar lo que podemos denominar la doble coyuntura latinoamericana (o sendero que se bifurca), que es aquella que se traza en dos grandes proyectos, confrontados e irreductibles en sus premisas y consecuencias. La bifurcación permite mostrar el conjunto de posibilidades diversas que se han construido con respecto al destino del Estado y las clases. Ambas posibilidades son parte del rompecabezas mundial, mantienen sus señas y sus identidades y podemos ubicarlas como una tendencia general a lo largo del mundo. El entramado que hemos tejido nos permite entonces asediar una realidad cambiante, compleja y por momentos contingente.

UN PREÁMBULO NECESARIO

Es ya un decir común que el neoliberalismo transformó las relaciones de clase y las coordenadas de despliegue estatal a finales del siglo XX¹⁰. Podemos hablar entonces que las tendencias visibles a finales del siglo XX heredadas por dicho patrón de acumulación y de regulación¹¹ son las que fueron transformadas en el siglo XXI de dos formas: por la vía de su reforzamiento o por la vía de su intento de subversión.

La década de los noventa fue entonces la de la redefinición de los proyectos políticos, las formas de oposición al neoliberalismo y la definición de nuevas estrategias de construcción de alternativas sociales. Un volcán en irrupción se desató en 1994 con la insurgencia zapatista en el Sur de México, continuó con movilizaciones que crecieron en intensidad en todo el continente, particularmente en Brasil con el Movimiento de los Trabajadores Sin Tierra (MST), en Ecuador con la irrupción del movimiento indígena, en Argentina con la emergencia de sectores de desocupados.

El “abigarrado campo de la rebeldía contemporánea” despertó nuevas demandas que no pudieron ser canalizadas por los Estados neoliberales, es decir, en algunos casos la hegemonía se erosiona (ECHEVARRÍA, 1986). Las clases trabajadoras “tradicionales” devinieron en sujetos multiformes cuya identidad ya no es exclusivamente clasista: a veces desocupados, a veces identidad

10 La bibliografía en torno al proyecto de clase del neoliberalismo es incuntificable. Remitimos por ello al lector o lectora a su síntesis en Harvey David, *Breve historia del neoliberalismo*, Madrid, Akal, 2007.

11 Es pertinente el señalamiento de Hirsch en diferencias el patrón de acumulación de capital y el patrón de regulación político estatal. Optamos por la versión gramsciana porque ella permite captar lo político, algo que en teórico alemán no se encuentra tan claro. Ver. Hirsch Joachi, *La política del capital*, México, UAM-X, 2007.

indígena, a veces sindicalistas campesinos; la movilización en el corazón de la sociedad civil se transforma, son las clases subalternas asumiendo formas diversas las que expresan su repudio al neoliberalismo. La máxima expresión de este proceso se da en Venezuela en el año de 1999 en donde emerge el primer “gobierno progresista”¹² (aunque esa categoría no ha entrado en escena todavía) de la región.

El preámbulo al siglo XXI es el de redefinición de los movimientos socio políticos, a partir de la emergencia de una oposición que se mantiene en la égida del “derecho a tener derechos” cuestionando la creciente mercantilización de los servicios sociales y que va reclamando de igual forma la defensa del territorio o la conquista de derechos antes ausentes (GUILLÉN e FAVELA, 2009, p. 40). En estos últimos rubros, sin duda, el movimiento indígena llevó la batuta al plantear el problema de la descolonización del Estado y el poder.

El ciclo que se abre con la victoria de Hugo Chávez en Venezuela es el punto de inflexión a propósito de las transformaciones del Estado y el estatuto de las clases dominantes y subalternas. Ahí inicia propiamente el siglo XXI en América Latina. Será este entonces nuestro punto de arranque para la exposición siguiente, bajo el entendido de que el neoliberalismo fue derrotado parcialmente en una cantidad simbólicamente importante de países, mientras que en otros tantos su no derrota permitió un reordenamiento en clave conservadora del Estado, reforzando a las clases dominantes. Analizaremos estas dos opciones políticas abiertas a partir de la inflexión dicha, mostrando las consecuencias al seno de la configuración del Estado y las clases, aunque nuestra máxima atención estará en la segunda vertiente, sin duda la más interesante dada su situación actual.

12 Será a partir de 2006 cuando esta categoría comience a utilizarse más. Cfr. BORÓN Atilio (comp). *Los gobiernos progresistas en debate*, Buenos Aires, CLACSO, 2006.

Existe un sector importante de países en el continente que no echó para atrás ninguna de las reformas neoliberales de las décadas pasadas¹³. Podríamos decir que, en ello, la reconfiguración del Estado y las clases no sólo no se dio en sentido inverso, sino que su existencia podría ser registrada como una profundización o radicalización del neoliberalismo. Sin duda para la temática tratada son países de menor interés. Sin embargo, algunos sucesos de tipo político permiten detenernos de manera puntual. Dos son los señalamientos que tendríamos que hacer a este respecto: a) la insuficiencia o incapacidad de las clases subalternas de articularse con la finalidad de sustituir la hegemonía neoliberal y b) la persistencia de una forma de relacionar el Estado con el mercado mundial por una vía que erosiona la soberanía.

Repasemos ambos nudos problemáticos en su generalidad. Por el lado de las clases, el neoliberalismo heredó en estos países sectores sociales fragmentados, incapaces de articularse o en su caso con una débil articulación. Ello ha devenido en un elemento político decisivo a la hora de sostener la hegemonía neoliberal: en estos países la “izquierda”, los sectores “nacional-populares” o las estrategias progresistas han fracasado. Ya sea por intervenciones que violentan la ley (como en México y Colombia); ya sea porque los sectores que se reclaman como “progresistas” sostienen un fuerte compromiso neoliberal (como en Chile) o ya porque esa opción no se encontró hasta recientemente en el panorama político-electoral (como en el caso peruano, donde la emergencia del “Frente amplio” es reciente).

¹³ Nos referimos a México, Colombia, Perú y Chile: países todos que conforman la “Alianza del Pacífico” y cuyas relaciones de sus respectivos gobiernos con los Estados Unidos no es de confrontación.

Ello ha dejado un panorama para las clases muy distinto al resto de América Latina: en gran medida las opciones de transformación que parten de ellas ya no se articulan exclusivamente en la “forma-partido” (o lo hacen débilmente), pero tampoco en los “movimientos sociales”¹⁴ (tal como fueron entendidos en los años noventa y al principio del siglo XX). En este sentido gana mucha relevancia el concepto de “lucha” que ha acuñado de manera muy reciente la socióloga mexicana Raquel Gutiérrez (2017, p. 21, 22).

Con dicho concepto no alude ya a las formas organizativas que extienden o reclaman alguna demanda frente al Estado, al que sectores organizados consideran incapaz de resolución de sus problemas, sino que resisten desde las luchas concretas por (o desde) el territorio y cuyo espacio simbólico de apropiación se da a partir de lo “común”: recursos naturales, tradiciones arraigadas en el territorio, la defensa de la vida misma amenazada por sectores para militares. Todos estos horizontes se cruzan, se mezclan y permiten asomar el concepto de “autonomía” como el fundamental para ejercer una cierta fuerza de atracción y defensa frente a los distintos poderes. Esto no es casual, la debilidad del sindicalismo (como en Chile), su cooptación histórica (como en México), su persisten persecución (como en Colombia)¹⁵, así como el incremento de el trabajo flexible o precarizado, dejan el espacio para que otros contingentes sociales se conformen como los referentes.

¹⁴ Existe una amplia bibliografía en torno a la conceptualización del “movimiento social” y su especificidad latinoamericana. Para el primer punto véase: Cisneros Armando, *Crítica de los movimientos sociales*, México, UAM-A-Miguel Ángel Porrúa, 2001. Sobre la “especificidad” latinoamericana véase: Rauber Isabel, *Sujetos políticos*, Buenos Aires, CTA, 2006. Una adecuación según las características contemporáneas en Rauber Isabel, *Revoluciones desde abajo*, Bogotá, Desde abajo, 2012.

¹⁵ Silva Cristóbal, “La acumulación por desposesión: genocidio sindical y social en Colombia”, en Rivera Monsalve Magda, *La vigencia del pensamiento de Marx en el siglo XXI y las relaciones capital-trabajo en El capital*, Bogotá, Teoría y praxis, 2016.

Campeños en defensa del territorio, resistencias en contra del despojo producto de la intervención de las compañías mineras, la búsqueda de derechos que trasciendan lo reivindicativo y pasen a la conformación de horizontes más plurales de “lo nacional”, así como la búsqueda de construcción de opciones políticas novedosas en el espectro político, son el sello de marca de estos países.

En México aunque con cierta fortaleza partidaria de las fuerzas anti neoliberales¹⁶, su incapacidad de articulación ha suscitado que la resistencia al neoliberalismo se de por la vía de comunidades que resisten al despojo; en Colombia hay una debilidad partidaria más profunda, en donde el descontento se ha hecho presente a través de las resistencias sindicales o bien en las comunidades indígenas; en Chile ha sido sólo el movimiento estudiantil que reclama la gratuidad de la educación y la reciente creación del Frente Amplio¹⁷, desde donde se hace crítica del neoliberalismo; en tanto que en Perú un crisol de luchas dispersas sólo recientemente se han logrado expresar a través del Frente Amplio y su candidata en el año 2015, Verónica Mendoza¹⁸.

Si en el plano de las clases la situación se ha mostrado ambigua, con respecto al Estado la situación sólo es ligeramente distinta

16 Recordemos que este trabajo fue elaborado antes del triunfo electoral de Andrés Manuel López Obrador, en las elecciones presidenciales de 2018, quien asumió la presidencia de México el día 01 de diciembre de 2018.

17 Apenas unos meses atrás, producto de la fusión de sectores del movimiento estudiantil y líderes comunitarios. Véase la nota: “Frente amplio alcanza firmas para realizar primarias legales” <http://www.elmostrador.cl/noticias/pais/2017/05/02/frente-amplio-alcanza-las-firmas-para-realizar-primarias-legales/>

18 El Frente Amplio peruano logró votaciones históricas para la “izquierda” peruana tras el conflicto armado de los años ochenta: 18% y un tercer lugar en la elección presidencial. El Frente amplio se ha roto y Mendoza ha fundado el Partido Movimiento Nuevo Perú en meses recientes. Este grupo ha fundado la revista *Ojo Zurdo* donde expresa sus posicionamientos, véase el primer número en: <http://revistaojozurdo.blogspot.mx/p/izquierda-peruana-hoy.html>

a la de los años noventa. En términos de la tendencia general se profundizaron los procesos neoliberales típicos: reducción y arrebatado de derechos, privatización de recursos o sectores públicos, un énfasis en el ámbito individual de la decisión política, la creación de sectores sociales favorecidos por la lógica del trabajo no convencional, el incremento de la pobreza en sectores antes protegidos, la mercantilización de sectores tradicionales bajo el amparo del Estado, como la educación¹⁹. Por el otro la idea del “libre mercado”, heredero del TLC y del derrotado ALCA ha sido la bandera de los gobiernos de estos países. La mayoría de ellos se vieron favorecidos por el “boom” de las materias primas de principios del siglo, aunque sin modificar sustancialmente su aparato productivo.

La democracia, por otro lado, ha sido cooptada por mecanismos en donde la movilización de clientelas parece ser la marca fundamental, el electorado de estos países ha dado importante cantidad de votos a políticos identificados con posiciones conservadoras: Sebastián Piñera en Chile, Keiko Fujimori en Perú, Álvaro Uribe en Colombia, Felipe Calderón en México, sosteniendo un discurso que oscila entre el centro y la derecha como los ejes gravitacionales del discurso político. Sólo México presenta un cuadro relativamente distinto con respecto al resto. En este país la “transición” democrática parece encontrarse aún suspendida, pues si dieron retrocesos en la independencia del órgano regulador de las elecciones, otrora ciudadanas. En tanto que el propio Estado cedió su capacidad y su obligación de regulación del cuerpo social. Los saldos de la situación mexicana aún están por conocerse a detalle

19 Hay que reconocer, sin embargo, que la diferencia en temas de educación superior es abismal entre México, Perú, Colombia y Chile. En los dos primeros existen aún universidades públicas con prestigio y peso social que conviven con un mercado cada vez más amplio de oferta educativa privada, sin embargo, en Colombia y Chile la educación privada es la constante e incluso la pública tiene un costo muy alto con respecto a la media.

y acumulan ya una guerra de más de 10 años en donde el ejército se ha hecho cargo de las tareas de seguridad, los desaparecidos han aumentado en forma alarmante y la violación de los derechos humanos crece diariamente²⁰.

Un balance general de periodo nos obligaría a pronunciar-nos: podemos decir que las estructuras del Estado se transformaron en estos países en un sentido de profundización de la perspectiva neoliberal; en tanto que las clases se han expresado de manera diversa a partir de los grandes proyectos electorales (frustrados) de transformación o bien por la vía de las “luchas por el territorio y la vida”, cuyo objetivo no es la transformación radical de la nación, sino la sobrevivencia de ciertos entramados comunitarios no mercantilizados.

EL POSNOELIBERALISMO, EL PROGRESISMO Y LAS NUEVAS HEGEMONÍAS

Podemos ahora abordar las transformaciones más profundas que acontecieron en los países que hicieron parte de lo que una narrativa contemporánea denomina “el ciclo progresista”. Sin duda el material existente sobre este tema es demasiado vasto y en el presente la discusión aún termina de saldarse del todo, cuestión de la que nos ocuparemos en la parte final de este texto. No queda más que apuntar para este trabajo dibujar en grandes trazos las marcas de las discusiones.

Partiendo de los elementos generales que permitan captar las diferencias particulares podemos articular nuestro argumento:

²⁰ Para algunas de estas características véase: Modragón Araceli, Contreras Pérez Gabriela, Flores Félix Joaquín (comp), *No nos alcanzan las palabras: sociedad, Estado y violencia en México*, México, Itaca, 2016; Trejo Rubén, *Despojo capitalista y privatización en México (1982-2010)*, México, Itaca, 2012.

estudiaremos un conjunto de fuerzas que por la vía electoral conquistaron los gobiernos nacionales y comenzaron, en periodos de entre 10 y 15 años, ciertas transformaciones sociales que repercutieron sobre la hegemonía previa. Ello impactó directamente tanto en la conformación de las clases, como en algunos aspectos relevantes del papel, estructura y determinación del Estado. Específicamente transformaron en sentido “nacional-popular” la determinación estatal, es decir, permitieron una amplia participación de sectores tradicionalmente excluidos, por la vía de la movilización y la conquista de espacios antes vedados, arribando a un concepto distinto de democracia que apelaba al pueblo antes que al ciudadano. Todo esto no es sino la descripción general de lo que Ernesto Laclau ha denominado “populismo”.

Sin embargo, el grado de intensidad de los cambios propuestos fue variando, dependiendo de las circunstancias que dieron origen a los gobiernos. Para fines expositivos y sin ningún ánimo de cristalizar en categorías cerradas, podríamos hablar de tres distintos de intensidad. Así, tenemos:

- a) Países con intensidad de transformación alta: Venezuela y Bolivia son los países que sostenemos se encuentran ahí.
- b) Países con intensidad de transformación media: Ecuador y Argentina son sin duda los países que deben ubicarse en este nivel.
- c) Países con intensidad de transformación débil: Brasil, Paraguay y Uruguay
- d) Una categoría final que no analizaremos es aquella que refiere a procesos de transformación (al menos en el discurso) pero con escasa o nula información para verificar tal, son los casos de Honduras (hasta 2009), El Salvador y Nicaragua.

Por motivos de espacio y del objetivo del presente escrito nos concentraremos solamente en los apartados a) y b).

Comenzaremos con aquello que hemos designado como “intensidad alta” nos referimos a procesos en donde ocurrió una movilización social importante, que rompió el orden neoliberal y dio nacimiento a gobiernos que decidieron llevar adelante una reforma del Estado. Este proceso último se dio por la vía de la refundación de la nación y la hechura de una nueva Constitución. Por “intensidad media” nos referimos a países en donde la movilización existió, pero ella no rompió el orden previo, sino que tuvo que esperar el recambio de gobierno para dar nacimiento a un orden que en distinto nivel se avocó a transformar ciertas estructuras, la diferencia estriba en que el caso ecuatoriano tuvo nueva constitución en tanto que el argentino no. Finalmente, la “intensidad débil” es aquella en donde las movilizaciones previas al cambio de gobierno no fueron tan potentes o bien las reformas del Estado no fueron tan profundas. La ambivalencia se encuentra en que tanto el gigante brasileño como el pequeño Paraguay sufrieron una ruptura del orden constitucional sobre el que emergieron los gobiernos progresistas (dicho sea de paso, ese orden constitucional no se había modificado tras el ascenso de esos gobiernos); en tanto que la versión uruguaya tramitó de manera adecuada las disputas electorales.

Insistimos que esta esquematización permite aún muchos cortes, tanto temporales como transversales. Existen algunas dinámicas comunes en algunos de ellos, como pueden ser por ejemplo la presencia de movimientos indígenas o la inserción al mercado mundial con ciertas materias primas como la soja (en Brasil y Argentina). Otras variables posibles son la conquista de derechos de

última generación (como los matrimonios de personas del mismo sexo) o el restablecimiento de derechos laborales y sociales. Sin embargo, lo que le da sentido y posibilidad de hablar de todos ellos es justamente el tema para el cual se convoca este proceso: la reconfiguración de las clases y del Estado, que es en donde debemos centrar ahora nuestras energías, sobre la base de la clasificación anterior. Aunque la clasificación de la “intensidad” de las transformaciones puede ser matizada de múltiples formas, lo cierto es que hay grandes coordenadas que permiten ubicar una relación entre “intensidad” y “reconfiguración”. Para ello expondremos por bloques de la clasificación las dos variables centrales.

En primer lugar, en los países de “intensidad alta”²¹ lo que tenemos es un conjunto de sectores sociales que se movilaron de manera importante antes del ascenso de los gobiernos. En Venezuela se dio de la mano del “bolivarianismo” tras la salida de la cárcel de Hugo Chávez y tuvo su momento cumbre en 1998-1999; en Bolivia en cambio se dio de la mano de las importantes federaciones de sindicatos campesinos que con Evo Morales a la cabeza plantearon alternativas que combinaban la movilización social con la lucha electoral. Respecto a las clases sociales podemos marcar dos momentos y figuras claves en cada país: en Venezuela las clases sociales acompañaron al gobierno de manera clave en el enfrentamiento contra la oligarquía opositora, que en repetidas ocasiones intentó destituir al gobierno de Hugo Chávez, tanto por medios

21 Desde puntos de vista metodológicos muy distintos, otros autores han considerado que estos dos países son contrastables en términos de la posibilidad de la democracia o la vuelta al autoritarismo. Cfr. Vázquez Daniel y Aibar Julio, *¿Autoritarismo o democracia? Hugo Chávez y Evo Morales*, México, FLACSO, 2009. La presencia de estos dos gobiernos en la región ha modificado el conjunto de las coordenadas políticas de la región, poniendo en crisis los análisis politológicos tradicionales y ello queda expresado en la compilación citada.

pacíficos como por medios violentos²². Frente a ello se encuentra Bolivia en donde las clases sociales rompieron los diques existentes del neoliberalismo con “la guerra del agua” y “la guerra del gas” y después se mantuvieron aliadas (en su mayoría y no sin rupturas) al gobierno, aunque en un estado de movilización menos intensa durante el ejercicio de gobierno.

En este conjunto la dinámica estatal resulta clave. En un aspecto se reformó la estructura del Estado con la inauguración de un nuevo orden constitucional, es decir, con la formulación de un nuevo acuerdo entre la “comunidad ilusoria”. Ello permitió el ascenso de nuevos derechos sociales, la incorporación de sectores sociales antes excluidos a trabajos estatales (es decir, el fortalecimiento de la burocracia), permitió además la recuperación de la soberanía nacional a partir del control de enclaves exportadores (el petróleo en Venezuela, los hidrocarburos primero y luego el litio en Bolivia). Finalmente, ambos países han sufrido en su manejo del reordenamiento estatal los dilemas de su relación con el mercado mundial. Venezuela particularmente²³ ha mantenido una estructura rentista que no es novedosa, sino una carga histórica²⁴; con la cual no han logrado financiar un desarrollo diversificado y en cambio han sufrido la baja de los precios del petróleo: sufren las grandezas y miserias de lo que el gran historiador Fernando Cornil denomi-

22 Existió un intento de golpe de Estado en 2002 y un referéndum revocatorio en 2004. La estrategia de la oposición venezolana ha oscilado entre la movilización social y la participación electoral.

23 Dachevsky Fernando y Kornblihtt Juan, “The Reproduction and Crisis of Capitalism in Venezuela under Chavismo” en *Latin american perspectives*, Issue XXX, Vol. XX No. XXX. Kornblihtt es sin duda el estudioso no venezolano más importante de la economía de ese país.

24 Un estudio clásico sobre el rentismo es: Coronil Fernando, *El Estado mágico: naturaleza, dinero y modernidad en Venezuela*, Caracas, Nueva Sociedad, 2002.

nó “el estado mágico”. En el caso Bolivia se ha logrado mantener indicadores macroeconómicos altos, así como reconstruir sectores de la economía lo cual no ha afectado sustancialmente el manejo de los pactos político-económicos a pesar de la baja en precio de las materias primas; por el contrario, ampliaron la gama de sus alianzas con sectores urbanos y empresariales²⁵, aún al precio de romper relaciones con algunos sectores de los movimientos sociales que antes los apoyaron²⁶.

Ambas perspectivas nos ponen entonces ante el dilema de preguntar ¿Qué fue lo que cambió, además de concentrar por casi una década importantes e inéditas movilizaciones sociales? De nuestra parte apuntaremos una fundamental: la persistencia de la noción de comunidad como núcleo de lo estatal. En el caso venezolano se ha construido a partir de la noción de “las comunas”, como el horizonte más inmediato de participación de la ciudadanía, en los trabajos del profesor italiano radicado en Estados Unidos George Ciccariello (2016), como en los de Raquel Gutiérrez, “la comunalidad” es la columna vertebral y corazón del apoyo a los gobiernos bolivarianos, aún tras la muerte de Hugo Chávez. En el caso boliviano la cuestión ha partido del horizonte indígena, que reclama ya no sólo en los hechos, sino también constitucionalmente la existencia de una “economía comunal”. Si bien este horizonte ha sido cuestionado, no deja de ser una insistencia, por ejemplo,

25 Rebeca Peralta ha señalado la ambigüedad de que mientras el mundo campesino le ha dado la victoria al partido en el gobierno el empeño de éste ha sido conquistar a sectores medios, a través de grandes inversiones y de la cesión de puestos administrativos en el Estado, aunque estos han demostrado una y otra ocasión en las elecciones su preferencia por otras opciones políticas. Cfr. Peralta Rebeca, “La Bolivia de Evo”, en *Memoria*, No. 258, 2016.

26 Varios actos del gobierno rompieron el “Pacto de Unidad” con organizaciones campesinas e indígenas: el gasolinazo en 2011, la construcción de la carretera “TIPNIS”.

en los discursos de Álvaro García Linera, en donde el Estado no se contrapone a la comunidad, sino es su soporte.

Expuestas las transformaciones, en grandes líneas, en esos países de “intensa” alta, podemos avanzar ahora sobre los que consideramos de “media”. Aquí hay dos casos muy sugerentes, tanto por el origen de la fuente de poder y su legitimidad, como de sus logros. Hemos colocado a la Argentina “K”²⁷ y al Ecuador de la “revolución ciudadana” como los países que tuvieron cambios profundos, pero ambiguos con respecto a sus discursos. Ambos países a analizarse estuvieron sometidos no sólo al imperio del neoliberalismo más rapaz o en lo que el cineasta el “Pino Solanas” ha definido como la “memoria del saqueo”, sino que también atravesaron fuertes crisis institucionales. Del lado argentino la insurgencia de sectores precarizados, sin empleo, además de una ciudadanía cansada terminaron los últimos gobiernos neoliberales en 2001. Fue hasta 2003 con el ascenso de Néstor Kirchner en donde la estatalidad comenzó a recomponerse²⁸ de una manera más firme y a partir del conflicto con los “señores de la soja” y los juicios a los perpetradores de violaciones a los derechos humanos que se dio finalmente el “giro progresista”. En el caso de Ecuador existieron poderosos movimientos sociales, pero su emergencia no alcanzó a poner en jaque al sistema previo, quién si lo hizo fue el liderazgo de Rafael Correa a través de “Alianza PAIS” y un proceso que denominó como “revolución Ciudadana”: obtuvieron triunfo electoral en 2006, una nueva constitución en 2008, y dos victorias más, una en 2009 y otra en 2013. En estas últimas dos, Correa venció por amplia mayoría y evitó la segunda vuelta. Económicamente el gobierno de Correa mantuvo

27 En referencia a los gobiernos Kirchneristas de Néstor K. e Cristina K.

28 Para el caso en específico el término “restauración” ha sido introducido por Alberto Bonnet en su libro *La insurrección como restauración*, Buenos Aires, Prometeo, 2015.

índices exitosos, redujo la pobreza y mantuvo cierto control sobre variables macroeconómicas, ello dio como resultado el regreso de ciertos de ecuatorianos que se encontraban en España al país. Fue en lo político en donde se dio un enfrentamiento más grave con sectores indígenas y campesinos, particularmente en lo referente al modelo de concesión de territorios para su explotación. Correa, sin embargo, insistió en sus discursos que él no aspiraba a suplantar al mercado, sino a quitarle centralidad y combinarlo con otras formas económicas. De los datos más sobresalientes están por supuesto la reducción del índice de Gini.

Si en el primer grupo es más clara la modificación en el espectro de la relación entre clases dominantes (expulsadas del gobierno) y las clases subalternas, en estos otros dos países es más difícil dar un veredicto. Definitivamente no hay una relación radicalmente distinta en el aspecto de clase. Respecto al Estado si existió un intento de transformarlo y su rostro se parece poco a su antecesor neoliberal, sin embargo, como lo demostró el ascenso de Mauricio Macri y los principios del gobierno de Lenin Moreno, la estructura construida durante estos años parece más fácil de ser deconstruida.

EL TIEMPO DE LOS PUEBLOS Y EL RELOJ DEL PODER

Existen muchas preguntas de investigación que pueden ser articuladas a partir de la exposición que hemos hecho²⁹. Existen,

29 ¿Cómo se articulan las viejas clases dominantes en el “nuevo” aparato estatal?, ¿De qué forma los otrora grupos movilizadores son integrados a la gestión rutinaria del Estado?, ¿Qué espesor tienen los cambios culturales con respecto a la justicia y a la memoria en la construcción de la ideología? Estas son sólo algunas que atañen a la dimensión estatal.

también, múltiples interpretaciones de las características de los gobiernos progresistas. Existen ya numerosos materiales dispuestos, ya sean estudios de caso, tanto académicos como de intervención político e intelectual. Existen también materiales que abordan la problemática desde ciertos conceptos. Para cerrar esta exposición, limitada en espacio y tiempo para su elaboración, apuntaremos los trabajos que existen, el material que podría ser utilizado y las líneas de demarcación existente entre sus expositores. También apuntaremos una hipótesis final que servirá para articular una investigación de más largo aliento.

A partir de los golpes de Estado en Honduras, Paraguay y Brasil, pero con mayor fuerza en las derrotas electorales variadas de algunos de los gobiernos progresistas (referéndum para conseguir la reelección en Bolivia, derrota de la constitución socialista en Venezuela) y el ascenso final de gobiernos conservadores como el del ya mencionado Macri; la situación con la que América Latina comenzó el siglo XXI ha dado un giro de 180 grados. Sólo se mantienen los gobiernos de Venezuela y Bolivia, el primero de ellos sumido en una grave crisis económica y política y el segundo administrando los últimos años de gobierno. Ecuador transitó, al igual que Uruguay, a un gobierno menos radicalizado y menos confrontado con los Estados Unidos.

A partir de esta situación se disparó un debate, que en realidad ya se venía formulando a nivel de cada país, producto del descontento tanto de personalidades anteriormente ligadas a los gobiernos y procesos que les dieron vida, así como reclamos de organizaciones inconformes con el rumbo tomado. Estalló entonces el debate en torno al “fin de ciclo” progresista. Podemos ubicar, desde mi perspectiva, tres grandes campos de definición que eva-

lúan el estatuto de las clases tanto dominantes como subalternas, así como el impacto en la formulación de una nueva estatalidad.

- 1) Una primera posición es la de negar el “fin del ciclo”, de alguna manera esta postura se presenta como una postura de defensa de la experiencia de los gobiernos en la región, con matices, lo ven como un avance. Su punto de apoyo es la recuperación de la soberanía de sectores perdidos durante la época neoliberal, la posibilidad de nuevos derechos y la formulación de políticas de participación. Niegan, por supuesto, las críticas al “extractivismo”, pero también minimizan que los gobiernos de esos países se engancharon al mercado mundial a través de las “commodities”³⁰. Señalan la importancia de la emergencia de un sentido común “pos-neoliberal”. Autores como Atilio Borón (2015), Emir Sader (2009), Katu Arkonada, Paola Klachko (2016), Angel Guerra, Hugo Moldiz (2012), Álvaro García Linera³¹, Armando Bartra³², por mencionar algunos, son cruciales, aunque lo

30 Un ejemplo claro es la relación que tienen algunos de estos países con China: Argentina exporta soja y aceite de soja; Bolivia estaño, Ecuador petróleo crudo; Venezuela petróleo y concentrado de hierro. La situación tampoco es muy distinta con respecto a otros países. Perú, por ejemplo, exporta harinas no comestibles y cobre; Paraguay cueros bovinos, Chile cobre. Para estos datos véase: Osorio Jaime, *La teoría marxista de la dependencia hoy*, México, Itaca, 2016, p. 392.

31 Este libro contiene intervenciones de Manuel Canelas (Bolivia), Emir Sader (Brasil), Ricardo Foster (Argentina), Álvaro García Linera (Bolivia), así como de René Ramírez para Ecuador y Alfredo Serrano para Venezuela. Fue presentado en Bolivia con la participación del vicepresidente. Cfr. Sader Emir, García Linera Álvaro, Foster Ricardo, et. al, *Las vías abiertas de América Latina: siete ensayos en busca de una respuesta: ¿Fin de ciclo o repliegue temporal?*, Editorial Octubre, Buenos Aires, 2016.

32 Al ser mexicano, su perspectiva de los gobiernos del sur resulta sugerente, aunque demasiado militante por momentos. Bartra Armando, “Nuestra América en zona de turbulencia: leyendo a García Linera”, en Memoria, No. 257, 2016-1.

podríamos extender al conjunto de los intelectuales que conforman la Red en Defensa de la Humanidad³³.

- 2) Un segundo segmento de estudios académicos versa sobre una revisión crítica de lo sucedido en la región a partir de determinados hechos. Es decir, valora la constitución de gobiernos “nacional-populares” así como los procesos que les dieron vida. Sin embargo, pasan revista de momentos, tendencias y tensiones que produjeron en alguna –según el país estudiado– inflexión que volvieron a esos gobiernos incapaces de proceder en reformas y detenerse en procesos de contención. Los trabajos más citados son los de Massimo Modonesi³⁴, María Stella Svampa³⁵, Lucio Oliver, gran parte de los trabajos compilados por Fabiola Escárzaga (2016) y fuera de América Latina Franck Gaudichaud y Jeffery Webber (2016). El Grupo de Trabajo de Mabel Thwaites que estudia las transformaciones del Estado se coloca, me parece, en un punto intermedio (2012). Son estos que men-

33 Resalta, por su profundidad, su sistematicidad el texto del cubano Francisco López Segre titulado “América Latina: crisis del postneoliberalismo y ascenso de la nueva derecha” (2016) publicado por CLACSO. Un documento claro de esta defensa se dio recientemente cuando apareció el libro “Las vías abiertas de América Latina” que explícitamente se pregunta si se trata de un “Fin de ciclo” o de un “repliegue temporal”, pero también el libro de Arkonada y Klachko “Desde abajo, desde arriba: de la resistencia a los gobiernos populares” es muy representativo de esta posición.

34 Está ya concluido el estudio de Modonesi sobre la temática, en el que explora los gobiernos de la región a través de la categoría de “revolución pasiva”. Cfr. Modonesi Massimo, *Revoluciones pasivas en América Latina*, México, Itaca-UNAM, 2017. El “fin de ciclo” en este autor como en Svampa se debe entender como la inflexión de esos gobiernos que, aunque avanzaron ciertas reformas significativas, fueron incapaces de profundizarlas. En el caso de Modonesi se habla estrictamente del “fin de la hegemonía progresiva” y el ascenso de un “giro regresivo”.

35 En el momento de redacción de este trabajo acaba de aparecer el libro de Svampa titulado *Del cambio de época al fin de ciclo: gobiernos progresistas, extractivismo y movimientos sociales en América Latina*, Buenos Aires, Edhasa, 2017.

ción, los más citados, pero no necesariamente los únicos. Este es el grupo en el que se encuentra más variedad en sus hipótesis y en la utilización de registros para demostrarlas. Se coloca el énfasis, según el autor, en la “nueva dependencia” con respecto al mercado mundial, en el privilegio a la negociación con las antiguas clases dominantes o con las nuevas clases producto de las políticas redistributivas o bien se señalan los procesos de cooptación y corrupción. Asimismo se señalan la existencia de segmentos de antiguas clases subalternas que generan procesos de acumulación de capital, como el caso de la llamada “burguesía aymara” o la “boli-burguesía”³⁶ bolivariana. Así mismo se señala lo inconcluso de programas históricos, siendo el caso más evidente lo que se señala como una insuficiencia en los procesos de descolonización, es decir, que se mantuvo la matriz mono cultural de los Estados y no se dio paso a verdaderas políticas “pluri nacionales”

- 3) Un tercer sector es el más crítico. Estos trabajos más bien se asientan sobre dinámicas nacionales que se cuidan de generalizar. En Ecuador son Catherine Walsh, Alberto Acosta y Eduardo Gudynas; en Bolivia Luis Tapia, Raúl Prada, Raquel Gutiérrez, Silvia Rivera Cusicanqui³⁷ o Rafael

36 En Venezuela “boli-burguesía” refiere a los “nuevos ricos” producto del chavismo, que aprovechando su papel en la estructura del Estado han logrado generar ciertos procesos de acumulación.

37 A diferencia de Luis Tapia o de Raúl Prada (quien fue constituyente), Silvia Rivera, fundadora del Taller de Historia Oral Andina, siempre mantuvo distancia del gobierno de Morales: “El imán del poder atrae y engeguece. Los trepadores sociales que han acaparado la administración estatal se han dado a la tarea de neutralizar y encuadrar ese proceso tan explosivo, original y polifacético de las movilizaciones indígenas y populares, que encarnaron una visión de la historia y de los sujetos políticos ajena al modelo del partido y a las formas liberales de la democracia” en Rivera Cusicanqui Silvia, “De Tupak Katari a Evo Morales. Política indígena en los andes”, en Ticona Alejo Esteban (comp.), *Bolivia en el Pachakuti*, Madrid, Akal, 2011, p.106

Bautista, desde México Beatriz Stolowicz³⁸. En Argentina la crítica es la más “izquierdista”; en otros países como México el conjunto de académicos agrupados en torno al posgrado de Sociología en la BUAP ha manifestado una crítica a partir del concepto de “neo-extractivismo”³⁹. Podríamos decir que esta posición denuncia los procesos de despojo a comunidades, de ampliación de proyectos de la gran minería, así como tendencias “autoritarias” o no democráticas. Más que ruptura ven continuidad, más que reformas ven procesos de cooptación, antes que enfatizar el carácter “progresista” señalan como esos gobiernos se encuentran bajo las órdenes del capital internacional. Señalan además la apropiación de demandas históricas, como las que refieren a los pueblos indígenas.

Mostrados ya los rumbos tomados por la discusión, es pertinente concluir. Es preciso señalar que existen dinámicas civilizatorias ineludibles, siendo la economía internacional la de mayor peso, es decir, su existencia limita cualquier ejercicio de autonomía política en las sociedades: es este *el reloj del poder*. Tarde o temprano es preciso integrarse de una manera conveniente a la estructura mundial del sistema-mundo, sin embargo ello no impide, como lo señalaron todas las referencias previas, que la *hora de los pueblos* sea la de la conquista de espacios de autodeterminación, de modificaciones en el seno de la relación con las clases dominantes y la de generación de nuevos espectros que permitan que esa integración a la economía internacional sea con saldos más favorables para las clases subalternas.

38 Stolowicz Beatriz, *El misterio del posneoliberalismo*, Volumen 1 y 2, Colombia, ILSA, 2016.

39 Algo de ello se encuentra condensado en el número 52 de la revista *Acta Sociológica*, del año 2011.

REFERENCIAS

- ANDERSON, Perry. *Las antinomias de Antonio Gramsci*. México: Fontamara, 1981.
- AVALOS, Gerardo. *La estatalidad en transformación*, México: Itaca, 2015.
- BORON, Atilio. *La geopolítica del imperialismo*. México, UNAM, 2015.
- CABEZAS OSCAR. Ariel (comp). *Gramsci en las orillas*. Buenos Aires, La Cebra, 2015.
- CICCARIELLO-MAHER. George. *Building the Commune: Radical Democracy in Venezuela*. Nueva York: Verso, 2016.
- CUEVA, Agustín. “El fetichismo de la hegemonía y el imperialismo”. In: *Cuadernos Políticos*, No. 34, México: Era, 1984.
- ECHEVERRÍA, Bolívar. *El discurso crítico de Marx*. México: Era, 1986.
- ESCÁRZAGA, Fabiola; CARRILLO, Nieto J. J.; GÜNTHER, Griselda (coord.), *Los gobiernos progresistas latinoamericanos: contradicciones, avances y retrocesos*. México: UAM-X-Itaca, 2016.
- GARCÍA LINERA, Álvaro. *De demonios escondidos y momentos de revolución: Marx y la revolución social en las extremidades del cuerpo social capitalista*. La Paz: Ofensiva Roja, 1991.
- GUILLÉN, Diana e FAVELA Margarita. “Lucha social y derechos ciudadanos en América Latina”. In: *América Latina: los derechos y las prácticas ciudadanas a la luz de los movimientos populares*. Buenos Aires: CLACSO, 2009.
- GUTIÉRREZ, Raquel. *Horizontes comunitario-populares. Producción de lo común más allá de las política estado-céntricas*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2017.
- HOLLOWAY, John, *Clase = lucha: antagonismo y marxismo crítico*, Puebla, BUAP-Herramienta, 2004.

KLACHKO, Paola. “Posneoliberalismo vs capitalismo offshore”. In: *La Mi-graña*, No. 19, La Paz, Bolivia, 2016.

LACLAU Ernesto e MOUFFE Chantal. *Hegemonía y estrategia socialista*, Buenos Aires, FCE, 2004.

LECHNER, Norbert. *La crisis del Estado en América Latina*. Caracas: El Cid Editor, 1977.

MARX, Karl. *La guerra civil en Francia*. Madrid: Fundación Federico Engels: 2003

OSORIO, Jaime. *Fundamentos del análisis social*, México, FCE, 2001.

PEREYRA Carlos. *El sujeto de la historia*, México, Alianza, 1984.

PORTANTIERO Juan Carlos. *Los usos de Gramsci*, México, Folios, 1983.

POULANTZAS, Nicos. *Estado, poder e socialismo*; México, Siglo XXI Editores, 1987.

MOLDIZ, Hugo. *América Latina y la tercera ola emancipatoria*. México: Ocean Sur, 2012.

SADER, Emir. *El nuevo topo: los caminos de la izquierda latinoamericana*. México: Siglo XXI, 2009.

THWAITES, Mabel. (Editora). *El Estado en América Latina: continuidades y rupturas*, Santiago, CLACSO-ARCIS, 2012.

WEBBER, Jeffery. “Evo Morales and the political economy of passive revolution in Bolivia, 2006–15”. In: *Third World Quarterly*, No. 37:10, 2016

WOOD, Ellen M., *Democracia contra capitalismo*, México, CEIICH, 2000.

THOMPSON, E.P. *Tradición, revuelta y conciencia de clase*. España: Crítica, 1979.

ZAVALETA, René. *Lo nacional-popular en Bolivia*, La Paz, Bolivia, 2009.

FENÔMENOS POLÍTICOS NAS FORMAÇÕES ECONÔMICO-SOCIAIS DO BRASIL E DA ARGENTINA

5

O BLOCO NO PODER NO BRASIL DURANTE O GOVERNO LULA (2003-2010)

José Queiroz Neto¹

Tomando por base Perry Anderson (1995), é logo após o término da Segunda Grande Guerra Mundial que nasce o modelo neoliberalista, que se trata de uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar social. Segundo Anderson (1995), economicamente, o neoliberalismo fracassou, pois não conseguiu nos últimos 20 anos (levando em consideração a época em que foi escrito o livro), nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, conseguiu muitos de seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão “desestatizadas” como de início pretendia.

Anderson coloca que foi no plano político e no plano das ideias que o neoliberalismo alcançou os seus maiores êxitos num grau insuspeitado, com o qual os seus fundadores provavelmente jamais sonharam. E fez isso, simplesmente, disseminando a ideia de que não há alternativas para seus princípios, de que todos, confessando ou negando, têm de se adaptar às regras que deles derivam. Nesse sentido, colocamos que estamos definindo o conceito de

¹ Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS/UFCG).

neoliberalismo, segundo Anderson, como a hegemonia do capital financeiro contra as demais frações do capital.

O paradigma neoliberal no Brasil, quando comparado com outros países da América Latina, pode ser considerado como tardio, pois foi apenas em meados da década de 1990 que se deu então um grande impulso para que o sistema se tornasse hegemônico dentro do país. Um fator importante no contexto internacional foi a chegada ao poder dos presidentes Carlos Salinas de Gortari, no México; Carlos Saúl Menem, na Argentina; Carlos Andrés Pérez, na Venezuela; Alberto Fujimori, no Peru; e Fernando Collor de Mello, no Brasil.

No caso brasileiro, os períodos do governo Fernando Collor de Melo (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1995) são considerados os primeiros governos a implantarem o neoliberalismo no país e representam o período intermediário para a consolidação do sistema neoliberal no Brasil. Esses dois presidentes deram início aos preceitos impostos pelo Consenso de Washington. Collor iniciou o processo de abertura econômica brasileira, com maior exposição internacional. Já Itamar Franco, posteriormente, começou o processo das privatizações, como podemos citar o exemplo da privatização da Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER).

A partir desse momento, tivemos a formação de um novo modelo econômico que redesenhou as frações de classe no interior do bloco no poder no Brasil, fazendo com que alguns grupos econômicos tivessem um grande avanço. Entre todas as frações da classe dominante, a que mais logrou êxito com o avanço do neoliberalismo no país foi o setor da burguesia financeira, que se consolidou como sendo a fração de classe hegemônica nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso – FHC (1995-2002), e

que continuou lucrando cada vez mais, principalmente nos dois governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011).

Os países “pobres”, semicoloniais, como o Brasil, foram aqueles que mais “sofreram” as consequências do neoliberalismo, pois a maioria de suas exportações era composta de produtos primários. Com a ausência de barreiras alfandegárias, os produtos industrializados entravam livremente, com baixos valores, no mercado desses países, fazendo com que a indústria desses países não conseguisse se desenvolver.

A classe trabalhadora brasileira também sofreu muito o impacto com a expansão do neoliberalismo no país, em um contexto em que o Brasil tinha acabado de sair de uma ditadura militar, em que os trabalhadores lutavam para conseguir diversos direitos trabalhistas, principalmente com a promulgação da nova constituinte de 1988. Direitos como liberdade sindical, direito a greve, diminuição da jornada de trabalho de 48 para 44 horas semanais, abono de férias, décimo terceiro para aposentados, foram alguns dos direitos conseguidos pela classe trabalhadora brasileira. Com a expansão do neoliberalismo, que traz consigo o aumento considerável de empresas privadas no país (empresas estrangeiras e empresas nacionais privatizadas), a classe trabalhadora perdeu direitos que levou anos de luta para conseguir.

Com a crise do neoliberalismo que se instalou na América Latina, no final do século XX e começo do século XXI, deu-se origem ao desenvolvimento de um conjunto de novos governos com diferentes perspectivas políticas, críticos discursivamente de alguns aspectos e fruto de conflitos gerados pelo próprio modelo neoliberal.

O primeiro dos novos governos que emergiram da crise do neoliberalismo na América Latina foi o de Hugo Chávez, em 1998, na Venezuela; o segundo governo a subir no poder foi o Partido dos Trabalhadores (PT), com o governo de Lula da Silva à Presidência da República Federativa do Brasil, em 2003; a chegada ao poder de Evo Morales, um índio aimará na Bolívia aconteceu em 2006; além da ascensão de Rafael Correa no Equador, em 2007; e a de Michelle Bachelet no Chile, em 2006; constituem, a partir de diferentes perspectivas, uma tentativa de forjar uma “alternativa” política frente à crise do modelo neoliberal na região.

No caso brasileiro, assim como em alguns países sul-americanos, foi a primeira vez que alguém que não fazia parte das elites chegava à presidência. É importante destacar que o governo de Lula é a expressão tardia de um conjunto de lutas dos movimentos sociais, mas que triunfa eleitoralmente no momento de baixa delas. Durante o governo de Lula, aconteceu o mesmo processo, pois com a decisão do PT em manter essa desativação das lutas e dos movimentos sociais no seu governo, os governistas não tiveram de enfrentar tanta pressão social, pois continuava sob novas bases o projeto neoliberal.

A vitória de Lula nas eleições presidenciais de 2002 foi produto das contradições no interior do modelo capitalista neoliberal no Brasil. A estagnação econômica e a crise de representação das democracias burguesas foram alguns dos principais fatores para o surgimento dessas contradições. Neste sentido, as contradições existentes dentro do sistema neoliberal acabaram deixando aberto o campo para que “novas” perspectivas políticas pudessem surgir como alternâncias dentro do contexto da América Latina. A vitória de Lula em 2002 foi potencializada, em grande medida, pelo

empresariado brasileiro, pois o mesmo acreditava, no contexto da possibilidade de expansão da crise econômica e política que acontecia na Argentina, entre 2001 e 2002, que o ex-operário metalúrgico seria a melhor opção para lidar com a crise econômica e política, que afetava diretamente a econômica brasileira e de toda a região.

ALGUNS APONTAMENTOS TEÓRICOS

Com base nessas leituras, é importante conhecer as ideias que existem sobre essa nova onda de governos, se são “novas” suas perspectivas políticas e, nesse sentido, saber se de fato rompem com o neoliberalismo, pois segundo nossa hipótese, existe uma mudança no discurso com relação ao antigo neoliberalismo, porém a sua política econômica ainda continua sendo neoliberal. Neste artigo, tentaremos verificar ou rejeitar nossas hipóteses. Por isso, é relevante analisar as diferentes contradições sobre o governo Lula, tendo como interpretação a leitura da literatura que afirma as continuidades e aquela que afirma as rupturas.

As caracterizações sobre o governo de Luiz Inácio Lula da Silva se darão a partir de três eixos principais: o primeiro eixo expõe que é a continuidade e o aprofundamento do modelo neoliberal nos mesmos termos do governo de Fernando Henrique Cardoso; o segundo argumenta o contrário, afirmando que existe uma ruptura na política econômica de ambos; e, em terceiro lugar, estão aqueles que sustentam que esse governo expressaria uma mudança no interior do próprio modelo neoliberal e não mudança de modelo.

Com base nessas três formas de leitura, continuidade, ruptura e mudança no interior do modelo, vamos então fazer uma

análise de alguns dos principais teóricos que reflexionaram sobre o governo Lula da Silva, pois mesmo que estes entrem em acordo em alguns pontos como continuidade, ruptura e mudança no interior do modelo, são leituras diferenciadas, com pontos de vistas distintos.

Plínio de Arruda Sampaio Jr., Francisco de Oliveira, Valério Arcáry e Virginia Fontes defendem argumentos que apontam para uma ideia de continuidade entre os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, portanto, defendem que o governo de Lula, de fato, consolidou o modelo neoliberal no Brasil (ARRUDA SAMPAIO JR, 2006; OLIVEIRA, 2003; ARCÁRY, 2011; FONTES, 2010).

Plínio de Arruda Sampaio Jr.², no livro *Os governos progressistas em debate: Argentina, Brasil, Chile, Venezuela e Uruguai*, coloca que existe continuidade, dado que o governo de Lula acelerou o processo de reversão neocolonial vigente no Brasil há algumas décadas. Esse continuísmo, tanto da política econômica como da filosofia social das políticas, seria um aprofundamento do neoliberalismo, já que todos seus eixos foram radicalizados. Duas medidas do governo Lula confirmaram sua leitura: a primeira é que o governo de Lula fez a reforma da previdência, o que Fernando Henrique Cardoso não conseguiu realizar durante o período dos seus dois mandatos. A segunda medida executada pelo governo Lula foi a autonomia do Banco Central, já que ele entrega o banco ao capital financeiro e o Estado renuncia ao controle da política monetária (ARRUDA SAMPAIO JR., 2006).

Há também a concepção, desenvolvida por Francisco de Oliveira³, em seu livro *O Ornitórrinco*, segundo a qual tem hoje

2 Professor livre-docente do Instituto de Economia – Unicamp

3 Professor aposentado de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP)

no Brasil uma nova classe social, formada pelas convergências programáticas entre o Partido dos Trabalhadores e o Partido da Social Democracia Brasileira, que se estrutura sobre, de um lado, técnicos e economistas *doublés* de banqueiros, núcleo duro do PSDB; e, de outro lado, por trabalhadores transformados em operadores de fundos de previdência, núcleo duro do PT.

Para Oliveira, os dois grupos são chaves no acesso ao controle dos fundos públicos e seriam as duas caras de uma nova e mesma classe. Ele complementa afirmando que se vive em uma era de indeterminação na qual as relações entre classe, interesses e representação são difusas e, nas suas próprias palavras, foram para o espaço. Trata-se de uma dominação de classe globalizada, mas sem política, porque não existe mais a política como possibilidade de realizar políticas nacionais (OLIVEIRA, 2007). Nesse sentido, podemos observar na leitura de Francisco de Oliveira que existe continuidade e aprofundamento das políticas neoliberais no país, principalmente pelo fato da junção entre os dois partidos, PT e PSDB.

Valério Arcáry⁴, no seu livro *Um reformismo quase sem reformas*, tem como ponto principal a constatação de que o Estado capitalista, como sempre na história, está a serviço das classes dominantes. Arcáry faz uma análise crítica do significado do governo Lula desde um ponto de vista socialista revolucionário e internacionalista. Nesse sentido, Arcáry coloca o governo Lula como um governo conciliador de classes, a serviço do grande capital nacional e internacional. Ao abordar diferentes aspectos da vida econômica, política e social do país ao longo dos últimos oito anos, Arcáry demonstra como as pequenas modificações reformistas introduzidas

4 Professor de História aposentado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

por Lula tiveram, na verdade, como único objetivo a manutenção da propriedade privada e da ordem capitalista. Com base nisso, a visão do autor seria no sentido de que existiria uma continuidade das políticas de Lula e Cardoso e o impulsionamento do modelo (ARCÁRY, 2011).

Virginia Fontes⁵, em seu livro *O Brasil e o capital-imperialismo*, coloca que o processo histórico ulterior, iniciado de maneira hesitante em finais da década de 1970, aprofundou-se nos anos 1980 para encontrar sua formatação política mais explícita a partir da década de 1990, com Fernando Henrique Cardoso.

Esse processo continua sob os dois mandatos de Lula da Silva, expressando uma recuperação da capacidade burguesa e um aprofundamento ainda mais dos seus vínculos de dependência, conservando seu predomínio no âmbito nacional, através agora de um formato democrático-representativo, típico do enquadramento burguês das reivindicações populares. Virginia Fontes faz uma crítica à categoria do subimperialismo elaborada por Ruy Mauro Marini e substitui a categoria pela ideia de Brasil capital imperialista. Ou seja, para Fontes, o governo Lula seria a expressão do capital-imperialismo (FONTES, 2010).

Emir Sader, Nelson Barbosa, Marcos Aurélio Garcia, Marcio Porchmann e André Singer fazem parte do eixo de interpretação que atribui à política econômica do governo Lula, com maior ou menor ênfase, uma ruptura com a do governo de Cardoso (SADER, 2013; BARBOSA, 2010; GARCIA, 2006; PORCHMANN, 2010; SINGER, 2012).

Emir Sader⁶ está mais preocupado por defender o governo do que fazer um estudo mais aprofundado da realidade brasileira.

5 Historiadora, professora aposentada da Universidade Federal Fluminense (UFF)

6 Doutor em Ciência Política e professor aposentado da Universidade de São Paulo (USP)

Em seu blog, a posse de FHC chegou a ser saudada pelo principal da imprensa das classes dominantes com um caderno especial que anunciava a “Era FHC”. Sader o diferencia de Lula que, sim, para ele, instaurou uma nova era no país, fez a era FHC perder transcendência, quando foi ficando claro que FHC era apenas o capítulo nacional dos presidentes neoliberais da região, acompanhando Menem, Fujimori, Carlos Andrés Perez, Salinas de Gortari, entre outros, no fracasso e na derrota (SADER, 2013).

Para Sader, seu balanço dos cem primeiros dias de Lula prenunciava as armadilhas em que cairiam seus críticos, tanto à direita como à esquerda. Os primeiros buscaram desconstruir sua imagem de representante do movimento popular, dando ênfase à continuidade de suas políticas e expressando a dissolução de qualquer novidade e mudança tanto tempo anunciadas pelo PT, especialmente em relação à prioridade do social.

Os críticos de esquerda, pela sua vez, se apressaram, numa linha similar, a dissolver o governo Lula num continuísmo coerente com o governo neoliberal de FHC, apelando para os tradicionais epítetos de “traição”, “capitulação” ou “conciliação”. O governo Lula estava condenado, pelas duas versões, já nos seus primeiros cem dias. Ambos foram derrotados, quando ficou claro que esse período era transição da “herança maldita”, uma espécie de acumulação primitiva para a geração das condições de um modelo econômico e social de retomada do desenvolvimento e de distribuição de renda, que responderia pelo sucesso inquestionável dos dois governos Lula (SADER, 2013).

Nelson Barbosa, secretário-executivo do Ministério da Fazenda, em *A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda*, sustenta que, durante o governo Lula, o

Brasil iniciou uma nova fase de desenvolvimento econômico e social, em que se combinam crescimento econômico e redução das desigualdades sociais. Segundo Barbosa, sua característica principal é a retomada do papel do Estado no estímulo ao desenvolvimento e no planejamento de longo prazo. Ademais, o governo garantiu a aceleração do desenvolvimento econômico e social graças à realização de um conjunto de políticas que possibilitaram a estabilidade macroeconômica necessária: controle da inflação, redução do endividamento do setor público e diminuição da vulnerabilidade das contas externas do país diante de instabilidades internacionais (BARBOSA, 2010).

Para Marcos Aurélio Garcia⁷, em *A reconstrução da esperança*, a política econômica do atual governo é uma ruptura com a anterior e conseguiu resolver os gravíssimos problemas herdados da administração de Cardoso. Entre outras coisas, reduziu a inflação, diminuiu a relação dívida interna - Produto Interno Bruto (PIB), expandiu o comércio exterior e, com um conjunto de medidas, obteve uma drástica redução da vulnerabilidade externa do país. O Brasil, ademais, saldou seus compromissos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e baixou drasticamente as cifras de risco de investimento no país. Essas conquistas macroeconômicas seriam importantes para dar sustentabilidade a um novo e prolongado período de desenvolvimento, sem impedir o crescimento do país mesmo que a um ritmo lento no curto prazo (GARCIA, 2006).

Segundo Marcio Pochmann, em sua obra *Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil: avanços recentes no emprego e na distribuição dos rendimentos*, existe uma ruptura do governo de Lula da Silva com relação ao governo anterior do tucano Fernando Henrique Cardoso.

⁷ Hoje falecido, mas naquele momento, professor de História na Unicamp e funcionário do governo Lula.

Segundo Pochmann, existiu uma transição do neoliberalismo para um outro modelo, que seria o social-desenvolvimentista ou, em outros termos, uma interrupção da hegemonia das políticas neoliberais e “o abandono das teses neoliberais”. Os mecanismos para esta transição seriam, no seu entendimento, principalmente as políticas macroeconômicas, sociais e externas operadas pelo PT a partir da máquina estatal após as eleições presidenciais, sem aprovação de reformas constitucionais ou de embates diretos com as forças de sustentação do neoliberalismo (POCHMANN, 2006).

Para André Singer, no livro *Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador*, autor que apresenta uma visão mais politicista do que a de Emir Sader, o lulismo surge do encontro de uma liderança, a de Lula, com uma fração de classe, o subproletariado, por meio do programa cujos pontos principais foram delineados entre 2003 e 2005: combater a pobreza, sobretudo, onde ela é mais excruciante tanto social quanto regionalmente, por meio da ativação do mercado interno, melhorando o padrão de consumo da metade mais pobre da sociedade, que se concentra no Norte e Nordeste do país, sem confrontar os interesses do capital (SINGER, 2012).

Segundo Singer, Lula aproveitou a onda de expansão do capitalismo mundial e optou por um caminho intermediário ao neoliberalismo da década anterior, que tinha agravado para próximo do insuportável as contradições sociais brasileiras, e fortaleceu um reformismo forte que fora o programa do PT até as vésperas da campanha de 2002.

O subproletariado, reconhecendo nas políticas lulistas a plataforma com que sempre sonhara, um Estado capaz de ajudar os mais pobres sem confrontar a ordem, deu-lhe suporte para avançar, acelerando o crescimento com redução da desigualdade no segundo

mandato, e, assim, garantindo a vitória de Dilma como presidente da República em 2010, e a continuidade do projeto ao menos até o ano de 2014 (SINGER, 2012).

Em relação a nossa hipótese, as ideias de ruptura e continuidade entendidas linearmente, assim como a noção de indeterminação, nos impedem de perceber a complexidade nas relações entre Estado, governo, poder político e frações de classe no interior do bloco no poder; o mesmo acontece com as teses que fazem o governo Lula como sendo desenvolvimentista.

Lúcio Flávio de Almeida⁸, em *Entre o nacional e o neonacional-desenvolvimentismo: poder político e classes sociais no Brasil contemporâneo*, começa fazendo uma análise das caracterizações do governo Lula. Segundo o autor, existem perspectivas teóricas que colocam o governo Lula como sendo uma clara ruptura com a política do de FHC; no entanto, existem outras correntes que afirmam que o governo Lula foi uma continuidade e aprofundamento das políticas do governo anterior. Porém, segundo Lúcio Flávio, é inegável que, durante o governo Lula, surgiu uma importante novidade no campo político-ideológico com sérias implicações para análise crítica: um riquíssimo debate, que está longe de terminar, sobre o (neo)desenvolvimentismo.

Para Almeida, a hegemonia do grande capital se manteve no neonacional-desenvolvimentismo do governo Lula, inclusive com uma grande participação das frações burguesas no cenário da política de Estado. Porém, segundo ele, o governo Lula não seguiu os preceitos do neoliberalismo ortodoxo do governo de FHC, pois Lula se diferencia do antecessor quando melhora a posição da grande burguesia interna brasileira no interior do bloco no poder.

8 Professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Para Armando Boito Jr.⁹, houve uma mudança no interior do modelo e não uma mudança de modelo. Ou seja, o governo Lula da Silva alterou as relações do Estado brasileiro com a burguesia ao engendrar um processo de “empoderamento” da grande burguesia interna industrial e agrária, melhorando substancialmente sua posição no interior do bloco no poder; no entanto, sem ameaçar a hegemonia do grande capital financeiro nacional e internacional no interior do bloco no poder (BOITO JR., 2005, p. 53).

Neste sentido, compartilhamos parcialmente da hipótese de Boito Jr., pois concordamos que houve um processo de “empoderamento” da grande burguesia interna do país dentro do bloco no poder, sem que essa conseguisse tornar-se a fração hegemônica do bloco, que continua sendo a burguesia financeira nacional e internacional. Porém, as consequências políticas da interpretação de Boito Jr., leva a uma posição “desenvolvimentista”. Em nossa interpretação, no Brasil, mesmo existindo uma mudança dentro do bloco no poder, cria-se uma ilusão “desenvolvimentista” que oculta uma reprimarização da economia brasileira.

Nesta perspectiva, temos como sub-hipótese a visão de Boito Jr. em relação à mudança no interior do modelo neoliberal, pois concordamos que, no governo Lula, houve uma mudança no interior do sistema neoliberal ortodoxo, principalmente pela política de incentivo à burguesia interna e pelas políticas sociais adotadas, porém tal governo não rompe com o modelo neoliberal.

Discordamos da visão de Boito Jr. com relação a suas conclusões políticas de defesa de uma aliança entre trabalhadores e burguesia interna. Pois, segundo Boito Jr., essa aliança seria mais progressiva do que com as frações de classe hegemônicas pelo

9 Professor de Ciência Política da Unicamp.

capital financeiro. Com base nessa visão, partimos de uma perspectiva de que essa aliança poderia levar a uma política de conciliação das classes, o que seria uma coisa totalmente improvável partindo de uma visão marxista, pois, segundo o próprio Marx, o Estado não poderia nem surgir se a conciliação das classes fosse possível.

Segundo Boito Jr., existem vários indicadores que comprovam que o governo Lula priorizou a grande burguesia interna. Alguns desses elementos foram a nova política do BNDES, cujo orçamento foi multiplicado por sete e que apoiou a internacionalização das empresas brasileiras; e a política externa do país, pois Lula abriu o mercado e não ficou dependente dos Estados Unidos, como era FHC no passado. Os movimentos sociais foram cooptados pelo governo e o povo também, pois, segundo Boito, o povo só vota porque se beneficia dos programas sociais, ou seja, o governo toma algumas medidas de forma superficial para favorecer a população desorganizada, sem que estas possam superar tais programas sociais e continuem dependentes do governo.

Os fatores políticos que explicam a ascensão da grande burguesia interna industrial e agrária são: a pressão da grande burguesia industrial ao longo da década de 1990, a pressão convergente dos sindicatos e a própria vitória da candidatura de Lula na eleição presidencial de 2002.

Os fatores econômicos nacionais e internacionais, por sua vez, dizem respeito à ameaça de estrangulamento externo que se evidenciou na crise cambial de 1999; ao crescimento do comércio internacional de matérias-primas e de recursos naturais; à melhora nas cotações desses produtos; ao declínio, na década de 2000, do fluxo de dólares dirigido aos países dependentes pelos fundos de aplicação dos países dominantes; e, finalmente, à grande desva-

lorização cambial provocada, involuntariamente, pelo temor do capital internacional diante da iminente vitória de Lula em 2002.

Vale ressaltar que esta era a visão de Armando Boito Jr. nos dois governos do presidente Lula, pois, na sua análise atual sobre o governo do PT, levando em consideração o período de Lula e o da presidente Dilma Rousseff, Boito Jr. já coloca a fração da grande burguesia interna brasileira como sendo a fração hegemônica no interior do bloco no poder.

Segundo Boito Jr, os governos Lula e Dilma representam a burguesia brasileira, mesmo apoiada nas classes populares. E essa burguesia seria fundamentalmente a grande burguesia interna brasileira, que, segundo ele, foi a partir de 2005 que esta fração começou a ser extremamente beneficiada. Boito Jr. também lembra que a burguesia interna brasileira ocupava uma posição subordinada no interior do bloco no poder nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso e que foi através das políticas adotadas pelo PT que aconteceu uma reviravolta na posição da burguesia interna dentro do país.

Essa atual visão de Boito Jr. é expressa no livro *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*, em um artigo intitulado “Governo Lula: A nova burguesia nacional no poder”. Boito Jr. hoje está chamando a burguesia industrial de burguesia nacional, o que são dois conceitos diferentes de Poulantzas.

Segundo Boito Jr., os motivos dele colocar a burguesia interna como hegemônica é pelo fato de seus interesses estarem à frente de todas as demais frações no governo petista. Nesse sentido, a burguesia interna não quer um Estado mínimo, mas sim uma proteção do Estado para manterem seu crescimento, o que vai gerar um conflito com o capital internacional, que tem como objetivo

a abertura do mercado. Ainda segundo Boito Jr., neste novo cenário do governo petista, o capital financeiro tem seus interesses muito pouco executados, pois o superávit primário de 2014 foi zero, moderou a abertura comercial e a Petrobras foi obrigada a comprar 65% das mercadorias no mercado interno, mesmo que o preço fosse mais alto. Para Boito Jr., estas seriam características que colocariam a burguesia interna como sendo hegemônica no interior do bloco no poder no Brasil.

O BLOCO NO PODER NO BRASIL

Partindo da ideia de que a burguesia brasileira não é homogênea, utilizaremos os conceitos teóricos *fração de classe e bloco no poder*, de Nicos Poulantzas, para mostrar quais os conjuntos de articulações que as classes dominantes se apoiam para que uma delas possa vir a se tornar hegemônica no interior do bloco no poder, sua relação com o Estado e sua influência nos governos (POULANTZAS, 1977).

Para Poulantzas, o Estado capitalista torna possível seu funcionamento mediante um “bloco no poder”, que contém, na sua formação, várias classes ou frações de classe politicamente dominantes. Entre essas frações de classe, sempre existirá alguma que se sobressairá, ou seja, será hegemônica, por ser a que representa os interesses gerais de toda a sociedade e, ao mesmo tempo, se sobrepõe em relação às demais frações de classe na sua relação com o Estado capitalista (Idem).

Entre as diversas interpretações que a literatura nos apresenta sobre o governo Lula e levando em consideração o período

dos dois governos do ex-presidente Lula da Silva, colocamos que, dentro do bloco no poder no Brasil, a fração da grande burguesia interna melhorou sua posição relativa no interior dele, porém não conquistou a hegemonia, pois a fração de classe hegemônica no Brasil continua pertencendo à fração do grande capital financeiro nacional e internacional. Com isso, podemos perceber que houve um avanço da burguesia interna dentro do bloco no poder, avanço que aconteceu principalmente no período dos dois governos de Lula da Silva. Essa visão é tributária dos estudos do cientista político Armando Boito Jr, que compartilhamos parcialmente, pois em nossa interpretação, no Brasil, mesmo existindo uma mudança dentro do bloco no poder; cria-se uma ilusão “desenvolvimentista” que oculta uma reprimarização da economia brasileira.

A política adotada por Lula da Silva no Brasil, quando comparada com seus predecessores, mudou alguns elementos, pois no plano social, por exemplo, diferentemente das propostas políticas neoliberais “ortodoxas” que eram comuns nos governos anteriores, são implantadas políticas públicas compensatórias de forma mais abrangente, produto de uma ideologia que podemos denominar como liberal-social, pois se centraliza, ao contrário do que acontecia antes no governo de Cardoso.

Lula tratou de promover a ascensão política da grande burguesia interna, do qual esse governo é maior expressão. Lula não revogou a abertura comercial e nem eliminou a taxa de juro elevada, que foram e que, em parte, ainda são os principais elementos do modelo neoliberal que mais incomodaram a grande burguesia interna ao longo da década de 1990. Contudo, o governo Lula tomou algumas medidas e iniciou políticas que são novidades compensatórias para esse setor burguês, especificamente, o setor

da burguesia industrial e o agronegócio, por meio da ativação do mercado interno, melhorando assim o padrão de consumo da parcela mais precarizada da sociedade brasileira.

O governo Lula lançou mão de um discurso que cobra o neoliberalismo dos neoliberais para abrir os mercados dos países centrais e ampliar o mercado dos países dependentes para a produção agropecuária brasileira. O governo teve uma política semelhante para o setor industrial. Esses dois setores da burguesia interna são os que mais foram beneficiados pela política iniciada pelo governo de Lula, por isso foram os setores que registraram os maiores níveis de crescimento.

Tais políticas tornaram-se possíveis, principalmente, pelos investimentos cedidos para a internacionalização da burguesia brasileira pelo BNDES. Tal investimento fez com que as grandes empresas nacionais conseguissem adentrar outros países, o que, de fato, antes desses incentivos, tais empresas não tinham condições nenhuma de almejam adentrar com tanta força nos mercados externos. Lula também proporcionou maiores concessões de créditos para que os empresários pudessem investir em tecnologias de ponta que potencializassem a produção, como máquinas de última geração, e até mesmo no desenvolvimento de sementes transgênicas para o cultivo em alta escala. Mas, independentemente disso, assistimos a um processo de reprimarização econômica. Porém, antecipamos que todos esses elementos não foram suficientes para pensar que a fração do capital financeiro nacional e internacional deixasse de ser hegemônica no interior do bloco no poder dentro do Brasil.

Nesse sentido, Lula promoveu uma operação política complexa ao tentar possibilitar a ascensão da grande burguesia interna industrial e agrária, voltando para o comércio de exportação sem

romper com a hegemonia do capital financeiro dentro do país. Segundo o cientista político Boito Jr, o grande herói nas relações comerciais do Brasil com o resto do mundo é o agronegócio, pois este obteve grandes saldos positivos nas suas exportações.

O modelo capitalista neoliberal consiste em desmontar os direitos trabalhistas e sociais conquistados pelos trabalhadores durante o período “desenvolvimentista” e incorpora os interesses de toda a burguesia brasileira e do capital internacional investido. Outro elemento comum do modelo neoliberal é a política das privatizações, que tem aumentado o patrimônio e os lucros do grande capital privado, em detrimento do médio capital e deixando a burguesia de Estado em uma situação desprivilegiada. A abertura comercial e a desregulamentação financeira são outros elementos preponderantes na política capitalista neoliberal.

Segundo dados do jornal Folha de São Paulo, também citados por Boito Jr., no final da década de 1990, apontava-se que, no universo de 200 bancos que funcionavam em território brasileiro, 25 deles detinham sozinhos mais de 80% do ativo total (FOLHA, 2005; BOITO JR., 2005).

Um balanço feito no primeiro trimestre de 2005 comprova o lucro que os bancos obtiveram, pois mostrou que os cinco maiores bancos do país respondiam por 69% de todo o lucro do sistema bancário e, se levássemos em consideração os dez maiores bancos, essa parcela teria um aumento de 83% do total dos lucros (FOLHA, 2005; BOITO JR., 2005).

Nesse sentido, podemos afirmar que o lucro que o sistema financeiro nacional obteve durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva foi de um crescimento espetacular, pois, em 2004, os bancos tinham lucros de 24,287 bilhões de reais; e, em 2010, no

último ano do governo de Lula, seus lucros chegaram ao patamar dos 67,134 bilhões de reais (FOLHA, 2005; BOITO JR., 2005).

Isso seria um indicador de que, independentemente do fortalecimento da fração da grande burguesia interna, temos também um fortalecimento da hegemonia do capital financeiro no país.

Todos os aspectos da política neoliberal, como a desregulamentação, a privatização, a abertura comercial, entre outros, atendem de uma forma integral os interesses de uma única fração de classe burguesa: o grande capital financeiro. Ou seja, o Estado burguês, como afirmam Karl Marx e Friedrich Engels em *O Manifesto Comunista*, organiza os interesses gerais da burguesia, priorizando ao mesmo tempo os interesses específicos de uma determinada fração frente aos interesses das demais frações.

Quando colocamos que o grande capital financeiro é a fração de classe hegemônica dentro do bloco no poder, é porque, além de todos os recordes de lucratividades que esta fração obtém, verifica-se, também, a identificação de políticas ideológicas nacionais e internacionais do capital financeiro com os sucessivos governos neoliberais no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. F. R. de. Entre o nacional e o neonacional-desenvolvimentismo: poder político e classes sociais no Brasil contemporâneo. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E., GENTILI, P. (Org.). *Pós-neoliberalismo – As políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ARCARY, V. *Um reformismo quase sem reformas: uma crítica marxista do governo Lula em defesa da revolução brasileira*. São Paulo: Sundermann, 2011.

ARRUDA SAMPAIO JR., P. Encuentro Departamento de Industrias y agroindustrias de la Plenaria Intersindical de los Trabajadores-Convención Nacional de los Trabajadores (EDIA-PIT-CNT) In: ELÍAS, A. (Org.) *Los gobiernos progresistas en debate: Argentina, Brasil, Chile, Venezuela y Uruguay*. Buenos Aires: Clacso, 2006. p. 36-38; 82-85; 161-164.

_____. Brasil: as esperanças não vingaram. Em publicação: *Revista do OSAL, Observatorio Social de America Latina*, año VI, no. 18. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina: Argentina. Enero. 2006.

_____. A dança Imóvel e os impasses da Transição. *Revista ADUSP* 2003. Disponível em: <<http://www.ivanvalente.com.br>>. Acesso em: 16 abr. 2003.

BARBOSA, N. *A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda*. 2010.

BOITO JR. A burguesia no governo Lula. *Revista Crítica Marxista*. n. 21, Campinas, p. 52-76, nov. 2005.

FOLHA DE SÃO PAULO. Lucros dos bancos cresce 52% no primeiro trimestre. 04 jun. 2005, Sessão B, p. 9.

FONTES, V. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV; UFRJ, 2010.

OLIVEIRA, F. A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil. In: BASUALDO, E.; ARCEO, E. *Neoliberalismo y sectores dominantes*. Tendencias globales y experiencias nacionales. São Paulo: Clacso, 2007.

_____. *Crítica à razão dualista*. O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

POCHMANN, M. *Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil: avanços recentes no emprego e na distribuição dos rendimentos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

POULANTZAS, N. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes; 1977.

SADER, E. (Org.). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo*. Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

6

“NEODESENVOLVIMENTISMO” E QUESTÃO NORDESTINA: UMA NOVA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NOS GOVERNOS PETISTAS?¹

Nivalter Aires²

Partimos da consideração que, em fins da década de 1980, com a crise de hegemonia desenvolvimentista, o neoliberalismo entrou em prática no começo dos anos 1990, no Brasil. Diante disso, o cenário de políticas econômicas se restringiu prioritariamente à contenção da inflação e outras políticas de curto prazo, abandonando o planejamento econômico e esquecendo praticamente as políticas regionais.

As questões internas, nesse contexto, como a integração nacional e a intervenção com vista à “redução das disparidades regionais” foram deixadas de lado, a prioridade passou a ser a abertura econômica. Um evento representativo sobre a falta de importância da questão regional durante a presidência de Fernando Henrique

¹ Este artigo é resultado da pesquisa de dissertação produzida no Mestrado em Ciências Sociais (2015-2017) no âmbito do PPGCS/UFCG, intitulada: *Uma nova política de desenvolvimento regional nos governos petistas? o nordeste e a questão regional brasileira*.

² Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGCS/UFRN), mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS/UFCG).

Cardoso (PSDB) (1994-2002) foi a extinção da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, em 2001.

Considerando esse passado recente de ausência da questão regional em pauta, criaram-se grandes expectativas entre os entusiastas da temática do desenvolvimento regional com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), nas eleições presidenciais de 2002, especialmente por conta de Tânia Bacelar de Araújo, de reconhecida experiência na temática regional/territorial, estar nos quadros do Ministério da Integração Nacional (MI), no comando da Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional³. Quem ficou com a liderança da pasta do Ministério da Integração, no primeiro mandato de Lula, foi Ciro Gomes⁴ (PSB-CE). Nesse cenário, em fins de 2003, foi lançada a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), colocando a necessidade de superar as desigualdades regionais do Brasil e que, para isso, seria preciso um conjunto de ações planejadas⁵.

Tendo pontuado isso, objetivamos investigar se há uma nova política de desenvolvimento regional nos governos petistas (2003-2016), entendendo que, mesmo num nível retórico, o neodesenvolvimentismo se propõe a resgatar elementos do nacional-

3 Tânia Bacelar de Araújo, economista e socióloga (UFPE), já vinha trabalhando numa proposta de política de desenvolvimento regional que serviu de base para a PNDR (ARAÚJO, 1999). No entanto, devido às dificuldades de a política se firmar, Tânia Bacelar desligou-se do MI em janeiro de 2004.

4 Ciro Gomes, que inaugurou sua carreira política em 1982 no PDS (partido que foi desmembramento da Arena), mudou para o PMDB, depois PSDB, PPS, PSB, PROS, atualmente está no PDT. Nas eleições presidenciais de 2002, ficou como quarto colocado, apoiando Lula no segundo turno, acabou por se tornar Ministro de Integração Nacional, permanecendo na pasta entre 2002 e 2006 no período de 1 de janeiro de 2003 a 31 de março de 2006 (SOARES, 2016).

5 A seguir, havia uma breve explanação sobre o neodesenvolvimentismo. Excluímos porque fizemos longa discussão sobre o tema no artigo anterior.

-desenvolvimentismo, que, por sua vez, tinha em elevada conta as políticas de planejamento econômico focalizadas nas regiões atrasadas, no Nordeste, especialmente.

Sobre a caracterização dos governos do PT – Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e depois Dilma Rousseff (2011-2016) – entendemos o “neodesenvolvimentismo” dos governos petistas como um esforço romântico de conciliação dos interesses de diferentes classes sociais: entre o grande capital financeiro internacional e nacional (fração hegemônica), uma burguesia interna (com frações que melhoraram sua posição no bloco no poder, entre as quais se destacam as ligadas ao agronegócio e à construção civil), incluindo em alguma medida as classes subalternas, que melhoraram relativamente sua condição de vida, seja pelo mínimo de acesso a serviços públicos, pelo aumento do salário mínimo após décadas de arrocho, ou pela melhora na distribuição de renda. O neodesenvolvimentismo aparece como expressão teórica desse momento.

Diante dessa sumária caracterização, podemos partir para analisar a política de desenvolvimento regional dos governos petistas, entendendo que ela foi gestada e “aplicada” no âmbito de disputas – também dentro do próprio governo, entre os grupos que formaram a base de apoio e sustentação do PT – nessa perspectiva da impossibilidade de conciliação das classes.

A orientação teórico-metodológica que utilizamos para compreender a política nacional de desenvolvimento regional dos governos petistas parte da crítica à economia política, comumente apresentada como método materialista histórico e dialético, elaborado, fundamentalmente, por Karl Marx, levando em consideração que o Brasil como um país submetido aos problemas do capitalismo semicolonial ou dependente, em que convivem

áreas/regiões com elevado grau de desenvolvimento e outros de profundo atraso, devido à natureza do desenvolvimento desigual e combinado da própria expansão capitalista. Nossa investigação da política de desenvolvimento regional dos governos petistas nos põe o duplo interesse de avaliar o alcance da política dentro do que ela se propõe e também mostrar os limites da própria política. Estamos usando como unidade representativa para esse estudo o caso da região Nordeste.

O trabalho está dividido da seguinte forma: um grande tópico sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, dividido em dois momentos (2003-2010 e 2010-2015), em que faremos uma avaliação de cada período; depois uma avaliação mais geral da política; e, por fim, nossas considerações finais.

POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DOS GOVERNOS PETISTAS

PROPOSTA PARA DISCUSSÃO – DE 2003 A 2010

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), lançada em fins de 2003, apontava para a necessidade de superar as desigualdades regionais do Brasil, e que para isso seria preciso um conjunto de ações planejadas. A fala de Ciro Gomes, então Ministro da Integração Nacional, foi de que a PNDR teria:

Espaço prioritário na agenda do Estado brasileiro, gerando propostas inovadoras e consistentes que buscam contribuir para o debate sobre a nova concepção de desenvolvimento que a nação deseja incluído e sustentável, levando, dessa forma, à

estruturação de uma sociedade mais justa. (BRASIL, 2003, p. 8).

É de se supor que a pauta do desenvolvimento regional iria de fato voltar à luz. O documento “Política Nacional de Desenvolvimento Regional – Proposta para discussão”, de 2003, apontava como diagnóstico que “a desigualdade regional é resultado da dinâmica assimétrica do crescimento capitalista, que se concentra em alguns espaços, enquanto condena outros à estagnação e ao desperdício de fatores produtivos” (BRASIL, 2003, p. 12). Diante disso, a política se propunha a contrabalançar a lógica centrípeta das forças de mercado, promovendo e valorizando as diversidades regionais, bem como corrigindo as desigualdades de acesso a serviços públicos de qualidade.

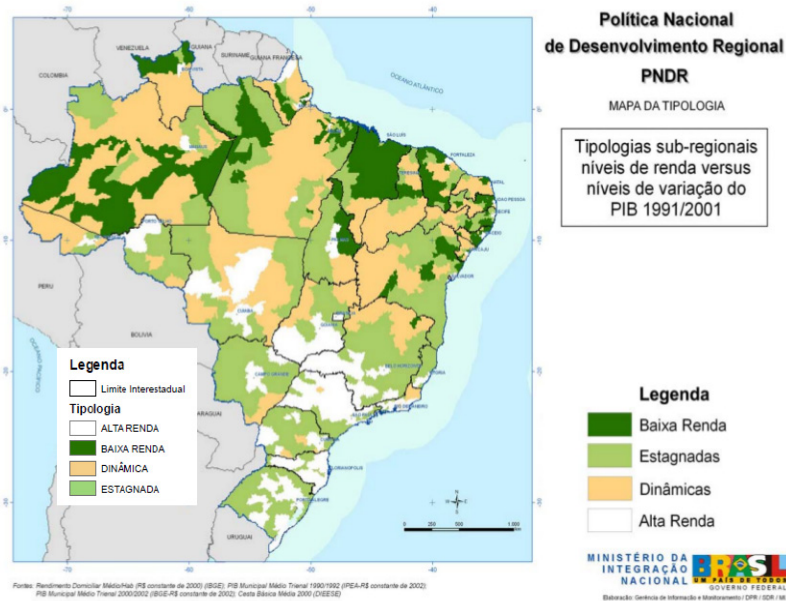
A PNDR intencionava a coordenação de ações nos níveis sub-regionais juntamente com entes federados e a sociedade civil, reconhecendo as desigualdades regionais em múltiplas escalas de intervenção, buscando articular políticas setoriais para regiões e sub-regiões prioritárias, sobretudo, as de baixa renda, estagnadas e com dinamismo recente (BRASIL, 2003).

A política propunha uma nova divisão em espaços sub-regionais prioritários para a ação em quatro grupos, como se pode observar no Mapa 1: Grupo 1: Microrregiões de ALTA RENDA; Grupo 2: Microrregiões DINÂMICAS; Grupo 3: Microrregiões ESTAGNADAS; Grupo 4: Microrregiões de BAIXA RENDA.

Essa divisão das regiões prioritárias para a PNDR foi definida pelo cruzamento de duas variáveis: Rendimento Domiciliar Médio e Crescimento do PIB *per capita*. A primeira é uma variável estática que retrata a riqueza relativa da população; a segunda, uma variável dinâmica que mostra o potencial relativo de crescimento.

O cruzamento delas resulta em um cartograma dos quatro grupos (BRASIL, 2003).

MAPA 1 – MAPA DA TIPOLOGIA – SUB-REGIÕES PRIORITÁRIOS



Fonte: Brasil (2003)

Mesmo com a divisão de sub-regionais prioritárias, segundo o indicador criado, as macrorregiões não são esquecidas, visto que prevalecia a atividade de elaboração dos planos estratégicos de desenvolvimento. A instância macrorregional não deixou de ser especialmente relevante no que se refere ao Norte, Nordeste e Centro-Oeste, onde o governo federal teria o potencial de atuar com órgãos específicos voltados à gestão regional, e com a (re) criação das SUDENE, SUDAM e SUDECO (BRASIL, 2003).

Para a região Nordeste, que especificamente interessa à nossa análise, além da proposta de (re)criação da SUDENE, a PNDR propunha a articulação dos Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste – PDNE, e do Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semiárido – Conviver.

Esse primeiro documento, em essência, apresentava de maneira sintética os parâmetros da nova política, deixando claro que há intenção, em algum nível, em se diferenciar do período imediatamente anterior. Ele resgata uma série de expressões como “ações de planejamento”, “estruturando”, “combate às desigualdades regionais”, que poderia nos remeter à experiência desenvolvimentista já mencionada.

AValiação DO PERÍODO 2003 – 2010

A PNDR teve dificuldades de se firmar, mesmo dentro dos limites do que as políticas propunham. Foi preciso negociações complexas para fazer avançar a proposta. Ela foi alvo de pressão por parte de parlamentares e governadores, em grande medida relacionados à reforma tributária, e o desenho e o funcionamento do proposto Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), que previa uma vinculação mais estreita entre os novos recursos e programas específicos de combate às desigualdades territoriais (KARAN, 2012, p. 36).

Somente em fevereiro de 2007, no início do segundo mandato de Lula, com Pedro Brito do Nascimento⁶ substituindo Ciro Gomes (ambos do PSB) no MI, é que a PNDR foi institucionali-

⁶ Pedro Brito Nascimento assumiu a pasta, mas sem mudança significativa, visto que ele também era do PSB e fazia parte da equipe de Ciro Gomes, permanecendo entre 3 de abril de 2006 e 16 de março de 2007.

zada e teve seu marco legal através do Decreto nº 6.047, que em linhas gerais instituiu a proposta de 2003, destacando o papel do Ministério da Integração como operador da política. A SUDENE foi recriada um mês antes, em 03 de janeiro de 2007, depois de o projeto tramitar por quatro anos. Essa instituição com peso histórico foi recriada sem força política e/ou financeira (ARRUDA, 2010).

Antes mesmo que a política regional pudesse se firmar de maneira sólida, passou por um forte esvaziamento político, especialmente quando a pasta do MI foi assumida por Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)⁷, e houve ainda mais dificuldade para se estabelecer (KARAN, 2012, p. 38). João Santana⁸ substituiu Geddel, também do PMDB da Bahia, para que este disputasse as eleições para governador daquele estado.

A PNDR apresentou grandes dificuldades para se consolidar, pois, mesmo no âmbito do governo, foi relegada a uma posição marginal. Pode-se comprovar pelo crescente número de programas de desenvolvimento territorial no âmbito do governo, como o Programa Territórios da Cidadania (PTC), por exemplo, que foi lançado em cerimônia bastante concorrida no Palácio do Planalto, em fevereiro de 2008, sob os auspícios da Casa Civil da Presidência da República (CC/PR), inviabilizando a pretensão da

⁷ Geddel Vieira Lima foi influente membro da base de apoio de FHC, mas depois mudou seu apoio para Lula (somente no segundo mandato), o que contribuiu para que todo o PMDB do Nordeste fizesse o mesmo (ANDRADE, 2016). Geddel foi acusado de favorecer a Bahia quando Ministro da Integração Nacional (HENRIQUE, 2010). Uma auditoria feita pelo Tribunal de Contas da União (TCU) constatou que a distribuição de verbas feita pela Secretaria Nacional de Defesa Civil, vinculada ao Ministério da Integração Nacional, não seguiu parâmetros técnicos. A análise mostrou que a Bahia foi, sem histórico ou análise de risco justificáveis, o estado mais favorecido com recursos do Programa de Prevenção e Preparação para Desastres durante a gestão do ex-ministro Geddel Vieira Lima (FABRINI, 2010). Geddel ficou no comando do MI entre 16 de março de 2007 e 31 de março de 2010.

⁸ Permaneceu à frente do MI entre 31 de março de 2010 e 31 de dezembro de 2010.

PNDR de pautar o debate sobre desenvolvimento regional/territorial no país (KARAN, 2012, p. 38).

Não é preciso insistir em o quanto a PNDR esteve em segundo plano durante o governo Lula, entre 2003 e 2010, em que a política regional seguiu com poucas dotações do Orçamento Geral da União. Pode-se perceber claramente uma incoerência entre o discurso proposto através desses documentos apresentados e a prática de governo, no que tange à redução das desigualdades regionais e às reais possibilidades de intervenção da PNDR (COELHO, 2014).

Coelho (2014) coloca que o Brasil permaneceu refém das negociações regionalistas, político-partidárias e setoriais que vêm desintegrando o orçamento público em ações pontuais e fragmentadas. Em sua leitura “desenvolvimentista”, entende que os investimentos estão associados à preservação dos interesses constituídos.

Ainda assim, as propostas, com suas limitações, não puderam ser realizadas em plenitude, nem o MI, nem a SUDENE dispuseram de recursos humanos e materiais necessários para cumprir o planejado. O FNDR proposto, que seria o potencial financiador da PNDR, não avançou.

Não se deve ignorar a relevância de trazer ao debate novamente as políticas de desenvolvimento regional, depois do abandono para que “o mercado” resolvesse o problema das disparidades regionais. Ainda assim é preciso que se tenha claro que, além da execução limitada, a proposta também apresenta limites em sua concepção, visto que deixa de considerar uma série de elementos, ou os coloca de maneira marginal, como acontece com a questão agrária no Nordeste, expressa na concentração fundiária da região, que aparece de maneira profundamente tímida, quase invisível, mostrada no ponto sobre a redistribuição do acesso à água e terra,

mas sem mostrar como pretende enfrentar as oligarquias da região para realizar essa medida.

Sobre os limites das políticas, é importante observar sobre dois parâmetros, um duplo limite, por assim dizer. Observar os limites dentro do que foi proposto e as impossibilidades de se alcançar aquilo que estava previsto; e os limites para além do que foi proposto, os limites da proposta.

Dentro do proposto pela PNDR, resgatar expressões como “ações de planejamento”, “estruturando” não é o mesmo que uma ampla política de desenvolvimento estruturada para o “combate às desigualdades regionais”, nem uma sombra daquela que foi proposta por Celso Furtado na segunda metade do século XX.

E mesmo colocar expressões como “redistribuição de terra e água”, prevendo reestruturação fundiária com ampliação do acesso por parte de parcela dos agricultores sem-terra ou familiares à terra, visando aumentar a pequena produção familiar, e democratizar o acesso aos recursos hídricos na região, sem a menor intenção de fazê-lo, de enfrentar a estrutura agrária nordestina, e as classes localmente dominantes é, no mínimo, problemático. Sem contar o apontamento para corrigir as disparidades regionais pela via da ampliação do acesso a serviços públicos de qualidade, quando isso deveria ser o mínimo que se poderia esperar.

Além disso, a PNDR enfrentou problemas para se firmar dentro do âmbito do governo, as mudanças de ministros e de partidos desses ministros evidenciam um problema de ordenação da política. A destacada importância de outras políticas de cunho territorial, como o PTC, sob a guarda da Casa Civil e da futura candidata de Lula para as eleições de 2010, Dilma Rousseff, demonstra clara fragilidade política da PNDR como projeto desses governos.

Para além desses limites, pode-se observar limitações nas propostas. Considerando o limitado diagnóstico dos problemas nordestinos, que entendem os efeitos como sendo causas, por exemplo, considerando a desestruturação dos segmentos exportadores tradicionais como problema, visto que ele é fruto do processo de globalização do capital, que afetam negativamente os setores de menor produtividade, por exemplo. E mesmo os indicadores sociais abaixo da média nacional e o baixo nível de emprego e renda são resultado do desenvolvimento assimétrico e predatório do capital na dinâmica nacional, e não causas do problema da região.

As propostas privilegiam os interesses das frações da burguesia interna que estão em posição melhor no bloco no poder durante os governos petistas, se pode observar que as ações de infraestrutura, ligadas às grandes construtoras, estão intimamente ligadas às melhores possibilidades de exportação para o agronegócio. Isso se evidencia também pelas cadeias produtivas beneficiadas pelos projetos, principalmente o agronegócio ligado à fruticultura irrigada e o agronegócio de grãos dos Cerrados nordestinos.

Também merece destaque a visão neoinstitucionalista das políticas que entendem que os problemas nordestinos podem ser resolvidos com a criação de fóruns, agências, conselhos, consórcios, e através de um novo gerenciamento.

POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – DE 2010 A 2015

Diante dos problemas e da clara dificuldade em efetivar a PNDR, o MI lançou em novembro de 2010 o documento “A PNDR em dois tempos: a experiência apreendida e o olhar pós-2010” com

horizonte até 2015, que constitui um esforço derradeiro para elevar a PNDR à categoria de política de Estado⁹, e quem sabe assim, fazê-la sair do papel.

O documento está dividido em duas grandes partes: a primeira sobre o contexto da PNDR entre 2003 a 2010, numa tentativa de fazer um balanço da política até então; e a segunda sugere um olhar para o futuro, a partir de um conjunto de propostas voltadas para o período pós 2010, com horizonte até 2015.

Esse documento enfatiza mais uma vez o:

Compromisso com a retomada plena da questão regional como prioridade do Estado brasileiro, lançando olhar detalhado à redução das desigualdades regionais do país, indo ao encontro do que estabelece a missão institucional que lhe cabe de atuar na promoção do desenvolvimento das regiões brasileiras. (BRASIL, 2010, p. 4).

O documento não deixa de apresentar desafios, como o da infraestrutura logística, que abriria maiores oportunidades produtivas de escoamento de produção, por exemplo, problema na infraestrutura do abastecimento hídrico (BRASIL, 2010), que aponta para o interesse de grandes obras, feitas por grandes empreiteiras, para escoar a produção do agronegócio.

Dentro da PNDR, ganha destaque o modelo de governança e o papel das novas institucionalidades, apostando que:

Um novo modelo para o desenvolvimento (regional) do país, com novas premissas e requisitos

⁹ Dentro dos parâmetros governamentais, uma política governamental corresponde à política de um único governo (ou partido), enquanto que uma política de Estado corresponderia a políticas institucionalizadas, devendo ser adotadas pelos governos subsequentes, com um caráter supostamente mais sólido.

de empoderamento, controle social, participação de atores no território, mister se faz considerar, simultaneamente, o protagonismo das novas institucionalidades que atuam regionalmente, bem como da inclusão territorial ao esforço nacional de desenvolvimento. (BRASIL, 2010, p. 59).

Nesse sentido, foi instituído um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) em 2008, daí seguiu a criação do Comitê de Articulação Federativa (CAF), congregando representantes de ministérios e entidades municipalistas, como a Associação Brasileira de Municípios (ABM), a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e a Frente Nacional dos Prefeitos (FNP). O CAF atua como principal instância de negociação entre União e municípios (BRASIL, 2010, p. 60).

Esse não é o único exemplo, foram criados Fóruns, Redes, Conselhos Administrativos, Comitês. Ou seja, uma série de arranjos institucionais, com proposta de tratar do desenvolvimento regional, que poderiam se constituir como instrumento com vistas à aplicação das políticas.

A PNDR aponta para três grandes premissas: a primeira da Dimensão de Política Nacional, articulando os três níveis: governo, setor empresarial e sociedade civil. Segundo o Perfil de Política de Estado, que deve se consolidar articulando ministérios cuja atuação se organiza, integral ou parcialmente, em bases territoriais (Planejamento, Meio Ambiente, Desenvolvimento Agrário, Cidades); ministérios da área de infraestrutura pública (Transportes, Minas e Energia, Comunicações); ministérios responsáveis pelas políticas de desenvolvimento setorial ou regulação econômica (Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Turismo, Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Ciência e Tecnologia; Fazenda); e ainda minis-

térios diretamente responsáveis pelas políticas com forte impacto social (Desenvolvimento Social; Educação; Cultura); e, por fim, abordagem das desigualdades regionais em múltiplas escalas (BRASIL, 2010, p. 70-72).

O documento destaca como uma das propostas mais concretas da Fase II da PNDR o Mapa da Elegibilidade da Política, proposto para o período 2011-2015, que aponta para a universalização do apoio ao desenvolvimento regional, o que dá maior concretude à Política Regional (BRASIL, 2010, p. 80).

O Mapa da Elegibilidade da PNDR (2011-2015) prevê três objetivos: A) prioridade para os territórios de convergência, reunindo os grupos G2, G3 e G4¹⁰ (territórios em processo de incorporação à dinâmica nacional; territórios com padrão prolongado de estagnação; e territórios com fragilidade econômica), para esses propõem-se mais de 60% dos recursos disponíveis à nova fase da PNDR voltados a esse objetivo; B) foco em territórios com padrão de competitividade consolidado, destinando até 30% (ao menos 20%) dos recursos totais; C) apoio aos territórios de transição da estratégia da Fase I para a Fase II, isto é, as sub-regiões e os recortes territoriais priorizados pela PNDR na gênese, com até 10% dos recursos e com contrapartida a ser estabelecida a partir da tipologia apropriada a cada território elegível (BRASIL, 2010, p. 81).

No oitavo capítulo do documento, é destacado que “a PNDR se defronta com diversos sinais que demandam reorientação da sua trajetória como política pública” (BRASIL, 2010, p. 84). O Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR) é uma proposição com vistas a suprir o financiamento de infraestrutura econômica e social. Sobre o fundo proposto, destaca-se a ampliação do montante de recursos destinado à PNDR. Ele abrangeria

os tradicionais mecanismos regionais de financiamento ao setor produtivo das macrorregiões menos desenvolvidas, e também o direcionamento de recursos públicos para a promoção das chamadas externalidades positivas nas áreas de menor desenvolvimento, ambos sob comando das Superintendências de Desenvolvimento Regional e do Ministério da Integração Nacional (BRASIL, 2010, p. 84-90).

A proposta principal que se tira do documento é a criação de um Sistema Nacional de Desenvolvimento Regional e Integração Territorial, que busque dar resposta a essas questões todas, relacionadas às disparidades regionais.

O sistema é proposto na forma de uma superestrutura institucional que viabilize a PNDR enquanto política de Estado, articulando instituições cuja política tenha impacto direto e indireto no desenvolvimento regional, e também a promoção do diálogo entre as instâncias federal, estadual e municipal para uma ação compartilhada (BRASIL, 2010, p. 93).

Também deverá ser estruturado a partir de quatro instâncias de deliberação e gestão, duas no âmbito federal, uma no âmbito estadual e uma quarta no âmbito supramunicipal: 1. o Conselho Nacional de Desenvolvimento Regional, em nível estratégico; 2. a Câmara Interministerial de Gestão Integrada de Políticas Regionais, em nível tático; 3. os Comitês Estaduais de Gestão de Políticas no Território, cuja criação estaria afeta à decisão das Unidades da Federação; 4. na forma de associações de municípios, consórcios públicos, fóruns mesorregionais, comitês de bacias e demais organizações que atuem territorialmente, com distintos focos e interesses, mas que extrapolem o âmbito municipal (BRASIL, 2010, p. 93-96).

Ainda mais do que naquele primeiro momento, o papel das instituições ganha ainda mais destaque nesse novo “modelo

de governança”. A grande aposta passa a ser o Sistema Nacional de Desenvolvimento Regional com instituições de diversos níveis. Sobre encaminhamentos e sugestões do documento, uma primeira proposta é a realização de uma Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional, abrangendo todo o território nacional.

AValiação DO PERÍODO 2010-2016

No período em que Dilma Rousseff (2011-2016) esteve à frente da presidência da República, a PNDR não esteve em melhor situação que na gestão seu antecessor, as dificuldades permaneceram. O MI ficou aos cuidados de Fernando Bezerra de Sousa Coelho¹⁰ (PSB-PE), que, em fala à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) do Senado, destacou aquilo que já dissemos: que a nova PNDR deve trabalhar com três grandes objetivos: primeiramente implementar um novo modelo de governança, com a criação de um Conselho Nacional de Desenvolvimento Regional; em segundo lugar, trabalhar de acordo com um pacto de metas para que cada área do governo tenha uma meta para desenvolver o território que está abaixo da média nacional; e, por fim, buscar a aprovação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, incluído na reforma tributária (DA REDAÇÃO, 2013).

Para o próximo passo da PNDR, a Conferência Nacional do Desenvolvimento Regional se tornou elemento central, visto que da sistematização das contribuições da conferência deveriam sair as propostas para nortear os próximos passos da PNDR. Dessa

10 Fernando Bezerra Coelho assumiu o MI em 1 de janeiro de 2011, permanecendo até 1 de outubro de 2013. Ele já tinha entregado sua carta de demissão à Dilma desde 19 de setembro, um dia depois de o PSB ter anunciado a sua saída da base do governo (MONTEIRO; RIBEIRO, 2013).

forma, seria encaminhado na forma de projeto de lei ao Congresso Nacional para instituir a nova PNDR, ou PNDR Fase II.

Depois da saída de Fernando Bezerra, a pasta ficou ao encargo de Francisco Teixeira¹¹. Com experiência na área de recursos hídricos, ele monitorou de perto as obras da transposição do São Francisco, mas sem grandes avanços nem na PNDR, nem na transposição.

No segundo mandato inconcluso de Dilma, por conta do Golpe Institucional, o Ministro da Integração Nacional foi Gilberto Occhi¹², com um curto período em que estiveram José Rodrigues Pinheiro Dória (PP)¹³ e Josélio de Andrade Moura, até Dilma ser afastada da presidência da República.

Voltando à distinção dos limites da política sobre dois parâmetros, dentro dos limites do que foi proposto, pode-se dizer que as dificuldades políticas do segundo mandato de Dilma podem nos ajudar, em certa medida, a entender o não avanço da PNDR em relação ao que se propunha. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Regional, que seria o principal órgão de gestão da PNDR, não foi criado. A PNDR II, concebida a partir das propostas da Conferência Nacional do Desenvolvimento Regional, foi encaminhada ao Congresso Nacional pelo senador Fernando Bezerra Coelho (ex-ministro da Integração) em 2015 na forma de Projeto de Lei do Senado nº 375, de 2015, mas desde este ano não avança.

11 Ele já ocupava desde 2012, o cargo de secretário de Infraestrutura Hídrica no governo da presidente Dilma, com a saída de Fernando Bezerra, assumiu a MI, e permaneceu entre 1 de outubro de 2013 e 1 de janeiro de 2015.

12 Gilberto Occhi foi indicação do PP, permanecendo no cargo até 13 de abril de 2016, quando esse partido rompeu com a base do governo.

13 Nomeado para comandar interinamente o Ministério da Integração Nacional, ele pediu demissão do cargo no mesmo dia em que sua nomeação foi publicada no Diário Oficial da União (MATOSO; BRASIL, 2016). Outra versão dos fatos diz que Dilma tornou sem efeito o decreto que o havia nomeado, pela manhã desse mesmo dia (RIBEIRO, 2016).

Observando os limites do que foi proposto, fica claro que, mesmo que tivesse obtido sucesso na criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Regional, seria apenas mais um conselho, sem poder político deliberativo ou financeiro para avançar no enfrentamento das disparidades regionais.

QUAL O IMPACTO NA PNDR NO NORDESTE?

Tentando fazer uma avaliação mais detida da PNDR, pensando, por exemplo, nas obras de ampliação e modernização da infraestrutura e logística do Nordeste, que estão ilustradas no Mapa 2, podemos verificar como andam os projetos nas áreas de transporte, energia e infraestrutura hídrica.

MAPA 2 – AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA NO NORDESTE



Fonte: Brasil (2006)

Em relação à duplicação da Rodovia Translitorânea BR-101 – que integra o litoral nordestino desde o Rio Grande do Norte até o leste da Bahia (indo muito além até o Sul do país), visando ao escoamento da produção da agroindústria canavieira, indústrias e serviços, e em especial o turismo – encontra-se concluída no Rio Grande do Norte e na Paraíba, mas ainda em construção em Pernambuco, segundo site do DNIT (DNIT, 2016). Mas esse não é cenário total: em Alagoas, por exemplo, as obras estavam paradas desde 2013, devido ao processo de licitação ter sido judicializado por uma empresa que não foi declarada vencedora no certame, e assim o contrato não pôde ser assinado (PORTAL BRASIL, 2016).

Sobre a Ampliação da Ferrovia Norte-Sul, incluindo a ferrovia, já existem trechos de Barcarena/PA a Açailândia/MA e de Ouro Verde/GO a Panorama/SP, que se encontra com eixos operacionais. Em 2014, foi inaugurado o primeiro trecho em Goiânia, mas só em 2015 houve a primeira viagem comercial oficial, quando o trem (composto de três locomotivas, carregando 80 vagões de farelo de soja) saiu de Anápolis/GO em direção ao Porto de Itaqui, em São Luís/MA. As obras não estão imunes às denúncias de irregularidades, o Ministério Público Federal em Goiás (MPF-GO) ofereceu denúncia contra oito pessoas suspeitas de superfaturar a Ferrovia Norte-Sul no estado, por exemplo (RESENDE, 2015).

Outra grande promessa era a construção da Ferrovia Transnordestina, que previa a construção de mais de 2 mil quilômetros de estrada de ferro em bitola larga Nordeste afora. No entanto, 10 anos após o início das obras, o pouco que foi construído está abandonado, de acordo com uma equipe do Jornal do Commercio que percorreu mais de 2 mil quilômetros por onde deveria passar a ferrovia (BELFORT, 2016). Além disso, a obra desrespeita povos tradicionais: no Piauí, por exemplo, a Justiça Federal determinou

a suspensão das obras da Ferrovia Transnordestina no trecho entre as cidades de Trindade/PE e Eliseu Martins/PI, por violação aos direitos da comunidade quilombola de Contente, localizada no município de Paulistana/PI (REDAÇÃO G1, 2016).

Em relação à modernização e ampliação dos portos, considerando o Complexo Industrial e Portuário de Suape em Pernambuco, como exemplo, o que se observou, entre outros problemas, foram graves danos ambientais, entre 2009 e 2013. O site da Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH) de Pernambuco apontou 24 autos de infração aplicados ao Complexo de Suape, entre advertências por escrito, suspensão parcial ou total de atividade e multa (COUTINHO, 2013).

A rede de gasoduto do Nordeste encontra-se em fase de negociações para ser vendida pela Petrobras, ainda em estágio embrionário, e deve ser esperada somente em 2017 (GAIER, 2016).

A transposição do rio São Francisco, mesmo depois de anos de obras e milhões de reais, ainda não está em pleno funcionamento. Foi concluído o Eixo Leste, entregue em abril deste ano, que beneficia os estados de Pernambuco e Paraíba. O Eixo Norte, que contempla o abastecimento no Ceará e no Rio Grande do Norte, está em construção e deverá ser inaugurado em 2018 (ROCKMANN, 2017). A transposição do São Francisco deverá ter gestão privada, é o que afirma o Ministro da Integração Nacional do governo Temer, Helder Barbalho (PMDB), a concessão seria da operação e não do restante da obra (BARBALHO, 2017)

As obras, de maneira geral, têm estado em atraso e não têm cumprido o papel para o qual foram pensadas.

Trazendo alguns dados para dialogar com os cenários esperados após a “implementação” da PNDR no Nordeste¹⁴, podemos verificar em relação ao PIB, por exemplo, que a participação do Nordeste no PIB brasileiro aumentou, mesmo que lentamente, sua importância, chegando a 13,6%, em 2012, como se pode constatar nos dados da Tabela 1, bem abaixo do cenário desejado, mas dentro do cenário projetado.

Esse aumento da participação está relacionado com a forma que o Nordeste foi afetado pela crise econômica internacional de 2008, uma vez que, devido ao seu menor envolvimento em relações econômicas com o exterior, os impactos da crise se manifestaram de maneira mais suave, e com menor impacto do que no Brasil (FARIAS; ARAÚJO, 2013).

Também se deve considerar a ampliação dos gastos públicos, expansão do crédito, medidas tributárias expansionistas de recorte anticíclico que auxiliaram na recuperação parcial e temporária da economia nordestina durante o agravamento da crise ao longo desse período (FARIAS; ARAÚJO, 2013). Diante disso, percebe-se que a boa resposta do Nordeste está mais relacionada à política em geral, que teve boa resposta da região, devido a suas particularidades, do que em uma estratégia de desenvolvimento para a região.

Observando atentamente os números do Nordeste ao longo dos anos, na Tabela 1, vê-se o salto de 13,1%, em 2008; para 13,5%, em 2009. Neste ano, de agravamento da crise, o PIB brasileiro registrou uma queda de 0,2% no seu PIB, o que pode ter influenciado o aumento da participação do PIB nordestino no bra-

14 O *Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste – Desafios e Possibilidades para o Nordeste do Século XXI* (2006) apresenta cenários desejados e esperados, na forma de tabelas com projeções de dados diversos nas p. 54 e 100.

sileiro, estando ligada à sua boa resposta relativa à crise capitalista internacional, e não às políticas de desenvolvimento.

TABELA 1 – PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS GRANDES REGIÕES NO PIB (2002-2012)

Grandes Regiões	Participação percentual no Produto Interno Bruto (%)										
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	4,7	4,8	4,9	5,0	5,1	5,0	5,1	5,0	5,3	5,4	5,3
Nordeste	13,0	12,8	12,7	13,1	13,1	13,1	13,1	13,5	13,5	13,4	13,6
Sudeste	56,7	55,8	55,8	56,5	56,8	56,4	56,0	55,3	55,4	55,4	55,2
Sul	16,9	17,7	17,4	16,6	16,3	16,6	16,6	16,5	16,5	16,2	16,2
Centro-Oeste	8,8	9,0	9,1	8,9	8,7	8,9	9,2	9,6	9,3	9,6	9,8

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

Sobre o nível de desemprego do Brasil e do Nordeste, como se pode acompanhar na Tabela 2, a redução do desemprego no Nordeste foi menos expressiva.

TABELA 2 – NÍVEL DE DESEMPREGO NO BRASIL E NO NORDESTE (2002-2015)

ANO	BRASIL %	NORDESTE %
2002	11,66	13,75
2003	12,33	15,23
2004	11,48	14,35
2005	9,84	14,32
2006	9,98	14,13
2007	9,32	12,87
2008	7,90	10,36
2009	8,08	10,78
2010	6,73	9,81
2011	5,93	8,09
2012	5,50	6,61
2013	5,40	7,25
2014	4,82	7,78
2015	6,82	10,33

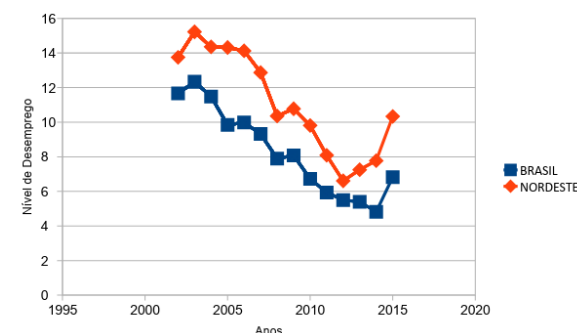
Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Emprego (mar. 2002-dez. 2015) [elaboração própria]

Fica bastante claro, no Gráfico 1, que ilustra os dados dessa tabela, como o nível de desemprego no Nordeste, por mais que tenha caído e se aproximado do nível brasileiro em 2012, está longe de corresponder aos 6,4% desejados para 2010, e 5,9% para 2015; e mesmo longe do cenário tendencial previsto, de 8,1% e 5,7%, respectivamente, para esses anos.

Estamos usando os dados da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, que considera a taxa de ocupação na semana de referência, das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por regiões metropolitanas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre) entre março de 2002 e dezembro de 2015¹⁵. Consideramos Nordeste, então, o valor médio entre Recife e Salvador.

Estamos considerando o desemprego nas regiões metropolitanas, o que não representa toda a dinâmica da região, que têm níveis de atividade econômica muito inferior a grandes centros, como Recife e Salvador. Diante disso, entende-se que a situação é ainda menos promissora do que aparece no gráfico.

GRÁFICO 1 – NÍVEL DE DESEMPREGO NO BRASIL E NO NORDESTE (2002 – 2015)

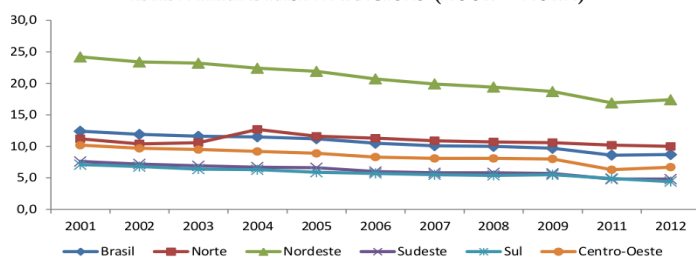


Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Emprego (mar. 2002-dez. 2015) [elaboração própria]

¹⁵ Estão disponíveis no site do IBGE, na seção da Pesquisa Mensal de Emprego, os dados entre março de 2002 e fevereiro de 2016. Para não utilizar os dados de apenas dois meses representando o ano, adotamos dezembro de 2015 como fim do nosso recorte temporal.

Outro dado alarmante sobre o Nordeste Brasileiro é a taxa de analfabetismo, que como mostramos no Gráfico 2, está muito superior ao que se pode encontrar nas outras regiões e no Brasil em média. Podemos constatar isso através dos dados do Relatório Educação Para Todos no Brasil (2000-2015). Salta aos olhos a distância do Nordeste, mesmo que venha em processo de queda, ainda é um enorme abismo a ser superado.

GRÁFICO 2 – TAXA DE ANALFABETISMO DA POPULAÇÃO DE 15 OU MAIS ANOS DE IDADE PARA BRASIL E REGIÕES (2001 – 2012)



Fonte: Brasil (2014) Retirado dos Microdados do PNAD (IBGE)

Outro elemento que podemos trazer para a discussão é a esperança de vida ao nascer, que, no Nordeste em 2010, era uma das piores do Brasil, ficando atrás somente da região Norte; e no que se refere aos homens era a pior, com 67,15% de esperança de vida para os meninos que nasceram.

TABELA 3 – ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER, POR SEXO, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES (1980 – 2010)

Grandes Regiões	Esperança de vida ao nascer								
	1980			2010			Acréscimos 1980/2010		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Brasil	62,52	59,62	65,69	73,76	70,21	77,38	11,24	10,59	11,69
Norte	60,75	58,18	63,74	70,76	67,57	74,36	10,01	9,39	10,62
Nordeste	58,25	55,4	61,27	71,2	67,15	75,41	12,95	11,75	14,14
Sudeste	64,82	61,68	68,23	75,4	72,09	78,65	10,58	10,41	10,42
Sul	66,01	63,26	69,07	75,84	72,57	79,12	9,83	9,31	10,05
Centro-Oeste	62,85	60,51	65,6	73,64	70,43	77,08	10,79	9,92	11,48

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais.

Os entusiastas da experiência desenvolvimentista “clássica”, que acreditam na melhora das condições de vida dentro do sistema capitalista, como Wilson Cano¹⁶, por exemplo, fazem a crítica aos governos petistas pela ausência de políticas de desenvolvimento econômico. Ele critica a ausência de um Estado planejador, e coloca que o país depois que adotou as políticas neoliberais está focado na exportação de produtos básicos e sofreu uma regressão na estrutura produtiva, na indústria, na estrutura do PIB. Entende o PAC apenas como um conjunto de projetos, e não vê muita diferença entre esse e o Avança Brasil, de FHC. Sobre a PNDR, ele acha interessante, mas não vê meio de dar certo sem investimento em política econômica.

Wilson Cano (2017) destaca a impossibilidade de se firmar a PNDR diante da política macroeconômica que tem sido adotada no Brasil desde o Plano Real, com destaque para o tripé macroeconômico de 1999 em diante, incluindo os governos petistas. Essa política macroeconômica é uma “camisa de força” para qualquer política econômica, no dizer desse autor. Nesse sentido, o fracasso das políticas regionais de desenvolvimento tem relação direta com a falta de interesse na transformação nas regiões periféricas no século XXI, mesmo que essas políticas figurem na agenda pública, aparecem mais como retórica do que como proposta decisória.

Podemos entender esse interesse, apontado por Wilson Cano, como sendo de classe visto que o projeto desenvolvimentista estava diretamente relacionado à hegemonia do capital industrial.

Além dessas críticas, que podemos incorporar em parte, visto que essas políticas de desenvolvimento têm limites intrínsecos, não podendo cumprir nem ao que se propõe, por conta da política macroeconômica adotada, que impede uma atuação intervenção planejada.

¹⁶ Em entrevista a Arruda (2010).

Desde uma perspectiva marxista, fazemos a crítica a toda a lógica neoinstitucionalista, sob a qual está pensada a PNDR, que privilegia o papel das instituições nos processos sociais e nas políticas, ao invés de analisar a correlação de força entre as classes sociais, que explica em grande medida o não sucesso das políticas.

Sob a perspectiva neoinstitucionalista, consideremos o Conviver, por exemplo, que entende a pobreza e demais problemas do Semiárido como sendo mantido “devido ao inadequado processo de gestão das políticas públicas implementadas na região” (BRASIL, 2009, p. 9); e toda a PNDR, que aposta fortemente na criação do Sistema Nacional de Desenvolvimento Regional, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Regional, dos Grupos de Trabalho Interministerial, dos fóruns, das agências, dos conselhos, dos consórcios, etc.

O problema é que essa perspectiva neoinstitucionalista desconsidera completamente os interesses das classes sociais, que para nós são determinantes para as ações do Estado, considerando o bloco no poder e a classe ou fração de classe hegemônica. A hegemonia do grande capital financeiro mantém a política macroeconômica inalterada, em seu benefício, enquanto que as outras políticas figuram de maneira retórica; os avanços que se vê na PNDR são em função daquelas frações da burguesia interna, principalmente o agronegócio, muito pouco em relação às classes subalternas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os problemas característicos da região Nordeste têm sido atribuídos a diferentes razões. A partir delas, o Estado brasileiro, dentro de profundas limitações que se colocam, têm atuado histo-

ricamente no combate à seca, pretendendo industrializar a região e, mais recentemente, intencionando criar instituições e instâncias de representação que busquem o desenvolvimento do Nordeste.

O Partido dos Trabalhadores, em sua tentativa de conciliação de classes, mostrou o esgotamento desse “neodesenvolvimentismo” ao longo do segundo mandato de Dilma, e o consequente golpe institucional, fruto da chegada da crise capitalista mundial na América Latina com mais força. Assim se tornou imperativo para as classes hegemônicas um forte ajuste de matriz liberal com profundo ataque aos trabalhadores.

Sobre a política nacional de desenvolvimento regional dos governos petistas, este trabalho foi um esforço para compreensão das dificuldades que a PNDR teve em se firmar e dos seus problemas de concepção. O objetivo que propomos foi de estudar os limites da Política Nacional de Desenvolvimento Regional dos governos petistas, com o duplo interesse de avaliar o alcance da política dentro do que ela se propõe e os limites da própria política.

Diante disso, como se pôde verificar ao longo do trabalho, a PNDR, que em fins de 2003 foi lançada como a grande aposta de política para diminuir os desequilíbrios regionais, ocupou lugar marginal dentro dos governos petistas.

A PNDR, que supostamente foi pensada como a grande proposta política dentro dos governos petistas, para dar conta de debater a questão regional, resgatando algumas expressões e intenções que pudessem remeter ou lembrar o desenvolvimentismo “clássico”, teve grandes dificuldades para se firmar e dar respostas a essa questão, ficando relegada a uma posição marginal. E, mesmo na dimensão territorial, outras políticas, como o Programa Territórios da Cidadania, tiveram maior destaque dentro do âmbito do governo.

Diante disso, pode-se constatar que a Política Nacional de Desenvolvimento Regional em muito pouco avançou no que se propôs. Sem mencionar seus problemas de concepção, as dificuldades políticas envolvendo o Ministério da Integração Nacional, inclusive casos de corrupção, e a marginalidade da PNDR, que se reflete nos dados apresentados.

Apenas para ilustrar o que já foi mencionado, a participação do PIB nordestino no PIB nacional aumentou muito pouco. Em relação ao desemprego, por mais que tenha uma trajetória descendente até 2012, com o agravamento da crise aumentou em nível maior do que o brasileiro. Sobre o analfabetismo, no Nordeste, sente-se com mais força, do que em qualquer outra região, o peso da falta de educação.

Pode-se dizer que essas políticas têm o limite colocado pela própria lógica de acumulação, não podem cumprir o que propõem (que dirá resolver o problema das disparidades regionais), em grande medida por conta da política macroeconômica herdada/adotada, incompatível com qualquer atuação ou intervenção planejada; além disso, com a hegemonia do bloco no poder pertencendo ao grande capital financeiro, que mantém a política macroeconômica inalterada, em seu benefício, enquanto que as outras políticas figuram de maneira retórica. Sobre os poucos avanços verificados no Nordeste, vê-se que aconteceram em função daquelas frações da burguesia interna, principalmente, o agronegócio, e em muito pouco estão relacionadas à melhoria das condições de vida das classes subalternas.

Em relação à PNDR, vê-se a falta de motivação, de interesse de classes para a política se firmar. Essa política macroeconômica, que atende aos interesses da fração hegemônica no bloco no poder, impõe limites às políticas de desenvolvimento.

Além disso, a aposta nas instituições para resolver os dilemas da população nordestina impede de perceber (propositalmente ou não) que a reprodução das condições de pobreza está relacionada à manutenção do poder das classes dominantes locais, e que o atraso nordestino faz parte do processo de desenvolvimento desigual do próprio capitalismo periférico, em relação à divisão nacional do trabalho e à divisão internacional do trabalho a que o Brasil está submetido.

A superação dos problemas deve passar, então, pela superação do sistema de exploração, e a concentração fundiária deve ser combatida, tendo em vista uma sociedade que prime não pelo aumento da lucratividade dos capitais regionais e dos que migram para a região em busca de condições de exploração mais favoráveis, mas sim pela emancipação das classes subalternas.

Além dessa dimensão, vive-se, não só no Brasil, mas também em outros países da América Latina, o fim de alguns desses governos que emergiram com a crise do neoliberalismo, e um giro à direita na superestrutura política, com o golpe institucional em 2016 consolidado no Brasil. As frações burguesas, mesmo as beneficiadas nos governos petistas, não se contentaram com os benefícios que tiveram nesses governos. Cabe ficar de olho no que vai acontecer, observar a dinâmica da luta de classes, especialmente depois de consolidado o golpe institucional no Brasil e o fim do ciclo petista no governo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Dania. Quem é Geddel Vieira Lima, provável ex-ministro de Temer?. *Esquerda Diário*. 20 nov. 2016.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. Por uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 30, n. 2, p. 144-161, abr. jun. 1999.

ARRUDA, Danilo Raimundo de. Quinze Anos sem Política Regional: *Uma Análise dos Planos do Governo Federal para o Nordeste de 1994 a 2009* [dissertação]. João Pessoa: PPGE/UFPB, 2010.

Assessoria de Imprensa do DNIT. Duplicação da BR-101 em Pernambuco encontra-se em ritmo acelerado. *DNIT*, 15 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.dnit.gov.br/noticias/duplicacao-da-br-101-em-pernambuco-encontra-se-em-ritmo-acelerado>>. Acesso em: 29 dez. 2016.

BARBALHO, Helder. Transposição do Rio São Francisco pode ter gestão privada. *Diário do Nordeste*. 30 ago. 2017. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/online/transposicao-do-rio-sao-francisco-pode-ter-gestao-privada-1.1812741>>. Acesso em: 23 set. 2017.

BELFORT, Angela Fernanda. Ferrovia Transnordestina está inacabada após 10 anos de obras. *Jornal do Commercio*. 3 jul. 2016. Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2016/07/03/ferrovia-transnordestina-esta-inacabada-apos-10-anos-de-obras-240495.php>>. Acesso em: 29 dez. 2016.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. *A PNDR em dois tempos: a experiência apreendida e o olhar pós 2010*. Brasília, DF: 2010.

_____. Ministério da Integração Nacional. *Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste: Desafios e Possibilidades para o Nordeste do Século XXI*. Recife, PE: 2006.

_____. Ministério da Integração Nacional. *Política Nacional de Desenvolvimento Regional: proposta para discussão*. Brasília, DF: 2003.

_____. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Desenvolvimento Regional. Documento de Referência: *I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional*. Brasília, DF: 2012.

_____. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional. *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Semiárido*. Brasília, DF: 2005.

_____. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. *Conviver: Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semiárido*. Brasília, DF: 2009.

_____. Ministério do Interior. Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. *Uma política de desenvolvimento para o Nordeste*. 2. Edição. Recife, 1967.

_____. *Relatório Educação para todos no Brasil 2000-2015: Versão Preliminar*. Brasília, DF: 2014.

CANO, Wilson. Apresentação. In: MONTEIRO NETO, Aristides; CASTRO, César Nunes de; BRANDÃO, Carlos Antonio (Org.). *Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

CARVALHO, Fernanda Ferrário de. *Da Esperança à Crise: a experiência das políticas regionais no Nordeste* [dissertação]. Campinas: UNICAMP, 2001.

COELHO, Vitarque Lucas Paes. *A Esfinge e o Faraó: A política regional do governo Lula (2003-2010)* [tese]. Campinas: UNICAMP, 2014.

COUTINHO, Katherine. MPPE diz que supressão de mangue em Suape afetou fauna marinha. *G1*, 17 nov. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2013/10/mppe-diz-que-supressao-de-mangue-em-suape-afetou-fauna-marinha.html>>. Acesso em: 29 dez. 2016.

DA REDAÇÃO. Dilma explica atrasos nas obras de transposição do Rio São Francisco. *Paraíba Online*. 29 jun. 2016. Disponível em: <<http://paraibaonline.net.br/dilma-explica-atrasos-nas-obras-de-transposicao-do-rio-sao-francisco/>>. Acesso em: 7 fev. 2017.

_____. Nova política garante desenvolvimento regional em 10 anos. *Portal Vermelho*. 13 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/208300-1>>. Acesso em: 11 fev. 2017.

FABRINI, Fábio. TCU: Rio é o estado que recebe menos verbas federais para prevenção a desastres. *O Globo*. 7 abr. 2010. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/tcu-rio-o-estado-que-recebe-menos-verbas-federais-para-prevencao-desastres-3027916>>. Acesso em: 7 fev. 2017.

FARIAS, Dailson Batista de; ARAÚJO, José Bezerra de. O Nordeste do Brasil e a Crise Econômica do Início do Século XXI. *Revista Brasileira de Administração Política*, n. 6, p. 113-140, 2013.

GAIER, Rodrigo Viga. Venda de unidade de gasodutos da Petrobras no Nordeste ficará para 2017, dizem fontes. *UOL Notícias*. 09 set. 2016. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2016/09/09/venda-de-unidade-de-gasodutos-da-petrobras-no-nordeste-ficara-para-2017-dizem-fontes.htm>>. Acesso em: 29 dez. 2016.

HENRIQUE, Aura. Geddel é acusado de favorecer a Bahia quando era ministro de Lula. *Último Segundo*, 12 out. 2010. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/eleicoes/geddel-e-acusado-de-favorecer-a-bahia-quando-era-ministro-de-lula/n1237747082313.html>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

KARAN, Ricardo Antônio de Souza. A questão regional brasileira no século XXI: um olhar sobre o dissenso. *Inc. Soc.*, Brasília, DF, v. 6 n. 1, p. 33-51, jul./dez. 2012.

LUPINA, Bruno. Por que a transposição do São Francisco demora tanto para ficar pronta. *Nexo Jornal*. 20 jan. 2017. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/01/20/Por-que-a-transposi%C3%A7%C3%A3o-do-S%C3%A3o-Francisco-demora-tanto-para-ficar-pronta>>. Acesso em: 7 fev. 2017.

MATOSO, Felipe; BRASIL, Gioconda. Interino da Integração Nacional pede demissão, diz assessoria. *GI*. 14 abr. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/04/interino-da-integracao-nacional-pede-demissao-diz-assessoria.html>>. Acesso em: 11 fev. 2017.

MONTEIRO, Tânia; RIBEIRO, Luci. Diário Oficial traz exoneração de ministro ligado ao PSB. *Estadão*. 02 out. 2013. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,diario-oficial-traz-exoneracao-de-ministro-ligado-ao-psb,1081181>>. Acesso em: 11 fev. 2017.

PORTAL BRASIL. Obras de duplicação da BR 101, em Alagoas, serão retomadas. *Portal Brasil*, 24 nov. 2016. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2016/11/obras-de-duplicacao-da-br-101-em-alagoas-serao-retomadas>>. Acesso em: 29 dez. 2016.

POULANTZAS, Nicos. *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

REDAÇÃO G1, Justiça manda suspender parte das obras da Transnordestina no PI e PE. *GI*, 2 dez. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2016/12/justica-mandar-suspender-parte-das-obras-da-transnordestina-no-pi-e-pe.html>>. Acesso em: 29 dez. 2016.

RESENDE, Paula. Após adiamento, trem parte de Goiás ao Maranhão pela Ferrovia Norte-Sul. *GI*. 10 dez. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/goias/noticia/2015/12/apos-adiamento-trem-parte-de-goias-ao-maranhao-pela-ferrovia-norte-sul.html>>. Acesso em: 7 fev. 2017.

RIBEIRO, Luci. Dilma anula nomeação de ministro do PP e Josélio Moura é novo titular da integração. *Estadão*. 15 abr. 2016. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,dilma-anula-nomeacao-de-ministro-do-pp-e-joselio-moura-e-novo-titular-da-integracao,10000026110>>. Acesso em: 11 fev. 2017.

ROCKMANN, Roberto. Seca, a velha inimiga. *Carta Capital*. 25 ago. 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/especiais/nordeste/seca-a-velha-inimiga>>. Acesso em: 23 set. 2017.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012.

SANTOS, Nivalter Aires dos. *Uma Nova Política de Desenvolvimento Regional nos Governos Petistas? O Nordeste e a questão regional brasileira*. Monografia (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2017.

SOARES, Guilherme de Almeida. “Cirão das Massas” ou mais um político a serviço dos ricos? Quem é Ciro Gomes afinal?. *Esquerda Diário*. 23 jun. 2016. Disponível em: <<http://www.esquerdadiario.com.br/Cirao-das-Massas-ou-mais-um-politico-a-servico-dos-ricos-Quem-e-Ciro-Gomes-afinal>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

TREVIZAN, Karina, Censo Agropecuário já havia sido adiado por corte no orçamento. *GI*, 18 abr. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2016/04/censo-agropecuaria-ja-havia-sido-adiado-por-corte-no-orcamento.html>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

7

“NEODESENVOLVIMENTISMO” BRASILEIRO SOBRE A AMÉRICA LATINA: UMA NOVA RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL NO SUBCONTINENTE?¹

Janaina Freire dos Santos²

O presente artigo se propõe a problematizar o discurso “neodesenvolvimentista” encampado durante os anos de governo do Partido dos Trabalhadores (2003-2016), objetivando analisar a posição assumida pelo Estado brasileiro e sua burguesia interna a partir da execução da Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA) e que tem o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) como seu principal fomentador regional. A nossa hipótese é que os interesses de classe, mais especificamente da burguesia interna brasileira (uma fração que engloba, no seu núcleo, empresas de capital predominantemente nacional, algumas estatais e, também, algumas multinacionais aqui instaladas) - que teriam melhorado a sua posição no interior do bloco no poder a partir da ascensão do governo petista -, motivam a posição do Estado

1 O presente artigo é parte das reflexões que compõem a nossa pesquisa de doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), intitulada: *Das “vias abertas” às vias abertas: Semicolonialismo, “Neo-desenvolvimento” e suas contradições a partir da atuação do Estado brasileiro por meio da IIRSA sobre a América Latina durante os governos do PT.*

2 Docente pelo Instituto de Apoio à Universidade de Pernambuco (IAUPE/UPE), doutora em Ciências Sociais pelo PPGCS/UFCG.

brasileiro no sentido de impulsionar e fomentar esse avanço sobre as economias de países de baixos índices de desenvolvimento e alto potencial extrativista.

É possível se falar de certa peculiaridade nessa atuação, que se traduz na configuração de uma nova forma de acumulação que estaria se colocando para a América Latina: a mercantilização de processos via investimento. Esta encontrou, a partir do projeto político do PT, o anteparo do Estado para estabelecer o consenso com o discurso da integração, que se apresenta como estratégia, com vias a cooperar para a reconfiguração dos territórios do subcontinente na perspectiva do capital, sem questionar a dependência externa, a segregação social e, muito menos, os impactos ecológicos, culturais e sociais desse projeto.

O “NEODESENVOLVIMENTISMO” E A PROEMINÊNCIA DA AMÉRICA LATINA: UM “ADMIRÁVEL MUNDO NOVO”?

O final dos anos de 1990³ e início dos anos 2000 foi o momento histórico em que uma nova situação política se apresentou para a América Latina. Governos com tendências ou discursos “esquerdistas”, vindos, historicamente, de pautas com bases populares, ascenderam em países como a Venezuela (pelo Partido Socialista Unido da Venezuela, PSUV⁴: Hugo Chávez, em 1999; e Nicolás Maduro, em 2013); Bolívia (pelo Movimento para o Socialismo,

³ Demarcamos o ano de 1999, a partir da vitória eleitoral de Hugo Chávez, na Venezuela, como o marco dessa nova situação política na América Latina.

⁴ Vale ressaltar que o PSUV (Partido Socialista Unido da Venezuela) significou a reunião dos partidos de esquerda na Venezuela: o PPT (Pátria para Todos); o Podemos (ruptura do MAS); a UPV (União Popular Venezuelana); o PCV (Partido Comunista Venezuelano); e o PRS (Partido Revolución y Socialismo). Essa agregação só ocorreu em 2005.

MAS: Evo Morales, em 2005); o Uruguai (pela Frente Ampla: Tabaré Vázquez, em 2004; e José Alberto Mujica Cordano, em 2010); a Argentina (com o Partido Justicialista, PJ: Néstor Carlos Kirchner, em 2003; e Cristina Kirchner, em 2007); o Paraguai (pela Frente Guasú: Fernando Lugo, em 2008); e o Brasil (pelo Partido dos Trabalhadores, PT: Luiz Inácio Lula da Silva, 2002; e Dilma Rousseff, em 2011). Formando um grupo de governos heterogêneos, que, em meio ao saturamento provocado pelo transcurso de governos neoliberais⁵, o triunfo eleitoral desses governos mais à “esquerda”, trouxe à baila o que podemos denominar como ciclo dos governos “pós-neoliberais⁶”.

Significou, desse modo, todo um ciclo que, hoje, com o aprofundamento da crise capitalista mundial a partir do ano 2008, e seu forte impacto na América Latina tem mostrado seus efeitos ao colocar em questão todo um conjunto de governos latino-americanos que se apresentavam como “novidades” no cenário político, articulando a crise econômica geral com crises políticas de grande impacto.

Diante de uma onda de euforia e expectativa, quando de sua ascensão, chegou-se, inclusive, a caracterizar tais governos, genericamente, como uma aposta de “virada à esquerda” da América

⁵ Na América Latina, o neoliberalismo chegou como uma resposta aos anos de crise da década de 1970, e seus momentos de maior agudização se fizeram sentidos a partir dos anos 1990. O Brasil, na sua tardia adesão ao projeto político e econômico neoliberal, anunciado pelo Consenso de Washington (1989), teve, a partir de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002), a materialização desse processo, ou seja, uma sistematização da aplicação das medidas neoliberais.

⁶ O termo “pós-neoliberal”, utilizado para se referir a esses governos latino-americanos, não se configura, neste trabalho, como uma categoria analítico-teórica, mas será usado mais como uma figura política. Será sempre referenciado a partir do uso de aspas, por se tratar apenas de um emprego em ausência de uma conceituação melhor ou de um termo suficientemente abrangente que o substitua.

Latina, como fica evidenciado, por exemplo, nas palavras de Celso Amorim (2006), então Ministro das Relações Exteriores do Brasil (de 2003 a 2010), em entrevista:

O que há, sem dúvida nenhuma, é uma tendência de governos mais comprometidos com reformas sociais, com maior autonomia em relação às grandes potências do mundo e maior vontade de integração regional. Se você identificar esquerda com a visão de progresso, reforma social, democracia e com forte defesa dos interesses nacionais, a resposta à sua pergunta é sim. (AMORIM, 2006, s/n de pág.).

A fala do então ministro nos propõe que, na construção da imagem desses governos, seria fundamental partir de uma ideia positivista em que “progresso” e “esquerda” se confundem.

A despeito das “esperanças que não vingaram”, para usar uma expressão de Sampaio Jr. (2006), o ciclo “pós-neoliberal” foi revelando sua fragilidade quanto às propostas político-sociais e também seu equívoco quanto às análises iniciais. Exemplo disso pode ser expresso pela aposta na crença na possibilidade de contraposição ao neoliberalismo quando da ascensão desses governos, valendo lembrar que o fato se deu em meio à necessidade do capital de responder à crise do próprio sistema neoliberal. Foram, portanto, governos que, ao apostarem no aliancismo⁷ classista (política de

⁷ Falamos em aliancismo nos referindo, a partir da nossa leitura com base na heterodoxia do marxismo e leninismo (oposto ao dogmatismo), à crença na existência de uma fração da burguesia nacional (que em tese seria mais progressista) e com a qual seria possível aos trabalhadores em luta manter uma política de alianças. Uma apurada análise da formação econômico-social latino-americana sanaria esse desvio teórico. Todavia, contrariando as opiniões que tecem crítica ao leninismo a partir de um dito sectarismo, é importante lembrar o próprio Lenin, quando este falava (em setembro de 1917) acerca da importância de um programa para o conjunto das classes e sob a

colaboração entre as classes) enquanto estratégia para a garantia de suas “governabilidades”, precisaram ceder fielmente aos ditames impostos pelo grande capital, além de, internamente, terem progressivamente provocado o “rebaixamento” do nível da consciência da classe⁸ trabalhadora. Suas políticas revelam um alinhamento aos preceitos estabelecidos pelo Consenso de Washington (1989), que surge com o intuito de promover o “ajuste macroeconômico” dos países em desenvolvimento que passavam por dificuldades originárias da crise econômica.

direção dos trabalhadores, em que ele afirma: “Chama-se compromisso em política ao abandono de certas exigências, à renúncia a uma parte das reivindicações próprias, em virtude de um acordo com outro partido. A ideia habitual das pessoas comuns sobre os bolcheviques, sustentada pela imprensa que calunia os bolcheviques, consiste em que os bolcheviques nunca aceitam quaisquer compromissos com ninguém. Tal ideia é lisonjeira para nós, como partido do proletariado revolucionário, pois prova que até os próprios inimigos são obrigados a reconhecer a nossa fidelidade aos princípios fundamentais do socialismo e da revolução. Mas, no entanto, é preciso dizer a verdade: tal ideia não corresponde à realidade” (LENIN, [1917] 1977, p. 133).

⁸ Em sua obra *Que fazer?*, Lenin, ao combater o espontaneísmo como debate que havia se colocado no seio da social democracia, à época, afirma: “(...) tudo o que seja *rebaixar a ideologia* socialista, tudo o que seja afastar-se dela significa fortalecer a ideologia burguesa (...)” (LENIN, 2010, p. 88, grifos nossos). Lenin também fala de “nível de consciência” ao colocar a sua posição sobre vanguarda: “Para chegar a ser, aos olhos do público, uma força política, faz-se necessário trabalhar muito e com obstinação *para elevar o nosso nível de consciência*, o nosso espírito de iniciativa e a nossa energia; para tanto, não basta colar o rótulo de “vanguarda” numa teoria e numa prática de “retaguarda”. [Para tanto] essa ampla e abrangente agitação política será realizada por um partido que articula, num todo indissolúvel, a ofensiva em nome de todo o povo contra o governo, a educação revolucionária do proletariado, salvaguardando, ao mesmo tempo, a sua independência política, a direção da luta econômica da classe operária e a utilização dos seus conflitos espontâneos com os seus exploradores, conflitos que fazem levantar novas camadas do proletariado, atraindo-as incessantemente para o nosso campo!” (LENIN, [1902] 2010, p. 157, grifos nossos). Em outra obra, *Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo (1920)*, o revolucionário continua esclarecendo contra as posições ultraesquerdistas: “Toda questão consiste em *saber* aplicar essa tática para *eleva*r, e não rebaixar, o nível *geral* de consciência, de espírito revolucionário e de capacidade de luta e de vitória do proletariado” (LENIN, 2014, p. 116, grifos do autor).

Os índices baixos de crescimento econômico, as privatizações, o aumento das dívidas interna e externa e a elevação dos índices de desemprego nos países periféricos não mais tornavam possível a “legitimidade” dos discursos de “estabilização de preços”, que tinham sustentado, até então, a implementação das medidas neoliberais na América Latina. Logo, num longo período, a crise econômica na década de 1980 e 1990 levou a uma crise política, que, quando analisada no contexto global, mais amplo, tornou possível à América Latina vivenciar a ascensão desses governos ditos “progressistas”.

Some-se a esse contexto um fator de “excepcionalidade” que se deu naquele instante, em que, além dessa contestação dos efeitos nefastos do neoliberalismo⁹, ocorreu um aumento da demanda por matérias-primas e gêneros primários, advindos da ascensão da China. Esse “*boom das commodities*” foi fator importante na abertura de possibilidades de subida ao poder desses governos, pois a rápida industrialização de países emergentes, como a China, em especial, fez com que mercadorias, principalmente minérios e gêneros agrícolas, fossem produzidos em larga escala e comercializados em nível mundial e com preços baixos e definidos pelo mercado internacional (são produtos primários e que quase não passaram pelo processo de industrialização). Esse fato impulsionou o crescimento de muitos países da América Latina como os grandes produtores de soja, petróleo, gás e minérios¹⁰.

9 Não podemos menosprezar o peso que a luta de classe imprime sobre esse momento. Afinal, sendo a luta de classes “o motor da história” (Cf. MARX, 2010, p. 40), as mobilizações e questionamentos via tensão social, promovida pelos movimentos populares do período em questão, contribuíram significativamente para pôr em xeque os governos neoliberais à época.

10 Porém, já se vê uma brusca mudança nesse fator, posto que, com exceção do gás e do petróleo, o preço das *commodities* vem caindo.

O Brasil, como partícipe desse processo, experimentou a partir dos “Anos Lula” (2003- 2010) e continuando nos governos Dilma Rousseff (2011-2016), a reativação e reposição no debate, enquanto projeto político e econômico, da estratégia “desenvolvimentista”, que ganhou o status de um novo projeto de desenvolvimento para os países da periferia do capitalismo ainda no final do século XX.

Segundo Rodrigo Castelo (2014)¹¹, numa tentativa de situar o nascedouro desse projeto político-econômico “neodesenvolvimentista”:

O novo desenvolvimentismo tem uma curta e recente história na América Latina. Surge no início do século XXI — mais precisamente no Brasil com os escritos de Luiz Carlos Bresser Pereira e alguns documentos do empresariado nacional — como uma suposta alternativa à crise do neoliberalismo. Nasce, portanto, como uma tentativa das classes dominantes e seus ideólogos orgânicos de traçar uma terceira via de desenvolvimento, criticando tanto o neoliberalismo do Consenso de Washington, quanto o socialismo do século XXI. (CASTELO, 2014, p. 583).

Por parte de alguns pensadores¹², o que ocorreu foi uma tentativa de reedição das teses do Antigo Desenvolvimento, no sentido de incorporar-lhes os atuais fenômenos da “transferência de renda”, das “políticas sociais compensatórias”, trazidas à baila nesse governo como parte integrante do projeto “neodesenvolvimentista”. De acordo com Giovani Alves (2013):

11 A íntegra da sua entrevista encontra-se em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n119/a09n119.pdf>>.

12 Luiz Carlos Bresser Pereira, economista, cientista político e administrador de empresas, é o maior exemplo disso.

Os limites do neodesenvolvimentismo expõem um paradoxo curioso: governos pós-neoliberais, comprometidos programaticamente com o crescimento da economia e com a redistribuição de renda, preservaram e reforçaram, nos últimos dez anos, os pilares do Estado neoliberal no Brasil. Na verdade, a persistência do Estado neoliberal no Brasil se contrasta com a perspectiva de mudança social alimentada pelo capitalismo neodesenvolvimentista. (ALVES, 2014, s/p. numerada).

Ademais, é preciso destacar que a defesa desse projeto “neodesenvolvimentista” foi parte de um contexto mais global, que colocou a América Latina em posição proeminente. Os ditos projetos alternativos, defendidos por representantes e/ou partidos políticos com alto grau de inserção ou mesmo vindos diretamente de bases populares ou movimentos sociais, encontraram como território favorável ao seu florescimento um momento de nova crise¹³, oriunda no coração do capitalismo e que se alastrou rapidamente para o mundo, deixando efeitos devastadores na América Latina. Estamos falando do ano de 2001:

Nesse ano, começa a ser abalado o projeto de globalização liderado pelos EUA, pensado e articulado na década de noventa. É o ano do ingresso da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) e, também, o ano da crise econômica que atingiu de maneira dramática a América Latina. (VADELL, 2011, p. 99).

13 A crise de 2001, originada nos Estados Unidos, foi uma crise cujas causas, se procurarmos, foi uma “externalidade”: o ataque terrorista de 11 de setembro, que contribuiu para a geração de instabilidade e conseqüente queda das bolsas de valores pelo mundo. Também, segundo analistas, aqueles acontecimentos se encontraram com a chamada “bolha da internet”, fenômeno no qual uma queda brusca nos preços das ações de companhias de informática e tecnológicas produziu uma tentativa, por parte de investidores, de se protegerem e anteciparem as possíveis quedas nos preços de suas ações, fato que produziu a fuga de capitais daquele mercado e a queda do seu valor.

Outrossim, de acordo com Giovanni Arrighi (2008), não houve sucesso da parte dos Estados Unidos, naquele instante, na pessoa de George W. Bush, em conter o crescente avanço da China enquanto “novo centro da economia política global, uma vez que quanto mais preso à lógica da guerra contra o terror estiver os Estados Unidos – dependentes de crédito externo barato e dos preços da *commodities*– mais bem sucedida será a posição da China [...]”. Em crise, os Estados Unidos abriram espaço à emergência da China à posição central do comércio mundial e também na divisão internacional do trabalho, a partir de 2001.

Segundo Medeiros e Cintra (2015, p. 30), um binômio corroborou para a posição de preponderância assumida pela China: o primeiro fator é a grande urbanização, que se transmite à economia mundial pela demanda por energia, minerais e alimentos por parte de sua população; e o segundo fator é a transformação da China num grande centro manufatureiro da economia mundial, fator que se relaciona com a economia global por suas exportações industriais.

Beneficiados pela onda de euforia advinda da expansão chinesa, que provocou um crescimento econômico da América do Sul no início dos anos 2000, os discursos contestatórios ao neoliberalismo, assim como os projetos que se apresentavam enquanto alternativas, terminaram ganhando espaço nos cenários políticos do subcontinente, dando início assim ao ciclo dos ditos governos “pós-neoliberais” ou “progressistas”.

O chamado “*boom das commodities*” foi tão preponderante na abertura desse período excepcional no capitalismo que, na América Latina, podemos mesmo afirmar que esse fato foi determinante para a ascensão do chamado ciclo dos governos “pós-neoliberais”, isso porque esse processo produziu o “agravamento das transformações neoliberais anteriores” (KATZ, 2016, p. 26).

O “círculo virtuoso” produzido pelas *commodities* fez com que, segundo dados da Organização Mundial de Comércio (OMC, 2002), a participação da América do Sul e Central nas exportações industriais saísse de 34% para 51%; e tempos depois, para 54%.

De acordo com Akyüz (2012) e Frenkel e Rapetti (2011), para a América, no período, houve uma diminuição das pressões externas, fato que permitiu um aceleração do crescimento. Some-se a isso o que a CEPAL (2012) mostra como sendo uma diminuição da proporção de pobres na América Latina de 43,9% (2002) para 29,4% em 2011¹⁴.

O Brasil, com a vitória de Lula no pleito de 2002, é um exemplo desse momento, pois o “boom das *commodities*”, ao “com pensar a perda de competitividade de outros setores”, produziu uma significativa mudança na relação interna das classes que compõem o bloco no poder, a ponto de a fração do agronegócio e da indústria da burguesia interna protagonizarem uma aliança de classes

¹⁴ Importante, apesar dos dados, é a necessidade que há em problematizá-los, já que esse fenômeno da diminuição da pobreza foi tomado a partir da melhoria do grau de consumo da dita “classe média”. Um fenômeno extremamente questionável, uma vez que favorece muito mais aos interesses das burguesias locais, mesmo com a melhoria da qualidade de vida e dos índices de desenvolvimento da classe pobre. Confunde-se crescimento econômico com desenvolvimento e esse debate é alimentado por trabalhos que traçam uma definição de classe exclusivamente, ou em parte, a partir da renda ou mesmo do acesso de determinadas camadas ao consumo (TORRES, 2004; NERI, 2008; SOUZA & LAMOUNIER, 2010; OLIVEIRA, 2010). Um bom indicador de fragilidade desse tipo de avaliação é possível de ser enxergado se observarmos “áreas estratégicas”, como saúde e educação, por exemplo, nas quais se vê um crescimento de investimentos realizados por investidores privados: “Os dados preliminares do Censo da Educação Superior de 2009 mostram que esse contingente está chegando perto dos 6 milhões – um crescimento de 65% nas matrículas. Desse total, 75% estão nas instituições privadas”. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2010/12/24/durante-governo-lula-expansao-do-acesso-ao-ensino-superior-se-deu-com-apoio-das-particulares.htm?cmpid=copiaecola>>.

que foi capaz de dar sustentáculo e promover a vitória de Lula no pleito de 2002:

A consolidação da região como exportadora de produtos básicos tem provocado impacto sobre o perfil das classes dominantes, reforçando a conversão da velha burguesia nacional em burguesia local. (KATZ, 2016, p. 27).

Segundo Raúl Zibechi (2012, p. 301), “entre 2003 e 2008, a China passou a representar de 5,4% a 12% das exportações da região”. Ou seja, um crescimento sobre o qual variadas frentes de análises podem ser levantadas. Entre elas, destacamos a expansão do capital brasileiro, que foi provocada a partir desse crescimento da influência da China:

Mas as mudanças no cenário regional e global foram muito mais longe. Logo após a adesão do governo Lula (2003), começou-se a falar do BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China, logo depois se adicionou a África do Sul), sigla que incorpora o acesso de países emergentes, que são chamados a deslocar as antigas potências. Entre 2009 e 2011, houve algumas mudanças notáveis: a China deslocou os Estados Unidos como o maior parceiro comercial do Brasil, lugar que ocupava desde o início do século XX; a China também ultrapassou o Japão e se colocou como o segundo PIB mundial. (ZIBECHI 2012, p. 287).

As *commodities* representam 65% do que o Brasil exporta, de acordo com dados da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, 2014). Ademais, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

(MDIC, 2015) aponta que, no *ranking* dos produtos destinados à exportação brasileira, os cinco primeiros são gêneros primários¹⁵.

Refém dessa excepcionalidade aberta pelo aumento dos preços desses produtos com baixo valor agregado e pequena (ou quase nenhuma) industrialização (o que seria uma fase ascendente do ciclo da economia mundial), a burguesia interna brasileira (agrária e industrial) intensificou a sua inserção subordinada e com uma dependência inquestionável em relação ao capital internacional. O Brasil dos anos Lula tem uma burguesia interna que melhora a sua posição interna no bloco no poder (BOITO, 2006), mas a partir de um movimento claro de desindustrialização e reprimarização da economia. Basta, para isso, verificar a importância que ganham no bloco no poder alguns setores da economia ligados à área primária. Veja-se a sistematização feita por Boito Jr. desses segmentos.

Frente à política econômica atual, se considerarmos o porte da empresa e o tipo de capital, teríamos duas camadas distintas, uma superior e outra inferior, cada uma delas comportando gradações. Duas posições extremas e opostas no interior dessa burguesia podem ser claramente identificadas. No topo da camada superior, está o grande capital financeiro que reúne em si os dois atributos privilegiados pela política de Estado – ser uma grande empresa e pertencer ao setor financeiro. Na base da camada inferior, está o médio capital industrial voltado para o mercado interno, que reúne em si os três atributos preteridos pela política de Estado – ser uma empresa média ou pequena, pertencente ao setor produtivo e não fornecer as divisas de

15 Os cinco principais produtos exportados pelo Brasil são: soja (com peso de 20,9 bilhões de dólares); Minério de ferro (contando 14 bilhões das exportações); petróleo (11 bilhões); frango (que tem peso de 6,2 bilhões nas exportações) e açúcar (5,9 bilhões). In: http://www.exportação_brasileira_em_2015_valor_chartbuilder.png

que o modelo econômico necessita. Prosseguindo, teríamos como posições intermediárias na base da camada superior, ocupada pelo grande capital industrial e agrário voltado para a exportação, e o topo da camada inferior, ocupada pelas médias empresas exportadoras e pelo médio capital bancário. (BOITO, 2006. p. 256).

Somado ao fenômeno econômico do *boom* das *commodities*, há que se levar em consideração que o diferencial do governo Lula, no sentido de continuar o modelo neoliberal dos anos anteriores e aprofundá-lo, foi ter “passado à condição de árbitro do novo arranjo, incorporando e ratificando no interior do aparelho de Estado, de forma explícita, os interesses e as demandas do capital financeiro e da fração exportadora do capital” (FILGUEIRAS et al., 2010, p. 63).

Ademais, para além dessa característica de “arbitragem”, que fortalece paradoxalmente¹⁶, em meio ao neoliberalismo, o papel do Estado como dínamo do “neodesenvolvimentismo”, é preciso pensar sobre o que diferencia, de maneira geral, esses governos e veio a tornar possível o despontar de projetos como o chamado “neodesenvolvimentismo”. Para Plínio de Arruda Sampaio Jr. (2012), o projeto “não passa de um esforço provinciano para dar roupa nova à velha teoria da modernização como solução para os graves problemas das populações que vivem no elo fraco do sistema capitalista mundial”. E continua:

16 Apesar do neoliberalismo se caracterizar pelos discursos de Estado mínimo – ou seja, “normativo e administrador, que não interfira no funcionamento do mercado, já que sua intervenção, além de deformar os mercados de fatores, produtos e ativos, geraria espirais inflacionárias” (NOVELO. In: LAUREEL, p. 68) – concordamos com Paulo Netto (1995, p 77) quando este defende que o neoliberalismo se revela como um Estado mínimo para o social e máximo para o capital.

Acima de suas diferenças e idiosincrasias de ordem teórica e prática, os economistas que reivindicam o novo desenvolvimentismo compartilham um denominador comum: procuram uma terceira via que evite o que consideram o grave problema do neoliberalismo — a cumplicidade com o rentismo — e o que atribuem como as inaceitáveis perversidades do velho desenvolvimentismo o nacionalismo anacrônico, a complacência com a inflação e o populismo fiscal. O desafio do neodesenvolvimentismo consiste, portanto, em conciliar os aspectos “positivos” do neoliberalismo — compromisso incondicional com a estabilidade da moeda, austeridade fiscal, busca de competitividade internacional, ausência de qualquer tipo de discriminação contra o capital internacional — com os aspectos “positivos” do velho desenvolvimentismo — comprometimento com o crescimento econômico, industrialização, papel regulador do Estado, sensibilidade social. (SAMPAIO JR., 20012, p. 8).

No Brasil, o “neodesenvolvimentismo” retomou o intervencionismo estatal, a partir do fortalecimento e da expansão das empresas estatais e do serviço públicos, durante os anos do governo do PT; e deu origem a novos espaços institucionais a fim de privilegiar o planejamento econômico e a negociação para com a área econômica, a burguesia. Foi o caso do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) e do Fórum Nacional do Trabalho (FNT). Adotou também políticas de financiamento direto ou indireto do setor produtivo. Num claro aprofundamento do neoliberalismo, fez destacadas as PPPs (parcerias público-privadas), as inversões crescentes realizadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para as empresas privadas,

os pacotes fiscais, o PAC I e o PAC II (Plano de Aceleração do Crescimento), o Plano Nacional de Logística e Transporte, entre outras ações¹⁷.

Desse modo, o “projeto neodesenvolvimentista” reativou uma “teoria da modernização”¹⁸, sem tocar na ideia de “identidade nacional”, presente no antigo nacional-desenvolvimentismo do período de Vargas, de Juscelino Kubitschek e da Ditadura Militar, quando, em discurso, apontava para a ampliação da riqueza material como fator preponderante para a inserção do país de maneira influente internacionalmente. Desse ponto de vista, “desenvolvimento e crescimento confundem-se como fenômenos indiferenciados” (SAMPAIO JR., 2012, p. 679).

“NEODESENVOLVIMENTISMO” E INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA: EM CURSO UMA NOVA RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL?

Dando continuidade ao processo de ocupação e predação sobre o território latino-americano, que teve início no século XIV, o grande capital financeiro tem se voltado agora com novas estratégias imperialistas sobre o subcontinente. É possível mesmo se dizer que o grande capital, a partir da lógica de financiamento de construção de infraestrutura para a região, tem protagonizado uma

17 Vale salientar que o discurso político dos governos Lula foi também de uma “política externa mais independente”, com vistas a desenvolver uma espécie de “protagonismo regional” (a partir de relações do tipo sul-sul), em que o país fortalecesse suas relações econômicas e diplomáticas com países pobres e “emergentes” nas instâncias internacionais, evitando, em alguns momentos, o alinhamento automático com os países centrais. Um diferencial desse governo tanto em relação ao antigo desenvolvimentismo como em relação ao dito neoliberalismo em seus padrões clássicos.

18 Quanto à ideia de modernização e de desenvolvimento social, há todo um amplo debate (O'DONNELL, 1972; SANTOS, 1998; RIBEIRO, 1994; 1996; OLIVEIRA, 2009; BARCELAR DE ARAÚJO, 1999).

nova reconfiguração do território, agora por meio da sua divisão a partir de duas frentes: os territórios que fazem parte *dos Eixos de Integração e Desenvolvimento* (EIDs) e os territórios que compõem os *Processos Setoriais de Integração* (PSIs). Ambas as frentes estabelecem as chamadas “zonas estratégicas” (que são áreas que suscitam, por algum motivo, interesse) a partir da lógica do capital e suas necessidades atuais.

Diante dessa nova reconfiguração territorial latino-americana, em acordo com a lógica do capital, Iberê (2015) coloca o drama que se reapresenta ao continente, agora com nova e mais cruel roupagem:

[...] a história de pilhagens e massacres, que constitui uma “norma” para os tratados de integração [...] expressam-se, hoje, por meios muito mais sofisticados de garantia e manutenção hegemônica de blocos no poder, que aqueles que os precederam, pois buscam formar um consenso (no seio da sociedade civil) de sua necessidade, onde imperam os discursos de “desenvolvimento sustentável”, “defesa do meio ambiente”, “utilização racional dos recursos humanos”, “energia limpa”, “participação ativa da sociedade civil” na construção dos projetos de integração, etc., sempre garantidos pela ciência, pelo discurso pretensamente técnico e neutro. (IBERÊ, 2015, p. 126).

O que, para nós, é “denúncia” explícita de que um novo processo - que retoricamente se anuncia como um projeto de integração “entre povos¹⁹” - está em curso e são os esforços por uma via tríplice para a consecução dessa ocupação.

19 Vide documentos oficiais, entre eles, o da UNASUL (2008), disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br>>.

Primeiramente se montou, em 2000, o **projeto** a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), um programa que se estrutura a partir da divisão da América Latina e Caribe em 10 eixos que, na verdade, são “corredores de desenvolvimento” sobre os quais atuarão as empresas. Aqui a ideia é, a partir de estudos e relatórios, mapear as áreas de interesse para o capital.

Em 2008, o passo seguinte foi a montagem do **bloco**. A UNASUL, formada por 12 chefes de estado e/ou ministros, representa o quanto a presença do Estado na execução dos interesses do capital é importante nesse momento. Esse bloco se apresenta como um espaço de articulação e diálogo político “de alto nível”, que, no âmbito institucional, criou oito conselhos setoriais de nível ministerial, sendo um deles o COSIPLAN.

A tríplice força é fechada pela criação desses que é o **conselho**, em 2011, o COSIPLAN, que tem como uma de suas tarefas centrais, encomendadas pelos presidentes ao Conselho, a identificação e seleção de um conjunto de obras de alto impacto para a integração e o desenvolvimento da América do Sul.

O que se percebe é que a ideia é pensar “territórios estratégicos” que viabilizem a ampliação de fluxo de capitais. Desse ponto de vista, a IIRSA, mais que integração (como anuncia), visa interconexão entre mercados e fornecedores.

Também é possível se enxergar, desde o início, em relação à execução da IIRSA a sua ligação com o capital financeiro internacional. Isso demonstrado pelo interesse em financiar o projeto, a partir de instituições financeiras internacionais, entre elas: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Cooperação Andina de Fomento (CAF) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Outro fato que denota a ligação do projeto com o grande capital é também a convergência dos eixos de integração com o circuito de trocas mundiais, o que nos documentos oficiais é anunciado como “desenvolvimento para dentro da América” (UNASUL, 2011).

Diante disso, é possível afirmar que:

[...] os eixos de “desenvolvimento” que a IIRSA propõe estão focados no provimento de condições para empresas (trans) nacionais e o agronegócio otimizarem seus lucros, terem acesso a mais mercados e facilitarem o escoamento de recursos por meio de grandes “corredores” de exportação que atravessam o continente, inclusive regiões sensíveis, como a Amazônia e os Andes. (COUTO apud IBERÊ, 2008, p. 81).

Para garantir os interesses capitalistas, a tríade (anteriormente mencionada por nós) atua no sentido de “manter a ordem”, por meio da “mediação”. Em alguns momentos de ameaça ao bloco ou à execução de algum projeto, a UNASUL se compromete em intervir. Veja-se o que diz o seu documento oficial:

A UNASUL está comprometida com o fortalecimento da democracia, tendo atingido avanços importantes na mediação de tensões regionais – a exemplo da crise separatista do Pando (Bolívia, 2008), da crise entre Colômbia e Venezuela (2010) e da elaboração de medidas de fomento à confiança e segurança pelo Conselho de Defesa Sul-Americano. Com o objetivo de desestimular aventuras antidemocráticas na região, os chefes de Estado da UNASUL decidiram inserir uma cláusula democrática na organização – o que foi feito por meio do Protocolo Adicional ao Tratado Constitutivo, assinado na Cúpula de Georgetown (2010). A UNASUL teve atuação destacada na

crise desencadeada pela deposição do presidente paraguaio Fernando Lugo (junho de 2012), realizada sem respeito às garantias democráticas como o devido processo legal e o direito à ampla defesa. O Paraguai foi suspenso da UNASUL [...]. Nos primeiros meses de 2014, no contexto da crise desencadeada por protestos na Venezuela, a UNASUL voltou a demonstrar unidade [...] ao catalisar o processo de diálogo promovido pelo governo venezuelano com a oposição naquele país. (UNASUL, 2014).

Assim, pelo que se pode perceber, o centro das preocupações do projeto é o capital e o acesso a suas fontes, o que impõe a necessidade de constante expansão, criando caminhos que, ao serem abertos, “negligencia[m] o desenvolvimento local, mascara[m] o forte impacto social e ambiental das obras, e combate[m] a participação da sociedade civil nesses processos de ‘integração’” (IBERÊ, 2015, p. 215).

SOBRE UMA NECESSÁRIA CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA DO “NEODESENVOLVIMENTISMO”

É central destacar que o grande capital financeiro internacional não teve a sua hegemonia questionada como “neodesenvolvimentismo” encampado pelos governos petistas (BOITO JR., 2006). Ainda que não tenha sido somente continuísmo do neoliberalismo anterior, é possível se afirmar que a economia-política “neodesenvolvimentista”:

[...] não mudou o sentido geral que orienta o padrão de regulação econômica e social do capitalismo no atual contexto de mundialização do capital,

de financeirização da economia e de predomínio de um regime de acumulação flexível. *Trata-se de assegurar as condições de flexibilidade necessárias ao atual processo de reorganização capitalista* e compensar os efeitos perversos da globalização dos mercados e da busca de eficiência e de competitividade a qualquer preço. (LIMA, 2013, p. 286, grifos nossos).

Muitas análises se centram no que possivelmente pode ser visto como novidade durante o governo Lula, como a junção de crescimento econômico e leve melhoria na distribuição de renda, advindos da valorização do salário-mínimo, da ampliação do programa social Bolsa Família e da expansão do crédito²⁰.

No entanto, aparece-nos como incoerência a ideia de hegemonia regional exercida pela burguesia interna brasileira em sua atuação sobre a América Latina. O Brasil, na sua estrutura econômico-social, evidencia as características de um país semicolonial²¹. Ao passo que a continuidade de hegemonia do capital financeiro (ante o projeto “neodesenvolvimentista”) reforça a impossibilidade de existência de um projeto que se coloque, ainda que regionalmente, enquanto antípoda dos interesses do grande capital.

Logo, partindo da condição de que o desenvolvimento das áreas periféricas do capitalismo se dá em consonância com

20 Que nesse tipo de análise configura esses pontos como sendo os pilares de uma dita atenuação de problemas estruturais brasileiros.

21 O “semicolonialismo” foi uma caracterização (discutida no interior da Terceira Internacional) dada aos países periféricos, atrasados, de industrialização tardia ou inconclusa, feita assentada em velhas bases oligárquicas e/ou rurais. Para tais países, Leon Trotski, em seu “Programa de Transição”, afirmava: “(...) estes países atrasados vivem nas condições da dominação mundial do capitalismo. É por isso que o seu desenvolvimento tem um caráter combinado: reúne em si as formas econômicas mais primitivas e a última palavra da técnica e da civilização capitalista” (TROTSKI, 1978, p. 36).

a lógica de desenvolvimento dos centros do capitalismo central (TROTSKI, 1978), não é possível enxergar a burguesia interna de um país semicolonial como o Brasil vivenciando o processo de desenvolvimento econômico de forma autônoma, por fora dos laços do capitalismo financeiro.

Desse modo, Luce (2011, p. 43) aponta que o governo Lula, ao fazer a opção pelo projeto IIRSA e o livre comércio, não está se colocando em contraposição ao modelo hegemônico, ao contrário: “Atente às expectativas do grande capital, que encontra na região um ambiente próprio que permite a instalação de plataformas de exportação de seus produtos” (LUCE, 2011, p. 20). Somado a isso, a burguesia interna, durante o governo Lula, atuou de modo a desenvolver uma “cooperação antagônica dos processos de estabilização da região para os EUA²²”.

Logo, partindo daquilo que já diziam no *Manifesto* Marx e Engels, - de que “pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países” (MARX, ENGELS, 2010, p. 21-22) -, ao tomarmos o desenvolvimento das áreas periféricas²³ do capitalismo, dado seu caráter “combinado” à lógica de desenvolvimento dos centros do capitalismo (TROTSKI, 1967).

Na verdade, os interesses da fração interna da burguesia estão alinhados à lógica do grande capital e não demonstram indícios de contraposição.

22 Retomando e atualizando a tese do subimperialismo de Rui Mauro Marini, Luce utiliza em seus escritos a ideia de “cooperação antagônica” (LUCE, 2007).

23 Vale lembrar que há uma extensa discussão acerca da oposição e/ou combinação entre “centro” e “periferia”, cuja limitação a nós imposta nesse momento impede-nos de melhor qualificar esse par conceitual. Destacamos somente que a tipologia “centro-periferia” foi cunhada por Raul Prebisch.

Diante disso, **os investimentos em infraestrutura** capitaneados pelo Estado brasileiro nos anos de governo do Partido dos Trabalhadores - sob a nomenclatura de “neodesenvolvimentismo” - e alavancados pelas empresas nacionais e sua burguesia interna, na verdade, **correspondem a uma relação que o liga intrinsecamente ao grande capital financeiro**, não se constituindo reação, oposição ou mesmo alternativa a ele²⁴.

A partir disso, a **expansão brasileira** sobre as áreas mais fracas e de grande potencial extrativo do subcontinente, como é o caso da Bolívia, por nós analisado, cumpre uma **dupla função**.

Politicamente há um papel estratégico na expansão a partir dos investimentos em infraestrutura da IIRSA, que corresponde à necessidade do grande capital de reconfigurar a lógica territorial latino-americana na perspectiva da acumulação. Para tal, “criar corredores de desenvolvimento” (como preconizam os documentos oficiais da IIRSA) expande as possibilidades de ligação entre mercado, escoamento de mercadorias, mas principalmente de reafirmação da hegemonia do capital financeiro sobre esses territórios de grande potencial e importância ao capitalismo na fase atual; e isso se dá, justamente, em função da **segunda função** que cumpre essa política-econômica “neodesenvolvimentista brasileira”: **os investimentos em infraestrutura produziram uma intensificação da reprimarização das economias locais**.

O processo de reprimarização tem se verificado a partir de uma maior valorização dos produtos primários, minerais e advin-

²⁴ Luce (2012) fala em desnacionalização da economia brasileira em benefício do grande capital de matriz estrangeira, gerando uma integração regressiva. O autor explica que a burguesia brasileira é um mero portador de capitais, já que não tem condições de se tornar exportador e precisa de dólares para dar continuidade ao seu “desenvolvimento”. No entanto, para Luce, essa relação entre o nacional e o global consiste num subimperialismo, fato com o qual discordamos.

dos da agricultura na pauta de exportações brasileiras. Os cinco primeiros produtos de maior exportação na balança brasileira são *commodities* (minério, petróleo, soja e derivados, açúcar, café em grãos e carne de frango).

Somado a isso, o processo de reprimarização como base da economia brasileira tem forte ligação com uma espécie de “inserção regressiva”. Esse fenômeno, ligado ao grande capital como já comentamos, tem na América Latina o seu principal comprador. Por isso, Petras (2014) aponta o processo de liderança regional do Brasil como sendo um “grande salto para trás” e justifica-se ancorando nos dados:

No governo do Partido dos Trabalhadores, as políticas de livre mercado e o capital financeiro inundaram o país como jamais ocorrera. Como mostram os números, o investimento estrangeiro direto deu um salto de U\$16 bilhões em 2002, durante o último ano do governo FHC, para U\$48 bilhões no último ano do governo Lula (VSITC EXECUTIVE BRIEFING ON TRADE, 2012). A carteira de investimentos – o modelo mais especulativo – passou de U\$5 bilhões negativos em 2002 para U\$67 bilhões em 2010. No período de 2007 a 2011, a captação líquida de investimentos estrangeiros diretos (IED) e as carteiras de investimentos totalizaram U\$400 bilhões, em comparação a U\$79 bilhões durante os cinco anos anteriores (VSITC EXECUTIVE BRIEFING ON TRADE, 2012). Ademais, as carteiras de investimento em títulos de juros altos deram retornos entre 8 e 15%, taxas três e quatro vezes superiores às da Europa e da América do Norte. Lula e Dilma são os garotos-propaganda da Wall Street. (PETRAS, 2014, p. 308).

Quando falamos em grande burguesia interna, diz-se respeito, especificamente, às frações burguesas ligadas aos setores de mineração, construção civil, agronegócio, indústria de transformação e, de certo modo, grandes bancos privados e estatais de capital predominantemente nacional.

Essa fração experimentou, a partir do “neodesenvolvimento”, a sua priorização em parte, fato comprovado pela busca por superávits na balança comercial, com vistas a favorecer o agronegócio, a mineração e outros setores ligados à exportação de produtos agropecuários e de recursos naturais; e pela política de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que se articulou com essa nova política econômica, priorizando os interesses da grande burguesia interna.

Os investimentos em infraestrutura (não tendo eliminado todo o processo de industrialização) ampliaram o que algumas análises chamam de “especialização produtiva” (FIRMIANO, 2014, p. 110), visto que cria corredores de transporte, telecomunicação e energia que reforçam o “lugar” da região na divisão internacional do trabalho, enquanto países produtores de matérias-primas, *commodities* e produtos com baixa industrialização. Basta ver o volume e a que tipos de mercadorias se destinam, na ponta final do processo de investimento em infraestrutura, o comércio que se dará a partir da consecução de cada eixo de desenvolvimento da IIRSA.

Logo, de fato, estamos diante de algo novo, um novo ciclo reprodutivo dependente, (re) adaptado ao momento neoliberal, que coincide também com o modelo de “acumulação flexível (chamado de pós-fordismo), em que um novo processo entre relações de produção e forças produtivas se dá, cada vez mais desvinculado do lastro da produção.

Inferimos que, a partir do Brasil e sua relação com a América do Sul, estamos diante de uma nova forma de acumulação, na qual tem existido uma mercantilização de processos. O Estado brasileiro seria o grande dínamo nos processos de mercantilização de investimentos, pois, além de subsidiar os projetos por meio de seus bancos públicos (BNDES) e projetos (como o PAC), aponta (ou mesmo cria) demandas de construção em infraestrutura para as empresas privadas nacionais que retalham o subcontinente, numa lógica coadunada às exigências e necessidades do capital.

A ação de apontar os locais privilegiados para se investir em infraestrutura, por parte do Estado, se dá a partir de uma “agenda” de interesses que se apresenta em consonância com os interesses do grande capital financeiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da IIRSA, a América Latina se transformaria em peça chave no mercado internacional, por conta da exploração dos recursos naturais do território, tais como fontes de água, minérios, petróleo e gás, via empresas transnacionais brasileiras, e usando corredores industriais do subcontinente, passando por áreas de biodiversidade mundialmente importantes e também por reservas indígenas. Assim, as longas estradas em construção pela IIRSA podem ser tomadas como rotas que colocam o território sul-americano cada vez mais em alinhamento com a pilhagem de estratégicos recursos para a continuidade da acumulação capitalista.

O Brasil, por combinar importante base econômica com o papel político que desempenha no plano das relações interna-

cionais, possui um destaque estratégico salutar no que diz respeito aos processos de regionalização. Logo, a expansão internacional protagonizada pelo Estado brasileiro, em sua clara representação dos interesses comerciais das frações da burguesia interna (que é industrial e agrária), torna possível encontrar, nas bases do modelo econômico adotado nos últimos anos pelo país, ao menos um duplo movimento no bojo desse processo de investimento em infraestrutura por meio da IIRSA.

Primeiramente pode-se dizer que a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Sul-Americana produz um *movimento de expansão internacional mediante a transnacionalização das empresas brasileiras*, processo que se fortaleceu ainda na década de 1990 e que teve o neoliberalismo como seu facilitador, por ter promovido, como defende a pesquisadora Ana Saggiaro Garcia, a liberalização de fluxo de capitais e importações, bem como a privatização das principais companhias estatais, fatos que propiciaram a expansão tanto de capitais como das empresas brasileiras para o exterior.

Um *segundo movimento*, que parte da análise do processo de investimento em infraestrutura liderado pelo Brasil a partir dos países da América do Sul, é *o processo de integração física do subcontinente*. As grandes obras, nas quais o Brasil tem investido através da IIRSA, trazem a equidade entre os povos e o altruísmo apenas no discurso, pois o que parece se processar é a efetivação de uma política para estabelecer a fluidez do espaço por meio da realização de grandes obras de infraestrutura, a saber a construção e ampliação de rodovias, gasodutos, ferrovias, sistema de telecomunicação, enfim, uma vasta gama de investimentos que serve como prova de que “o capitalismo incluiu a ampla mercantilização de processos – não só de troca, mas também os de produção e de investimento

– antes conduzidos por vias não mercantis” (WALLERSTEIN, 2001, p. 15).

O encontro entre a proposta “neodesenvolvimentista” e o neoliberalismo trouxe para o país um cenário peculiar, que proporcionou ao governo de Lula da Silva a possibilidade de alteração das relações de classe no interior do bloco no poder, como já foi mencionado anteriormente, mas sem romper com o capital financeiro. Ao mesmo tempo, o período em questão (2003-2010) é o momento no qual se verifica uma mudança no tocante à política externa brasileira mais atuante, afinal os esforços em torno da constituição da ALCA são dirimidos, ao passo que os esforços estadunidenses se concentram nos conflitos do Oriente Médio. Em artigo intitulado, “Brasil potência – realidade ou mito? (2010), Oliveiros S. Ferreira pinta o instante histórico no qual a estratégia brasileira foi iniciada:

Qual era o quadro internacional quando Lula da Silva assumiu a Presidência da República em 2003? Os Estados Unidos já estavam envolvidos no Afeganistão e as nuvens se fechavam sobre o Iraque. A invasão veio a comprometer as relações do governo Bush com França, Alemanha e Rússia. As dúvidas que cercavam o governo Putin obrigavam os Estados Unidos – e, em boa medida, também a Alemanha – a buscarem os meios de impedir que a vontade de Moscou, de voltar a ser considerada grande potência, pudesse comprometer a relativa estabilidade internacional. Digo relativa porque a crise Israel-palestinos significava foco de tensão que só poderia perturbar a paz. A transformação do G-7 em G-8, com a inclusão da Rússia, foi um dos recursos de que se lançou mão para acalmar Moscou, ainda que o PIB russo não justificasse incluírem-se os representantes daquele governo entre os que discutiam e muitas vezes decidiam a sorte da economia mundial. A invasão

do Iraque, explicada e justificada com base em informações da CIA — não confirmadas por tipo algum de análise — sobre a existência de armas de destruição em massa no país, abalou o prestígio do governo Bush e, em consequência, dos próprios Estados Unidos. (FERREIRA, 2010, p. 12).

Diante desse cenário internacional, a política externa do governo Lula, liderada por Celso Amorim e perpassada por rusgas históricas que a fez, no passado, transitar entre o alinhamento aos Estados Unidos quase que automático e a independência, se faz embasada em um discurso que, segundo Amado Cervo (2003), se pauta em quatro objetivos. Para o autor, o bilateralismo e a recuperação do universalismo para o estabelecimento de uma ordem mundial, baseada no equilíbrio entre os diversos polos de poder e a partir de laços regionais cada vez mais estreitos, seria uma primeira intenção dessa política externa. Some-se a isso a intenção do Brasil em promover um regionalismo independente que, para o autor, se expandirá à África, dado o papel também influente da Argentina sobre a América do Sul. Segundo o discurso oficial, o possível “solucionamento” da dependência seria um terceiro interesse, que se soma, finalmente, à quarta intenção expressa na política externa brasileira, que seria a recuperação do legado diplomático pacifista e com vistas a cooperar para o desenvolvimento.

Todavia, passados os primeiros instantes de impacto do governo Lula e tendo o país dado continuidade a esse modelo de política externa, a análise de projetos, como a IIRSA, sobre a América do Sul parece demonstrar que não é de interesse desse modelo de relação internacional confrontar-se com a hegemonia estadunidense. Ao contrário, como afirma Oliveiros S. Ferreira (2010), há uma necessidade inerente aos centros hegemônicos:

Os Estados Unidos têm necessidade de que um país ao sul do continente, ainda que retoricamente colocando-se contra algumas de suas políticas, não execute uma política externa que contrarie os interesses do Estado norte-americano. (FERREIRA, 2010, S/N).

Assim, a projeção de poder do Brasil sobre o seu entorno geográfico, a partir de uma política afirmativa de promoção e coordenação de um projeto de integração da América do Sul, parece colocá-lo integrado cada vez mais aos ditames do imperialismo norte-americano.

O modelo de desenvolvimento regional do Brasil, baseado nas relações Sul-Sul, em seu caminho formativo, foi implantado e fortalecido por aquilo que Boito Jr. (2012) defende como sendo uma frente política neodesenvolvimentista, que “foi a base ampla heterogênea de sustentação da política de crescimento econômico e de transferência de renda encetadas pelos governos Lula e Dilma Rousseff”.

Os interesses de classe dessa base de sustentação do neodesenvolvimentismo brasileiro demonstram o caráter contraditório desse projeto de integração a partir das economias periféricas da América do Sul. Isso porque, se em seu discurso formador, a IIRSA surge como um acordo firmado para “configurar eixos de integração e desenvolvimento para viabilizar um futuro espaço econômico ampliado para a região, com especial atenção para a situação dos países que enfrentam relativo isolamento geográfico e dificuldade de acesso aos mercados internacionais”, na prática quem mais ganha com a política desenvolvimentista é a burguesia interna, fração do grande capital interno (BOITO JR., 2012). Segundo o professor de Ciência Política da Unicamp, é essa burguesia interna que dirige a frente neodesenvolvimentista e que,

ainda que composta por setores diversos da economia (construção, indústria, agronegócio, mineração e até mesmo bancos privados e estatais com capitais nacionais), se unifica a partir da “reivindicação de favorecimento e de proteção do Estado na concorrência que elas empreendem com o capital estrangeiro” (BOITO JR., 2012, p. 7).

Assim sendo, a política externa do Estado brasileiro e a política econômica desenvolvimentista, juntas, passariam a priorizar os interesses da grande burguesia interna do Brasil, constatação que se reforça quando se observam as inúmeras manifestações contrárias ao avanço da hegemonia brasileira sobre os países da América do Sul, afinal, os acordos bilaterais que o governo Lula da Silva realizou não põem no debate os impactos da atuação das empresas brasileiras e a degradação dos recursos naturais e suas consequências sobre os povos tradicionais.

Enfim, como aponta Francisco de Oliveira, para o Brasil, se “não há possibilidade de permanecer como subdesenvolvido, [...] não há possibilidade de avançar, [...] as bases internas da acumulação são insuficientes” (OLIVEIRA, 2006, p. 150). E, desse modo, aquilo que se colocava nos discursos iniciais, como no Primeiro Encontro de Presidentes Sul-americanos ocorrido em 2000 e que lançou a IIRSA, como fato promotor de autonomia, teria tornado o país e o subcontinente ainda mais ajustados à engrenagem da “dialética do desenvolvimento”, como já anunciava Celso Furtado (1964).

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovane. *Neodesenvolvimentismo e Estado Neoliberal no Brasil*. Boitempo. 2013. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2013/12/02/neodesenvolvimentismo-e-estado-neoliberal-no-brasil/>>.

AMORIM, CELSO. Amorim diz que EUA ‘pisaram no nosso calo’. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 23 jan. 2006. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe.asp?ID_RESENHA=196470>. Acesso em: 20 set. 2015.

AMIN, S. *Imperialismo e Desenvolvimento Desigual*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1987.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: UNESP, 1998.

ARRUDA SAMPAIO JR. Brasil: as esperanças não vingaram. *OSAL*, año VI, no 18. CLACSO, Buenos Aires, enero de 2006.

BOITO JR., A. A Hegemonia Neoliberal no Governo Lula. *Crítica Marxista*, n. 17, Rio de Janeiro, 2003.

_____. A burguesia no Governo Lula. *Crítica Marxista*, n. 21, Campinas, p. 52-76, novembro de 2005.

_____. O Governo Lula e a reforma do neoliberalismo. *Revista da Adusp*, 2005. Disponível em: <<http://www.cecac.org.br>>. Sem página numerada. Acesso em: 26 jun. 2011.

CASTELO, Rodrigo. *A questão do neodesenvolvimentismo e as políticas públicas*. Entrevista. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n119/a09n119.pdf>>.

COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital: o transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979 – 1998)*. São Paulo: Xamã, UEFS Editora, 2012.

CHILCOTE, R. *Teorias de política comparativa*. Petrópolis: Vozes, 1998.

FERREIRA, Oliveiros S. *Brasil potência: realidade ou mito?*. Disponível em: <http://database.jornaldefesa.pt/politicas_externas/outras/Brasil%20potência%20realidade%20ou%20mito%20I%20Parte.pdf>.

FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. *A Economia Política do Governo Lula*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2007.

LENIN, V. I. *Que Fazer? Problemas candentes do nosso movimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. *Obras Escolhidas em Três Tomos*. Lisboa: Edições Avante!, 1977.

_____. *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro, [1916] 2002.

LOWY, Michael. *O marxismo na América Latina*. Uma antologia de 1919 aos dias atuais. 2. ed. ampl.. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

MARINI, Ruy Mauro. Desenvolvimento e dependência. Archivo de Ruy Mauro Marini conlaanotación. *Correio Braziliense* (1992). Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/020_desenvolvimento_port.htm>. Acesso em: 06 ago. 2011.

_____. *Dialética da Dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: *A revolução antes da revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.

SADER, Emir. Neoliberalismo versus pós-neoliberalismo: a disputa estratégica contemporânea. *Margem Esquerda*, n. 16, 2001. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/postMostrar.cfm?blog_id=1&post_id=712>. Acesso em: 08 jul. 2015.

_____. *Os desafios do Pós-Neoliberalismo*. Disponível em: <<http://diploma.org.br/2003-02,a570>> (01/02/2003). Acesso em: 05 out. 2015.

SINGER, André. [Entrevista]. *Revista Adusp*, jan. 2011.

TORRES, H. “Quem é classe média no Brasil”. *Gazeta Mercantil - Opinião* - 23 fev. 2004.

TROTSKI, Leon. *Programa de Transição*. São Paulo: Iskras, 2008.

8

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA E OS GOVERNOS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES¹

Eduardo Martins²

Neste artigo, começaremos com o período imediatamente anterior à eleição do Partido dos Trabalhadores (PT) para o governo federal, analisando a vinculação entre este e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) quando se encontravam no campo oposicionista. Buscaremos responder em que medida a ascensão do PT ao governo federal alterou as táticas e a estratégia política do MST. Procuramos saber se o PT exerce influência sobre o MST ainda que, reiteradamente, este último declare sua independência política em relação às demais organizações político-partidárias.

Nossa hipótese é que há uma aceitação tácita do MST à política do PT, assim o movimento acompanhou a elaboração teórica deste partido para a questão agrária, seu ideário de democratização do Estado e sua trajetória de adaptação às eleições e métodos insti-

¹ O presente artigo é parte da dissertação intitulada *MST: uma análise de seu programa e práticas políticas sob os governos do PT*, defendida em fevereiro de 2015 junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

² Doutorando em Ciências Sociais e mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS/UFCG).

tucionais, ainda que tenha como prática importante o uso da ação direta nas ocupações de terra, prédios públicos e marchas, que, aliás, diminuíram ao longo dos governos do PT.

Analisaremos como foi tratada a questão agrária no período e por que o MST, mesmo diante do refluxo da política de assentamentos, permaneceu apoiando o governo. Também fará parte do artigo a discussão sobre o bloco no poder, utilizando-se, principalmente, das contribuições de Armando Boito Jr., embora por vezes de forma diferenciada em relação a suas conclusões.

PERÍODO PRECEDENTE: O GOVERNO FHC (1995-2002)

A política econômica do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC) [1995-1998] deu continuidade àquela iniciada por Fernando Collor de Mello, ou seja, uma política de atração do capital externo, mediante desvalorização cambial, redução das tarifas alfandegárias e cortes no fomento agrícola. Com relação ao orçamento destinado ao crédito rural, FHC ampliou os cortes. Dessa forma, os anos de 1995 e 1996 apresentaram os menores índices orçamentários dos últimos 30 anos (COLETTI, 2006, p. 134).

Nesse período de baixo investimento em relação ao que tradicionalmente vinha sendo repassado para o setor, ocorre, segundo Guilherme Delgado, a desvalorização da renda agrícola (DELGADO, 2005, p. 64-65). A redução do papel protecionista do Estado se expressa, em relação à agricultura, na diminuição de incentivos fiscais e créditos subsidiados, medidas acompanhadas da abertura da agricultura brasileira à concorrência internacional.

Essa política de liberalização constrangeu a fração da burguesia agrária brasileira, que vinha se beneficiando das políticas de apoio governamental durante décadas.

A primeira metade da década de 1990 é desvantajosa para o agronegócio nacional. A desvalorização do preço da terra, acompanhada da redução de subsídios e incentivos fiscais, assim como o consequente endividamento do pequeno, médio e grande produtor, foi o mecanismo através do qual se processou a transferência da renda do setor agrícola para o setor financeiro. No que diz respeito à organização do poder político do Estado entre as diversas frações da burguesia, a fração agrária – assim como também a fração industrial – teve seu poder reduzido em relação ao capital financeiro, nacional e internacional, no bloco no poder da formação econômico-social brasileira.

Essa situação econômica de desvalorização das terras, mantida até o final do primeiro governo, aliada à diminuição temporária da influência latifundiária no poder do Estado, criou melhores condições para estabelecer uma política de assentamentos, principalmente por meio da colonização e, em alguns casos, desapropriações. Foram iniciativas ditadas pelo capital financeiro como solução para o acirramento da luta de classes no campo, liderada pelo MST. No primeiro governo FHC, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), foram assentadas ou tiveram suas posses regularizadas 284.228 famílias em uma área total de 12,8 milhões de hectares em 2.428 projetos de assentamentos (IPEA, 2003).

Embora estivesse em curso o fortalecimento da fração do capital financeiro em detrimento da agricultura brasileira, o governo tomou medidas para proteger os grandes proprietários de

terras, como veremos. Por outro lado, em relação aos pequenos agricultores e aos movimentos sociais rurais, a política foi de ataque, cortando empréstimos e apoio logístico aos primeiros e reprimindo intensamente os segundos. O presidente Fernando Henrique Cardoso argumentava que o problema dos sem-terra era pontual, de modo que a realização dos assentamentos estipulados acabaria com a demanda e que o país caminhava para a modernização da agricultura, o típico latifúndio estava em vias de desaparecimento e o fortalecimento dos laços com o mercado internacional impulsionaria a economia nacional.

Todavia, o prognóstico não se confirmou. Com exceção dos dois últimos anos de seu governo, o campo brasileiro foi palco de crescente luta pela terra e aumento dos conflitos agrários. Também a quantidade e a qualidade do MST só aumentaram, estendendo sua organização para todas as regiões do país, consolidando-se como o mais notório movimento rural e se projetando internacionalmente. A ampliação das atividades do movimento e sua territorialização para os estados do Mato Grosso, Pará, assim como para o oeste paulista (Pontal do Paranapanema) e para as regiões de Brasília e seu entorno foram marcantes para seu fortalecimento e consolidação que, sob o governo federal do PSDB, enfrentou duras reintegrações de posse, atropelamentos fatais, cercos em suas marchas, assassinatos cometidos por jagunços, massacres realizados pelo Estado e judicialização de sua luta (STÉDILE; FERNANDES, 1999). A intensificação dos conflitos e a conquista de algumas vitórias, entretanto, fizeram saltar o número de ocupações por todo o país, mas principalmente na região Nordeste, como demonstram os dados sobre as ocupações de terras durante o primeiro governo FHC³.

³ Ver estudo da Comissão Pastoral da Terra (2002).

É nesse contexto de acirramento dos conflitos no campo e avanço dos movimentos pela reforma agrária que se aplica a política de assentamentos do período. O governo FHC processa uma alteração nas fontes de financiamento do crédito rural, em que a participação do Tesouro Nacional é reduzida e a composição orçamentária passa a se dar através dos recursos da Poupança Rural, Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)⁴ e Recursos Obrigatórios. Além de reduzir os gastos públicos e promover incentivos ao capital financeiro, como vinha ocorrendo desde o início da década, o objetivo de sua política econômica foi facilitar a incursão da iniciativa privada nas atividades de circulação das mercadorias agrícolas.

A alteração ocorrida no começo da década de 1990 na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) será plenamente efetivada nesse período. A PGPM tratava-se de uma política criada no governo de Getúlio Vargas em 1943, que consistia no financiamento da estocagem que, por motivos naturais ou de mercado, não pode ser vendida (Empréstimos do Governo Federal – EGF) ou na compra dessa produção a preço minimamente estabelecido, mesmo que o preço de mercado estivesse inferior (Aquisição do Governo Federal – AGF). Além da compra dos estoques, o governo se encarregava do transporte aos centros urbanos, sendo esta uma importante medida estatal de apoio ao produtor.

Ainda no governo Itamar Franco (1992-1994), a Lei nº 8.427, de 1992, alterou a política de proteção dos agricultores. A partir de 1995 e 1996, o governo reduziu seus estoques e cancelou a compra e transporte da produção, entregando “as tarefas de comercialização e de escoamento da produção agrícola à ini-

⁴ A arrecadação do FAT se dá mediante contribuições ao Programa de Integração Social (PIS) e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP).

ciativa privada” (COLETTI, 2006, p. 136). Com a “Lei Kandir” (Lei Complementar nº 87, de 1996), por outro lado, o governo transfere recursos públicos para a iniciativa privada e isenta o setor agroexportador do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Citamos que uma das formas de proceder à realização de assentamentos foi a desapropriação. Mas esta era a terceira medida. Prioritariamente, as famílias eram assentadas em áreas de expansão das fronteiras agrícolas ou terras públicas⁵. Ainda assim, cabe salientar, em relação às indenizações aos grandes donos de terras desapropriadas, que o governo trabalhou com o custo fiscal e não de mercado, o que implicava a correção monetária das indenizações.

Como demonstra Delgado, um imóvel rural que teve preço de 100 em 1994, pelo critério de mercado valeria 60 em 1999. Pelo critério de desapropriação com correção monetária plena e juros de 6% ao ano, contudo, tal imóvel foi pago por equivalente a 141. Seu custo fiscal é mais do que o dobro de sua cotação de mercado (DELGADO, 2005, p. 77). Entre 1994 e 1999, como vemos, a redução do preço das terras chegou a 40%, porém, não acarretou redução das indenizações, mas sim uma forma vantajosa de se livrar das terras desvalorizadas e transferir capitais para outros setores.

A crise econômica dos países conhecidos como os Tigres Asiáticos⁶, em 1997, e da Rússia, em 1998, resultante dos problemas políticos e econômicos da restauração capitalista em curso,

5 Outras formas de assentamentos foram mediante arrecadação e regularização fundiária.

6 Composto pelos seguintes países: Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura e Hong Kong. Caracterizaram-se pela economia fortemente aberta para o mercado internacional, isenções de impostos às empresas estrangeiras e baixo custo da mão de obra. Tiveram elevados índices de crescimento econômico durante os anos 1980, mas, na década seguinte, entraram em crise.

fez despencar o preço das *commodities* (agrícolas, minerais e energéticas), obrigando o governo russo a decretar moratória. Essa situação de crise repercutiu em vários países, com maior ou menor intensidade. No caso do Brasil, o país se viu imerso em uma crise cambial, dada a desvalorização do real frente ao dólar. Dessa forma, visando superar a crise de liquidez, o segundo governo FHC (1999-2002) retorna à política de exportações agrícolas e volta a incentivar o agronegócio. O déficit na conta corrente, resultante da interrupção dos fluxos bancários devido à crise monetária internacional, faz o governo recorrer aos empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI) nos anos de 1999, 2001 e 2003. Mediante a retomada do setor primário-exportador e consecução de empréstimos, o objetivo foi elevar as divisas a todo custo.

O fortalecimento político das frações burguesas ligadas às oligarquias agrárias locais, outrora enfraquecidas, e sua ascendência sobre o Estado ocorreram em outro patamar. O agronegócio emergente teve maior participação das multinacionais estrangeiras, que passaram a controlar, cada vez mais, os setores agroindustriais. A burguesia agrária brasileira torna-se, agora de forma mais acabada, parceira menor do capital estrangeiro, que avança rumo ao domínio dos ramos fundamentais da produção e comercialização agrícola.

Essa conjuntura implica fustigação dos movimentos sociais por parte dos governos estaduais e federal – além de milícias particulares atuando na proteção das grandes propriedades rurais. Em 2000, o governo edita a Medida Provisória (MP) 2.02738, que proíbe a vistoria nos imóveis ocupados. Essa medida visava reverter o elevado número de ocupações daqueles anos e acabar com a tática do MST – com resultados positivos – de forçar as vistorias e as desapropriações mediante ocupações. O governo tratou tam-

bém de legislar contra as famílias que participassem de ocupações, impedindo-as, através da Portaria/MDA/nº 62, de 27/03/2001, de participar de futuros projetos de reforma agrária.

As medidas judiciais enfraqueceram o movimento, que reduziu o número de ocupações e famílias envolvidas. Para se ter ideia, em 1998, houve 5.999 ocupações em todo o território nacional. No ano seguinte, em que o governo criou a referida MP, as ocupações caíram para 390; em 2001, para 194; e em 2002, chegaram ao baixo índice de 184 (CPT, 2002). Em decorrência da diminuição da pressão realizada, constata-se a redução dos números de assentamentos. Durante o segundo governo FHC, foram 139.585 famílias assentadas, contando com 2.672 projetos de assentamentos, abarcando a área total de 9,2 milhões de hectares. De acordo com os números oficiais, o governo do PSDB de 1995 a 2002 adquiriu 3.532 imóveis, equivalentes a 21 milhões de hectares, possibilitando assentar 540.704 famílias (60% na região Amazônica)⁷. A Contag, o MST e o CPT contestam esses números e contabilizam 266.998 famílias assentadas.

RELAÇÃO ENTRE MST E PT ANTES DA “ERA LULA”

O surgimento do MST, da CUT⁸ e do PT faz parte do mesmo fenômeno político, a saber, a retomada das mobilizações sociais, com o esgotamento da ditadura militar, em torno das rei-

7 Ariovaldo Umbelino de Oliveira fala em um total de 490 mil famílias assentadas (até 2000), sendo 62% na região Amazônica, 22% no Nordeste, 10% no Centro-Sudeste e 6% na região Sul (OLIVEIRA, 2007, p. 143).

8 Central Única dos Trabalhadores, fundada em 1983, na cidade de São Bernardo do Campo (SP), durante seu 1º Congresso.

vindicações políticas e trabalhistas por décadas sufocadas, mas agravadas na década de 1980. A crescente inflação, a elevação do custo de vida e o aumento dos sem-terra e desempregados, bem como a necessidade do capital financeiro internacional de desmontar a ingerência estatal nas áreas econômicas, marcam um novo período na vida política brasileira. O PT, com sua promessa de aprofundar a “redemocratização” que se vislumbrava e sua tese da possibilidade de atingir o desenvolvimento sustentável com distribuição de renda, tornava-se, “naturalmente”, o partido do MST.

Entre 13 e 17 de dezembro de 1993, o MST realizou seu 7º Encontro Nacional, na cidade de Salvador, na Bahia. O encontro aprovou o documento “Que Reforma Agrária Queremos”, uma proposta do movimento aos candidatos presidenciais de 1994. Naquela ocasião, “os sem-terra também definem o apoio à candidatura Lula, por acreditarem ser a única que, se vitoriosa, pode implantar um programa democrático-popular e realizar a reforma agrária” (apud STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 240). Durante o 8º Encontro Nacional do MST, realizado em 1996, e o 9º Encontro, em 1999, foi mantida essa mesma linha.

Além da aproximação política e ideológica entre MST e PT, essas organizações atuaram conjuntamente em vários espaços, como no Fórum Nacional de Reforma Agrária, em que o PT participou através de sua Secretaria Agrária, da CUT e de outros movimentos que compunham o fórum, como o Movimento Nacional pelos Direitos Humanos (MNDH). De fato, foram vários os militantes do MST que participaram da fundação do PT – e vice-versa. Parecia evidente, para a maioria dos militantes envolvidos neste processo, que o programa de reforma agrária do MST, com a eliminação do arcaico latifúndio e a ativação de um portentoso mercado interno, estava destinado a ser

cumprido pelo PT que, com sua eleição, criaria um governo democrático e popular, modernizando o país e realizando a reforma agrária. Podemos conferir essa afinidade na afirmação seguinte, de João Pedro Stédile, líder nacional do movimento e filiado ao PT.

A proposta de reforma agrária do PT também esteve muito próxima a do MST. Algumas vezes até mais radical. Lembro-me de uma vez em que José Gomes da Silva, membro da Secretaria Agrária Nacional do PT, defendeu enfaticamente que as propriedades rurais deveriam ser limitadas a um tamanho máximo de 500 hectares. Nossa proposta era de que esse limite fosse de mil hectares. Há uma proximidade quase natural entre um movimento com características popular, sindical e política, e a proposta política de um partido da classe trabalhadora. Essa proximidade nunca prejudicou a autonomia das duas organizações. Nunca misturamos as bolas. Eventualmente, em um ou outro lugar em que essa autonomia foi prejudicada, em que pessoas tenham se desviado da luta ou em que o PT não tenha assumido a luta pela terra, isso trouxe prejuízo para os dois lados. Ou o MST fracassou, ou o PT fracassou. (STÉDILE apud FERNANDES, 1999, p. 36-37).

Como podemos notar, a afinidade entre as duas organizações não é conjuntural, mas remonta às suas origens políticas e organizativas⁹ comuns. Durante os anos 1980, várias lideranças do MST concorreram aos cargos de vereadores e deputados pela legenda do PT. Um bom exemplo dessa relação “orgânica” entre PT e MST é o caso do deputado Adão Pretto, do Rio Grande do Sul.

⁹ Outros expressivos dirigentes nacionais do MST e membros do PT são João Paulo Rodrigues e Jaime Amorim, tendo este último sido candidato a deputado estadual pelo PT em Santa Catarina.

Membro fundador do MST no estado gaúcho, Pretto era então filiado ao Partido Democrático Trabalhista (PDT). Conforme avançou a convicção no interior do movimento acerca da necessidade de lançar seus representantes nas disputas eleitorais, foi estabelecido que o partido que mais se aproximava do ideário de reforma agrária tal como entendido pelo MST era o PT. Dessa forma, Adão Pretto desfilia-se de seu antigo partido e elege-se deputado estadual pelo PT em 1986, passando a compor a frente parlamentar ligada aos movimentos sociais rurais.

Nesta eleição de 1986, o PT elegeu quatro deputados estaduais, Adão Pretto, o professor e ex-presos político Raul Pont, o militante das Comunidades Eclesiais de Base Selvino Hecke e o bancário e sindicalista José Fortunatti. Para a Câmara Federal, foram eleitos Olívio Dutra e Paulo Paim, com Tarso Genro como 1º suplente e Antônio Marangón como 2º suplente. Alcides Modesto elegeu-se deputado estadual na Bahia; no Paraná, Pedro Teneli; e em SC, Luci Choinacki, todos pelo PT e ligados a movimentos rurais. Mais tarde irão compor o núcleo agrário da Câmara Federal, juntamente com Adão Pretto. (GODOY, 2014, p. 50).

Em 1990, Adão Pretto elege-se deputado federal, sendo reeleito para mais quatro mandatos. Como parlamentar da Câmara Federal, se opôs aos governos Fernando Collor de Melo e Itamar Franco, defendendo as pautas do movimento e denunciando a criminalização dos sem-terra. Durante os governos do PSDB, fez uma oposição propositiva, “construtiva”, criticando as posições do então ministro do desenvolvimento agrário Raul Jungmann, mas elogiando o presidente FHC quando este tomava medidas reivindicadas pelo MST, como por exemplo, quando vinculou o

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ao gabinete da presidência¹⁰. Portanto, a tática política do MST de lançar candidatos pela legenda petista remonta aos anos 1980 e se mantém na atualidade, constituindo-se em importante elemento de manutenção de apoio do MST às diretrizes dos governos petistas.

O PROGRAMA AGRÁRIO DO PT

A base da política agrária dos governos do PT tem sido a ampliação da produção primária voltada à exportação, pois esta é a principal fonte para entrada de divisas. Seria essa política aplicada pelo PT – e seus aliados – um desvio de seu “*programa original*”, correspondendo ao que “foi possível” realizar, dada a correlação de forças existente ou, pelo contrário, o desenvolvimento necessário de um programa socialista democratizante?

Nas eleições presidenciais de 1989, o PT lançou, como parte do programa de governo, sua concepção acerca de como solucionar o problema agrário brasileiro. A reforma agrária é tomada como indispensável para a construção de uma sociedade justa e democrática, incorporando milhões ao mercado e à cidadania, lançando as bases para um novo padrão de desenvolvimento da economia nacional. Tal democratização passaria pela luta contra o

10 Outros parlamentares petistas vinculados ao MST no período anterior às eleições do PT ao governo federal são Dr. Rosinha, do Paraná (eleito vereador em Curitiba em 1988. A partir de 1994, vincula-se às causas dos sem-terra e, depois de dois mandatos como deputado estadual, é eleito deputado federal em 1998); Padre João (embora tenha sido eleito deputado estadual por Minas Gerais em 2002, destacamos sua militância petista desde os anos 1990. Foi candidato a prefeito de Ouro Branco em 2000 e passou a exercer importante influência sobre os vereadores do PT eleitos naquela cidade); Dionilso Marcon, eleito deputado estadual pelo Rio Grande do Sul em 1998 e reeleito por mais dois mandatos; entre outros.

monopólio da terra, do poder e dos direitos por parte dos grandes proprietários.

Não fez parte de seu programa político a expropriação da grande propriedade em geral, mas especificamente as áreas ociosas (165 milhões de hectares, à época), de modo que, pela vastidão do território, foi justificada a possibilidade de democratização da terra em coexistência com o latifúndio e o agronegócio, que seriam compelidos, por pressões econômicas, a colaborar com o governo e com a reforma agrária. A defesa da harmonização entre a pequena, a média e a grande propriedade é a essência da tese petista para solucionar o problema agrário brasileiro, como podemos notar em seu próprio programa de 1989.

Como complemento à política econômica de distribuição de renda, a prioridade do novo modelo agrícola será a produção voltada para o mercado interno. Alimentar adequadamente toda a população e abastecer as indústrias brasileiras com matéria-prima é a grande meta, que não é incompatível com a busca de excedentes exportáveis (...). Crédito, investimentos e infraestrutura, assistência técnica, garantia de comercialização e seguro agrícola serão garantidos aos pequenos e médios produtores, *ficando para os grandes o “livre mercado”*. (PT apud STÉDILE, 2003, grifo nosso).

Ao ser eleito, Lula não contrariou os interesses da grande propriedade agrária. Todavia, sustentamos que seu governo não realiza uma ruptura programática com o seu projeto original sobre a questão agrária. As diferenças são de graus, pois a coexistência entre as formas de propriedade já estava prevista, sendo que a alteração principal foi a prioridade dos investimentos dada à grande propriedade, em função da adequação de sua política à continui-

dade e consolidação do caráter agroexportador do país. Embora a política de crédito, assistência técnica e infraestrutura estejam aquém das necessidades dos pequenos agricultores, o governo a classifica como vitoriosa.

Em entrevista concedida a Emir Sader e Pablo Gentili, realizada em 14 de fevereiro de 2013, o já ex-presidente Lula justifica o acerto de seu governo de forma que não destoaria essencialmente do programa político com que concorreu à presidência pela primeira vez. Segundo ele, seu governo foi altamente positivo. Se avaliarmos do ponto de vista das necessidades vitais dos trabalhadores – disse o próprio Lula – ainda estamos muito aquém, mas se comparado com os demais governos anteriores, seu período foi um dos melhores da história (SADER; GENTILI, 2013)

Segundo Lula, em seu governo foram quebrados alguns tabus, como em relação à sua política econômica de exportação e simultaneamente de desenvolvimento interno, pois “durante essa década, aumentamos o nosso comércio exterior e o nosso mercado interno sem que isso resultasse em conflito” (SADER; GENTILI, 2013, p. 10). Dessa forma, observamos em sua justificativa a tese da viabilidade da coexistência entre a pequena e a média produção voltada para o mercado interno e a grande produção encarregando-se do mercado externo. Talvez uma alteração importante seja que, diferentemente do que seu programa de 1989 sustentava, a viabilidade do modelo agroexportador baseado na grande propriedade se deu mediante o financiamento público.

Em seu 3º Congresso, realizado em 2007, o PT reafirmou o compromisso com a reforma agrária, por entendê-la como central para o desenvolvimento do Brasil, na medida em que esta é “condição fundamental para a geração de trabalho, distribuição

de renda, democratização da sociedade, promoção da justiça no campo, ocupação equilibrada do território e para o uso sustentável dos recursos naturais” (PT, 2007, p. 73). Em sua resolução sobre a reforma agrária, o partido descreve o caráter conservador da modernização promovida no período militar, denuncia o latifúndio e suas consequências, como escravidão e assassinatos no campo.

Após fazer o diagnóstico da “barbárie” em que se encontram os pobres do campo, a Resolução Agrária petista de 2007 afirma que a responsabilidade das mazelas no meio rural brasileiro é do governo de FHC, que sucateou o INCRA e desenvolveu uma política de criminalização dos movimentos sociais. Finalmente, como conclusão política, advoga que a vitória eleitoral de Lula representou avanço, pois elaborou o II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e investiu na agricultura familiar, além do que iniciou um processo de recuperação do INCRA.

Para quem lê as resoluções programáticas do PT, fica claro que o partido se esforça em justificar a possibilidade de se governar para “todos” e aposta nas políticas públicas e nas eleições como forma de superar o atraso no campo. Entretanto, os dados acerca dos conflitos e da concentração fundiária, com plena anuência do Estado dirigido pelo PT – certamente que em aliança com outros partidos, principalmente o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) – mostra a impossibilidade de governar em nome dos “interesses gerais” dos brasileiros, independentemente de suas divisões em classes, frações de classes e camadas, cabendo ao PT se aliar aos “responsáveis históricos” pelos problemas nacionais, como os mais conservadores setores da oligarquia latifundiária, mas também com o agronegócio e com as multinacionais.

A QUESTÃO AGRÁRIA SOB OS GOVERNOS DO PT

O PT vence as eleições de 2002. Segundo o cientista político da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Armando Boito Jr., isso ocorre sob a variante da estratégia da frente popular, em aliança com setores da fração interna da burguesia brasileira (BOITO, 2005). A estratégia de frente popular foi uma política aprovada pelo VII Congresso da Internacional Comunista, estalinizada, realizado em Moscou, em 1935, que pressupõe a aliança do proletariado com frações liberais e nacionalistas da burguesia, e, em geral, assume uma retórica de esquerda, se apoia nas organizações populares, mas quem dirige econômica e politicamente a frente é a burguesia. Historicamente, essa estratégia foi aplicada pela primeira vez em 1935, na França, elegendo Léon Blum para primeiro-ministro, porém mantendo-se no poder por apenas três anos. Na América Latina, a primeira experiência nesse sentido foi a da frente popular do Chile, que elegeu Pedro Aguirre Cerda, em 1938.

Nas eleições de 2002, Lula recebeu para sua campanha presidencial o apoio de velhos partidos oligárquicos, como o já mencionado PMDB, mas também o Partido Liberal (PL), o Partido Progressista (PP), o Partido da Mobilização Nacional (PMN), além do estalinista Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Grandes conglomerados capitalistas financiaram a campanha, como a Cargill, a OAS, a Andrade Gutierrez, a Queiroz Galvão, a Odebrecht, o Itaú, o Unibanco, o Alvorada, o BMG, além de empresas de mineração e metalurgia, como a Caemi e a Companhia Metalúrgica Prada, de engenharia e construção, como UTC Engenharia, Christiani Nielsen Engenharia, Galvão Engenharia, Veja Engenharia Ambiental, Serveng Civilsan; do ramo de produção de

bebidas, como Recofarma; e do agronegócio, como Vale Fertilizantes, Klabin, Fosfertil, Suzano Papel e Celulose, Aracruz Celulose e Braskem. Durante a campanha eleitoral, e, posteriormente, o governo de Lula recebeu também a adesão de organizações do movimento sindical, entre elas, a CUT; do movimento estudantil, através da União Nacional dos Estudantes (UNE); de diversos movimentos sociais e populares, além do MST.

O carismático líder petista ascende ao poder no momento em que há milhares de famílias sem-terra acampadas, aguardando a reforma agrária. Somente nos dois primeiros anos de governo (2003 e 2004), houve 1.277 ocupações de terras. O Ministério da Agricultura é entregue para João Roberto Rodrigues, histórico representante do agronegócio. Por outro lado, o governo nomeia Marcelo Rezende para presidir o INCRA, e o MST e a Contag indicam nomes para cargos do segundo escalão, passando a exercer influência sobre o órgão. Na formação de sua primeira equipe ministerial, Lula garante que os ministérios econômicos fiquem sob o controle quase que direto do capital financeiro, nomeando homens comprometidos com a continuidade da diretriz econômica de então. É o caso do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, e do ministro da fazenda, Antônio Palocci.

Os outros dois principais cargos econômicos são destinados para a representação do empresariado ligado à burguesia interna¹¹

¹¹ Burguesia interna é o conceito criado por Poulantzas (1977) para definir as frações de classe da burguesia que se encontram em posição intermediária entre a burguesia compradora (que não possui base própria de acumulação capitalista e, portanto, atua como agente do capital imperialista) e a burguesia nacional (que possui base própria de acumulação e, como tal, possui atritos com o capital externo, chegando, em determinados momentos, a se aliar ao proletariado em defesa dos interesses nacionais). A burguesia interna oscila entre essas duas posições. Possui base de acumulação, mas também laços de dependência com o imperialismo. Por vezes, tenta conter o avanço do imperialismo, porém, necessita deste para garantir a reprodução capitalista em seu país.

na figura de Luiz Fernando Furlan, no Ministério da Indústria; e de Guido Mantega, no Ministério de Planejamento. Embora este último não seja o representante orgânico do empresariado, suas ideias econômicas supostamente “desenvolvimentistas” ou “neo-desenvolvimentistas” agradam a mencionada burguesia interna. Os ministérios menos importantes, assim como os novos, são repartidos entre os aliados, incluindo os setores trabalhistas, sociais, agrários e das oligarquias regionais, como o ministério do Desenvolvimento Agrário chefiado por Miguel Rossetto, e o ministério da Integração Regional, entregue a Ciro Gomes, principalmente para acomodar os interesses das oligarquias nordestinas.

A vitória de Lula eleva as expectativas, aumentando as ocupações e as resistências dos fazendeiros. A direção do INCRA, pelos seus vínculos com a CPT e o MST, se recusa a tratar os conflitos no campo como caso de polícia. Simultaneamente o INCRA desenvolve projetos e ações para atender os estados mais pobres do país. Durante a Conferência da Terra, realizada em Brasília, em novembro de 2003, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o INCRA lançam o II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), contando com o apoio do MST e com a participação na sua elaboração de importantes intelectuais da esquerda, reconhecidos estudiosos da reforma agrária, como Plínio de Arruda Sampaio e Ariovaldo Umbelino de Oliveira. A meta do plano foi beneficiar mais de um milhão de famílias e criar mais de dois milhões de empregos, objetivo a ser cumprido até o final do governo.

Suas metas representam a realização do maior plano de reforma agrária da história do Brasil.

Até o final de 2006, serão 400 mil novas famílias assentadas; 130 mil famílias terão acesso a terra por meio do crédito fundiário e outras 500 mil adquirirão estabilidade na terra com a regularização fundiária. São mais de 1 milhão de famílias beneficiadas e mais de 2 milhões de novos postos de trabalho gerados. (BRASIL, 2003, p. 05).

Esses objetivos, como teremos oportunidade de conferir, não foram cumpridos. Embora o governo não estivesse realizando o plano estipulado, o país estava se beneficiando com o miniciclo de crescimento econômico mundial no período 2002-2005, principalmente pela alta do preço internacional das *commodities*. Durante a primeira presidência do PT, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu 0,5% em 2003; 4,9% em 2004; 2,3% em 2005; e 3% em 2006¹². Com o crescimento econômico, foi possível aumentar os recursos destinados a um programa de importância particular para o MST, que é o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), pois, além de se propor a desenvolver políticas de alfabetização – a educação dos camponeses é tida como elemento basilar dos princípios do MST – também busca auxiliar projetos educacionais voltados para as particularidades da realidade dos acampados e assentados.

Desde sua criação, o Pronera vinha contando com baixo orçamento. Durante os governos Lula, o programa tem seus recursos estendidos significativamente, passando, segundo Clarice dos

12 O governo procedeu a uma revisão metodológica na forma de apreciar os indicadores econômicos, de maneira que, segundo essa nova abordagem, o crescimento do PIB foi 1,1% em 2003; 5,7% em 2004; 3,2% em 2005; e 4% em 2006.

Santos, então coordenadora nacional do Pronera, de 9 milhões em 2003 para 70 milhões em 2010 (SANTOS, 2010). Esse processo aproxima o MST das universidades, através das parcerias com os Institutos Federais (IFs) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Essa relação, por sua vez, atua como uma forma de compensar a incapacidade de realização da reforma agrária por parte do governo, constituindo em um importante fator de manutenção do apoio do movimento ao governo.

Paralelamente, a burguesia agrária reage às indicações e às ocupações de terras. Nesse período, os fazendeiros exibem suas milícias armadas particulares e ameaçam “garantir a ordem no campo”. Embora não estivesse armado, o MST e demais movimentos estavam intensificando as ocupações, por isso, a expectativa foi mesmo de uma guerra civil no campo. Todavia, o MST espera a ação do governo, que age, mas não em seu favor. Diante da força econômica e parlamentar do agronegócio, o Planalto se vê obrigado a ceder, exigindo o mesmo do MST. O apoio ao agronegócio e a contenção do movimento camponês são exigidos pelo conjunto da burguesia, cujos setores fundamentais apoiaram Lula. Esse apoio, que outrora se justificou como condição para vitória eleitoral, deve ser mantido agora pela necessária governabilidade. Lula demite Marcelo Rezende e sua equipe, substituindo-o por Rolf Hackbart, figura de inteira confiança do governo e do agronegócio.

Dessa forma, antes mesmo de completar o primeiro ano de mandato, o governo petista atenua as ações voltadas aos pobres do campo. Em 2003, são criados 327 assentamentos, envolvendo 29.553 famílias, como podemos verificar, muito abaixo dos números de assentamentos rurais que foram prometidos pelo governo.

TABELA 1 - CRIAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS (2003-2012)¹³

Ano	Ocupações de terras	Famílias em ocupações	Nº de assentamentos criados	Nº de famílias assentadas	Área total (ha)
2003	555	92.883	327	29.553	5.290.618
2004	702	118.225	498	44.548	5.371.812
2005	569	73.283	1.056	124.040	14.523.107
2006	553	58.717	412	53.878	4.104.033
2007	533	69.484	147	31.236	885.784
2008	261	26.087	322	28.432	4.114.287
2009	391	37.075	229	23.139	4.616.065
2010	184	16.936	212	12.541	1.823.623
2011	226	25.369	111	6.318	1.902.884
2012	253	23.145	117	4.854	317.597

Fonte: Elaboração própria, com base nos Relatórios DATALUTA Brasil

Em 2005, o índice de criação de assentamentos se eleva significativamente, atingindo a marca de 1.056, transferindo terras para 124.040 famílias. Porém, a partir daquele ano, entra em queda irreversível. Em ritmo diferente, mas na mesma direção, a pressão dos movimentos camponeses através das ocupações diminuiu. Para o governo, as políticas públicas voltadas aos pobres não poderiam se contrapor ao agronegócio e ao capital financeiro. Dessa forma, o carro chefe das políticas sociais não se refere a nenhuma reforma na estrutura econômica do país, mas se concentra nos programas assistencialistas Bolsa Família¹⁴ e Fome Zero¹⁵. Desde que mantendo

13 Tabela elaborada com base nos relatórios anuais da rede DATALUTA e na sistematização de Eduardo Girardi (2008) que, porém, limitava-se ao ano de 2006. Entre os relatórios consultados, houve disparidade de informações em relação ao número de famílias e de assentamentos. Optou-se em trabalhar com os dados atualizados de 2012.

14 O Programa Bolsa Família (PBF) foi criado no início do governo Lula e tem por objetivo combater a miséria extrema. Sua estruturação se deu a partir da ampliação do programa “Bolsa Escola” e sua unificação com outros programas de FHC, como o “Vale Gás” e “Cartão Alimentação”.

15 Fome Zero é um programa do governo federal que foi criado em 2003, em substituição ao Programa Comunidade Solidária, criado por FHC em 1995. O objetivo do programa é combater a fome, realidade vivida por milhões de brasileiros.

a política econômica ditada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), o capital imperialista estava de acordo com tais políticas. Inclusive, o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) dispuseram alguns bilhões de dólares para o assistencialismo do Programa Fome Zero.

O compromisso de Lula em elevar o superávit primário de 3,5% no último governo de FHC para 3,75% em 2003 foi mantido. Ou melhor, a taxa do orçamento público destinada para pagar a dívida pública foi mais elevada do que o esperado, atingindo 4,25%, correspondente a R\$ 68 bilhões. O Presidente da República alega ser necessário acatar as violentas medidas para evitar uma ação do mercado financeiro (credores, investidores, etc.) que levasse à quebra do país, como foi o caso da Argentina entre 1999 e 2001. Sendo assim, o governo Lula se colocou por seguir rigorosamente as metas do FMI, de modo que seu primeiro governo se caracterizou por orientar o Estado a proteger os interesses do capital imperialista e dos banqueiros nacionais, comprometendo a capacidade de investimento público nas políticas sociais.

Sob a política econômica adotada, o Tesouro Nacional abre mão de investir bilhões de reais anualmente. Assim como no governo anterior, as exportações – principalmente de produtos naturais e industriais de baixa densidade tecnológica – são incentivadas para elevar a receita. Nesse sentido, o setor agroexportador é prioritário para os incentivos econômicos. Todavia, a arrecadação com as exportações não é revertida em investimento interno, dada a política de elevado índice superavitário.

Outro elemento que enfraqueceu a autonomia do poder executivo foram os escândalos de corrupção que explodiram no

primeiro mandato de Lula, amplamente divulgados pela mídia, conhecidos como “mensalão”. As denúncias envolvendo os nomes de José Dirceu e José Genoíno, acusados de compra de votos de parlamentares para aprovação de leis e da Reforma da Previdência, além de denúncias contra Delúbio Soares e Silvio Pereira, fizeram com que a cúpula governamental se aproximasse das velhas oligarquias políticas. A crise política instaurada empurrou ainda mais o PT para o lado de partidos e políticos fisiologistas e demais representantes da política “tradicional”. A justificativa residiu na necessidade de obter a mais ampla coligação possível com setores da oligarquia para garantir a governabilidade. O governo reconhece explicitamente a necessidade de atrair partidos e frações de partidos que historicamente comandaram o poder do Estado, sendo assim que o então presidente do Senado, José Sarney, aproxima-se do governo e o PMDB se fortalece. A tese de que a eleição de Lula abriria caminho para uma nova hegemonia das forças progressistas da sociedade rumo à desoligarquização da política não se comprova.

As frações internas da burguesia estão centralizadas sob as diretrizes do capital financeiro internacional no bloco no poder brasileiro. E as forças sindicais e populares, centralizadas a partir do governo. Esse é o fundamento do “Pacto Social” do primeiro governo Lula. Para incorporar as mais diversas forças que fizeram parte da frente que o elegeu, assim como para incorporar outros setores como, por exemplo, a Força Sindical, foi criado o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES). Neste “canal de negociação”, os representantes sindicais e da “sociedade civil” poderiam participar da formulação da política econômica do governo, ao lado dos industriais, banqueiros e do agronegócio. O CDES tem por objetivo conciliar as classes antagônicas e aparar as arestas entre frações divergentes.

As frações de classe burguesas que apoiaram o PT esperavam que Lula mantivesse a política de abertura ao capital financeiro. Contudo, os setores internos contavam com medidas de proteção, para facilitar seu desempenho diante da concorrência externa. Esse setor (industrial, comercial e agrário) ficou descontente com a política de alta dos juros, pesada carga tributária e perigo de recessão. Todavia, não se tratou de uma ruptura da aliança, mas das disputas interburguesas em torno dos recursos públicos (BOITO, 2005).

O vice-presidente José Alencar, importante industrial do ramo têxtil, personifica a aliança do PT com a burguesia, que estava descontente com os rumos da política adotada, exigindo proteção diante do capital externo e das reivindicações dos setores trabalhistas e populares. No final de seu mandato, Lula vê as disputas entre as frações se acirrarem devido aos impasses econômicos. Do ponto de vista político, os escândalos e a exigência de *impeachment* por parte da oposição fazem com que estreite relações com as oligarquias regionais e com setores da burguesia brasileira, como a Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) que, por meio da *Revista da Indústria*, seu órgão de imprensa, sai em defesa do governo. Tais condicionantes vão pressionar no sentido da alteração da política econômica do primeiro período (BOITO, 2010).

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) contra o MST foi importante para desgastar o governo e criminalizar o movimento. Durante a CPMI da Terra, instalada em 2005, a oposição questiona os repasses para a Associação Nacional de Cooperação Agrícola (Anca), em 2003, no valor de 267 milhões e de 7.868 milhões, em 2004. Assim também como os valores de 1.186 milhão, em 2003, e 2.578 milhões, em 2004, para a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab),

ambas as organizações ligadas ao MST (BRASIL, 2005, p. 203). Essa ação parlamentar ocorre no sentido de bloquear o apoio financeiro obtido pelo MST junto ao governo. Segundo Arioaldo Umbelino de Oliveira, referindo-se ao papel desempenhado pelo INCRA, após um curto período de tentativa de mudança em sua linha de atuação, volta a cumprir a função que desempenhava sob FHC e governos anteriores, isto é, de criar assentamento a partir da pressão dos movimentos, mas sem traçar nem executar uma política de reforma agrária como parte do desenvolvimento macroeconômico nacional (OLIVEIRA, 2010). Assim, a promessa de Lula de apaziguar o conflito agrário e pôr em andamento a reforma agrária não ocorre. O que ocorreu, afirma Boito Jr., foi um melhor posicionamento da burguesia interna no bloco no poder, porém, sob as linhas gerais da política econômica que privilegiou o capital financeiro (BOITO, 2005).

O segundo mandato de Lula (2006-2010) ocorreu em meio ao avanço da crise mundial, a partir de 2008. O PIB mundial sofreu uma drástica queda, passando de 5,2%, em 2007, para 3%, em 2008; -0,6%, em 2009; e 4,8%, em 2010. A retração internacional atingiu o Brasil e as margens de manobra do governo foram reduzidas. Durante o período, o PIB brasileiro caiu de 5,1%, em 2008, para -0,6%, em 2009; tendo uma alta, em seguida, de 7,5%, em 2010. Com relação às medidas agrárias, o governo é marcado pela diminuição dos assentamentos e do desenvolvimento de programas voltados para assistência técnica aos camponeses e pequenos agricultores. Por um lado, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) terá ampliação de seus recursos, passando de 2,2 bilhões de reais e 900 mil contratos, em 2002, para 9 bilhões reais e 1,7 milhão de contratos, em 2005.

Isso vai animar o movimento camponês, qualificando a medida como um salto positivo em relação aos governos anteriores. Por outro lado, as exportações de produtos primários aumentam, e o chamado agronegócio ganha mais influência e apoio do governo. Com relação à política econômica, os interesses do setor financeiro seguem sendo atendidos no segundo governo Lula.

Sobre a postura da burguesia interna em relação à política econômica do governo, apoiamo-nos, até agora, nas análises feitas por Armando Boito Jr. que, para entender a postura das frações da burguesia brasileira, utiliza-se dos conceitos de bloco no poder de Nicos Poulantzas. Ao analisar o segundo e o terceiro governo do PT, porém, Boito Jr. altera sua interpretação sobre o bloco no poder na formação econômico-social brasileira. Em suas primeiras análises do governo Lula, o melhor posicionamento da burguesia interna não implicou, segundo Boito Jr., declínio da hegemonia do capital financeiro (BOITO, 2005).

Contudo, ao observar a diminuição momentânea do superávit primário durante os governos petistas que se seguiram ao primeiro, assim como algumas outras medidas, o autor declara que a hegemonia passou para a burguesia interna, em detrimento do capital financeiro estrangeiro. Para o autor, não se trata de afirmar que as referidas frações internas são anti-imperialistas, todavia, se organizam para fazer frente ao capital externo, impondo limites ao imperialismo (BOITO, 2010, p. 68; 75). O governo, ao atender as reivindicações das frações internas do capital industrial, agrário e comercial, passa a expressar os seus interesses de classe, de modo que a burguesia interna se torna hegemônica. Dessa forma, segundo Boito Jr., o governo Lula – e posteriormente Dilma Rousseff – opera uma importante mudança em sua linha macroeconômi-

ca, passando a pôr em prática um projeto econômico neodesenvolvimentista. Analisando as publicações da *Revista da Indústria*, periódico da FIESP, bem como a relação de seu presidente Paulo Skaf com o governo federal, Boito Jr. afirma que o governo Lula é um representante político da grande burguesia interna. Do ponto de vista ministerial, a substituição de Palocci (monetarista) por Mantega (desenvolvimentista ou “neodesenvolvimentista”) seria um indicativo da justeza de suas observações.

Acreditamos que o atendimento de parte das reivindicações dos setores do capital interno não significa alteração da hegemonia financeira, como afirma Boito Jr. Embora o percentual destinado ao superávit primário tenha diminuído conjunturalmente, as cifras astronômicas destinadas ao capital financeiro em detrimento dos setores produtivos permanecem. Aliás, ao contrário do que sustenta Boito Jr., se estendermos um pouco a perspectiva, veremos que o capital financeiro ampliou sua rapinagem sobre o orçamento público durante os governos Lula. Em seu conjunto, os dois governos de Lula elevaram o superávit primário. No primeiro governo de Dilma, houve uma redução, mas o crescimento das receitas destinadas ao capital financeiro foi retomado. A destinação de recursos públicos para pagamento de juros e amortizações da dívida, interna e externa, segue prejudicando o desenvolvimento interno e não nos parece que seja adequado afirmar que o capital financeiro teve sua influência reduzida nos últimos anos.

Vejamos o caso do agronegócio. É real que este setor apoia o governo liderado pelo PT, mesmo com profundas divergências ideológicas. Ocorre que estão satisfeitos com as políticas de subsídios, embora reivindiquem maiores benefícios. É o caso da Unidade de Produtores de Bioenergia (Udop), entidade dos usineiros de São

Paulo, que pressiona o governo no sentido do estabelecimento de uma parceria com a Petrobras para produção de etanol. Diante do apoio despendido, o agronegócio, na sua maioria, se alia ao governo, porém com divergências, pressionando o governo federal a aprovar o código florestal, conter o MST e acabar com as demarcações das terras indígenas. O governo petista, aos poucos, cede a todas as reivindicações, chegando, inclusive, no início do segundo governo de Dilma Rousseff a nomear Kátia Abreu – representante maior do agronegócio – como Ministra da Agricultura.

Como já destacou Boito Jr., a burguesia interna exige proteção do governo, mas não tende a se chocar com o imperialismo e, no caso do agronegócio, nem mesmo impor limites. Para os setores agroexportadores, o objetivo é expandir-se para o mercado externo. Se, nos chamados acordos multilaterais, a exemplo da Rodada de Doha, isso implicar abertura do mercado interno para as mercadorias estrangeiras e redução do protecionismo, não importa. Assim, vemos que não é um setor que se confronta com o capital estrangeiro, e sua proximidade com o governo não implica redução da influência do capital financeiro. Da mesma forma, no caso da fração industrial, as medidas voltadas ao capital rentista e especulativo, que implicam desindustrialização, fazem com que este setor expresse divergências com o governo, ironicamente aliando-se à CUT para exigir do governo medidas de proteção. Entretanto, no caso de ultimato do FMI e demais representantes do mercado mundial, tendem a ceder.

Em geral, as reivindicações “nacionalistas” da CUT relacionam-se com isenções fiscais às empresas, como desoneração da folha de pagamento, isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e redução dos juros. Embora o governo tenha em algum mo-

mento fixado a isenção apenas para setores nacionais da chamada “linha branca”, como eletrodomésticos, entre outros, bastou a crise econômica impactar os setores controlados pelas multinacionais para as isenções serem estendidas, como o foi no caso da indústria automobilística, ramo controlado pelas montadoras estrangeiras e afetado pela crise de superprodução do setor.

Em relação à política de crédito destinada ao fomento da chamada agricultura familiar, o governo Lula expandiu, como já foi dito, o orçamento do Pronaf. Entretanto, essa política é acessada fundamentalmente pelos médios e grandes agricultores, representados pela Central de Trabalhadores Agrícolas, também chamado de “agronegocinho”. No caso do MST, essa política beneficia uma pequena parte dos assentados, mas em nada ajuda os acampados. Por outro lado, no final de seu mandato, o presidente Lula assinou o Decreto nº 7.352, que institucionaliza como política pública o Pronera. Entre 2003 e 2010, mais de 360 mil jovens e adultos participaram das ações do programa. Essa colaboração, a nosso ver, persistiu como forma de manter os movimentos sociais do campo em colaboração com o governo.

Apesar da crise política do seu primeiro mandato e a crise econômica iniciada durante seu segundo governo, Lula conseguiu eleger sua sucessora, superando o candidato do PSDB, José Serra. A aliança com o PMDB se mantém e Michel Temer é eleito vice-presidente por duas ocasiões sucessivas. A presidência da Câmara Federal e a do Senado também estão nas mãos do PMDB, assim como a direção de muitas autarquias e empresas públicas. Já sendo o maior partido do país, constituído mais como uma federação de oligarcas do que de um propriamente um partido político, se fortalece ainda mais no interior do Estado brasileiro a partir de suas alianças com o PT.

Durante a campanha presidencial de 2010, o clima vivido no movimento era de otimismo pela eleição de Dilma. O jornal *Brasil de Fato*, um dos órgãos da imprensa do MST, faz uma edição que pode ser definida como um verdadeiro panfleto de campanha de Dilma. As matérias intituladas “Derrotar a direita, eis o consenso” e “pela quarta vez, desde o fim da ditadura, haverá segundo turno. A campanha pelo voto útil em Dilma Rousseff aumenta sobre os militantes e eleitores da esquerda anticapitalista” são bem elucidativas no que diz respeito às expectativas do MST¹⁶. De fato, sua expectativa era de um governo “mais à esquerda”. O passado guerrilheiro de Dilma entusiasmou grande parte da militância do movimento.

As políticas adotadas pelo governo nos últimos oito anos não foram suficientes para que o MST superasse as ilusões que depositaram no PT. Analisando o trabalho de Solange Engelman, que faz parte da direção nacional do movimento, vemos como sua percepção acerca do abandono, por parte do PT, da defesa da reforma agrária, substituindo-a por uma política assistencialista, não lhe permitiu tirar conclusões históricas, isto é, de que o PT, um partido que se construiu em torno das lutas por reformas sociais, teve sua tese de governo testada e fracassada, uma vez que se tornou refém da política tradicional, dos ditames imperialistas, tendo este partido, inclusive, passado pelo processo de aburguesamento.

Nesse contexto, ao analisarmos o Programa Agrário do PT de 1989, percebe-se que este propõe a reforma agrária para eliminação da concentração da terra e desenvolvimento da agricultura e da economia. (...) Sendo que, no Programa Agrário de Campanha de 2002, o PT passa a considerar a

¹⁶ Essas entrevistas e outras do período podem ser consultadas no site do jornal *Brasil de Fato*: <<http://www.brasildefato.com.br/search/node/2010%20dilma%20elei%C3%A7%C3%A3o?page=8>>.

reforma agrária como uma política para o desenvolvimento rural [voltando-se para] o combate à pobreza e o desenvolvimento capitalista do campo. (...) **No entanto, mesmo com todas as limitações**, caso o segundo programa agrário fosse efetivado, acredita-se que a reforma agrária e a agricultura familiar poderiam se tornar políticas fundamentais para a garantia da soberania alimentar, erradicação da pobreza e geração de empregos, o que não se verifica empiricamente hoje. (ENGELMANN, 2012, p.09-10, grifo nosso).

Dessa forma, vemos que, longe de romper com o projeto das eleições presidenciais de 2002, o MST se coloca como herdeiro do programa original do PT. Essa perspectiva, ao que nos parece, é típica daquelas organizações que tomam o socialismo de forma abstrata e inconsequente. É como se afirmassem: queremos o socialismo, mas, diante de suas incertezas, um “bom” capitalismo já seria suficiente. Não entendemos tal postura como incidental. Como vimos afirmando, o MST não é uma organização socialista, isto é, não objetiva acabar com a propriedade privada capitalista, mas seu objetivo relaciona-se com o desenvolvimento do capitalismo e incorporação das massas rurais ao mercado através do acesso à terra. Entretanto, o movimento assume, por vezes, uma retórica socialista, dessa forma, a defesa de uma sociedade futura sem classes resultante do desenvolvimento do capitalismo deve, necessariamente, ser abstrata, como o fazem as organizações que acreditam na possibilidade de uma revolução por etapas.

Contudo, ao perceber que, nem mesmo as reformas são possíveis mediante ação do Estado burguês, e que o seu partido historicamente aliado não é capaz de cumprir suas promessas, o MST persiste acreditando nas promessas, esperando surgir um

governo que finalmente cumpra o programa agrário que o PT abandonou. Todavia, como esse “governo dos trabalhadores” não existe, mantém-se o apoio ao governo em troca de alguma política pública para o campo.

O governo do PT, nas presidências de Lula e de Dilma, manteve o curso de desnacionalização da economia. Dessa forma, empresas de alimentação como Bunge, Cargil, Monsanto, Nestlé avançaram sobre a economia nacional, da mesma forma que as automotrizes estrangeiras, Volkswagen, Mercedes Benz, General Motors, entre outras que concentram a produção nos grandes centros industriais e passaram a extrair maior excedente mediante demissões e redução do piso salarial dos operários. Em todos os ramos fundamentais, o imperialismo está presente, majoritariamente ou associado. Estamos de acordo com a afirmação de que a burguesia brasileira dita a política a ser seguida pelo governo petista (BOITO JR., 2010). Porém, essa burguesia age como sócia menor que é da burguesia internacional. Por isso, não se trata de mudança de hegemonia no interior do bloco no poder. Mesmo com todas as ressalvas, não concordamos com a afirmação de que a burguesia interna poderia atuar autonomamente em relação às imposições do imperialismo em uma economia semicolonial, nos marcos de uma divisão internacional do trabalho realizada pelo imperialismo e que não é questionada pelos governos petistas.

As divergências e diferenças quanto à forma e ao ritmo são parte das disputas entre as frações da classe dominante em que está dividida a burguesia. Fazer maiores ou menores concessões às exigências das multinacionais, favorecer a este ou àquele monopólio concorrente depende das circunstâncias econômicas, políticas e da luta de classes. É incontestável que o governo Dilma, como

todo governo nos marcos do capitalismo, esteve sob tais pressões, mas não altera a conclusão de que expressou a posição histórica da burguesia brasileira e sua fração hegemônica de manter a submissão do Brasil à burguesia imperialista.

Neste cenário, a reforma agrária já não consta nos objetivos do governo, ao contrário, o que tem avançado é o agronegócio e a violência contra índios e sem-terra e ambientalistas em todo o país. A partir do começo da década de 2000 em diante, as fronteiras agrícolas se ampliam, principalmente nas regiões Centro-oeste e Norte, fator que agrava os conflitos no campo, especialmente entre fazendeiros e as nacionalidades indígenas, mas que ao mesmo tempo expande a capacidade produtiva agroexportadora. Com a radicalização dos conflitos e o apoio do governo, através das forças repressivas do Estado e das forças paraestatais, a onda de violência contra os camponeses, típica dos governos anteriores ao PT, é retomada.

O argumento fartamente utilizado pela direção do MST nos dois mandatos de Lula, de que se tratavam de governos ainda em disputa, perde força e não parece mais convencer diante dos ataques e das medidas econômicas tomadas. Entretanto, o apoio persiste, justificado agora como forma de fortalecer os políticos tidos como comprometidos com o projeto de reforma agrária, pedindo sua ajuda para tentar pressionar o governo a retomar a política de assentamento, ampliando-a, tornando-a uma consistente política de reforma agrária e de desenvolvimento alternativo ao neoliberalismo. Como podemos constatar em seu programa e durante o seu último congresso, esse pedido de apoio foi feito aos políticos presentes (BRITO, 2015).

Na última década, os interesses dos grupos empresariais mineradores no subsolo nacional em geral, e da região da Ama-

zônia Legal em particular, assim como o controle cada vez maior da produção de cana-de-açúcar em São Paulo, de eucalipto no sul e de soja no oeste da Bahia, entre outros casos, são exemplos das práticas adotadas pela burguesia, liderada, em última análise, pela fração financeira para manter a produtividade voltada para o exterior, fazendo com que o agronegócio seja o grande responsável pelo equilíbrio da balança comercial por meio das exportações. Assim, de acordo com o modelo econômico adotado, a fração agrária da burguesia torna-se fundamental para o projeto de “desenvolvimento” do governo, que na realidade não passa de uma reprimarização, sendo uma fração que se fortalece politicamente nos governos do PT.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O MST faz a crítica ao atual modelo econômico, defendendo uma alternativa nacional-popular, baseado no desenvolvimento do mercado interno, na democratização das inovações técnicas e incentivos políticos e econômicos à agroecologia. Mas as contenções orçamentárias e as escolhas políticas do governo federal não indicam que esse caminho seja considerado pela cúpula petista e seus aliados, muito menos como horizonte para a forma como se desenvolve o capitalismo no Brasil, em que as forças produtivas internas se desenvolveram sob o condicionamento dos monopólios e do capital financeiro internacional.

A burguesia nacional não pode, portanto, romper os laços de dominação imperialista, nem mesmo contê-los, como vem afirmando Armando Boito Jr. Evidentemente, o poder da oligarquia

agrária nacional existe, aliás, nunca deixou de existir. Desde o fim do Império Colonial, essas frações determinaram as condições de desenvolvimento do país. O Estado enfrentou e enfrenta a luta de classes no campo com extrema violência – a política do INCRA de mediação entre os conflitos, no começo de 2003, fracassou rapidamente. Contudo, a força dessas oligarquias agrárias sempre se baseou nos laços com a burguesia internacional, mais do que no caráter autoritário de sua dominação política.

Com base no acompanhamento da política econômica adotada pelos governos do PT no período recente, verificamos que a defesa da reforma agrária, outrora feita por este partido, foi abandonada, substituindo-a por políticas públicas assistencialistas. O MST, por sua vez, se viu acuado diante do fortalecimento da fração da burguesia agrária, ocorrido durante os governos Lula e Dilma. O movimento, dada sua concepção de transformações graduais da estrutura econômica e política do país e diante da dependência dos programas governamentais, mantém o apoio ao governo petista e o defende contra os “ataques da direita”.

Contudo, a reprimarização da economia brasileira, em curso nas últimas três décadas, mas intensificada nos governos do PT, limita a política defendida pelo MST de desapropriação de terras para fins de reforma agrária. Diante desse impasse, o movimento se vê recuado na defesa da estruturação dos assentamentos já existentes e, no caso dos acampados, na consecução de políticas assistenciais para essa camada que compõe sua base social. Assim, constatamos que a política do MST em relação ao PT é de paciência, apoio e afinidade ideológica, mesmo que com discordâncias sobre o ritmo e o conteúdo de algumas políticas.

REFERÊNCIAS

- BOITO JR., A. A burguesia no governo Lula. *Crítica Marxista*, n. 21. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2005. p. 52-76.
- _____. Governo Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: BOITO JR, A; GALVÃO, . *A Política e Classes no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Editora Alameda, 2012.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *II Plano Nacional de Reforma Agrária – Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural*. Brasília, 2003.
- _____. República Federativa do Brasil. *Relatório dos Trabalhos da CPMI “da Terra”*. Brasília, 2005.
- BRITO, Eduardo Martins de. *MST: uma análise e práticas políticas sob os governos do PT*. Dissertação. UFCG. Campina Grande, 2015.
- COLETTI, C. Neoliberalismo e burguesia agrária no Brasil. In: *Lutas & Resistências*. Londrina: Editora Midiografi, set. 2006, v. 1, p. 131-145.
- CPT. Comissão Pastoral da Terra. *Conflitos no Campo – Brasil 2002* [coord. Antônio Canuto e Cássia Regina da Silva Luz]. Goiânia: Edições Loyola, 2002.
- DELGADO, G. C. Questão Agrária no Brasil: 1950-2003. In: JACCOUD, L. (Org.). *Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo*. Brasília: IPEA, 2005, v. 01, p. 51-90.
- ENGELMANN, Solange I. A questão agrária no Brasil: A política agrária do governo Lula e a relação com o MST. VIII Seminário do Trabalho [recurso eletrônico]: Trabalho e Políticas Sociais no Século XXI. *Anais...* Marília: UNESP, 2012. v. 8, p. 01-14.
- GIRARDI, E. *Atlas da Questão Agrária*. UNIFESP. 2008. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas>>. Acesso em: 21 maio 2014.
- GODOY, M. Z. *O MST no Rio Grande do Sul e a opção preferencial pelo PT como instrumento partidário: 1980-1990*. Monografia. UFRGS. 2014
- IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Políticas sociais – acompanhamento e análise. N° 6*. Governo Federal Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. 2003.
- OLIVEIRA, A. U. *Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária*. São Paulo: FFLCH/Labuer Edições, 2007.
- POULANTZAS. *Poder Político e Classes Sociais*. Trad. Francisco Silva São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- PT. *Resoluções do 3º Congresso do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: 2007.
- SADER, E.; GENTILI, P. *O necessário, o possível e o impossível*. In: SADER, E. (Org.). *10 anos de governos pós-neoliberal no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.
- SANTOS, C. *Pronera: os desafios e avanços para a educação do campo*. Entrevista concedida a Mayrá Lima. 2010. Disponível em: <http://www.cedefes.org.br/index.php?p=educacao_detalhe&id_afro=4078>. Acesso em: 13 fev. 2013.
- STÉDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

9

IDEOLOGIA E CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: UMA ANÁLISE CONCEITUAL

Paula Adissi¹

A criminalização dos movimentos sociais da luta pela terra, bem como de seus integrantes, tem rasgos estruturais, políticos e ideológicos em nosso país. A violência no campo é objeto de estudo de diversas áreas de pesquisa das ciências humanas e sociais, e segue sendo um objeto de investigação ainda longe de ser esgotado. Isso principalmente porque a violência contra trabalhadores rurais e movimentos sociais da luta pela terra vem, ao longo dos anos, sendo uma permanência na realidade do campo brasileiro.

Durante nossa pesquisa de mestrado sobre um caso específico de criminalização vivido por integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o caso de Pocinhos, julgamos fundamental enfrentarmos teoricamente as categorias de ideologia e de criminalização dos movimentos sociais. Neste caso de 01 de maio de 2009, no município de Pocinhos-PB, ocorreu violência física, prisão de sem-terras e cobertura criminalizante dos meios de comunicação de massa locais. Diante do acampamento de famílias sem-terra, proprietários promoveram uma noite de violência contra as famílias, com espancamento, tentativa de assassinato

¹ Doutoranda em Ciências Sociais e mestra em Ciências Sociais Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS/UFCG).

e tortura de trabalhadores. A violência foi promovida por homens encapuzados na presença dos proprietários da fazenda Cabeça de Boa, área que se encontrava em vias de desapropriação. Após cinco horas de violência, sete integrantes do MST foram entregues à polícia militar sob acusação de incêndio, depredação, esbulho possessório e porte de armas. Dos sete, dois foram presos e denunciados pelo Ministério Público. Todo o caso foi acompanhado pela mídia local, tanto escrita como televisiva, que reproduzia a versão dos proprietários de terra e da polícia: de que os trabalhadores sem-terra iam de vítimas a réus.

Neste caso, foi nítido observar o perfeito arranjo político-ideológico entre as instituições sociais promotoras da criminalização da luta pela terra, a saber, família de proprietários da terra, Polícia Militar, Ministério Público, Judiciário e mídia. Perguntávamo-nos como explicar esse encaixe de diferentes atores sociais no processo de criminalização dos movimentos sociais, neste caso, do MST? Esse elo, essa liga, essa costura se dá via ideologia.

Portanto, queremos dizer que o processo de criminalização dos movimentos sociais é uma articulação entre proprietários de terra, Estado e mídia. O fio que costura esse processo e interliga essas instituições da sociedade política e da sociedade civil é a ideologia. O conceito de ideologia é bastante debatido nos meios acadêmicos, possuindo diversos significados. A ideologia é uma categoria central para o entendimento dessa articulação social que constrói a criminalização da luta pela terra e seus movimentos sociais. Desse modo, é necessário enfrentar o debate teórico sobre o conceito, pois, em nossa hipótese, é através dele (a ideologia) que se estabelece o elo entre os sujeitos da criminalização. Mas, só faz sentido teórico dentro da forma particular a que nos filiamos no entendimento desta categoria que agora explicitaremos.

Em síntese, quando afirmamos que é a ideologia a ligação entre os diferentes sujeitos criminalizadores do MST, estamos nos referindo ao fato de que as ações desses sujeitos estão orientadas por um conjunto de “pré-avaliações” a respeito do MST. Essas “pré-avaliações” são as que, de um modo antecipado, colocam o movimento e seus integrantes numa posição de criminosos, o que é parte de uma ideologia social mais ampla, universalizada historicamente, que condena a luta política pela terra. A ideologia é materializada em sujeitos concretos, nas ações dos proprietários e do grupo paramilitar, nas polícias, no poder judiciário e na mídia. Esta materialidade dos sujeitos da ideologia se expressa, também, na violência institucional, com a prisão, a indicição e com o discurso midiático criminalizador elaborado pelos aparelhos privados de hegemonia, em termos gramscianos.

Iniciamos a discussão com nosso entendimento do conceito de criminalização dos movimentos sociais e, em seguida, desenvolvemos o debate central desse texto que é sobre o conceito de ideologia, por ser este a chave de análise da nossa compreensão sobre a substância do processo de criminalização dos movimentos sociais, em especial, do MST e demais organizações ligadas à luta pela terra.

CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

No caso de Pocinhos, a criminalização do MST aparece como um processo complexo que reúne a violência privada do latifúndio contra os trabalhadores rurais sem-terra, a violência e a criminalização promovida pelas polícias militar e civil, a criminalização promovida pelo Poder Judiciário e o discurso criminalizador das mídias locais. É por envolver todos esses sujeitos que o caso de

Pocinhos se torna um caso emblemático no processo de criminalização dos movimentos sociais, possibilitando a compreensão de como ocorreu a criminalização neste caso e assim contribuir para o entendimento de casos similares de criminalização dos movimentos sociais que acontecem em diferentes lugares do Brasil e de outros países. Nesse sentido, a definição do termo criminalização dos movimentos sociais, a partir do caso de Pocinhos, poderá ser válida para o entendimento de muitos outros casos de criminalização de militantes sociais da luta pela terra no Brasil.

O ponto de partida é uma ação “ilegal” dos proprietários de terra e suas milícias paramilitares, bem como a ação fora da lei dos policiais militares a serviço dos interesses do latifúndio e do poder local, mas que se repete, entre outras razões, pela impunidade. Essas ações extralegais dos latifundiários em geral, e neste caso em particular, são respaldadas legalmente pela Justiça, seja pelo mencionado fato da ausência de punição, seja porque as ocorrências das violências extralegais se tornaram “interessadamente invisíveis” para a Justiça, prevalecendo o relato dos proprietários e da própria polícia atrelada ao latifúndio, por sobre as denúncias dos trabalhadores rurais. Desse modo, incluímos no processo de criminalização a violência extralegal do latifúndio, pois ela está intimamente ligada ao restante do processo, mais que isso, ela é fundante deste processo.

O Poder Judiciário, através do conjunto de suas instituições, como exemplo, neste caso, o Fórum de Justiça, o Ministério Público e o Tribunal de Justiça, criminalizou, indiciou e “condenou” inicialmente os integrantes do MST. Essa criminalização é realizada, em geral, via enquadramento dos ativistas de movimentos sociais como criminosos comuns, como foi especificamente no caso de Pocinhos.

As empresas privadas de comunicação, por sua vez, a partir do estudo dos documentos jornalísticos sobre o caso, concluímos, propagandearam a criminalização, difundiram para a sociedade uma ideologia criminalizante sobre os movimentos sociais, no esforço de tornar universais, hegemônicas, em termos gramscianos, as ideias particulares que movem a ação do Estado e dos latifundiários contra os que lutam pela terra em geral e pela reforma agrária em particular.

Por essas razões que veremos agora, trazemos o debate sobre a criminalização dos movimentos sociais indicado como hipótese. Para tanto, dialogamos aqui com as definições elaboradas por Sérgio Sauer e Aton Fon Filho. Para Sauer, criminalizar “é caracterizar ou tipificar uma determinada ação como um crime” (SAUER, 2010, p. 124). Ele diferencia criminalização de violência da seguinte forma: “Criminalizar não significa utilizar a força policial para reprimir manifestações sociais”, a ação da criminalização usaria mecanismos legais com a intenção de fazer com que ações e pessoas sejam vistas e julgadas, pela “opinião pública” ou pelo órgão estatal responsável, como criminosas, como ações realizadas à margem da lei e da ordem (SAUER, 2010). Mas o próprio autor diz mais adiante que a criminalização é também uma violência, mas uma forma particular de violência.

Discordamos do autor em relação a essa separação e diferenciação, feita por ele, entre violência e criminalização. Essa separação, ao olharmos os casos que envolvem especialmente a luta pela terra, se torna totalmente arbitrária, pois a ação discursiva da criminalização anda, sempre que necessário, ao lado da ação, estritamente, violenta. Diz ainda Sauer:

O uso da força bruta (policial e miliciana) e a violência direta e explícita (assassinatos, ameaças de morte, despejos violentos, etc.) *vêm dando lugar*

a mecanismos mais sofisticados de repressão das demandas sociais. (SAUER, 2010, p. 124, grifo nosso).

Nosso distanciamento da definição elaborada pelo pesquisador citado, no que se refere à conceituação de criminalização, se dá, especialmente, quando este separa as ações violentas dos processos de criminalização legais e verbais - como as realizadas pelo judiciário e pela mídia - reservando o conceito de *criminalização* para as práticas sociais discursivas produzidas por diversos setores da sociedade, que agem no intuito de caracterizar como crime as formas de luta dos movimentos sociais. Essa análise, desse modo, se aproxima de uma análise pós-moderna da realidade, que reduz tudo às formas discursivas. E as formas violentas se mantêm como realidade no interior dos conflitos de terra no Brasil, assim discordamos que a violência direta venha saindo de cena, ainda mais quando se somam a ela novos elementos de criminalização.

Em nosso entendimento, a criminalização é um processo unitário que tem diferentes expressões no marco de uma totalidade (uma unidade na multiplicidade, segundo Aristóteles, Hegel e Marx); a criminalização é a ação da violência, seja ela física, escrita ou falada, “legal” ou não, política ou ideológica, que trata como criminosas as formas de manifestação dos movimentos sociais que constroem relações de enfrentamento contra as classes dominantes e seus interesses manifestos diretamente, ou a partir de instituições da sociedade civil ou do Estado. Desse modo, a violência direta e aberta é parte da criminalização. Na maioria dos casos, e como verificado no caso de Pocinhos, a violência direta é uma ação respaldada pelo Poder Judiciário e pela mídia, por omissão dessas instituições em garantir a efetivação da lei da reforma agrária, pela

omissão também diante dos conflitos e ainda pela impunidade diante dos crimes cometidos contra camponeses.

Portanto, a teoria de Sauer de que a violência “vem dando lugar” à criminalização – ele emprega criminalização como os atos discursivos das instituições -, em nossa opinião, é inadequada para compreendermos o que ocorreu em Pocinhos, e podemos supor que tem os mesmos limites para a análise de outros casos semelhantes. A violência paraestatal, privada e ilegal foi o momento desencadeador dos demais, e é impossível entender este caso de criminalização apartando, assim, a violência dos também violentos atos específicos do Poder Judiciário ou da mídia. Por isso, entendemos o processo de criminalização do caso de Pocinhos como uma totalidade que ganha formas especializadas entre “arcaicas”, “sofisticadas” e “inovadoras” de combater os movimentos sociais, suas lutas e seus integrantes.

Na linha da interpretação que julgamos mais adequada para compreensão dos processos de criminalização do MST, numa concepção total do fenômeno, encontramos os autores Antonio Filho e Darcy Frigo, que dizem:

Criminalizar pode ser o ato de atribuir um crime a alguém, a alguma atitude, a uma manifestação. A criminalização se dá através de um processo estruturado de violência física e simbólica, que adquire ares de violência institucional (pública e privada) na medida em que seus agentes se utilizam de suas prerrogativas e funções para atribuir uma natureza essencialmente criminosas às manifestações sociais organizadas. (FILHO & FRIGO, 2010, p. 120, grifo nosso).

Em artigo intitulado “Criminalização dos movimentos sociais: democracia e repressão dos direitos humanos”, publicado no

livro *Criminalização dos protestos e movimentos sociais*, Fon Filho traz um conceito diferente de criminalização dos movimentos sociais. A criminalização, para ele, inclui todas as formas de repressão e violência contra as organizações populares. Para este autor, “a criminalização é um conjunto de formas repressivas, sejam elas apenas ideológicas ou violentas/repressivas” (FON FILHO, 2008, p. 103). O conceito de criminalização que adotamos em nosso trabalho é o definido por Fon Filho, por ter esta definição uma concepção que parte da totalidade, e não de uma visão fragmentada do processo de criminalização, como é no caso de Sauer.

Portanto, a criminalização dos movimentos sociais é o conjunto das formas repressivas que atuam contra esses movimentos, suas lutas e seus militantes, seja no campo estratégico da repressão ideológica de criar no senso comum a imagem de crime às lutas sociais, seja na própria estratégia do esmagamento físico ou da repressão física.

Desse modo, tanto a violência física, as prisões, os despejos, as perseguições, como também o discurso criminalizante criado pela mídia, ou apenas propagandeada por ela, ou ainda o discurso jurídico que trata os militantes sociais como criminosos, inclusive, condenando-os, são partes do mesmo processo de criminalização das lutas sociais, dirigido e organizado pelas classes dominantes e o Estado, em termos gerais, no intuito de manter as estruturas sociais como estão. No caso do campo brasileiro, a necessidade de impedir que se modifique a alta concentração de terra e de poder, e, neste contexto, pela contradição de interesses sociais, o MST torna-se inimigo.

Portanto, criminalização dos movimentos sociais seria: (i) a violência promovida por particulares, em geral, a mando de grandes

proprietários de terra, contra integrantes de movimentos sociais; (ii) são também as ações “públicas” do Estado, em especial da Polícia, do Judiciário e das Forças Armadas; (iii) e ainda a criminalização estritamente ideológica promovida pelas grandes empresas de comunicação (ADISSI, 2011).

IDEOLOGIA E CRIMINALIZAÇÃO

A criminalização do MST é um processo que tem como motor a ideologia. Por esse motivo, definiremos agora esse importante conceito partindo de uma perspectiva marxista. Mas, mesmo no interior do marxismo, existem diferentes atribuições a essa categoria. O conceito que utilizamos em nossa dissertação é o conceito de ideologia definido por Marx e Engels na *Ideologia alemã*: ideologia como ideias da classe dominante, de uma época, que se universalizam através das relações sociais (MARX; ENGELS, 1996). Todas as ações² que fizeram parte do processo de criminalização dos integrantes do MST durante o caso de Pocinhos foram ações conduzidas pela ideologia; por este motivo, buscamos enfrentar o debate teórico sobre esse conceito.

ESTADO E IDEOLOGIA

O processo de criminalização dos movimentos sociais, em especial do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), se apresenta, no nosso ponto de vista, como uma ação articulada entre o Estado e os *aparelhos privados de ideologia*, em termos grams-

² Referimo-nos às ações dos proprietários e seus capangas, da polícia, do Poder Judiciário e da mídia.

cianos, hoje, em especial, a mídia. O que interliga essas duas esferas? O que tem em comum o Estado com a mídia não é a neutralidade, como o pensamento liberal afirma. Entendemos que, numa sociedade de classes, não existe um Estado neutro e uma mídia neutra. Todas essas instituições, o Estado, a mídia e outros aparelhos privados de ideologia, estão imersas numa sociedade de classes e cumprem, cada uma, papéis importantes na estrutura de poder das classes dominantes para manter e reproduzir a dita sociedade.

Trabalhamos com o conceito de Estado ampliado em Gramsci, entendendo o Estado como a coerção amalgamada pelo consenso. Para Gramsci, o Estado coerção - ou Estado no sentido estrito - é a parte burocrática, militar e judiciária do Estado. Louis Althusser diria que é a parte que age mais predominantemente pela violência, denominando de *aparelho repressivo de estado* (ALTHUSSER, 1985). Já a definição gramsciana de Estado ampliado, incorporando a definição de estados como mecanismos consensuais, age através dos *aparelhos privados de hegemonia*. Althusser chamará os aparelhos privados de ideologia de *aparelhos ideológicos de estado*. Para ele, nesses aparelhos predominaria a ação ideológica sobre a ação coercitiva, o que Gramsci denominaria de elementos consensuais da dominação burguesa.

Portanto, o Estado, na forma de aparelhos privados de ideologia, e o Estado em sentido estrito (Estado\coerção) são ambas partes de um único Estado, como compreende o autor italiano, na sua forma ampliada de percepção sobre Estado. Seguindo as percepções gramscianas de Estado ampliado, o Estado, em sentido estrito, é parte da *sociedade política*, e os aparelhos privados de ideologia formam parte da *sociedade civil*. Perguntamos, então: como essas duas esferas se ligam e como não se desagregam? Não

teria uma linha rígida que os fazem permanecer ligados, mesmo que em determinados momentos pareçam separados e contraditórios? Essa linha que os mantém ligados, para nós, esse certo equilíbrio entre eles, é a ideologia, e sua maior ou menor capacidade de interferência na sociedade de um modo geral. Gramsci chamaria essa capacidade da ideologia de se universalizar e manter a sociedade civil e a sociedade política coesas, em um único Estado, o Estado ampliado, num conceito caro para sua teoria: a hegemonia.

Referir-nos-emos mais ao conceito de ideologia, por ser ela a substância da hegemonia, o seu conteúdo subjetivo. A ideologia é também a mesma linha responsável em ligar a estrutura da sociedade, suas bases materiais de produção, suas relações de produção, as forças produtivas de um determinado momento histórico, com a superestrutura política, jurídica e ideológica, a dimensão cultural e subjetiva. Seria, portanto, a ideologia a responsável, segundo Gramsci, pelo vínculo orgânico entre a estrutura e superestrutura. Para esse autor, quem encarna essa função de manifestar a ideologia e manter ligadas estrutura e superestrutura, formando o que ele chama de *bloco histórico*, é uma camada específica da sociedade: a dos intelectuais. Entendidos num sentido amplo, eles são os *funcionários da superestrutura* vigente, fortalecendo o bloco histórico dominante. Por exemplo, na Itália, no caso que estudava Gramsci, os intelectuais orgânicos ou pertenciam ao bloco burguês-liberal, ou a um novo bloco histórico que estava se constituindo, o operário-camponês, que poderia, em um momento de crise orgânica, substituir o bloco histórico anterior (GRAMSCI, 2010).

Essas concepções nos fazem entender o porquê de as ações de criminalização dos movimentos sociais se darem de forma similar, ou até idênticas, em diferentes casos de criminalização em

diferentes partes do país, aparentemente, de forma espontânea. A essência dessa certa homogeneização nas formas de criminalizar os movimentos sociais, seria, justamente, a ideologia materializada na camada dos *intelectuais orgânicos*³, como juízes, delegados, policiais, jornalistas, professores, entre outros.

Adotamos a concepção marxista do conceito de ideologia, entendendo as ideias de uma época como as ideias de sua classe dominante. Mas devemos ampliar a discussão sobre essa definição, já que, mesmo dentro desta corrente teórica, é possível encontrar várias e diferentes interpretações a respeito dessa categoria.

IDEOLOGIA, UM CONCEITO MARXISTA

Para Karl Marx e Friedrich Engels, a ideologia não é só um produto de indivíduos, mas de uma classe social que, em determinado momento histórico, é dominante diante das demais classes, e ainda mais, essa ideologia, ou essas ideias, correspondem às estruturas dessa sociedade, no caso do capitalismo, da sociedade burguesa. Para esses dois autores comunistas, a ideologia, além de ser as ideias da classe dominante, é um conjunto de ideias que tem como objetivo garantir a reprodução da própria sociedade de classes para conservar sua dominação diante das classes exploradas. A ideologia e seus ideólogos seriam produtos também da divisão do trabalho entre manual, material, intelectual e espiritual, própria deste tipo de sociedade. A ideologia serviria, então, para dominação que, através

³ Por intelectuais orgânicos Gramsci entende a camada dos intelectuais ligados politicamente e estruturalmente a classe dominante de cada época, se diferenciando, por exemplo, dos intelectuais tradicionais, que seriam ligadas as classes dominantes anteriores.

do “falseamento” das compreensões sobre a realidade, conservaria o *status quo* da burguesia e de seus aliados (MARX; ENGELS, 1996).

Ideologia para Marx, como afirmamos acima, é então um conjunto de ideias da classe dominante, que, no interior de uma sociedade cuja base é a dominação de classe, transforma ideias particulares, de uma classe ou uma fração de classe, em ideias universais, um interesse particular em um interesse geral, sendo isso o que Gramsci denomina de hegemonia. Segundo Mauro Iasi, para Marx, ideologia é também velamento da realidade, naturalização das relações de dominação e sua justificação (IASI, 2007). Por exemplo, ao tornar as ideias dos latifundiários como ideias gerais na sociedade, inclusive do próprio povo oprimido por eles, estas ideias particulares se universalizam, agindo de forma a naturalizar as relações sociais desiguais no campo e velando a realidade. Para Marx, essas ideias não são apenas ideias, são ideologia. Ideias seriam todas as formas do pensar, e ideologia é um tipo específico de ideias, como vínhamos dizendo, as ideias particulares de uma determinada classe no poder, que se tornam gerais.

Buscamos o conceito de ideologia em Marx e Engels no sentido empregado pelos autores no encadeamento da totalidade de sua obra. Este trabalho rejeita as concepções, como as que muitas vezes se observam em alguns estudos sobre ideologia, que apresentam um recorte desagregador do conceito, através da extração de linhas de afirmação feitas por Marx e Engels, mas que, em muitos casos, por serem extraídas e deslocadas da totalidade do pensamento desses autores, perdem o sentido dado por eles. Esses estudos (EAGLETON, 1997; WILLIAMS, 2003), em geral, de maneira simplista, afirmam que a ideologia, para Marx, é apenas o de falsa consciência. Assim, tomando alguns elementos da crítica

de Edward P. Thompson ao estruturalismo de Louis Althusser e ao stalinismo da Terceira Internacional, depois da morte de Vladimir Ilitch Lenin, consideramos que isso não é suficiente para entender a complexidade do conceito.

Por exemplo, as afirmações feitas nos parágrafos acima só são coerentes para a teoria de Marx se levarmos em consideração todos os seus pressupostos analíticos sobre o funcionamento da sociedade capitalista.

O conceito de ideologia não está dissociado do conceito de divisão social do trabalho, alienação, fetichismo, mercadoria, classe social, luta de classe, estrutura, superestrutura. De modo que o conceito de ideologia, na obra de Marx, cumpre um papel revelador e articulador com o todo da sua teoria. Por isso, acreditamos ser importante recuperar tal conceito não abstratamente, senão na perspectiva de nosso objeto de estudo, para entender a criminalização como um processo complexo realizado pelo Estado e por parte da sociedade civil.

É preciso recuperar o conceito de ideologia em Marx, recuperando também o entendimento que tem o autor sobre a consciência humana, pois, muitas vezes, o conceito de consciência humana é igualado à ideologia e o de ideologia à consciência humana. Essa percepção alarga o conceito de ideologia, sendo esta um conjunto de ideias, e reduz o conceito de consciência ao de ideologia.

IDEOLOGIA NA IDEOLOGIA ALEMÃ DE MARX E ENGELS

Engels e Marx trabalham o tema da consciência especialmente em *A Ideologia Alemã* (AIA), travando um debate, principal-

mente, com os neohegelianos. Essa importante obra foi publicada pela primeira vez e apenas uma parte da obra, em 1932; e entre os anos de 1962 e 1966, foram sendo publicadas versões mais completas. Como é uma obra de 1845, incompleta, que só foi conhecida pela sociedade e, em especial, pelos revolucionários, quase um século depois de ter sido escrita, muitos marxistas, como Gramsci, Lenin, Rosa Luxemburgo e Leon Trotski, entre outros, não tiveram contato com AIA. Para Iasi, deve-se, por esse motivo, o uso por esses marxistas do conceito de ideologia como conjunto de ideias (IASI, 2007, p. 83).

Em AIA, os autores tratam a consciência de duas formas: em determinados momentos se referem de forma geral, independentemente do tempo histórico; e, em outros, se dedicam exclusivamente à formação da consciência humana na sociedade moderna capitalista. Os autores se referem, de modo geral, às consciências como fruto do social, das relações sociais estabelecidas entre indivíduos e natureza, e entre indivíduos e indivíduos. Dirão Marx e Engels, “a consciência é desde o início um produto social, e continuará sendo enquanto existirem homens, (...) naturalmente, antes de mais nada, mera consciência do meio sensível mais próximo” (MARX; ENGELS, 1996, p. 43).

Os tipos de relações sociais entre a humanidade e a natureza, e também os seres humanos entre si, são determinados pelo tipo de sociedade de cada época. A consciência é vista como algo de fora, que se interioriza nos indivíduos, como uma realidade exterior interiorizada nas mentes, formada inicialmente pelas relações imediatas que cada indivíduo estabelece entre ele e outros indivíduos e entre eles e a natureza. Mas, veremos adiante, que, para Marx, a consciência não é simples reflexo da realidade.

Outro aspecto importante é que, para Marx, a consciência se modifica de acordo com as mudanças sócio-históricas. E será com a divisão social do trabalho que a humanidade adquirirá uma consciência para além de uma consciência *instintiva*⁴.

(...) há uma divisão entre o trabalho material e o espiritual. A partir desse momento, a consciência pode realmente imaginar ser algo diferente da consciência da práxis existente, representar realmente algo sem representar algo real; desde este instante, a consciência está em condições para emancipar-se do mundo e entregar-se à criação da teoria, da teologia, da filosofia, da moral, etc., “puras”. (MARX; ENGELS. 1996, p. 45).

Para Marx, foi essa divisão entre trabalho material e trabalho espiritual que permitiu que os filósofos idealistas chegassem às conclusões a respeito da história e suas transformações, acreditando que o movimento estaria, justamente, na capacidade das ideias se moverem e moverem, por sua vez, toda a realidade.

A divisão do trabalho (em material e espiritual) gera contradições permanentes com as relações existentes na sociedade, “e isso só pode acontecer porque as relações sociais existentes se encontram em contradição com as forças de produção existente” (MARX; ENGELS, 1996, p. 45). As relações sociais na sociedade moderna capitalista, que tem como base o modo como essa sociedade produz os meios para sua sobrevivência, compõem, para o pensamento marxista, uma unidade contraditória, geradora de tensões permanentes. E é justamente tal contradição que é capaz de mover as transformações do social e modificar essas relações “sociais” e “produtivas”.

⁴ Baseada nas sensações físicas do imediato, da superfície das coisas.

É nesse ambiente contraditório que as consciências na sociedade moderna capitalista se forjam. Por isso que, para Marx, a consciência humana não pode ser vista como algo estático, e só é possível entender a formação das consciências humanas na sociedade capitalista se vista em movimento. Por isso, como assinala Mauro Iasi, a consciência é *processo de consciência* e não apenas consciência. No pensamento marxista, o movimento da consciência é parte do próprio movimento histórico da humanidade, que tem como mola impulsionadora, ou como motor, para usar as palavras do próprio Marx, a luta de classes.

Mas estão presentes em AIA, como vimos, a divisão do trabalho e a questão da propriedade privada (que para eles “são expressões idênticas”). Com a propriedade privada - seja da força de trabalho ou do fruto desse trabalho -, transforma-se o trabalho e o fruto do trabalho em algo estranho aos próprios homens e mulheres produtores. Essa relação social gera o que, para Marx, é *alienação*.

A alienação do trabalho, que se sustenta na contradição entre produção coletiva (trabalho social) e apropriação privada dos frutos desse trabalho, torna as relações sociais estranhas a homens e mulheres. No processo do trabalho, que é o próprio processo de existência humana, a humanidade produtora de bens, não se reconhece aquilo que suas próprias mãos produziram, e independente *do querer e do agir* dos homens, esses bens (mercadoria) criam vida e destinos próprios, expropriando seus produtores de seu próprio querer e agir. Alienado o trabalho, alienam-se as relações de produção e também as demais relações sociais, segundo Marx.

Como dissemos, a base dessa alienação social é a divisão do trabalho, que agrupa indivíduos entre produtores, cuja única propriedade privada é sua capacidade de trabalho, e indivíduos donos

dos meios de produção e compradores de força de trabalho. Para Marx, a esses agrupamentos, chama de *classe*, a que se constrói na ação política. A classe possuidora de meios de produção, a classe dominante, no capitalismo, é também possuidora dos meios produtivos espirituais. Desse modo, Marx e Engels afirmam no *Manifesto comunista*, que ficou muito conhecido, “as ideias dominantes de uma época sempre foram as ideias da classe dominante” (MARX; ENGELS, 1993). Essas ideias dominantes são, para Marx, *ideologia*, como define, neste trecho abaixo, mesmo sem utilizar a palavra:

As ideias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, concebidas como ideias; portanto, a expressão das relações que tornam uma classe a classe dominante; portanto as ideias de sua dominação. (...) na medida que dominam como classe e determinam todo um âmbito de uma época histórica, é evidente que a façam em toda sua extensão e, conseqüentemente, entre outras coisas, dominem também como pensadores, como produtores de ideias; que regulem a produção e a distribuição das ideias de seu tempo e que suas ideias sejam, por isso mesmo, as ideias dominantes da época. (MARX; ENGELS, 1996, p. 72).

CONSCIÊNCIA E IDEOLOGIA

Assim, Marx faz uma separação ou uma caracterização diferenciada entre consciência e ideologia. Toda ideologia é uma forma de consciência, mas nem toda consciência é uma ideologia, pois ideologia são as ideias da classe dominante que justificam, velam, explicam as relações de dominação no interior da sociedade. Já a consciência humana, que pode se manifestar apenas como ideo-

logia, pode ser uma consciência emancipada ou em emancipação, em relação à ideologia.

É deste modo que, para Marx, a sociedade de classes e a dominação de uma classe (portadora dos meios de produção) sobre outra (totalmente expropriada de todos os meios de produção) gera determinadas formas de consciência, “naturalmente” formadas no contato imediato com as coisas e entre os indivíduos. É no interior dessas relações de dominação, que são em sua essência contraditórias e, por vezes, antagônicas, que as consciências dos homens e mulheres se movimentam. Deste modo, como a estrutura social está em movimento, as consciências também estão. E é nesse movimento dialético e contraditório, da própria luta entre as classes, que as consciências se modificam e se diferenciam, na prática, tendo a classe oprimida a possibilidade de se emancipar das ideias dominantes, adquirindo uma forma específica de consciência, a saber: a consciência de classe.

Quando trabalhadores sem-terra se organizam na luta pela reforma agrária, eles agem contra as ideias dominantes, que condenam tal ação; e eles lutam, também, no campo da consciência, em suas próprias consciências e na consciência coletiva da sociedade, o que podemos chamar, em termos gramscianos, de luta contra-hegemônica.

Em resumo, para Marx, a consciência não é simples reflexo da materialidade externa desenhada nas mentes humanas. Ela pode ser, em uma determinada forma, fruto de contatos imediatos com a realidade, contato com um concreto aparente, limitado, uma parte do todo, um fragmento de um todo processual presente nas relações entre indivíduo e objetos, e nas relações estabelecidas entre os próprios indivíduos. Mas pode ganhar novas formas no processo social,

ao chocar-se com contradições estabelecidas pela própria lógica social do capitalismo. Tal choque é, ao mesmo tempo, entre as classes, na forma concreta da luta entre as classes; e na forma não material, as consciências no choque com a ideologia. Assim, percebe-se a não correspondência entre as representações sociais que os indivíduos interiorizam (que pode ser a consciência dominada pela ideologia) e as estruturas da sociedade, gerando novas formas de consciência.

A consciência humana construída socialmente é, em geral, a forma da ideologia que se expressa na sociedade capitalista, mas, como vimos, a consciência não é estática, e pode, mesmo dentro da dominação, se metamorfosear em outras formas de consciência, inclusive na forma de consciência de classe, existindo, dessa maneira, duas formas de consciência, a saber: a da classe dominante, ideologia; e a da classe dominada, a consciência que pode ser idêntica a ideologia, ou uma consciência emancipatória, ou emancipação. Efetivamente, essas formas de consciências não são estanques: estando ambas em movimento, adquirem formas processuais, etapas e níveis, e, inclusive, dificilmente se apresentam em forma totalmente pura, nem como ideologia, nem como consciência de classe, pelo menos enquanto a sociedade de classes existir.

Diferentemente de algumas interpretações, o conceito de ideologia em Marx não é só de *falsa consciência*. E, principalmente, não são ideias apenas produzidas pela burguesia, mas produzidas pela forma burguesa de sociedade. O conceito de ideologia em Marx não se desvincula, de modo algum, de três elementos básicos, segundo Iasi:

Ideologia pressupõe uma relação de dominação, uma relação na qual a classe dominante expressa essa dominação em um conjunto de ideias; ideo-

logia pressupõe inversão, velamento da realidade, naturalização das relações de dominação, e daí sua justificação; ideologia pressupõe, finalmente, a apresentação de ideias e concepções de mundo particulares como sendo universais. (IASI, 2007, p. 81).

Essa diferenciação entre consciência e ideologia que buscamos, através do resgate da ideologia alemã de Marx e Engels, e com a contribuição de Iasi, nos ajuda a compreender a ação da mídia, do Estado e da Justiça, bem como a ação dos trabalhadores rurais sem-terra de resistir e lutar pela reforma agrária.

O LUGAR DA IDEOLOGIA, SUA MATERIALIDADE

No entanto, neste momento, nos interessa estudar a ideologia e o local que ela materializa na sociedade burguesa. A ideologia, para Louis Althusser (1985), tem um lugar, ou lugares, que se manifestam na sociedade, os quais seriam o que ele chama de Aparelho Ideológico de Estado (AIE). Ele diferencia os AIE dos Aparelhos (repressivos) de Estado (ARE), no caso, este último, seria o governo, a administração, os tribunais, a prisão, a polícia, o exército, entre outros que funcionam através da violência.

Denomina, então, Althusser, quanto aos AIE, como sendo “um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sobre a forma de instituições distintas e especializadas” (ALTHUSSER, 1985, p. 68).

Manifestando-se e se mostrando na sociedade através dos AIE, a ideologia teria endereço certo, um local de morada. Seriam

eles: AIE religiosos, escolar, familiar, jurídico, político, sindical, de informação e cultural. Através dessas instituições, a ideologia se manifesta e se torna socialmente reconhecível.

Além dos ARE se diferenciarem dos AIE pela sua ação e função punitiva (seja com o uso da violência física ou não), se diferem também por serem de domínio público, e por os AIE serem, na maioria, de origem privada. Mas o autor insiste que a principal diferença entre os dois tipos de aparelhos ideológicos é: um funciona (o repressivo) através, principalmente, da violência; enquanto o outro, através da ideologia (AIE). Mesmo classificando deste modo, ele ressalva que tanto um como outro agem através da ideologia e também da violência, mas em um determinado tipo de aparelho ideológico predomina uma ou outra forma de agir.

Antônio Gramsci, que, inclusive, é anterior a Althusser e influencia muito este filósofo, apesar das críticas feitas por ele ao autor italiano, utiliza o conceito de *Aparelhos Privados de Hegemonia* e o de *Estado/coerção*. Em Gramsci, o Estado seria o local da ideologia, sendo ele dividido em *sociedade política* (*Estado-coerção*: monopólio da força, poderíamos dizer) e *sociedade civil*, na qual a ideologia se manifesta e/ou é elaborada através de seus *aparelhos privados de hegemonia*, como a igreja, a escola, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, os meios de comunicação de massa, etc.

Aqui há uma aproximação entre Gramsci e Althusser, mas as definições não são idênticas (*Aparelhos Privados de Hegemonia*/ *Aparelhos Ideológicos de Estado*; e *Aparelho Repressivo de Estado*/ *Estado-coerção*). Para Coutinho (1992), Althusser deforma as concepções de Gramsci ao dizer que seu conceito de Estado recupera a distinção burguesa entre sociedade civil e sociedade política, por

se fundar na concepção burguesa de divisão entre público e privado, mas, para o comentador de Gramsci, os aparelhos privados de hegemonia são privados por serem de participação voluntária, “organismos de participação política aos quais se adere voluntariamente (e, por isso, “privados”), e que não se caracterizam pelo uso da repressão” (COUTINHO, 1992, p. 76).

Não nos aprofundaremos neste tema, mas, assim pensamos, na teoria althusseriana, é interessante a compreensão do local no qual a ideologia se manifesta na sociedade capitalista: nos *Aparelhos Ideológicos do Estado*. É dessa forma que se materializa a ideologia, através dos rituais, e como essa materialização transforma indivíduos em sujeitos. Mas discordamos do modo como Althusser engessa sua teoria, deixando-a anti-dialética, tornando a ideologia, e sua dominação, uma força intransponível.

Já Gramsci dava extrema importância ao conceito de hegemonia, ao poder de dominação material e ideológica da classe dominante, porém, comparado com Althusser, relativiza esse conceito com outro, o de contra-hegemonia. Assim, sua visão sobre o poder de transformação dos sujeitos e suas consciências se difere, em muito, da visão do filósofo estruturalista. Para o comunista italiano, os sujeitos e suas consciências se movem de acordo com suas vivências, práticas e teóricas, no interior da luta de classes. Em Gramsci, ele apreende ideologia em movimento, no interior da luta de classe. O campo da luta das ideias é muito valorizado e deve ser enfrentado, não de fora para dentro, mas partindo das contradições internas a elas. O ideológico não está descolado das estruturas, mas preserva certa autonomia, mesmo que caminhando juntos. De modo que é possível ir construindo contra-hegemonia por dentro da hegemonia, um novo *bloco histórico* se levanta dentro do velho, e assim é possível fazer contra ideologia diante da ideologia.

Com os devidos destaques, mesmo que em alguns momentos possamos usar Althusser na compreensão dos aparelhos ideológicos de Estado, pensamos que a leitura de Gramsci, dos aparelhos privados de hegemonia, é mais adequada por conter os movimentos da realidade e da luta dialética entre as classes e não imobiliza a ação dos indivíduos e das classes, como faz Althusser.

O conceito de ideologia, em Gramsci, está intimamente ligado a outro conceito central: o de *hegemonia*. O bloco histórico atual de uma sociedade traz em si o poder da hegemonia diante de outro bloco em formação. A hegemonia seria, para Gramsci (2010), a capacidade que tem esse bloco histórico de legitimar-se e garantir-se no poder através do consentimento diante das demais classes. Quando uma determinada classe é capaz de tornar-se classe, não só para si, mas para toda a sociedade, de modo que as suas ideias e modelo de sociedade se tornam universais, significa o mesmo que dizer que tal classe é *hegemônica*. No caso, as ideias da burguesia na sociedade capitalista não são só ideias da burguesia, são ideias particulares de uma classe que se tornam universais e gerais, ou seja, hegemônicas. Tal hegemonia na sociedade capitalista se faz pela exploração e dominação, seja pela violência, seja pelo consenso. Essa hegemonia, como vimos acima, se faz sobre bases parciais da realidade, e das “falácias”, e não da relação “objetiva”. Estaria, então, a ideologia mediando essa relação entre o bloco histórico e sua hegemonia social.

A ideologia age como hegemonia social e, no processo de criminalização dos movimentos sociais, conta com as instituições especializadas da superestrutura política e ideológica: os aparelhos de hegemonia e o Estado-coerção, sendo eles a justiça, as polícias e a administração pública; e na sociedade civil, a mídia e as orga-

nizações de classe, como é o caso da UDR⁵ (União Democrática Ruralista), entidade de classe dos latifundiários, e na Paraíba, o Grupo da Várzea⁶.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E SUA SUBSTÂNCIA, A IDEOLOGIA

O processo de criminalização que viveu os integrantes do MST durante o caso de Pocinhos, como vimos, tem como sujeitos ativos a ação violenta extralegal dos proprietários, executada por forças paramilitares; a ação das polícias Militar e Civil; a decorrente criminalização feita pelo Ministério Público e Fórum de Justiça de Pocinhos; e, por fim, a cobertura jornalística criminalizante feita pelas empresas de comunicação local.

Verificamos, neste processo, que os profissionais da justiça e da mídia, embutidos de pré-valorizações sobre o MST e seus integrantes, conservam as versões da polícia e dos proprietários. Não consideram as muitas contestações sobre a versão policial e não dão atenção ao fato de que a versão não se sustenta com provas.

No processo de criminalização, seja social ou principalmente político, os criminosos parecem estar definidos antes mes-

5 A União Democrática Ruralista (UDR) foi fundada em 1985 na cidade de Goiânia (GO), por ruralistas e usineiros, com o intuito de defender a propriedade privada e pressionar o Estado por políticas que os beneficiassem. A UDR tem representantes no Congresso Nacional e na Câmara dos Deputados, bancada que ficou conhecida como bancada ruralista. São muitas as denúncias dos movimentos sociais sobre a violência no campo organizadas pela UDR.

6 O Grupo da Várzea foi como ficou conhecida a organização entre as duas maiores oligarquias do litoral paraibano, Veloso Borges e Ribeiro Coutinho, ambas proprietárias de grandes extensões de terra desocupada e produtoras de cana de açúcar (MOREIRA; TARGINO, 1997).

mo de serem acusados. Neste caso, as vítimas, torturadas e quase assassinadas, são transformadas em réus rapidamente, e quase sem contestação, uma ação ilegal é transformada em ação legal: a justiça e a legalidade de uma causa são transformadas em crime.

É no campo do invisível, o campo da ideologia, que as definições e os argumentos vão sendo visivelmente concretizados em ações penais, discursos e violências contra os ativistas da luta pela terra. Desse modo, a articulação entre latifundiários e polícias, Ministério Público e Fórum de Justiça de Pocinhos, e os meios de comunicação, se tornam visíveis. As ações “apartadas” passam a ser um conjunto que se complementam, unidas pela ideologia, transformada em ações políticas no campo jurídico e na ação privada dos latifundiários.

Essa articulação entre os sujeitos da criminalização é (in)visível, quer dizer, visível e invisível, pois pode ou não ser vista. Se vista através da ideologia, ela será invisível; se vista para além dela, ela será visivelmente concreta. Ela é, também, (in)visível porque é a própria forma da ideologia, ao mesmo tempo que falsa, concreta, ao mesmo tempo que lacunar, completa; e, ao mesmo tempo que particular, universal. Assim, como a ideologia, é também o processo de criminalização do MST.

REFERÊNCIAS

ADISSI, P. *Estado, mídia e criminalização do MST: Um estudo a partir do caso de Pocinhos-PB*. 23/08/2011. 261f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande. 2011.

ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de estado*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

COUTINHO, C. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

EAGLETON, T. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Editora Boitempo, 1997.

FILHO, A; FRIGO, D. A luta por direitos e a criminalização dos movimentos sociais: a qual Estado de Direito serve o sistema de justiça? *Conflitos no Campo 2009*. Goiás: Editora Expressão Popular, 2010.

FON FILHO, A. Criminalização dos movimentos sociais: democracia e repressão dos direitos humanos. In: BUHL, Katrin; KOROL, Claudia (Orgs.). *Criminalização dos protestos e movimentos sociais*. São Paulo: 2008.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo*. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

IASI, M. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. Editora Expressão Popular: São Paulo, 2007.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã, (I Feuerbach)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

MOREIRA, E.; TARGINO, I. *Capítulo de geografia agrária da Paraíba*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.

SAUER, S. *Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

WILLIAMS, R. *Palavra chave: um vocabulário de La cultura y sociedad*. Buenos Aires: Nueva Vision, 2003.

10

LOS DESAFÍOS DE LA IZQUIERDA CLASISTA EN LA ARGENTINA

Christian Castillo¹

El gobierno de Nestor Kirchner, presidente na Argentina (2003-2007), se vio favorecido por un fuerte ciclo de crecimiento económico con tasas de crecimiento anual que fueron entre 8 y 9 %. El gobierno se vangloriaba de cifras con reservas récord, que habían superado los 40.000 millones de dólares. Cristina Fernández de Kirchner, afirma que en todos sus viajes al exterior no dejaban de suministrarle elogios por lo que ella denomina el “nuevo modelo argentino”.

Pero ¿qué hubo verdaderamente de nuevo?

En su momento, utilizamos la definición de “neoliberalismo del 3 a 1” sobre el esquema económico kirchnerista para resaltar que el crecimiento de esos años se había desarrollado manteniendo lo esencial de la “obra neoliberal” (privatizaciones, flexibilización laboral, desregulación financiera, mayor dominio de la economía nacional por parte del capital imperialista) y no mediante su reversión. En particular, tanto las patronales como el gobierno buscaron

¹ Professor de Sociologia na Universidade de Buenos Aires e de Economia na Universidade Nacional de la Plata, pesquisador do Instituto do Pensamento Socialista (IPS) – Karl Marx na Argentina, deputado estadual em Buenos Aires (mandado concluído) e dirigente do Partido de Trabajadores Socialistas (PTS).

mantener las condiciones impuestas de precarización laboral y el aumento de la tasa de explotación, resultado tanto de las políticas “noventistas” como de la devaluación posterior. La continuidad de estos elementos del “neoliberalismo de los ‘90” se ha combinado, a su vez, con elementos particulares que hacen a la especificidad del esquema de acumulación que se desarrolló en ese período.

Es que, a diferencia de los ‘90, el elemento dinamizador de la economía no estuvo dado por la entrada de capitales para quedarse con la suculenta porción de las privatizaciones, sino por la combinación de tres factores: los ingresos extraordinarios por el alza del precio de las materias primas en el mercado mundial, el aumento de la tasa de explotación que implicó la devaluación y la “protección” de la competencia extranjera que implica el tipo de cambio.

Cuestiones, estas dos últimas, fundamentales para explicar no solo las superganancias obtenidas por los sectores capitalistas más concentrados sino también el renacer de sectores de la burguesía no monopolista desarrollados a su vera. Las principales inversiones del sector privado se explicaron fundamentalmente por la compra de empresas (entre ellas varias “multilatinas” que se quedaron con firmas antes pertenecientes a capitalistas locales) o por la ampliación o modernización de plantas ya existentes (como ocurrió con la industria automotriz, el complejo agroindustrial o la siderurgia).

A su vez, la monumental entrada de divisas, producto del aumento de la renta diferencial agraria (y, en menor parte, petrolera, gasífera y minera), permitió conjugar altas ganancias para los distintos grupos capitalistas vinculados al campo con una abultada “caja” estatal y una redistribución parcial, mediante mecanismos diversos, de las divisas obtenidas de las exportaciones agrarias hacia la industria, la cual había tenido un resurgimiento importante

después de sufrir una caída constante en su participación relativa en el conjunto de la economía entre 1976 y el 2002.

Esta recuperación, sin embargo, por haber estado basada en bajos salarios para la gran mayoría de la población y sobre el mantenimiento de índices de pobreza superiores a la media de los ‘90, llegó sólo a superar algo los niveles pre-crisis, anteriores al comienzo de la recesión de 1998, no admitiendo comparación con lo ocurrido durante el llamado ciclo de “sustitución de importaciones”, iniciado desde mediados de los años ‘30 y continuado durante los dos primeros gobiernos peronistas.

En realidad, el esquema que se ha expresado en esos años foi un híbrido si lo comparamos con otros tres ciclos de crecimiento vividos por la economía argentina durante el siglo XX: el del “modelo agroexportador”, el del primer ciclo de “sustitución de importaciones” y el “desarrollista”. De todos ellos el kirchnerista tuvo algo: la fuerte entrada de divisas producto de las exportaciones, del primero; la subvención al capital industrial, del segundo; el predominio del capital imperialista en la economía nacional, del tercero. Y agregó también una peculiaridad, característica, entre otras, de la política económica de la dictadura militar, que fueron los negocios con la obra pública, del cual los escándalos de corrupción revelados con el caso Skan-ska no son más que una muestra del regreso de la entonces llamada “patria contratista”, donde los grupos económicos se asocian con el poder político para hacer jugosos negociados.

Como vemos, el capitalismo argentino foi fecundo en favorecer ganancias extraordinarias a cambio de distintas formas de asociación ilícita entre grupos empresarios y el poder político. Ayer nomás con los pagos de servicios por los negocios de las privatiza-

ciones; después, mediante la obtención de todo tipo de subsidios o contratos para la obra pública.

Si ahora relacionamos el esquema de acumulación actual con la situación de otros países latinoamericanos, vemos que lo que ocurrió en nuestro país fue parte de tendencias más generales que, con variantes, se expresaron en la región, a partir de las características que había tenido el crecimiento de esos años, donde el elemento más dinámico estuvo dado por el aumento de los precios de los productos exportables de la región.

En ese marco el esquema argentino apareció como intermedio entre la situación de Brasil, donde continuó el predominio claro de la misma fracción del capital financiero que dominaba bajo Fernando Henrique Cardoso, y los de Venezuela y Bolivia, donde, aún manteniéndose en importante escala la presencia del capital imperialista en las áreas estratégicas de la economía, existió una mayor captación por parte del Estado de las rentas gasífera y petrolera. Al disponer de mayores recursos, va de suyo que aumenta la capacidad de los Estados para arbitrar a favor de los negocios de los distintos grupos capitalistas; por ejemplo, decidiendo a quién otorga los contratos de obra pública o dando distintos tipos de subsidios directos o indirectos. Una situación que, a su vez, produjo también un renacer de los negocios especulativos a partir del alza de los valores de los bonos públicos emitidos por los diversos Estados, como el argentino en su momento.

En nuestro país, el gobierno de Kirchner sólo ha puesto parches al esquema de privatización de los '90, del cual se ha mantenido lo esencial, tomando el control de aquellas áreas que ya no eran negocio para las empresas concesionarias (como el correo oficial o la red de agua en la Capital y provincia de Buenos Aires).

En el caso del gas y el petróleo no sólo ha permitido que el oligopolio que controla los distintos segmentos de su explotación (conformado por Repsol-YPF, Petrobras, Pan American Energy, Techint, y un puñado más de empresas) continúen acaparando la renta de recursos no renovables, sino que en provincias como Chubut ha otorgado licencias para los yacimientos por otros cuarenta años.

Para tomar un ejemplo de lo desastroso que ha resultado esta política para el pueblo trabajador, basta señalar que mientras alrededor de 14 millones de habitantes no tiene acceso a la red de gas natural y tiene que abastecerse por medio de garrafas, los nueve gasoductos construidos desde la privatización de Gas del Estado han tenido como fin permitir la exportación gasífera. Se calcula que las actuales reservas de gas alcanzan sólo para 8,6 años cuando previo a la privatización llegaban a los 35. Lo mismo ocurría con el petróleo, cuyas reservas, si no se encuentran nuevos yacimientos, se agotarían en 8 años.

Una crisis similar, fue provocada por las privatizaciones en el sector ferroviario (cuya red durante el menemismo bajó de 35.000 kilómetros de vías a menos de 9.000), cuyos concesionarios obtienen jugosos subsidios a cambio de brindar un pésimo servicio, como expresó la “revuelta de los pasajeros” en la estación Constitución que forzó la rescisión del contrato a la empresa Metropolitana, a cargo de un empresario experto en vaciar empresas como Sergio Taselli.

Es decir que, a pesar de las condiciones favorables de la economía internacional, durante los gobiernos kirchneristas no se han resuelto, sino que se han agravado muchos de los problemas

de infraestructura que resultaron de la nefasta política privatizadora de la década pasada.

LA RECOMPOSICIÓN DEL DOMINIO CAPITALISTA

Durante ese período el conjunto de la burguesía se encontró alineada con los aspectos fundamentales del esquema económico imperante, cuestión que junto con la vuelta al “consumismo” y a posiciones conservadoras y reaccionarias de amplios sectores de las clases medias reafirmó un carácter no revolucionario de la situación política, que nació como desvío de la situación revolucionaria que vivió el país entre fines de los ‘90 y el 2001-2002, seguida de un año de transición (2003).

En ocasiones anteriores hemos explicado cómo la fracción devaluacionista de la burguesía fue quien impuso durante el gobierno de Duhalde una salida de la crisis favorable a sus intereses, descargando una fuerte devaluación sobre los hombros del pueblo trabajador y logrando la pesificación de las deudas. A su vez, el cambio de tendencia de la economía internacional, con un aumento de los precios de las materias primas, favoreció ya en abril de 2002 el comienzo de una recuperación económica que continuado durante el gobierno de Néstor Kirchner. En esos primeros meses críticos, cuando proliferaban los Lecop y distintas cuasi monedas emitidas por los Estados provinciales, el gobierno de Duhalde, mientras pesificaba los ahorros (faltando a su promesa de que devolvería dólares a quienes habían hecho depósitos en esa moneda) incrementó por diez, con los Planes Jefes y Jefas de Hogar, los subsidios destinados a contener la situación de los sectores más pauperizados que se habían expresado en los saqueos previos a la caída de la De

la Rúa. Estos planes llegaron a contar con más de 2 millones de beneficiarios, de los cuales menos de un 10 % quedó bajo el control de los distintos movimientos de desocupados. A su vez otorgó a los bancos compensaciones multimillonarias y “pateó para adelante” el cobro de los ahorros congelados con el “corralito” y el “corralón”.

A pesar de la descomposición del régimen político y la intensa movilización social expresada por las asambleas populares, grupos de ahorristas, movimientos piqueteros y fábricas recuperadas, Duhalde, pagando el costo de acortar su mandato presidencial luego del asesinato de Darío Santillán y Maximiliano Kosteki, pudo ir desactivando la situación objetivamente revolucionaria a la que se enfrentó al comienzo de su gobierno. Contó para ello con la ventaja inestimable que fue en esos meses la ausencia de protagonismo de los sectores ocupados de la clase trabajadora, debido a la combinación del terror a la pérdida del trabajo con el apoyo dado por los dirigentes de la CGT (y más solapadamente de la CTA) a la política devaluatoria. Ya con Kirchner en el poder y la repetición por cuatro años de un crecimiento del PBI a “tasas chinas”, la clase dominante se fue unificando bajo los nuevos lineamientos económicos, y las clases medias fueron consolidando un giro conservador, sobre el que se asentó la reconstrucción del régimen político, inicialmente apoyado en la relegitimación lograda por la figura presidencial.

Durante la mayor parte de su mandato, Kirchner ocupó casi en soledad el escenario político, primero en alianza con Duhalde y luego rompiendo con él, pero incorporando en su variopinta coalición a la gran mayoría del “duhaldismo”. En los últimos meses de su gobierno, un cierto desprestigio del gobierno favoreció el despunte de distintos proyectos de oposición burgueses, ninguno de los cuales expresó en su momento contradicciones antagónicas fundamentales respecto a la política económica en curso.

Macri triunfo en la Ciudad de Buenos Aires, y fue un paso en la construcción de una derecha más “moderna” que, aunque no tuvo chances en las presidenciales inmediatas, apuntalo el proyecto de construir dos grandes coaliciones burguesas (una de centroderecha y otra de centroizquierda), como buscó el propio Kirchner. El otro proyecto de “oposición republicana” impulsado por Elisa Carrió en este período había sufrido un fuerte golpe en la Capital con el tercer puesto obtenido por su aliado, Jorge Telerman, aunque siguió existiendo. Por último, está también la candidatura de Roberto Lavagna, sostenida por sectores anti-kirchneristas del PJ y una parte del radicalismo. Macri acabo hegemonizando la alianza Cambiemos que triunfó en las elecciones presidenciales del año 2015, aliado a la Unión Cívica Radical e a la mencionada Elisa Carrió.

En el momento que estamos analizando lo más probable era la presencia de distintos candidatos patronales opositores enfrentando al oficialismo kirchnerista en las elecciones presidenciales del año 2007. Pero lo cierto es que, aunque la burguesía logró recomponer las condiciones para ejercer su dominación no ha logrado, ante la crisis del radicalismo y el peronismo, conformar un nuevo régimen de partidos. Si bien el reemplazo de los partidos tradicionales por máquinas electorales de ocasión es un fenómeno más general del capitalismo contemporáneo, así como la concentración del poder en los poderes ejecutivos, la ausencia de formaciones políticas más o menos estables es un rasgo que se expresa exacerbadamente en el mapa político argentino, al punto que las alianzas existentes aparecen como meramente circunstanciales y las especulaciones sobre futuras coaliciones entrecruzan los bandos políticos hoy existentes. No era momento por ejemplo para descartar que el mismo Mauricio Macri, que había ganado la primera vuelta de las elecciones

a Jefe de Gobierno con el 45,6 % de los votos, termine aliado en el futuro con sectores que hoy se encuentran alineados con el kirchnerismo.

¿Qué diferencia sustancial puede encontrarse, por ejemplo, entre un Macri y un Scioli, el candidato oficialista a gobernador en la provincia de Buenos Aires? El propio kirchnerismo no es una continuación mecánica del peronismo sino, como lo definió un partidario suyo, una “coalición de gobernantes”, en relación a los gobernadores e intendentes, ya sea de origen peronista, radical u otros, conseguido mediante el control de la abultada “caja estatal”.

Su multifacética coalición es cualquier cosa menos una nueva fuerza orgánica. A su manera, desde una perspectiva socialdemócrata, esta imposibilidad de surgimiento de nuevas organizaciones burguesas con base popular más o menos sólida es señalada por Carlos Gabetta en el editorial de la edición argentina de *Le Monde Diplomatique* de mayo de 2007, cuando señala que:

“El movimiento social desborda al populismo” [una definición del kirchnerismo que no compartimos], ya que éste ante los problemas que plantea hoy el modelo capitalista sufre de la misma impotencia propositiva que liberales y socialdemócratas [...]. Pero el movimiento social también desborda al liberalismo, porque le exige otro tipo de participación democrática y más igualdad, algo que éste ya no es capaz de ofrecer en ningún lugar del mundo”. Igualmente, es lo más probable que el gobierno de Kirchner se imponga en las elecciones presidenciales, y que sus aliados ganen la mayoría de las elecciones provinciales, incluso con varias provincias [como ya vimos en Entre Ríos y Río Negro] donde los principales contendientes se reivindicaban adeptos “K”.

DINÁMICAS DE CLASE CONTRADICTORIAS

Si bien la continuidad del crecimiento económico permitió que se mantengan importantes niveles de apoyo a la gestión presidencial y, como señalamos, triunfo en primera vuelta de la candidata oficialista Cristina Fernández de Kirchner en las elecciones presidenciales, una serie de hechos favorecieron cierto descrédito del gobierno en los últimos dos meses. Entre estos debemos contar la intervención del INDEC –enfrentada por sus trabajadores a pesar de la complicidad de UPCN y la parte de la dirección de la Junta Interna de ATE; el llamado “caso Skanska” –cuyas implicancias no se sabe dónde terminan– y, fundamentalmente, el crecimiento de las protestas obreras, que han abarcado desde las muy importantes huelgas docentes en Neuquén, Salta y Santa Cruz –transformadas en luchas políticas de gran parte de la población contra los gobiernos provinciales, aunque en el caso de Santa Cruz afectando directamente al gobierno nacional–, hasta diversos conflictos, fundamentalmente en la capital Federal y en el Gran Buenos Aires, cuestionando el tope salarial del 16,5% impuesto por el gobierno, las patronales y la burocracia sindical.

Un hecho novedoso es que han emergido luchas con características antiburocráticas en sectores de la clase obrera industrial: las huelgas en Kraft-Terrabusi (una de las plantas más grandes del país, con 3.500 obreros) y FATE (2.500 obreros) en la zona norte de Gran Buenos Aires, o la toma de la textil Mafissa en La Plata. Además, los trabajadores autoconvocados del Correo oficial de casi 20 dependencias, el paro y plan de lucha de los trabajadores del subte, la pelea contra el *lock out* patronal de los trabajadores

del Casino flotante, la huelga de 48 horas de los telefónicos, son algunas de las luchas más relevantes que hemos visto recientemente.

Estas luchas expresaron un cuestionamiento por izquierda de la política gubernamental, un proceso de signo opuesto a las tendencias políticas que han expresado los resultados de las elecciones de la Ciudad de Buenos Aires y Neuquén, por derecha. Estuvimos así frente a una dinámica de clases donde convivieron procesos profundos y progresivos en la clase trabajadora –que no se expresaron políticamente en lo inmediato– con tendencias reaccionarias basadas en las clases medias, que interactúan entre sí y explican los giros bruscos de la situación política (comparemos, por ejemplo, la situación del 9 de abril, el día del paro nacional por el asesinato del trabajador docente Carlos Fuentealba, con menos de dos meses después, el 4 de junio, tras del triunfo de Macri en Capital y del MPN en Neuquén). Esta dinámica, lejos de cerrarse con las elecciones presidenciales de octubre, es probable que se siguió desarrollando, y si al frenarse el crecimiento económico, tuvo saltos más agudos.

LUCHA DE CLASES Y “SINDICALISMO DE BASE”

La mayoría de los conflictos obreros tuvo como característica la presencia de lo que los medios de prensa han llamado un “sindicalismo de base” o “sindicalismo asambleario”; es decir, la dirección por parte de delegados opuestos a las conducciones burocráticas de la CGT y la CTA.

En el periódico *La Verdad Obrera*, antecedente de La izquierda Diario, señalábamos respecto a este proceso:

Hace ya varios años que sectores de la clase trabajadora recurren a la asamblea como instancia soberana para decidir sus medidas de fuerza. El proceso de recuperación de comisiones internas y los cuerpos de delegados tuvo su principal impulso tras la rebelión de diciembre de 2001 y llegó a instancias de coordinación a principios de 2005, en un encuentro nacional llamado por el Cuerpo de Delegados del Subte junto obreros de Zanon y el sindicato de ceramistas de Neuquén. En el 2006 este proceso tuvo un nuevo avance con la lucha de los trabajadores tercerizados y precarizados, como se vio en los petroleros de Las Heras, la gran huelga telefónica de efectivos y trabajadores de las contratistas, de los *call centers*, o del mismo subterráneo. (LVO).

Este proceso, que persistió y se desarrolló, cobró nueva fuerza acicateado por el alza del costo de vida y la voluntad de recobrar las conquistas perdidas en los '90.

En los nuevos conflictos la asamblea sigue siendo la instancia soberana de debate y decisión del conjunto, la militancia del activismo es la garantía para la contundencia de las medidas de fuerza. Pero en algunos casos también aparecen nuevos organismos de representación y de dirección de los trabajadores. Así se vio en el surgimiento de un cuerpo de delegados por escuela de los docentes de Santa Cruz y en el Encuentro de delegados de base junto a municipales y estatales. En el Correo Argentino, los delegados logran superar la dispersión geográfica que les impone su trabajo y nuclearse en un organismo que reúne a los representantes de más de 20 sucursales. Es también el caso de Mafissa, dirigida por una nueva comisión interna combativa. En FATE los obreros le

impusieron a la seccional y a la dirigencia burocrática de la CTA una comisión de 10 representantes votados por sector”.

Y también señalábamos que:

En este fenómeno de la clase trabajadora, en la mayoría de los casos, estuvieron y están al frente militantes de izquierda junto a compañeros independientes. Es una muestra de la pérdida de influencia del peronismo y plantea la posibilidad de construir oposiciones claramente antiburocráticas y antipatronales en las fábricas, en los establecimientos y en los sindicatos que agrupen al activismo, para que puedan dirigirse pacientemente a la base con el objetivo de organizar la lucha contra los planes del gobierno. (LVO).

Aunque mantenía un apoyo mayoritario al gobierno, el movimiento obrero desarrollaba un lento pero continuado proceso de signo inverso al que predominaba en las clases medias. Socialmente ha tenido una fuerte recomposición, con la existencia de alrededor de 3.500.000 nuevos trabajadores de 2002 hasta 2006, pero en condiciones de importante fragmentación interna, y con niveles de precarización que llegaba a casi un 45% del total de los asalariados.

Existió a su vez una importante insatisfacción con la situación salarial, a pesar del papel de contención que juegan las burocracias sindicales, creciendo los sectores que reclaman un mínimo equivalente al costo de la canasta familiar. Según una encuesta realizada entre trabajadores de todo el país:

Un 32% se manifiesta profundamente insatisfecho con su remuneración mientras un 23% se declara insatisfecho. En cambio, sólo un 7% se expresa como altamente satisfecho y un 13% como satisfecho. El 25% restante se manifiesta neutro en

este tema”, mientras que, respecto al trabajo que realizan, los trabajadores que “tienen una valoración negativa de la actividad que desarrollan alcanzan a un 41, [...] exceden en 8 puntos a los que se manifiestan conformes o muy conformes con lo que hacen.

Esta insatisfacción se expresa como creciente bronca con la burocracia sindical, a la cual se responsabiliza por no conseguir mayores aumentos y mejores condiciones de trabajo.

Esto explicó el aumento, de los sectores que salieron a reclamar por aumento salarial a pesar de los acuerdos firmados por los dirigentes colaboracionistas, tanto de la CGT como de la CTA.

Sin embargo, a diferencia de la oleada de huelgas que se dio entre fines de 2004 y comienzos de 2006, las luchas fueron más duras y difíciles, ya que debieron enfrentar la acción conjunta de las patronales, el gobierno y las burocracias sindicales, que se encontraban en una suerte de “pacto social” de hecho.

Las patronales no querían que la clase trabajadora recupere lo perdido en los ‘90 y con la devaluación. Incluso en algunos de estos conflictos ha radicalizado su respuesta recurriendo al método del *lock out* (como en Mafissa y en FATE) y a los despidos para tratar de frenar las demandas de los trabajadores y que los aumentos no superen el 16,5% firmados con los burócratas sindicales.

A su vez, el gobierno nacional y los gobiernos provinciales también han recurrido a medidas de represión (Neuquén, Santa Cruz) o intimidación contra los trabajadores (Mafissa, Correo, Casino flotante).

Esta dureza de los enemigos a enfrentar volvió más imperante la necesidad de una coordinación permanente de los sectores

combativos y la necesidad de dotar a la clase trabajadora de una dirección revolucionaria que no solo esté a la altura de los combates, sino que sea capaz de “moldear” al nuevo activismo para los enfrentamientos políticos de mayor envergadura.

Más estratégicamente, como perspectiva a futuro, desde el Partido de Trabajadores Socialista (PTS) hemos planteado que la combinación entre la acumulación de experiencias de lucha y organización de los últimos años con la recomposición social que ha vivido la clase trabajadora durante la recuperación económica permitió adelantar la perspectiva de un “auge obrero” en el mediano plazo, una hipótesis estratégica en torno a la cual ordenó la intervención en las luchas. Esta perspectiva no es contradictoria con la definición de la situación como no revolucionaria. Las muy importantes experiencias de lucha y organización desarrolladas en nuestro país, del “santiagazo” en adelante, se continúan procesando en las actuales luchas, donde nuevas camadas de activistas realizan experiencias con resultado de distinto tipo en la lucha de clases –triunfos, derrotas, empates, traiciones, impotencia...–, surgen nuevos delegados, etc., mientras sigue la recomposición social de la clase trabajadora –sin revertirse la fragmentación– y crece la insatisfacción.

Hacia adelante, un salto de la lucha de clases podía verse alentado por dos vías. Por un lado, la necesidad de las patronales de enfrentar una eventual caída de la tasa de ganancia con mayor productividad y menores salarios relativos pudo llevar a que las negociaciones salariales y de condiciones de trabajo sean cada vez más duras y terminen estallando procesos de lucha generalizados contra el gobierno y las empresas, sin que necesariamente exista una crisis económica.

Esto es lo que ocurrió a fines de los '60 (combinado con la existencia de dictaduras en países como la Argentina) con el ciclo que inauguró el Cordobazo. Por otro lado, no podemos descartar que las contradicciones acumuladas en la economía internacional lleven a una nueva recesión y crisis, lo que tendrá repercusiones (aunque no necesariamente inmediatas) en nuestro país, cambiando todo el escenario económico, político y social.

DISPUTA DE ESTRATEGIAS

Los elementos de recomposición sindical y como sujeto de lucha de la clase trabajadora no se habían expresado, hasta ese momento, en el terreno político. Existió una clara vacancia en la representación política de la clase trabajadora, la cual ni ha avanzado en constituirse como sujeto político independiente ni se encuentra expresada por las coaliciones políticas burguesas en danza, más allá de la captura de sus votos en una elección. El Frente de Izquierda y de los Trabajadores (FIT) un frente de independencia política da clase trabajadora ocupará ese importante lugar.

La distancia entre la importante influencia que los militantes de izquierda (entre ellos los del PTS) ejercen en los procesos de lucha y organización de la clase trabajadora –así como en otros procesos de movilización popular– y la limitada influencia política que muestran los débiles resultados electorales de la izquierda dan cuenta de esta inmadurez política todavía predominante en la clase trabajadora. El Frente de Izquierda y de los Trabajadores (FIT) irá revirtiendo esta situación.

En la época kirchnerista, se perfilaban en la izquierda dos estrategias que buscaron superar el actual estado de marginalidad.

Una es el proyecto de “nueva izquierda” que sostiene el MST (Movimiento Socialista de los Trabajadores), apoyado en dejar de lado toda referencia al clasismo y al socialismo para presentar candidatos “independientes” de todo anclaje de clase, y adecuando su lenguaje político al de la centroizquierda. Es decir, una izquierda “potable” para el régimen. Una política que ha llevado al MST a tener políticas completamente conciliadoras en la lucha de clases (como en los conflictos neuquino y santacruceño) y una organización cada vez más vacía de cuadros y militantes a la vez que “abierta” para arribistas de distinto tipo, que lo utilizan como aliado de ocasión en su paso hacia alineamientos con fuerzas burguesas; un rol que tradicionalmente cumplía el Partido Comunista.

Visto más en general, lo del MST es la huida hacia adelante de una corriente que ha abandonado toda intención de arraigarse en la clase obrera para meramente dedicarse a tratar de ocupar algún espacio electoral. Pero ya vimos, con lo ocurrido con Luis Zamora, que la mera obtención de bancas parlamentarias no lleva a ningún lado. Zamora obtuvo un muy alto caudal electoral en dos elecciones consecutivas en la ciudad (2001 y 2003) que le permitieron obtener tres diputados nacionales y ocho legisladores de la ciudad, obteniendo 12,3% en la elección de 2003 a Jefe de Gobierno. Sin embargo, rápidamente su proyecto hizo implosión con la cooptación de varios de sus legisladores por parte del kirchnerismo. Hoy el emprendimiento de Zamora está reducido a su núcleo íntimo.

El Partido Obrero, por su parte, continúa con su auto-proclamación sectaria respecto a las demás fuerzas de la izquierda clasista, cuestión que se combina con distintos planteos que borran toda delimitación política de clase; como la respuesta dada a la

UCR de Santa Cruz de discutir un “programa” ante el planteo de esta de formar un “frente cívico y social”.

POR UN GRAN PARTIDO DE LA CLASE TRABAJADORA

Nosotros venimos sosteniendo un planteo opuesto a la “nueva izquierda” que pregona el MST, tendiente a que la clase trabajadora emerja como un actor político independiente en la escena política nacional: el llamado que hacemos a las fuerzas de la izquierda clasista y a los sectores combativos del movimiento obrero a luchar por construir un gran partido de la clase trabajadora.

Como es sabido, el PTS lucha por poner en pie un verdadero partido revolucionario e internacionalista de la clase obrera. Para esto, venimos llevando adelante una incansable actividad de lucha sindical, política e ideológica, publicando periódicos, revistas, libros, folletos, medios audiovisuales, impulsando instituciones especiales – como el Instituto del Pensamiento Socialista – Karl Marx (IPS-KM) – para difundir nuestras ideas y forjar dirigentes, cuadros y militantes, prestando especial atención a los obreros, con experiencia en la lucha de clases y con la mejor formación política y teórica posible. Sin embargo, la construcción de una organización de este tipo requiere de tácticas adecuadas a las distintas situaciones, máxime en una situación histórica donde la subjetividad de la clase trabajadora, si bien con algunos signos de recomposición, ha sufrido un fuerte retroceso con las derrotas sufridas durante los 25 años de ofensiva neoliberal, incluyendo la restauración capitalista en la ex Unión Soviética, los países de Europa del este y China. Ahora la Red Internacional de Diarios La Izquierda Diario con presencia en

onde países y cinco idiomas impulsados por la Fracción Trotskista – Cuarta Internacional (FT-QI).

Aún en situaciones de alto nivel de subjetividad de la clase obrera, Lenin y Trotsky siempre aconsejaron tácticas diversas para la intervención política de los revolucionarios en el seno del movimiento de masas. Recordemos, en el caso de Lenin, cómo a poco tiempo del triunfo de la Revolución rusa polemiza con los comunistas ingleses, que querían conformar una organización completamente independiente, planteándoles que debían actuar en el seno del Partido Laborista. Trotsky, una vez expulsado de la URSS, no sólo sostuvo durante unos años la política de actuar como fracción pública de la Internacional Comunista – hasta que la ausencia de reacción en su seno ante la catástrofe que significó el ascenso de Hitler al poder favorecido por la política stalinista del “tercer período” lo llevó a abandonar esa táctica– sino que antes y después de la fundación de la IV Internacional planteó una batería de tácticas a sus seguidores en diversos países para tratar de encontrar un camino hacia las masas y escapar al peligro de la degeneración sectaria. Sólo considerando el caso de la organización trotskista norteamericana, ésta, en pocos años, tuvo las siguientes orientaciones políticas: fracción pública del PC entre 1928 y 1933; unificación en el Workers Party con los seguidores del pastor Muste, que habían dirigido las luchas del automóvil en Toledo; entrismo al Partido Socialista estadounidense; fundación en 1938 del SWP (Socialist Workers Party); planteó desde la fundación misma del SWP de impulsar la moción que los sindicatos avancen en la construcción de un Partido de Trabajadores, en el cual los trotskistas lucharían porque tuviese un programa revolucionario.

En la izquierda, así como tuvimos el peligro de políticas oportunistas, sin clara delimitación de clase (que expresa en mayor medida el MST), hay también una miríada interminable de grupos que creen que la construcción de un partido revolucionario surgirá de su propia autoproclamación, sin importarles encontrar un camino real hacia la vanguardia y, en perspectiva, hacia las masas trabajadoras (lo que encubre una práctica sindicalista de los pocos militantes que actúan en el movimiento obrero). Y hay también distintos sectores que sostienen que sólo hay que limitarse a la lucha sindical, desligando la conquista de comisiones internas, cuerpos de delegados y sindicatos, de la pelea por conformar una alternativa política a las distintas variantes patronales.

Considerando al movimiento obrero en su conjunto, los organismos arrancados a la burocracia sindical constituyen aún una pequeña minoría. Sin embargo, podrían transformarse ya mismo en un factor activo para impulsar la lucha por un partido de trabajadores, en un polo nacional que levante este planteo buscando impulsar tendencias por esta perspectiva en las comisiones internas, cuerpos de delegados y sindicatos. Las organizaciones conquistadas por la vanguardia obrera y la izquierda que se reclama clasista tienen planteado, dejando de lado toda concepción mezquinamente corporativa, avanzar en organizar nuevos sectores que puedan arrancar a la burocracia las organizaciones obreras, a la vez que desarrollan una amplia lucha política para que los trabajadores y organizaciones sobre los que van ganando influencia asuman el desafío de poner en pie su propia organización política para levantar un programa obrero y popular.

Solo comenzando esta lucha desde hoy podrá conquistarse, cuando la evolución de la situación política lo permita, una base de

unos cuantos cientos de miles de trabajadores que, aunque al comienzo sean una minoría en el conjunto de la clase obrera, puedan ser la base de un verdadero partido de trabajadores, con la capacidad de dirigirse a las amplias masas obreras y populares para disputar la influencia de los burócratas sindicales y de los políticos patronales.

Una fuerza de este tipo sería un factor de primer orden en las distintas luchas y podría constituir, asimismo, una importante referencia política también en el plano electoral, permitiendo la utilización de la tribuna parlamentaria con el fin de favorecer la organización política independiente de los trabajadores y de impulsar la movilización obrera y popular. Constituiría un factor de atracción para desarrollar una nueva intelectualidad socialista y militante, orgánica de la clase trabajadora, y fracciones pro-obreras dentro del movimiento estudiantil.

Sería una fuerza que, frente al agotamiento de la experiencia kirchnerista ante una futura crisis o ataques de envergadura de las patronales y el gobierno (tipo “Rodrigazo”), podría disputar la dirección de la clase trabajadora, ya que es muy probable que, a diferencia de lo ocurrido en diciembre de 2001, el movimiento obrero ocupado juegue en enfrentamientos de esta envergadura un rol protagónico, debido a la combinación de la recomposición social de estos años con la acumulación de experiencias de lucha y organización que se vienen dando desde el “santiagazo” en adelante. Es decir, lo que más arriba definimos como la perspectiva de un “auge obrero”.

Sabemos que de desarrollarse una fuerza de este tipo se planteará la disputa por su dirección entre las tendencias revolucionarias, centristas y reformistas. Por ello, impulsar la perspectiva de construir un gran partido de trabajadores, abriendo el debate

sobre este planteo en la izquierda y la vanguardia obrera, implica a su vez señalar la necesidad de fortalecer el polo revolucionario.

Nuestra organización, el PTS, lucha por organizar hoy mismo a lo mejor de vanguardia obrera y juvenil y de la intelectualidad marxista, peleando para que toda nueva organización que surja lo haga dotada de un programa para terminar con la dominación imperialista y la explotación capitalista.

No impulsar esta perspectiva y limitarse a la actividad sindical, o apostar por proyectos de colaboración de clases, significa dejar a los trabajadores que se han desilusionado o comienzan a hacerlo, con el gobierno de Kirchner, a merced de los enjuagues políticos de la clase capitalista.

Dentro de esta perspectiva más general, hacia las elecciones presidenciales y provinciales que hay por delante, el PTS hizo un llamamiento al Partido Obrero y a otras fuerzas a conformar un Frente de los Trabajadores y la Izquierda clasista, para enfrentar en el terreno electoral a las distintas variantes patronales, y para brindar un canal para que se expresen políticamente los sectores más avanzados que existen en la clase trabajadora. Fue lo que concluyó en el Frente de Izquierda y los Trabajadores (FIT). Ahora bajo el gobierno de Mauricio Macri o PTS realiza una convocatória a los millares que enfrentan el ajuste em serio, a los que apoyan el FIT, los sectores del movimiento de de mujeres y la juventud así como los partidos del FIT y las fuerzas políticas que se reivindican obreras y socialistas, anticapitalistas para construir un gran partido de la izquierda unificado. El objetivo es avanzar en la dirección de un partido unificado de la izquierda, de la clase trabajadora y socialista.

REFERENCIAS

- AIZICZON, F.; *Zanón una experiencia de lucha obrera*. Buenos Aires: Herramienta, 2009.
- ANDERSON, P. *As antinomias de Gramsci*. São Paulo: Jorué, 1986.
- BUCCI-GLUCKSMANN, C. *Gramsci e o estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- CASTILLO, C. *La izquierda frente a la Argentina Kirchnerista*. Buenos Aires: Planeta, 2011.
- FOSTER, R. *La anomalía kirchnerista*. Buenos Aires: Planeta, 2013.
- GRAMSCI, A. *Escritos Políticos (1921-1926)*. v. 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- GRAMSCI, A. Caderno 13. (1932-1934) Breves notas sobre a política de Maquiavel. In: *Cadernos do Cárcere*. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 11-109.
- HAMAWY, R. *Que és el kirchnerismo: escritos desde uma época de cambio*. Buenos Aires: Continente, 2011.
- MACCIOCCHI, M. *Gramsci y la revolución de occidente*. México: Siglo XXI, 1980.
- MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- MARX, K. *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- MERCATANTE, E. *La economía Argentina em su labirinto: lo que dejan doce años de kirchnerismo*. Buenos Aires: Ediciones IPS, 2015.
- PERALTA RAMOS, M. *La Economía Política Argentina: Poder y Clases Sociales 1930-2006*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 2007.

THWAITES REY, M. La noción gramsciana de hegemonía en el convulsionado fin de siglo. Acerca de las bases materiales del consenso. In: *Gramsci mirando al Sur*. Sobre la hegemonía en los '90. Buenos Aires: Kohen y Asocia- dos Internacional. Colección Teoría Crítica. Buenos Aires, 1994.

VARELA, P. *La disputa por la dignidad obrera*. Sindicalismo de base fabril en la zona norte del Conurbano bonaerense 2003-2014. Buenos Aires: Imago Mundi; 2015.

_____. *El gigante fragmentado*. Sindicatos, trabajadores y política durante el kirchnerismo. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Final Abierto, 2016.

WERNER, R.; AGUIRRE, F. *Insurgencia obrera en La Argentina 1969-1976*. 1ª ed. Buenos Aires: Ediciones IPS, 2007.

11

EL SINDICALISMO DE BASE EN LA ARGENTINA POSTDEVALUACIÓN: HIPÓTESIS SOBRE SUS ALCANCES Y POTENCIALIDADES.

Paula Varela¹

En octubre de 2009 el diario *Crítica de la Argentina* afirmaba: “El conflicto en la alimentaria Kraft puso sobre la superficie una tendencia que surgió en forma aislada en el último lustro y que hizo eclosión este año. Se trata de los delegados y las comisiones internas de fábricas y activistas que funcionan al margen de los sindicatos reconocidos alineados con la CGT. Y que disputan sus propias reivindicaciones incluso cuando los gremios ya dieron por clausuradas las negociaciones formales. El fenómeno no reconoce límites geográficos ni de rubros de la economía, y es una de las principales preocupaciones del Gobierno y de los empresarios”².

1 Doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Buenos Aires, investigadora do Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas (CONICET) no Centro de Estudos e Pesquisas Trabalhistas (CEIL -segundo suas siglas em espanhol) e Docente titular de Sociologia na mesma universidade.

2 Martín, M. “El caso Kraft desnudó el cambio sindical en el país”, *Crítica de la Argentina*, 13/10/09. El conflicto de Kraft al que hace referencia el artículo periodístico fue el primer conflicto obrero industrial que cobró envergadura política nacional. Comenzado en agosto de 2009, duró casi 4 meses, incluyó un paro total de la planta Kraft Pacheco de 38 días, innumerables cortes de Panamericana por parte de los obreros, cortes solidarios de sectores organizados del movimiento estudiantil y de organizaciones sociales, y obtuvo como respuesta gubernamental una fuerte represión en la puerta, interior e intermediaciones de la planta por parte de la policía montada. El

Efectivamente, de 2004 en adelante asistimos al surgimiento de un *sindicalismo de base* en Argentina que ha vuelto inverosímil la frase que hace unos años atrás copaba la escena académica dominante: “el fin de la clase obrera”. Y ha vuelto a poner el foco social, político y (lentamente) académico en la lucha de los trabajadores, los sindicatos y en el lugar de trabajo como *locus* de la organización sindical.

En lo que respecta a sus condiciones de emergencia, el sindicalismo de base forma parte de un “retorno de la cuestión sindical” en Argentina que asumió una doble forma. Por un lado, la vuelta de los sindicatos al primer plano de la política nacional, tanto a través de la reinstalación de la firma de numerosos convenios colectivos de trabajo (CCT), como a través de su presencia en las instancias de “pacto social” convocadas por el gobierno nacional (como los “consejos del salario” durante la presidencia de Néstor Kirchner), e incluso, en el terreno de la movilización callejera, particularmente en actos de apoyo al gobierno nacional, o actos de campaña electoral en apoyo de los candidatos del partido de gobierno. A su vez, las direcciones sindicales, particularmente la de la CGT en manos de Hugo Moyano, comenzaron a tener nueva influencia al interior del Partido Justicialista que modificó la fuerte tendencia a la pérdida de peso relativo de los sindicatos dentro del peronismo de los ‘90 en adelante³.

conflicto ocupó durante semanas los medios de comunicación masiva y obligó a la intervención de la COPAL -la cámara empresaria que agrupa a las principales industrias de la alimentación-, el gobierno nacional e incluso de la embajada norteamericana para su resolución (además, por supuesto, de la cúpula de la CGT en la figura de su Secretario General). Estos elementos hicieron que Kraft se transformara en el “caso testigo” del surgimiento del sindicalismo de base y de sus potencialidades. Para un análisis del caso Kraft, véase Varela y Lotito, 2009.

3 Sobre el lugar de los sindicatos en el Partido Justicialista durante la década del noventa véase Steven Levitsky, 2005.

Por otro lado, paralelamente a esta reasunción del protagonismo político de las cúpulas sindicales fuertemente ligada al Estado y al partido de gobierno, comenzó a expresarse el surgimiento de nuevas Comisiones Internas y Cuerpos de Delegados a nivel del lugar de trabajo que, si bien comprenden experiencias de diverso tipo (en los servicios públicos y privatizados, y en la industria), comparten rasgos comunes: una composición generacional mayoritariamente joven o, como un obrero de la alimentación lo definió: “jóvenes que se vuelven militantes de sus derechos”⁴; un sentimiento antiburocrático que se expresa en distintos grados de oposición con las direcciones sindicales que ha llegado al enfrentamiento físico directo como el caso de la resistencia de los trabajadores del subterráneo de Buenos Aires ante los ataques de la patota sindical de la UTA, o el reciente caso del asesinato del militante Mariano Ferreyra por parte del grupo de choque de la burocracia de la Unión Ferroviaria en el proceso de lucha contra la tercerización en el ferrocarril ex Roca; la reivindicación de instancias democráticas de tipo asamblearias para la toma de decisiones; y la presencia de militantes de izquierda (tanto de la denominada “izquierda social” como de partidos de izquierda, particularmente inscriptos en la tradición trotskista) que disputan la dirección de estos organismos de base en el lugar de trabajo. Es a ese proceso de organización “por

4 Hoy se ha renovado la composición de obreros en las fábricas. La fábrica es como un mundo nuevo de jóvenes con poca experiencia, pero con mucha voluntad, sin mucho miedo. Quizás el único miedo es volver a la situación anterior. Pero al ser jóvenes, ven que podrían conseguir trabajo en otro lado porque hay estabilidad económica. Esto hace que, en muchas fábricas como en Terrabusi, surjan sectores que se vuelven militantes de sus derechos. Hay una militancia “pro-derecho de mi trabajo”, que por otro lado es casi “ciudadana”, en el sentido de defender “mi derecho a trabajar mejor”. Esto le ha dado ímpetu a la organización fabril que no es nueva en sí misma pero que parece novedosa porque se retoma con poca experiencia, sin tradición ni continuidad. Entrevista realizada a un delegado de Kraft-Terrabusi durante 2008. Véase Collado y Varela, 2008

abajo”, que recupera una característica central del movimiento obrero argentino⁵, al que llamamos sindicalismo de base.

Las bases en que se asienta este proceso son, en primer término, el crecimiento económico y del empleo post devaluación, que habilitó la incorporación de nuevos trabajadores a las fábricas y los lugares de trabajo produciendo una renovación generacional notoria, al tiempo que erosionó fuertemente el mecanismo disciplinador del desempleo masivo. En segundo término, un aspecto no estructural sino más bien político-cultural que podríamos denominar el “aliento desde arriba” a las luchas reivindicativas durante los tres primeros años de gobierno kirchnerista (hasta 2007, cuando comienzan los primeros síntomas de agotamiento del “modelo”).⁶ Tanto desde el gobierno nacional (con una fuerte retórica inicial del “retorno de la cultura del trabajo” y de los “conflictos del crecimiento”)⁷ como desde la cúpula sindical, básicamente de la CGT, durante el primer período del ciclo⁸ de crecimiento economi-

5 Sobre el papel de las comisiones internas en la historia del movimiento obrero argentino, véase Basualdo, Victoria (2009); y también Lenguita, P. y Varela, P. (2010). Para análisis del rol jugado por las comisiones internas en el ascenso obrero de la década del '70, véase Werner, Ruth y Aguirre, Facundo (2007) y también Lóbbbe, Héctor (2006).

6 Para un análisis de lo que denominamos síntomas de agotamiento del ‘modelo’ de crecimiento, véase Castillo y Lizarrague, 2009; Anino, 2008.

7 Ante la manifestación de los primeros conflictos sindicales durante 2004 y 2005, el gobierno nacional elaboró un discurso de polarización con la década del noventa y con el gobierno de Eduardo Duhalde, en el que contraponía los “conflictos de la crisis” encabezados por las protestas de trabajadores desocupados con su auge en 2002, con los “conflictos del crecimiento” encabezados por trabajadores ocupados en demanda de aumento salarial.

8 El ciclo de crecimiento económico post devaluación se divide en tres períodos: de 2003 a 2006 que combinó una rápida recuperación del nivel de actividad económica, un muy acelerado ritmo de creación de puestos de trabajo y el aumento del salario real partiendo del nivel depreciado en que lo dejó la devaluación; de 2007 a 2008, cuando comienzan los primeros síntomas de agotamiento a través de la desaceleración de la producción y el amesetamiento en la creación del empleo y el salario real; y entre

co postdevaluación, fueron alentadas las demandas reivindicativas y estimuladas, por ende, las expectativas de los asalariados respecto del mejoramiento de su salario, en primer lugar, y de sus condiciones de trabajo, en segunda instancia.

Este aliento objetivo y subjetivo a la actividad sindical reivindicativa y al aumento de expectativas de los trabajadores, se topó con las bases del propio ‘modelo’ kirchnerista: una alta tasa de explotación de la fuerza de trabajo basada en la tendencia decreciente del salario relativo⁹ y en la precarización laboral heredada de la década del noventa. A nivel salarial es interesante observar que, con un crecimiento económico anual del 8.5% promedio, recién en 2007 el salario real alcanzó los valores paupérrimos de 2001, y que, de allí en adelante ingresó en un amesetamiento (e incluso retroceso durante 2008 y parte de 2009 cuando la crisis internacional golpeó en Argentina) que hace que en la actualidad, luego de 7 años de crecimiento extraordinario de la economía local, el salario real en Argentina aún esté por debajo de su valor durante la década del noventa. Esta política estatal respecto a los salarios se llevó adelante, al inicio, a través de los denominados “topes” de aumentos salariales pactados entre las direcciones sindicales, el gobierno nacional y los empresarios; y luego, a través aumentos salariales al mismo nivel o por debajo de la inflación (lo que

finde 2008 a mediados de 2009 en los que el impacto de la crisis económica internacional profundizó las tendencias del período anterior con una caída del producto, mayor merma de la actividad industrial contando entre los sectores más afectados a la industria automotriz, la caída del comercio exterior (tanto exportaciones como importaciones) y el pasaje del amesetamiento en la creación de empleo a su contracción. Véase, CENDA 2009.

9 Para un análisis del salario relativo en Argentina, véase Bach, Paula (2008). Sin utilizar el concepto de salario relativo, Eduardo Basualdo analiza la distribución de la riqueza y arriba a conclusiones similares a las de Bach, véase Basualdo, Eduardo (2008).

hace al estancamiento del salario real). De hecho, la gran mayoría de conflictos liderados por Comisiones Internas y/o Cuerpos de Delegados tienen por demanda un mayor aumento salarial que el pactado por su dirección sindical. A nivel de las condiciones de trabajo, como desarrollaremos en el siguiente apartado, los lugares de trabajo concentraron el descontento frente al mantenimiento de la precarización laboral expresada tanto en los ritmos de trabajo, como en la jornada laboral rotatoria y la práctica naturalizada a la realización compulsiva de “horas extras” que de facto encubre el alargamiento de la jornada laboral promedio, y particularmente en la tercerización laboral. Si bien, este malestar fue vehiculizado la mayor parte de las veces a través de aumento salariales (y no de la modificación de dichas condiciones laborales), operó como presión para la formación de Cuerpos de Delegados y Comisiones Internas que hicieran de “contrapeso” a los abusos de la patronal.¹⁰

Por último, otro factor a nuestro juicio fundamental para explicar el surgimiento del sindicalismo de base es la debilidad de las direcciones sindicales en lo que Adolfo Gilly denomina “el núcleo de la dominación celular”.¹¹ Esta debilidad se expresa a través de dos formas, por una parte, como detallaremos más adelante, la

10 El caso del conflicto encabezado por el Cuerpo de Delegados de Subterráneo en 2004 por la recuperación de la jornada de 6 horas (reivindicación histórica de los trabajadores de subterráneo debido al carácter insalubre del trabajo) es una muestra de la tensión entre el marco de reactivación de reivindicaciones laborales y la continuidad de condiciones instaladas en el neoliberalismo. El conflicto de Kraft de 2009, cuyo sector más activista (y el más atacado por la patronal) lo constituyeron los jóvenes que en 2008 obtuvieron, gracias al enfrentamiento de la política de tercerización, la efectivización de un sector de tercerizados, también muestra que los pocos casos en que fueron revertidas las condiciones de precarización heredadas de los noventa, fue a través de la lucha encabezada por organizaciones de base en contra de la política de las direcciones. El caso de la efectivización de alrededor de 1500 tercerizados del ferrocarril Roca entre 2010 y 2011 es otra muestra cabal en este sentido.

11 Véase Adolfo Gilly, 1990.

ausencia de las comisiones internas y los cuerpos de delegados (e incluso delegados sueltos) en la gran mayoría de establecimientos laborales, lo que explica que muchos procesos del sindicalismo de base sean experiencias de recuperación de la organización sindical en el lugar de trabajo. Pero también se expresa en el hecho que, aún en aquellos establecimientos en los que persistió la organización sindical, la hiperfragmentación del colectivo de clase a nivel del lugar de trabajo (divisiones entre efectivos, contratados y tercerizados) y la aceptación de dicha fragmentación por parte de las direcciones sindicales, hace que esa comisión interna o cuerpo de delegados se transforme (por política expresa o por omisión) en “representante” de sólo una fracción de la planta, que en algunas ocasiones, es incluso una fracción minoritaria. A esta debilidad de la representación sindical en el lugar de trabajo se le suma el desprestigio que alcanza al conjunto de las cúpulas sindicales (con contadas excepciones) por su actuación durante la década del noventa, el cual no ha sido revertido durante los últimos años.

Podríamos decir entonces, que el sindicalismo de base expresa e hizo visible, que el crecimiento a “tasas chinas” de la Argentina se apalancó en el mantenimiento (y no en la reversión) de las condiciones estructurales dejadas por el neoliberalismo en nuestro país.¹² Y que, dicho proceso, es impensable sin el papel ejercido

12 Como señala Pablo Anino, el crecimiento posdevaluación “se apoyó, por un lado, en todas las conquistas que la burguesía logró sobre la clase obrera durante el auge neoliberal como la flexibilización laboral, tercerización y liquidación o debilitamiento de las organizaciones obreras, como así también, privatizaciones, apertura económica y liberalización al movimiento de capitales. Por el otro, gozó de las ventajas que otorgó una gran capacidad instalada ociosa que, devaluación mediante, se puso en actividad con un nivel muy bajo de inversión. La devaluación fue exitosa en un contexto recesivo con tendencias deflacionarias lo cual permitió que no se desate un contexto inflacionario agudo actuando de forma efectiva sobre los salarios, licuando el precio pagado por la fuerza de trabajo, una de las principales ventajas competitivas de la producción que se desarrolla a

por las direcciones sindicales, también “heredadas” de la década del noventa. En lo que sigue vamos a desarrollar brevemente tres aspectos que consideramos centrales para analizar los alcances y potencialidades del sindicalismo de base. El primero, el problema del mantenimiento de las condiciones de precarización laboral, el cual es parte de los motores del proceso de organización de base, al tiempo que un desafío de primer orden ante una clase trabajadora fragmentada a niveles inéditos en nuestro país. El segundo, el problema de la denominada burocracia sindical y su papel en el mantenimiento de la precarización. El tercero, el contexto de la crisis internacional como acelerador de las contradicciones existentes previamente y acelerador también de los desafíos para el nuevo movimiento obrero que se expresa en el sindicalismo de base.

EL MANTENIMIENTO DE LAS CONDICIONES DE PRECARIZACIÓN COMO PACTO SILENCIOSO

Suele afirmarse en algunos ámbitos académicos o militantes que la actual reactivación de la vida sindical expresada en la firma de numerosos Convenios Colectivos de Trabajo (CCT), negociaciones paritarias, y un inobjetable protagonismo de las cúpulas sindicales (particularmente de la CGT) en la vida política nacional, es, de por sí, la manifestación de una reversión de la pérdida de derechos sufrida durante la década del noventa. Sin embargo, si se observa las condiciones sobre las que se despliega este protagonismo de la conflictividad sindical y de las cúpulas sindicales en la escena nacional,

escala local. Al mismo tiempo, el crecimiento local acompañó un momento ascendente de la economía mundial encontrando uno de los fundamentos en el aumento de los precios internacionales de las materias primas que se exportan” (Anino, 2008: p.1)

esa reversión mentada se transforma más bien en el mantenimiento (y en algunos casos, la profundización) de la precarización laboral dejados por la década del noventa en nuestro país.

Si bien la expresión más acabada (y legalmente constituida) de la precarización ha sido la proliferación de los contratos temporales¹³ en desmedro de la relación de dependencia de carácter estable, aquí queremos hacer hincapié en el concepto de *precarización laboral en tanto plataforma heterogénea que garantiza por un lado, la pérdida de derechos laborales, y por otro, la hiper fragmentación de la clase trabajadora, como condiciones de posibilidad de la superexplotación neoliberal*. En este sentido, la precarización laboral refiere a las diversas formas de relación asalariada (contratos temporales, asalariados no registrados, trabajadores “tercerizados”); a la flexibilización en la asignación del tiempo de trabajo (turnos rotativos o americanos); a la flexibilización en la organización del trabajo (movilidad funcional y/o polivalencia); a la flexibilización en las remuneraciones (cláusulas que acuerdan premios según rendimiento lo que individualiza la remuneración); y también, a los diversos grados de organización sindical, en tanto tendencia contrapuesta a la fragmentación del colectivo de clase. En síntesis, tomamos la noción de precarización laboral ampliada a tres campos diferenciables: el que hace a las formas de relación de dependencia (desde el trabajo estable hasta el trabajo no registrado), el que hace a las formas de la explotación (organización del trabajo, jornada laboral y remuneración), y el que hace a la organización sindical como “actor” necesario (por acción u omisión) para el establecimiento de

13 Adrián Sotelo Valencia señala al respecto, “estas cuatro dimensiones (desregulación, flexibilidad, precariedad y tercerización) se codifican en la constitución del *contrato temporal* como forma hegemónica del nuevo régimen neoliberal vigente de la división mundial y laboral del trabajo”. Véase, Sotelo Valencia, 2007, p. 182.

las dos previas. Vamos a referirnos a estos tres campos para determinar lo que denominamos el mantenimiento de las condiciones de precarización laboral en que se sostiene el crecimiento económico y del empleo post devaluación.

Respecto de lo que hace a las divisiones entre trabajadores no registrados, trabajadores precarios y trabajadores estables, pese a falta de credibilidad de las estadísticas oficiales,¹⁴ hay coincidencias en afirmar que en la actualidad la tasa de trabajo no registrado se encuentra alrededor del 36%. Es interesante observar aquí que la tasa de trabajo en negro en la década del '80 era del 25% y ascendió abruptamente al 40% hacia el final de la década del noventa. Es decir que, en la actualidad, luego de más de 7 años de crecimiento al 8.5% promedio, la tasa de trabajo en negro se encuentra en niveles cercanos a los alcanzados luego de las contrarreformas neoliberales. Según el informe del Instituto de Estudios y Formación de la CTA de 2008¹⁵ (previo al impacto de la crisis), si a las cifras de trabajo no registrado, se le agregan otras variables de precarización laboral como los trabajadores con contratos temporarios, como así también los asalariados y cuentapropistas cuyos ingresos están por debajo de la línea de pobreza, encontramos que, la precariedad laboral afecta al 58,7% de la fuerza laboral. Por otra parte, si tomamos como indicadores de precariedad laboral la subocupación (es decir, aquellos trabajadores que trabajan 6 horas y desean trabajar más) encontramos que al 2008 constituyen el 9.2% de la PEA. Si a esa cifra le agregamos los trabajadores directamente desocupados, el total aumenta al 16%. Como contrapartida a la subocupación y

14 En 2009, el INDEC deja de publicar las bases de la Encuesta Permanente de Hogares, obstruyendo así el acceso a los datos de trabajo no registrado en el país.

15 Véase Claudio Lozano *et. al.* 2008. "Sin mucho que festejar: radiografía actual del mercado laboral y las tendencias post-convertibilidad", Informe del Instituto de Estudios y Formación, CTA, mayo 2008, p.11.

desocupación, observamos que el promedio de horas trabajadas es de 12 horas, habiendo una variación entre los trabajadores no registrados –que estarían realizando jornadas promedio de 12,5 horas diarias– y los registrados –cuya jornada estaría situada en 11,7 horas de trabajo promedio.¹⁶ Esta fragmentación en el colectivo de clase repercute en diferencias salariales que devienen de los diversos grados de precarización laboral. En este campo, vemos que “en 1998 el sector ‘formal’ tenía ingresos un 20,3 % por encima del promedio de ingresos del conjunto. En 2006 este porcentaje se encontraba en un nivel levemente superior, un 22,3%. En lo que hace al sector ‘informal’, recibía en 1998 ingresos un -34,2% inferiores al promedio, una cifra que se amplió en 2006 hasta el -40,4%. Por el contrario, los ocupados del sector ‘público tradicional’ tenían en 1998 ingresos un 18,7% por sobre el promedio y en 2006 vieron una ampliación de este porcentaje al 27,7%”.¹⁷ Si miramos las diferencias salariales en su conjunto, encontramos que el promedio de salario de los trabajadores ‘no registrados’ (en negro) representa hoy la mitad del de los registrados.

En lo referido a la precarización laboral a través de cláusulas de flexibilización (de la organización, de la jornada y de la remuneración), el análisis de los Convenios Colectivos de Trabajo (CCT) homologados entre 2003 y 2007 encuentra que, “en relación a la jornada de trabajo, de los 545 convenios colectivos celebrados entre 2003 y 2007 al menos 259 incorporaron una o más cláusulas que la flexibilizan, lo que implica un 47,52% del total.” (Ambrusso *et al.*, 2008: 27). Esto resulta especialmente interesante porque, si se compara con los CCT celebrados en la década del noventa (de 1991

16 *Ibidem*, p. 12

17 Christian Castillo y Fredy Lizarrague, “Hacia el fin de un ciclo” en Revista Lucha de Clases N8, Ediciones IPS, junio 2009, p.16.

a 1999)¹⁸ se encuentra que el 46,65% de aquellos incluían cláusulas de flexibilización que afectaban la jornada laboral. Es decir, que entre ambos períodos, el porcentaje de cláusulas flexibilizadoras de la jornada laboral es casi idéntico (47,52% para el período 2003-2007; 46,65% para 1991-1999), y que el mecanismo más utilizado para la flexibilización de la jornada de trabajo es, antes como ahora, la implementación de los turnos rotativos o americanos.¹⁹ Por otra parte, si tomamos en cuenta las cláusulas flexibilizadoras relativas a la organización del trabajo encontramos que “se presentan en al menos 278 negociaciones, lo que representa el 51,01% de los convenios homologados, con una presencia muy importante de las cláusulas que establecen la polivalencia o multifuncionalidad de tareas.” (Ambrusso *et al*, 2008: 34). Tomando la década previa, vemos que las cláusulas de flexibilización referidas a la organización del trabajo no sólo no disminuyeron, sino que aumentaron, conformando el 39,05% entre 1991-1999, y el 51,01% en el período 2003-2007. Asimismo, si tomamos la segunda mitad de la década pasada, podemos observar que en esos cinco años que van de 1995-1999 se concentraron la mayor cantidad de cláusulas de flexibilización a nivel de la organización, alcanzado un 49,07%, cifra muy similar a los actuales 51,01%.²⁰ Tomadas de conjunto, el análisis de las cláusulas flexibilizadoras de los actuales convenios colectivos

18 Para una comparación exhaustiva de ambos períodos, véase el texto completo (Ambrusso *et al*, 2008) que aborda distintas dimensiones. Aquí sólo tomamos aquellas relacionadas con la presente discusión.

19 A esto se agrega la flexibilización del tiempo de vacaciones del trabajador (por ejemplo, a través del fraccionamiento de vacaciones) y a la modificación en el régimen de horas extras.

20 A este respecto es importante señalar que fue durante la segunda mitad de la década del noventa que se produjo la mayor pérdida de derechos laborales por parte de la clase obrera, tanto en lo que hace a las formas de contratación, como a la extensión e intensidad de la jornada laboral.

permiten concluir que, lejos de una reversión de las condiciones de trabajo flexibilizadas que fueron legalizadas en la década del noventa, lo que se encuentra es una tendencia a su continuación.

En tercer y último lugar, un elemento central para el análisis de la precarización de la situación de los trabajadores es el que refiere a los niveles de sindicalización. Según la Encuesta de Indicadores Laborales²¹ (realizada por el Ministerio de Trabajo de la Nación) sólo el 12,4% de las empresas tiene por lo menos un delegado, lo que es lo mismo que decir que en casi 9 de cada 10 empresas en Argentina no existen delegados fabriles. Si desgranamos esa cifra según la envergadura de la empresa vemos un degradé en el que va menguando la existencia de delegados fabriles según el tamaño de la empresa. En las grandes empresas (de 200 trabajadores o más), algo más de la mitad, tiene algún delegado; en las empresas “medias” (de 50 a 200 trabajadores), sólo el 30% tiene algún delegado; mientras que las empresas chicas (entre 10 y 49 trabajadores) un ínfimo porcentaje de 7,5% tiene algún delegado. Ya sea a través de su debilitamiento o directamente de su liquidación, lo que es indudable es que, al interior del espacio fabril, existe una situación de extrema precariedad en cuanto a las instancias de organización de base de los obreros. Si miramos la situación de sindicalización, más allá del lugar de trabajo, encontramos que únicamente el 37% de los trabajadores privados registrados en el país están agremiados. Sin embargo, si se tiene en cuenta que dicha información proviene de un universo delimitado a los trabajadores registrados, la tasa real

21 La EIL es una encuesta permanente (con frecuencia mensual) realizada por el Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social desde 1998, en cinco conglomerados urbanos del país: Gran Buenos Aires, Gran Rosario, Gran Córdoba, Gran Mendoza y Gran Tucumán. Véase David Trajtemberg *et al* “Encuesta de Relaciones Laborales”, ponencia presentada en el 7º Congreso Nacional de Estudios del Trabajo, Buenos Aires, 2005.

de sindicalización es sustancialmente menor. Y viendo estas cifras más detalladamente, encontramos dos cuestiones interesantes. En primer lugar, que sólo un 56% de las empresas cuenta con al menos un trabajador afiliado a un sindicato, lo que significa que en casi la mitad de las empresas del país los trabajadores, no sólo no tienen delegados, sino que tampoco están afiliados a ningún sindicato. En segundo lugar, que la tasa de afiliación de los trabajadores registrados es notablemente menor (11 puntos porcentuales) en el conurbano bonaerense que, en el interior del país, siendo del 34,9% en el GBA, y 46,2% en el interior del país, lo que hace suponer que el conurbano bonaerense concentra un muy alto porcentaje de trabajo desindicalizado. Cuando las direcciones sindicales operan como mediaciones estatales lo hacen en representación legal de menos de la mitad de los asalariados. Dicho de otro modo, más del 50% de la fuerza de trabajo está hoy fuera de la representación legal.

Estos datos implican una situación de alta indefensión para la gran mayoría de los trabajadores en Argentina que pone en duda la tesis acerca de la sinonimia entre crecimiento del empleo y crecimiento de su calidad, lo que Marta Novick designa como el desempeño “virtuoso” tanto en materia de cantidad como de calidad del empleo.²² Lo que aparece es más bien un desfase entre cantidad y calidad, o dicho más precisamente, un *aumento de la cantidad sobre el mantenimiento (e incluso profundización en ciertas áreas) de la calidad de precarización de la situación de los asalariados basada en una fragmentación extrema de la fuerza de trabajo* a través de las divisiones entre efectivos, contratados y tercerizados; de la flexibilización de las condiciones y organización del trabajo que alientan la

22 Véase Marta Novick “¿Emerge un nuevo modelo económico-social? El caso argentino 2003-2006”, en Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo, Año 11, N18, 2006.

individuación del colectivo de clase al interior del establecimiento, y del debilitamiento o ausencia de la organización sindical para la mayoría de los trabajadores. Este último elemento, es un factor fundamental para comprender la responsabilidad de las dirigencias sindicales en este proceso y también para analizar el surgimiento de un “sindicalismo de base” de 2004 en adelante en nuestro país. *El sindicalismo de base es la expresión de las contradicciones entre la recuperación social y gremial de la clase trabajadora argentina, y el rol de las cúpulas sindicales de custodios del mantenimiento de las condiciones de explotación neoliberales.*

BUROCRACIA SINDICAL: ¿ANACRONISMO O MÁS ACTUAL QUE NUNCA?

Richard Hyman, en su libro *El marxismo y la sociología del sindicalismo* toma, como punto de partida para una discusión marxista sobre la organización sindical (sus potencialidades y sus límites) la afirmación de Engels acerca de que “lo que da importancia real a estas asociaciones, y a los turn-outs que de ellas provienen, es que son la primera tentativa de los obreros para anular la competencia. Se han convencido de que el dominio de la competencia de los obreros entre sí, es decir, el fraccionamiento del proletariado depende de la oposición entre obreros aislados. Y porque ellos [los sindicatos] se vuelcan parcialmente contra la competencia, contra la forma de vida del moderno orden social, resulta que son tan peligrosos para este orden. El obrero no puede atacar a la burguesía, y con ella a la organización social existente, en un punto más ulcerado” (Hyman, 1978: 14). Siguiendo esta misma línea argumental, Hyman agrega una cita del Manifiesto Comunista de Marx en la que dice “a veces los obreros triunfan; pero es un éxito efímero. El

verdadero resultado de sus luchas no es el éxito inmediato, sino la unión cada vez más extensa de los obreros” (Hyman, 1978: 18).

Esta función sustancial del sindicato (la de superar la instancia de enfrentamiento de los obreros entre sí y del obrero individual con el patrón, y transformarla en enfrentamiento del colectivo de clase) ha sido largamente tematizada dentro del marxismo desde fines del siglo XIX²³. Sin embargo, es pertinente traerla hoy a colación en la medida que permite una mejor comprensión de la relación entre precarización laboral (como hiperfragmentación del colectivo de clase), la profundización de la tendencia a la transformación de los sindicatos en prestadores de servicios “para unos

23 Ya en Engels y Marx está la idea de que los sindicatos no representan al conjunto de la clase obrera sino a una minoría aristocrática de obreros privilegiados, atribuida a que Inglaterra es la nación de mayor desarrollo burgués, motivo por el cual puede desarrollar (en forma transitoria) una aristocracia obrera (un “proletariado burgués”). Al respecto, y siempre en relación a los países imperialistas, dice Lenin: “Hay que señalar que en Inglaterra la tendencia del imperialismo a dividir a los obreros, a fortalecer el oportunismo entre ellos y a causar una descomposición temporal en el movimiento obrero, se manifestó mucho antes de fines de siglo XIX y comienzos del XX. Pues a mediados del siglo XIX se observaba ya en Inglaterra dos importantes rasgos distintivos del imperialismo: vastas posesiones coloniales y monopolio sobre el mercado mundial”, en *El Imperialismo, etapa superior del capitalismo*, Editorial Polémica, 1974, p. 131. Trotski complementa el análisis de Lenin sobre la creación de una aristocracia obrera en la fase de capitalismo monopolista, con un análisis acerca de la modificación en la relación entre los sindicatos y el Estado. La tesis central al respecto es que, dada la creciente concentración y centralización del capital, y la cada vez mayor relación de la burguesía centralizada con el Estado, las organizaciones obreras se veían impelidas o bien a una política de ruptura con el Estado, o bien a buscar su fuerza de negociación en su vínculo con el Estado nacional profundizando el proceso de subordinación de los sindicatos a la tutela estatal. “De ahí la necesidad que tienen los sindicatos –mientras se mantengan en una posición reformista, o sea de posiciones basadas en la adaptación a la propiedad privada- de adaptarse al Estado capitalista y de intentar cooperar con él. A los ojos de la burocracia sindical, la tarea principal es la de “liberar” al Estado de sus compromisos capitalistas debilitando su dependencia de los monopolios y atrayéndolo a su favor. Esta actitud armoniza perfectamente con la posición social de la aristocracia y la burocracia obreras, que luchan por obtener unas migajas de las superganancias del imperialismo capitalista”. Véase Trotski, *Los sindicatos y las tareas de los revolucionarios*, Ediciones IPS, Buenos Aires, 2009, p. 126.

pocos” (para una fracción minoritaria de la clase trabajadora) y la burocracia sindical como garante de dicho proceso, y de sí misma.

En los análisis acerca de las modificaciones sufridas en los sindicatos en la década del noventa, predomina una visión extendida que tiende a analizar las políticas sindicales (de la denominada CGT oficialista, el MTA – o CGT disidente– y la CTA) como diversas *reacciones* ante las modificaciones en el mundo del trabajo a nivel de mercado de trabajo, por un lado; y a nivel de las formas de organización y control laboral, por el otro. En cuanto la estructura sindical nacional, el hincapié está puesto en las medidas desregulatorias del Estado que afectaron la negociación colectiva y de este modo quitaron poder de negociación a los sindicatos; a nivel de las empresas, en las modificaciones en la organización del trabajo y en la tecnología con una fuerte política de individuación del trabajador de forma tal de lograr la identificación con la empresa y no con el sindicato. Estos dos elementos serían, en estos planteos, los centrales para comprender el debilitamiento de la organización sindical y, en relación a los aspectos más subjetivos, la denominada crisis de representatividad en tanto crisis de identificación y adhesión de los trabajadores hacia la organización sindical. En este sentido, desde el “sindicalismo empresario” hasta el denominado “nuevo sindicalismo” (atribuido a la CTA) es visto como el abanico de respuestas posibles a este cambio producido desde el Estado y las patronales.

Sin devaluar la importancia de estos factores (transformaciones en el mercado de trabajo y nuevas estrategias patronales de disciplinamiento), la traslación mecánica entre estos factores y la denominada crisis de representatividad sindical deviene en un grave error. En primer término, porque tiende a quitar responsabilidad a las propias direcciones sindicales atribuyendo el retroceso en los derechos laborales, a la imposición “objetiva” de las modificaciones

estructurales. Lo cierto es que, si bien pueden encontrarse diferentes estrategias por parte de las cúpulas sindicales, la dirigencia sindical dominante avaló en sus propios sindicatos y en su relación con el capital las contrarreformas neoliberales limitando las perspectivas de acción a ser gestores del descontento y en vistas de su preservación comenzaron a delinear sindicatos de servicios, cuya expresión más acabada es el sindicato de corte empresarial, que permitía autonomizar su supervivencia a los destinos de sus representados. De allí que, a la luz de los hechos, el proceso de debilitamiento de la clase obrera (a través de la pérdida progresiva de derechos), y el proceso de debilitamiento de las cúpulas sindicales, no resultan dos procesos ni idénticos ni paralelos. Por el contrario, el achicamiento de la base social de los sindicatos (por la hiper fragmentación, flexibilización y desindicalización que mencionamos arriba) operó con el contrapeso sustancial del manejo de los fondos millonarios de las obras sociales por parte de las direcciones, lo que habilitó todo tipo de negocios para las cúpulas sindicales, y la oferta de una gama de servicios a los afiliados.

Este predominio de la oferta de “servicios” como núcleo de la actividad sindical ha sido atribuido en general, básicamente, a lo que se denominó “el sindicalismo empresario” (los denominados “gordos” de la CGT oficialista durante los 90). Sin embargo, es una tendencia que excedió ese sector de sindicalistas y se introdujo como lógica de acumulación de poder de los dirigentes sindicales en general y como lógica de “fidelización” de la minoría de afiliados correspondientes.

Para muchos autores esta estrategia de “refugiarse” en la propia estructura sindical, fue la única opción posible para preservar las instituciones sindicales, y en esa medida, preservar cierta fortaleza de la clase obrera. La actualidad nos permite ver con mayor

claridad lo intencionado de esas interpretaciones. Hoy, que las condiciones de crecimiento económico y del empleo permitirían, sin lugar a dudas, romper esa “lógica de acumulación” que autonomiza la organización sindical del destino de sus trabajadores, nos encontramos, sin embargo, con la profundización de dicha lógica a través de un doble proceso. Por una parte, como hemos dicho más arriba, las negociaciones colectivas mantienen los niveles de precarización y flexibilización del empleo de los noventa, es decir, mantienen la diferenciación entre “trabajadores de primera” y “trabajadores de segunda” excluidos de los derechos de organización sindical; por otra, el proceso de consolidación de sindicatos de servicios con impronta empresarial (que tuvo su salto cualitativo con las privatizaciones de la década del noventa) continúa hoy ampliamente. Para poner un ejemplo, el propio Hugo Moyano que encabezó el ala disidente de la CGT de los noventa, ha sumado recientemente a las empresas controladas junto con sus familiares, la ART “Camino Protegidos Aseguradora de Riesgos del Trabajo”, que se suma a la empresa de seguros para automotores homónima, a la constructora ANCORA y a la gerenciadora de la obra social de camioneros IARAI S.A. Más aún, ha sido bajo el gobierno kirchnerista que el achicamiento de la base de representación de los sindicatos (dado el mantenimiento de las condiciones de precarización de los noventa) encontró una nueva forma de compensación (no de reversión): las llamadas “contribuciones voluntarias”, es decir, el descuento compulsivo de la cuota sindical a los trabajadores independientemente que estén o no afiliados al sindicato.

Este predominio de los sindicatos de servicios no es independiente del proceso de fragmentación de la clase obrera. Por el contrario, *la consolidación del sindicalismo de servicios es la política complementaria de la consolidación de la fragmentación e individual-*

ción de la clase trabajadora. Ambas conducen a que el horizonte de organización de la clase como tal se diluya, primero, en la experiencia cotidiana en los lugares de trabajo y fuera de ellos de la división entre diferentes condiciones de trabajo, salario y sindicalización, es decir, condiciones de vida. Luego, en la experiencia cotidiana de la pertenencia al sindicato como dador de servicios. En ambas experiencias lo que prima son las tendencias contrarias a la percepción de la pertenencia al colectivo de la clase obrera²⁴, a lo que Marx llamó “la unión cada vez más extensa de los obreros”.

Al respecto, resulta muy interesante el análisis que realiza Richard Hyman²⁵ sobre la relación entre la concepción del sindicato como prestador de servicios, la naturalización de la eficacia como criterio de evaluación de la política sindical y la democracia sindical. Vale aclarar que, dado que Hyman escribe en la década del 70 no se refiere a la prestación de servicios ligada a la empresarización de los sindicatos, sino a la concepción y práctica sindical según la cual las condiciones de trabajo e incluso las mejoras salariales son “servicios” que el sindicato otorga en mayor o menor grado según sea su eficiencia en la negociación con la patronal. Esto es muy interesante para pensar la actualidad en la medida en que permite establecer una línea de continuidad entre el sindicalismo empresario (al que Basualdo denomina la fase superior de la burocracia) y el sindicalismo que, sin ser empresario, basa su práctica

24 A este respecto es interesante lo que afirma Ana Drolas, “Por eso, pensar al sindicato como una institución de gerenciamiento implica recrear esa “representatividad presunta” y considerar a sus trabajadores (afiliados y no afiliados a los que, por ley tiene la obligación de representar) como sus clientes lo cual pone en discusión la lógica del sindicato y sus formas de actuación y hasta su misma naturaleza, en la medida que alimenta la lógica individual de la racionalidad instrumental a la que el sindicato, históricamente, vino a combatir.” (Drolas, 2004, 392-393).

25 Véase “Las relaciones industriales desde una perspectiva marxista”, 1976.

exclusivamente en la obtención de reivindicaciones cual si fueran “prestaciones” para sus afiliados. Dice Hyman, “Esta cuestión [de la satisfacción de los afiliados] puede relacionarse con un tema tratado previamente en este capítulo: la extensa preocupación por la eficiencia como principal piedra de toque de las relaciones de control en los sindicatos. El argumento habitual es, en esencia, que los dirigentes que tienen relativa libertad para poner en práctica sus propias opiniones pueden dirigir los asuntos del sindicato con mayor eficacia, y por tanto proporcionar mejor servicio a sus afiliados. En consecuencia, puede esperarse que éstos aprueben el *resultado* de la toma de decisiones sindical, incluso aunque ejerzan poco o ningún control sobre el propio procedimiento [...] Una debilidad fundamental de este enfoque es que el *significado* de la eficacia pocas veces se considera expresamente. El concepto de eficacia es aplicable con propiedad sólo cuando consideramos métodos o técnicas, costes y beneficios relativos de distintos medios utilizables para lograr un fin u objetivo dado. De ello se sigue que nada sensato se puede decir acerca de la eficacia de cualquier procedimiento hasta que no se haya especificado el objetivo, y se sepa qué se va a contabilizar como costes y beneficios [...] ¿Cuáles son entonces los objetivos del sindicalismo? Si los sindicatos son instrumentos de poder para la clase obrera, elementos de una estrategia para ejercer control sobre su entorno de trabajo hostil, de ellos resulta que su finalidad debe definirse en *términos de las aspiraciones de sus miembros*. Tanto si la democracia sindical es un método eficiente para lograr los objetivos sindicales, como si no, la separación entre democracia y formulación de esos objetivos subvierte la verdadera razón fundamental del sindicalismo”²⁶

26 Richard Hyman, *Las relaciones industriales desde una perspectiva marxista*, 1976, pp. 98- 100, destacados míos.

LA CRISIS PROFUNDIZA LAS CONTRADICCIONES

La crisis económica internacional impactó en Argentina hacia fines de 2008 y comienzo de 2009, en este escenario contradictorio de crecimiento económico (sobre las bases del mantenimiento de las contrarreformas neoliberales), reasunción de protagonismo de las cúpulas sindicales en la vida política nacional y desarrollo del sindicalismo de base en los lugares de trabajo en enfrentamiento a las condiciones de explotación y a esta misma cúpula²⁷

A nivel económico, la crisis repercutió profundizando los síntomas de agotamiento del “modelo” que habían comenzado a expresarse en 2007, lo cual se observó en la caída del producto, una mayor merma de la actividad industrial contando entre los sectores más afectados a la industria automotriz, la caída del comercio exterior (tanto exportaciones como importaciones) y el pasaje del amesetamiento en la creación de empleo a su contracción. Entre fines de 2008 y mediados de 2009 se estima que se perdieron 350.000 puestos de trabajo²⁸. Como señala el informe del CENDA,

Focalizando la atención en el mercado de trabajo podemos apreciar que incluso los poco confiables

27 Hay un cuarto elemento de significación al momento de impacto de la crisis que es el debilitamiento del gobierno nacional post derrota electoral en junio de 2007 y post el denominado “conflicto del campo” desde marzo de 2008.

28 Este cálculo incorpora trabajadores registrados, no registrados y trabajadores por cuenta propia. Como señalan los investigadores del CENDA, “Si se considera que en crisis anteriores (la crisis del Tequila, la crisis final de la convertibilidad) los puestos no asalariados y los de asalariados no registrados se vieron reducidos con mayor intensidad que los de los asalariados registrados, la caída actual sería incluso mayor que la estimada. Además, debe tenerse en cuenta que la información sobre puestos de trabajo asalariados registrados que se toma como punto de partida para estos cálculos no comprende la totalidad de los asalariados de la administración pública, lo que también implica un cierto nivel de subestimación de los totales presentados.” Véase CENDA, 2009, op. cit.

datos publicados por el INDEC muestran un incremento en la tasa de desocupación a partir del segundo trimestre de 2009. De acuerdo con la última información disponible, la tasa de desocupación había sido del 7,8% sobre la Población Económicamente activa (PEA) en el tercer trimestre de 2008 y alcanzó el 9,1% en el mismo trimestre de este año [2009]. En lo que respecta a la tasa de subocupación, también se observa un aumento, ya que llegó al 10,6% de la PEA en el tercer trimestre de 2009, cuando había sido del 9,2% en el mismo trimestre de 2008. (CENDA, 2009, p. 5).

A nivel de los conflictos de asalariados, comenzaron a verse las primeras luchas contra los despidos como el caso de los trabajadores precarizados de la fábrica de camiones IVECO y de la fábrica Gestamp (ambas pertenecientes al SMATA) en la provincia de Córdoba o las tomas de fábrica contra los cierres en las metalúrgicas Paraná Metal y Mahle, la papelera Massuh, la gráfica Indugraf, para poner sólo algunos ejemplos. Y comenzó a verse también un endurecimiento de las cúpulas sindicales²⁹ y del gobierno nacional en relación a los conflictos encabezados por dirigentes de base opositores (tendencia que ya venía expresándose desde 2007 y que incluyó algunas represiones importantes y la desarticulación de comisiones internas y cuerpos de delegados parte del sindicalismo de base). En este contexto, el conflicto en la alimenticia Kraft (de agosto a diciembre de 2009) visibilizó la tensión entre los dos procesos que constituyen el retorno de la cuestión sindical en nuestro país: el fortalecimiento de la cúpula sindical y el pro-

29 Una ilustración contundente de la naturalización de las direcciones sindicales como garantes de la fragmentación de la clase trabajadora son las declaraciones del Secretario General de la CGT, Hugo Moyano, sobre los despidos de 2008 en la industria automotriz cuando afirmó que “en algunos casos no se ha convocado al personal eventual”. Véase Diario Crítica de la Argentina, 12.11.2008.

ceso del sindicalismo de base. Dicho de otro modo, Kraft mostró la imposibilidad de “resolución pacífica” a la doble presión a las direcciones sindicales: “desde abajo”, la presión de los trabajadores por conservar lo conquistado en estos años de reactivación económica, fundamentalmente los puestos de trabajo (recordemos que el conflicto se desata por el despido de 156 trabajadores) y la organización sindical de base; “desde arriba”, la presión de las empresas (en el caso de la multinacional Kraft ejercida incluso desde la embajada norteamericana) por “producir lo mismo con menos trabajadores” (es decir, aumentar aún más la tasa de explotación a través de despidos y aumento de ritmos de trabajo) y de desbaratar las organizaciones en el lugar de trabajo (la lista de despidos de Kraft mostraba claramente el carácter selectivo de los despidos dirigidos a los activistas y a los miembros del Cuerpo de Delegados que no habían sido inscriptos en el Ministerio de Trabajo) y del gobierno nacional, presionando por contener la protesta social. En cierta medida, el conflicto de Kraft fue la expresión, en el terreno de la lucha de clases, de la agudización de las contradicciones y la intransigencia por parte de los trabajadores organizados en este sindicalismo de base, para aceptar mansamente que la resolución de dichas contradicciones fuera a través de despidos y más explotación. De allí, que haya puesto sobre la mesa del debate nacional el fantasma del “retorno” de la clase obrera a la escena política, como sinónimo de fin de la paz social³⁰.

30 Así lo expresaba Julián De Diego, asesor de la UIA y uno de los representantes letrados de Kraft, “... *un mapa verdaderamente caótico de las relaciones laborales (...); un deterioro singular de la negociación colectiva (...); el estado de rebelión en el mundo laboral (...); la reactivación del activismo en las empresas (...); los delegados que pasan a tener un protagonismo clave, por sí, y por el entorno de poder que crearon (...); el estado asambleario creado en muchas empresas líderes o con grandes dotaciones (...); con estos fenómenos se ha alterado sin dudas la paz social reinante en otras épocas*”, El Cronista, 29/06/09.

Un año después de aquel conflicto, el impacto de la crisis internacional se atemperó y con ello, pareciendo desdibujarse las contradicciones que el conflicto puso en la primera plana de los diarios. Sin embargo, el nuevo crecimiento post impacto de la crisis presentó una particularidad sumamente importante para nuestro análisis: mientras el crecimiento del producto alcanzó niveles superiores a los previos a la crisis (es decir, superiores a los de fines de 2008), el crecimiento del empleo alcanzó prácticamente los mismos niveles que el primer trimestre de 2008. Esto señala un desfase entre crecimiento del producto y crecimiento del empleo aún mayor que el que señaláramos para 2007, momento en que comienza a agotarse el “modelo”. Si miramos especialmente el empleo en el sector productor de bienes, encontramos que esta brecha entre crecimiento del producto y crecimiento del empleo es muy superior a la media dado que los niveles de empleo ni siquiera alcanzaron los niveles existentes en el primer trimestre de 2008. En la industria manufacturera los asalariados registrados se redujeron 5.4%, aún cuando el nivel de producto aumentó 7% (esto es significativo si partimos de la base que los sectores productores de bienes y particularmente la industria manufacturera fueron los principales motores del crecimiento del empleo post devaluación). La principal explicación de este desfase entre crecimiento del producto y crecimiento del empleo reside en el aumento de la tasa de explotación de los asalariados³¹ en base, principalmente, al aumento

31 Los investigadores del CENDA analizan este desfase haciendo hincapié en la poca fiabilidad de las cifras y en el corrimiento de la creación de empleo desde los sectores productores de bienes (hasta 2007) hacia los sectores de servicios y fundamentalmente la administración pública a partir del impacto de la crisis. Si bien consideramos que esos elementos son parte de la explicación del desfase entre producto y empleo, creemos que el factor fundamental es el aumento de la productividad que permite explicar crecimiento del producto en la industria a niveles del 7%, y decrecimiento del empleo en 5.4%. Véase CENDA, 2010

de los ritmos de trabajo y a la flexibilización (y extensión) de la jornada laboral, en segundo lugar. En diversos sectores industriales en los que se observaron despidos entre fines de 2008 y principios de 2009, a partir de fines de 2009 se observó un aumento de la producción en cantidad (incluso en niveles mayores a los previos) sin la reincorporación correspondiente de los porcentajes de los trabajadores despedidos. Esto implicó, en términos de condiciones de trabajo para los asalariados, el incremento de los ritmos de producción y de tareas, y la extensión de la jornada laboral. En cuanto a los salarios, el salario real se encuentra hoy en los mismos niveles que en 2008 (año en que ya había dejado de crecer por efecto de la inflación), pese a que el crecimiento supera los niveles de 2008.

En definitiva, en términos del conjunto de los trabajadores argentinos, el primer “round” de la crisis en nuestro país lejos de ser inocuo (o estar desacoplado) ya tuvo un primer resultado (atemperado por el nuevo repunte del crecimiento económico): un aumento relativo de los niveles de explotación, particularmente en la industria, lo que implica una nueva caída en el salario relativo. El carácter de “comienzo del fin” del equilibrio capitalista que presenta la actual crisis internacional,³² la crisis de las deudas públicas de los estados débiles de la eurozona y los procesos de lucha de clases de “la primavera árabe”, hacen prever escenarios de mayor contradicción y conflictividad a nivel mundial, lo que (como se mostró en 2008/2009) implica, necesariamente, la profundización de las contradicciones del “modelo” de crecimiento en Argentina. Este escenario coloca la necesidad de discutir sobre el papel político de la clase trabajadora, sus organizaciones y su estrategia. A la apertura de esta discusión pretende colaborar este artículo.

32 Para un análisis de la crisis capitalista mundial véase Juan Chingo, 2010.

REFERENCIAS

ANINO, Pablo. “Síntomas de agotamiento del ‘modelo’ K. ¿Del círculo virtuoso al círculo vicioso?”, en I Jornadas Internacionales de Investigación y Debate Político (VII Jornadas de Investigación Histórico Social), octubre de 2008, Buenos Aires.

ANTUNES, Ricardo. *Los sentidos del trabajo*. TEL/Herramienta ediciones, Buenos Aires; 2005.

_____; *¿Adiós al trabajo?* Herramienta ediciones, Buenos Aires; 2003.

ARCEO et al. *La economía argentina post convertibilidad en tiempos de crisis mundial*. CIFRA-CTA (Centro de Investigación y Formación de la República Argentina – Central de Trabajadores Argentinos), Atuel, Buenos Aires, 2010.

BACH, Paula; “El salario *relativo* en la Argentina de la devaluación” en *Lucha de clases, revista marxista de teoría y política* N° 8, junio 2008, Ediciones IPS, Buenos Aires.

BASUALDO, Eduardo “La distribución del ingreso en Argentina y sus condicionantes estructurales” en *Derechos Humanos en Argentina*, Informe anual CELS; 2008.

BASUALDO, Victoria; *Los delegados y las comisiones internas en la historia argentina: una mirada de largo plazo, desde sus orígenes hasta la actualidad*, Departamento de Historia de Columbia University, Nueva York; 2009.

CAMPOS, Luis *et al.*; “La situación de los trabajadores en Argentina frente a la crisis económica actual”, Documento de Trabajo N11, Centro de Estudios para el Desarrollo Argentino – CENDA, septiembre 2009, Buenos Aires.

CASTILLO, Christian y Lizarrague, Fredy; “Hacia el fin de un ciclo” en *Revista Lucha de Clases* N8, Ediciones IPS, junio 2009, p.16

CENDA; *El trabajo en Argentina. Condiciones y perspectivas*. Informe trimestral. Primavera, Buenos Aires; 2009.

COLLADO, A. y VARELA, Paula; “Hoy la fábrica es como un mundo nuevo, surgen jóvenes que se vuelven militantes de sus derechos”, en *Lucha de Clases. Revista de teoría y política marxista*, N°8, Junio. Ediciones IPS, Buenos Aires; 2008.

CHINGO, Juan; “La difícil vuelta a un nuevo equilibrio capitalista” en *Revista Estrategia Internacional*, N26, 2010, Buenos Aires.

DROLAS, Ana; “Futuro y devenir de la representación sindical: las posibilidades de la identificación”, Battistini, Osvaldo (comp.) *El trabajo frente al espejo. Continuidades y rupturas en los procesos de construcción identitaria de los trabajadores*, Editorial Prometeo, Buenos Aires; 2004.

GILLY, Adolfo; “La anomalía argentina (Estado, Corporaciones y trabajadores)” en *El estado en América Latina: teoría y práctica*, Siglo XXI, México DF; 1990.

LENGUITA, P. y VARELA, Paula.; “Una reflexión sobre el rol de las comisiones internas en el sindicalismo argentino” en *El movimiento obrero en disputa. La organización colectiva de los trabajadores, su lucha y resistencia en la Argentina del siglo XX*. CEIL-PIETTE, CONICET. Buenos Aires; 2010.

LEVISTSKY, Steven; *La transformación del justicialismo. Del partido sindical al partido clientelista, 1983-1999*. Siglo XXI, Editora Iberoamericana. Buenos Aires; 2005.

LÔBBE, Héctor; *La guerrilla fabril. Clase obrera e izquierda en la Coordinadora de Zona Norte del Gran Buenos Aires (1975-1976)*, Ediciones RyR, Buenos Aires; 2006.

LOZANO, Claudio *et. al.* “Sin mucho que festejar: radiografía actual del mercado laboral y las tendencias post-convertibilidad”, Informe del Instituto de Estudios y Formación, CTA, mayo 2008 Buenos Aires.

SOTELO VALENCIA, Adrián; *El mundo del trabajo en tensión. Flexibilización laboral y fractura social en la década de 2000*. Plaza y Valdés Editores. México DF; 2007.

TRAJTEMBERG, D.; BERHÓ, F.; ATORRES, P.; LAUPHAN, W. “Encuesta de Relaciones Laborales”, ponencia presentada en el 7° Congreso Nacional de Estudios del Trabajo, Buenos Aires; 2005.

TROTSKY, León; *Los sindicatos y las tareas de los revolucionarios*, Ediciones IPS, Buenos Aires; 2009.

VARELA, Paula; “Repolitización fabril. El retorno de la política de fábrica en la Argentina post devaluación” en *La precarización del trabajo en América Latina*” Claudia Figari y Giovanni Alves (orgs.), Editora Praxis; 2009.

VARELA, Paula y LOTITO, Diego; “La lucha de Kraft-Terrabusi. Comisiones internas, izquierda clasista y ‘vacancia’ de representación sindical” en *Revista Conflicto Social*, Instituto Gino Germani, UBA, Buenos Aires; 2009.

WERNER, Ruth y AGUIRRE, Facundo; *Insurgencia obrera en la Argentina. 1969-1976. Clasismo, coordinadoras interfabriles y estrategias de la izquierda*, IPS, Buenos Aires; 2007.

12

O PARLAMENTARISMO REVOLUCIONÁRIO COMO PROPOSTA TRANSICIONAL: UMA ANÁLISE DO CASO ARGENTINO³³

Gonzalo Rojas³⁴ & Shimenny Wanderley³⁵

A América Latina se encontra frente a novos processos políticos que poderíamos caracterizar, em termos gerais, como um “fim de ciclo” de um conjunto heterogêneo de governos denominados “pós-neoliberais” e um giro à direita na superestrutura política.

Dentro desse contexto, o objetivo deste artigo é problematizar um fenômeno político, que, mesmo sendo novo na Argentina, retoma uma tradição política no campo do marxismo revolucionário internacional, que é conhecida como “Parlamentarismo Revolucionário”.

Trata da participação de partidos políticos revolucionários no Parlamento de uma forma específica em termos táticos, não

³³ O presente artigo é um desdobramento de pesquisas anteriores realizadas durante a Iniciação Científica no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PIBIC/PIVIC – CNPq/UFCG), desenvolvida entre os anos de 2014 e 2015 sobre o Bloco no poder no Kirchnerismo e a emergência do sindicalismo de base na Argentina; e o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFCG.

³⁴ Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (PPGCP/USP). Docente permanente no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política na Universidade Federal de Campina Grande (PPGCP/UFCG) e líder do Práxis, integrante da Rede Internacional de Jornais La Izquierda Diario.

³⁵ Mestranda em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS/UFCG), integrante da Rede Internacional de Jornais La Izquierda Diario.

estratégicos, no marco de uma democracia liberal. Focaremos na experiência concreta do *Partido de los Trabajadores Socialistas* (PTS) na *Frente de Izquierda e de los Trabajadores* (FIT) na Argentina, com base nos mandatos nacionais do deputado Nicolás del Caño, por Mendoza (dezembro 2013 - dezembro 2015) e da deputada Miryam Bregman, por Buenos Aires (junho 2015 - dezembro 2016), sabendo que o crescimento político da FIT permitiu também ocupar cargos legislativos em diferentes níveis, seja no plano estadual e/ou municipal nas províncias³⁶ de Neuquén, Córdoba, Mendoza, Buenos Aires e da Cidade Autônoma de Buenos Aires.

No marco da crise política e de representação no país, os parlamentares que mencionamos neste capítulo reivindicam sua participação no parlamento numa perspectiva diferente da tradicional, utilizando estes espaços políticos articulando sua participação no conflito social, ou seja, nas lutas extraparlamentares. Atuam no Parlamento de uma forma que chamaremos “tribunos do povo”, realizando de forma original um uso tático do mandato parlamentar, dentro de uma estratégia revolucionária, anticapitalista, submetendo seu mandato à luta extraparlamentar, colocando-se ao serviço dos trabalhadores e do povo pobre nas principais lutas em curso no país, mantendo sua independência política dos patrões, dos governos e do Estado. Chamamos sua participação política como transicional nesse sentido.

A FIT foi formada em 2011 e engloba três partidos, a saber: o *Partido de Trabajadores Socialistas* (PTS), o *Partido Obrero* (PO) e a *Izquierda Socialista* (IS), todos de matrizes trotskistas, mas com diferentes interpretações no interior desta corrente.

Se faz necessário esclarecer que este capítulo faz parte de uma pesquisa de dissertação em andamento, a qual trabalharemos

³⁶ Províncias na Argentina são o equivalente aos Estados no Brasil.

em duas dimensões: uma teórica e uma empírica, que mesmo ainda em desenvolvimento nos permite apresentar algumas conclusões iniciais. Esclarecemos ainda que esta tem como base duas pesquisas anteriores relacionadas: uma sobre o bloco no poder nos governos kirchneristas e outra sobre o sindicalismo de base na Argentina. Esta pesquisa é um original desdobramento das anteriores desenvolvidas no Grupo Práxis - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Estado e Luta de Classes na América Latina e na Unidade Acadêmica de Ciências Sociais (UACS) e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

Para cumprir o objetivo proposto, estruturamos o capítulo com uma introdução e três partes: a primeira se intitula “Breves notas sobre o kirchnerismo como fenômeno político e a emergência do sindicalismo de base”; a segunda, “Parlamentarismo revolucionário: uma tradição histórica”; a terceira, “O Parlamentarismo Revolucionário na Argentina”; e finalizamos com uma breve conclusão.

Na primeira parte, abordamos de forma sintética o kirchnerismo, realizando uma breve caracterização deste e do sindicalismo de base, como já mencionamos, que é nosso ponto de partida para a análise do parlamentarismo revolucionário, por serem temas que se encontram, pois os parlamentares inclusos nesta pesquisa articulam sua atuação parlamentar com a luta extraparlamentar, vinculada principalmente ao sindicalismo de base, mas também com o movimento de direitos humanos, sendo ativos participantes do Encontro Memória, Verdade e Justiça e do movimento de mulheres com a organização feminista internacional Pão e Rosas.

Realizamos duas observações: entendemos por kirchnerismo as presidências de Nestor Kirchner (2003-2007) e as duas de

Cristina Fernández de Kirchner (2007-2015), e destacamos ainda que, a partir da conformação da FIT, muitos dos ativistas do sindicalismo de base integraram suas listas, mostrando uma relação entre a disputa no interior do local de trabalho contra as patronais e a burocracia sindical para uma prática política de classe.

Na segunda parte, em termos teóricos, realizamos um balanço da literatura sobre o tema no campo da ciência política, da sociologia e na tradição do movimento operário internacional, recuperando debates clássicos sobre o tema, analisando as decisões políticas para comparar com o caso argentino, o que contribuirá em algumas de nossas conclusões.

Na terceira parte, referimo-nos ao exemplo concreto dos legisladores do Partido de los Trabajadores Socialistas (PTS) na Frente de Izquierda e de los Trabajadores (FIT) na Argentina, principalmente, os mandatos nacionais do deputado Nicolás del Caño, pelo estado de Mendoza; e da deputada Miryam Bregman, por Buenos Aires. Entendemos este comportamento legislativo como um comportamento político a partir de uma decisão partidária original do PTS, no marco da tradição política marxista revolucionária.

BREVES NOTAS SOBRE O KIRCHNERISMO COMO FENÔMENO POLÍTICO E A EMERGÊNCIA DO SINDICALISMO DE BASE

Entendemos o kirchnerismo como um fenômeno político específico da Argentina, que surgiu como resposta à crise orgânica, em termos gramscianos, política, econômica e social, de 2001, expressa principalmente pelo 'Argentinazo' e que representou uma recomposição do regime político e da economia.

'Argentinazo' é a denominação que se faz às diferentes manifestações que tiveram seu ápice nos dias 19 e 20 de dezembro de 2001, e que derrubaram o governo do então presidente Fernando De la Rúa e mais quatro presidentes em dez dias. Foram manifestações de composição social heterogênea em que se encontravam setores médios que foram expropriados nas suas poupanças pelo capital financeiro; setores inorgânicos que realizaram saques nos supermercados, muitas vezes impulsionados pelos cabos eleitorais do peronismo e pela convocatória permanente da esquerda orgânica com a participação, em menor escala, de setores do movimento de trabalhadores desempregados e sindicais. Expressou claramente a crise do neoliberalismo no país.

Segundo Antônio Gramsci, só num contexto de crise orgânica, diferente de uma crise conjuntural, é possível que o bloco histórico dominante, a articulação entre estrutura e superestrutura amalgamada pelos intelectuais, seja substituído por um novo bloco histórico, a partir da construção de uma nova hegemonia, uma nova articulação entre estrutura e superestrutura, em que a classe trabalhadora hegemoniza os setores subalternos. No caso que não exista esse bloco alternativo, ou seja derrotado, a oportunidade se perde e se produz uma recomposição do bloco dominante sob novas bases, recomposição expressa, neste caso, pelo kirchnerismo.

Importante entender que a profundidade da crise fez com que uma figura política do sistema, de um partido tradicional como o Partido Justicialista (PJ) peronista, mas das margens deste sistema, consiga ser eleito depois de manobras do presidente que estava saindo do poder, Eduardo Duhalde.

Nesse sentido, o kirchnerismo, diferenciando-se conceitualmente do bloco histórico gramsciano e do bloco no poder

poulantziano, expressa, por uma parte, uma recomposição do bloco histórico, uma determinada articulação entre a estrutura, as forças produtivas e as relações de produção, e a superestrutura política, ideológica e jurídica, numa formação econômica social e algumas mudanças no bloco no poder, na articulação entre as frações das classes dominantes sob a hegemonia de uma destas.

Dessa forma, o kirchnerismo aparece no marco de uma crise orgânica do capitalismo argentino com o objetivo de recompor o sistema político em crise, como já foi mencionado, mas tendo que respeitar as relações de força construídas pelo “Argentinazo”.

Segundo afirma o sociólogo e professor na Universidade de Buenos Aires (UBA) e na Nacional de La Plata (UNLP) e dirigente do PTS, Christian Castillo, no seu livro *La Izquierda frente a la Argentina kirchnerista* (2011), sob o kirchnerismo se encontravam elementos do neoliberalismo dos anos 90, porém com alguns novos elementos incorporados à dinâmica de acumulação de capitais. Isso nos permite melhorar nossa interpretação deste particular fenômeno político.

De acordo com Castillo, antes o elemento dinamizador da acumulação de capitais era oriundo das privatizações, e no período kirchnerista, por sua vez, seriam três elementos em seu conjunto, sequencialmente descritos: a entrada de capitais devido ao aumento dos preços das matérias-primas no mercado mundial; o aumento da taxa de exploração envolvendo a desvalorização e a proteção da concorrência estrangeira, que envolve a taxa de câmbio. Durante todo o governo kirchnerista, subestimou-se o fato da burguesia argentina ser a de um país semicolonial, onde o controle da maioria das principais empresas, 2/3 de 500 empresas, está nas mãos do capital estrangeiro, a mesma proporção que no final dos anos 90 (CASTILLO, 2011).

Nos anos 90, o principal movimento social de luta contra o neoliberalismo foi o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), conhecido como movimento piqueteiro. Durante os governos kirchneristas, esse protagonismo passou para o movimento operário, principalmente através do sindicalismo de base, o que implica uma mudança qualitativa do ponto de vista político, em que o protagonismo passaria dos aliados da classe da trabalhadora para a própria classe trabalhadora.

Destacamos um dado econômico relevante: nos primeiros anos do governo de Nestor Kirchner, houve uma taxa de crescimento anual entre 8 e 9% na economia, produto do efeito do “rebote”. Consideramos que o efeito “rebote” e o crescimento econômico consequente, assim como políticas governamentais de cooptação e repressão dos MTD, levaram a uma fragmentação deste, o que favoreceu o desenvolvimento do sindicalismo de base.

O sindicalismo de base surge a partir de 2003 como um novo fenômeno que busca a reconstrução de uma estratégia classista para os sindicatos, buscando autonomia para a classe trabalhadora, dos patrões, dos governos e do Estado, recuperando uma tradição de luta dos trabalhadores, pautada na organização no lugar de trabalho, nas comissões internas e nos corpos de delegados, como foram, em seu momento, as coordenadoras interfabris da década de 70, massacradas pelos governos de Isabel Peron (1974-1976) e a ditadura militar (1976-1983).

O sindicalismo de base se organiza a partir de agrupações nos sindicatos impulsionadas por uma linha política classista, mas que inclui acordos com trabalhadores e trabalhadoras independentes que ainda não são classistas, porém são antiburocráticos e combativos, sendo isso uma de suas características que, em muitos

lugares, reapareceu e também com outras correntes independentes. Essas agrupações, em geral, concordam e se identificam com o programa de ação do PTS e apoiam a Frente de Esquerda e dos Trabalhadores (FIT) enquanto alternativa política de independência de classe.

A relação entre a política econômica dos governos kirchenristas e o sindicalismo de base nos permite compreender a continuidade do bloco histórico e as mudanças nas relações de força no interior do bloco no poder.

Em pesquisas anteriores, testamos algumas hipóteses que foram confirmadas:

1) Na Argentina, durante os governos kirchneristas, existiu uma continuidade da hegemonia do grande capital financeiro nacional e internacional no bloco no poder, embora a fração da grande burguesia interna tenha melhorado sua posição relativa no interior deste, mas sem conquistar a hegemonia;

2) Vinculado à hipótese anterior, este fortalecimento da burguesia interna permite uma transformação no interior do modelo, nas relações de força entre as frações de classe no interior do bloco no poder, mais que uma mudança do próprio modelo. No seu momento, esse fortalecimento se expressou com a união entre a burguesia industrial argentina e o governo;

3) Como mencionado anteriormente, o efeito “rebote” e o crescimento econômico consequente, as políticas governamentais de cooptação e repressão do movimento de desempregados, levaram a uma fragmentação deste, favorecendo o desenvolvimento do sindicalismo de base, a partir fundamentalmente de duas mudanças qualitativas: uma tem relação com a hegemonia dos sujeitos políti-

cos na luta de classes, no qual o protagonismo passou dos aliados da classe da trabalhadora para a própria classe trabalhadora; e a outra é geográfica, pois observamos que, durante os governos kirchneristas, o sindicalismo de base se expande, passando do interior do país para as grandes concentrações operárias nas fábricas da grande Buenos Aires, que é uma mudança geográfica importante, o que interpretamos como uma mudança qualitativa.

Dessa forma, entendemos que o sindicalismo de base se constituiu num importante ponto de partida para enfrentar os desafios da luta dos trabalhadores no país, dando um passo importante para a luta política, para além da sindical, articulando a luta econômica e a luta política. Desde 2001 que o movimento operário tem peso político, que se explica a partir do movimento de fábricas recuperadas, como a experiência da fábrica de cerâmicas Zanon, hoje Fábrica Sem Patrões (FASINPAT), conhecida internacionalmente, sob controle operário desde então; e do Sindicato Ceramista de Neuquén, e se segue com os conflitos na multinacional de alimentos Kraft, em 2009; na gráfica MadyGraf (ex Donnelley), em 2014, hoje expropriada e controlada por seus trabalhadores; na longa batalha em Lear Corporation, em 2014, contra as massivas demissões; e mais recentemente nas jornadas de luta da PepsiCo, nas quais operários e operárias se colocaram contra o fechamento da fábrica e em defesa dos seus postos de trabalho, além de outras lutas contra a burocracia sindical. Com o objetivo de recuperar os sindicatos como instrumentos de luta dos trabalhadores, o sindicalismo de base vem se destacando na luta operária nesse país, lutando ao lado dos operários e operárias que resistem aos ataques do governo e da patronal, e se enfrentam contra o fechamento das fábricas e as demissões.

Nesse contexto é que o kirchnerismo cria, no ano de 2009, as *Primarias Abiertas, Simultaneas e Obligatorias* (PASO), com a aprovação no Congresso Nacional Argentino da *Ley de Democratización de la representación política, la transparencia y la equidad electoral* (Lei nº 26.571), com o objetivo de excluir qualquer possibilidade de construção política à sua esquerda em termos institucionais.

As PASO são um processo primário eleitoral, no qual a população vota nos candidatos para que estes possam disputar os cargos do governo nas eleições gerais. Para isso, o candidato precisa obter o mínimo de 1,5% dos votos válidos para conseguir participar da segunda fase do pleito eleitoral. Funcionando, dessa forma, como uma cláusula de barreira que visa excluir a participação dos partidos de esquerda e dos trabalhadores, com o objetivo de beneficiar cada vez mais os partidos tradicionais.

Dessa forma, a conformação da FIT em 2011, uma frente política eleitoral programática, objetiva superar esta manobra prescritiva do kirchnerismo contra a esquerda, a qual, com as PASO estipulando um piso para poder se apresentar às eleições gerais, pensava que a esquerda classista não superaria tal piso e que não apresentaria opções políticas à esquerda do kirchnerismo.

De forma muito sintética, relacionamos as PASO com a formação da FIT, e a FIT com a possibilidade de ingresso de candidatos em diferentes legislaturas e no congresso nacional da Argentina, o que permite, no caso dos legisladores do PTS, realizar uma prática política conhecida no campo do marxismo revolucionário como Parlamentarismo Revolucionário.

Frente ao triunfo eleitoral e ao governo do empresário Mauricio Macri, expressão na Argentina do esgotamento do ciclo

“pós-neoliberal” de governos latino-americanos que governaram a última década e o giro à direita na superestrutura política no país, é importante registrar os recentes desdobramentos do sindicalismo de base, que se encerra como tendência, mas que abre uma nova etapa de luta no movimento operário no país. Para a esquerda classista e socialista do continente, esses anos foram contra a corrente, já que a paisagem política na região foi dominada por experiências “reformistas” e “populistas”.

Apesar disso, a Argentina conseguiu se tornar uma referência importante de massas com a FIT, que gera uma grande oportunidade para a esquerda liderar a oposição frente ao governo abertamente de direita de Macri.

Nesse sentido, no final de setembro de 2017, foi realizado um importante encontro das agrupações classistas impulsionadas pelo PTS, bem como de setores independentes nos sindicatos, tendo em vista a nova etapa que se abre no movimento operário e a luta contra os novos ataques de Macri, em que as patronais objetivam descarregar mais ajustes contra os trabalhadores e o povo pobre. Nesse sentido, para enfrentar esses ajustes, é preciso a construção de uma agrupação classista nacional para se preparar para os novos desafios que se apresentarão depois das eleições de outubro de 2017. Vinculada à necessidade de sair do local para construir uma corrente sindical nacional, é preciso a articulação entre a luta econômica e a luta política e o fortalecimento da FIT e de seus candidatos como uma importante força política para barrar tais ajustes.

O encontro teve a participação de delegados de mais de sessenta sindicatos do país, trabalhadores que integram as comissões internas nas fábricas dos mais diversos ramos: gráfico, metalúrgico, mecânico, siderúrgico, docente, metroviário, ferroviário, bancário,

aeronáuticos, madeireiro, ceramista, petroleiro, petroquímico, de saúde e de comércio, que são só alguns exemplos. Destacamos a participação das fábricas que impulsionaram as principais lutas operárias no país na última década: PepsiCo, Zanon, Kraft, Lear e Donnelley.

As principais resoluções foram: impulsionar agrupações classistas em todo o país; constituir uma coordenação e uma mesa do Movimento de Agrupações Classistas (MAC); apoiar as lutas em curso, como a alimentícia PepsiCo, os madeireiros de MAM e Ingenio Ledesma, bem como apoiar a luta dos estudantes contra a reforma educativa; apoiar as fábricas sob controle operário; apoiar a campanha eleitoral da Frente de Esquerda e seus candidatos, destacando os candidatos trabalhadores.

Uma vez caracterizado minimamente o kirchnerismo e destacada a importância do sindicalismo de base, relacionado com isso, na segunda parte deste artigo, realizaremos um balanço da literatura sobre o Parlamentarismo Revolucionário.

PARLAMENTARISMO REVOLUCIONÁRIO: UMA TRADIÇÃO HISTÓRICA

As primeiras experiências de Parlamentarismo Revolucionário nos remetem à Rússia posterior a 1905, centralmente na experiência dos bolcheviques na segunda Duma, em 1907. A Duma era a denominação do parlamento Russo antes da revolução de outubro de 1917. O czar, após a revolução de 1905, objetivando apassar o movimento grevista, convocou a primeira Duma em 1906, que foi dissolvida em 1907, quando foi convocada ainda neste mesmo ano a segunda Duma. No marco de uma monarquia, a Duma era um espaço extremamente antidemocrático.

Por decisão política, os bolcheviques não participaram da primeira, o que Lenin mais tarde avaliou como um erro político. Após debates dentro do Partido Operário Socialdemocrata Russo (POS DR), tomaram a decisão política de participar e, impulsionados por Lenin, os bolcheviques fizeram uma grande campanha e conseguiram eleger uma quantidade significativa de deputados.

Lenin defendia a participação nesses espaços como uma tribuna de agitação, de propaganda das ideias revolucionárias, de denúncia do próprio regime político e do próprio funcionamento da Duma e, claro, sem nenhuma ilusão quanto aos limites desse espaço, fazendo um uso tático dele em prol da estratégia revolucionária.

Do ponto de vista do balanço da literatura mais específico, é central nos remeter aos Manifestos, Teses e Resoluções do 2º Congresso da III Internacional, a Internacional Comunista (IC), realizado em Moscovo, em julho de 1920, em que há uma seção dedicada ao Partido Comunista e ao Parlamentarismo, no qual se elaboram as medidas para a efetiva aplicabilidade dessa tática do parlamentarismo revolucionário na prática.

Pelo tipo de partido político estudado, são importantes as considerações de Lenin no livro *Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo*, escrito em 1920, no qual tem um artigo destinado ao tema em questão intitulado “Deve-se participar nos parlamentos burgueses?”, no qual realiza a defesa e a validade dessa tática, polemizando centralmente com os esquerdistas alemães e holandeses.

Lenin afirma que o parlamento burguês constitui um espaço a ser ocupado pelos revolucionários com o objetivo de agitar um programa revolucionário, tal como consta nos documentos da III internacional. Discutindo contra as tendências ultraesquerdistas

da Internacional Comunista, que consideravam uma traição de princípios participar do parlamento, Nini reafirmou sua postura de que os marxistas na época imperialista deveriam, sim, ocupar todos os mecanismos legais que possibilitassem difundir o programa da revolução socialista para educar as massas operárias que ainda depositavam sua confiança nas instituições do Estado burguês e, dessa forma, fazer o uso tático do parlamento burguês dentro de uma estratégia maior, a saber, revolucionária.

Afirma Lenin, em *Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo*:

Nós, bolcheviques, atuamos nos parlamentos mais contrarrevolucionários e a experiência demonstrou que semelhante participação foi não só útil como necessária para o partido do proletariado revolucionário, precisamente depois da primeira revolução burguesa na Rússia (1905), a fim de preparar a segunda revolução burguesa (fevereiro de 1917) e, logo em seguida, a revolução socialista de outubro de 1917. (LENIN, 1981, p. 58).

E acrescenta no mesmo livro:

A participação num parlamento democrático-burguês, longe de prejudicar o proletariado revolucionário, permite-lhe demonstrar com maior facilidade às massas atrasadas a razão por que semelhantes parlamentos devem ser dissolvidos, facilita o êxito de sua dissolução, facilita a 'supressão política' do parlamentarismo burguês. (LENIN, 1981, p. 63-64).

O revolucionário russo continua desenvolvendo o tema numa parte de seu livro *Marxismo e revisionismo*:

Todo aquele que não compreender a inelutável dialética interna do parlamentarismo e do democratismo burguês, dialética que conduz a uma solução do conflito ainda mais brutal que anteriormente, fazendo intervir com mais intensidade a violência de massa, jamais saberá conduzir no terreno desde parlamentarismo uma propaganda e uma agitação conformes aos nossos princípios e susceptíveis de preparar de fato as massas operárias para que participem vitoriosamente nesses conflitos. (LENIN, 1971, p. 63-64).

Se faz necessário entender os conceitos de tática e estratégia que utilizamos ao longo do texto. Na perspectiva leninista, entendemos a tática como a arte de orientar as operações isoladas, a direção dos combates parciais; e a estratégia como a arte de vencer, ligar os resultados ao objetivo da guerra, a conquista do poder político pelo proletariado e a instauração de um governo operário, compreendida, como afirma Trotski no *Programa de Transição*, escrito em 1938, como uma forma popular de denominar a ditadura do proletariado.

Essa diferenciação conceitual entre tática e estratégia, desenvolvida por Leon Trotski desde um ponto de vista marxista revolucionário, no livro *Lições de Outubro*, é a seguinte:

Em política, entende-se por tática, por analogia com a ciência da guerra, a arte de orientar operações isoladas; por estratégia, a arte de vencer, isto é, conquistar o poder. Não fazíamos vulgarmente esta distinção antes da guerra, na época da II Internacional, limitando-nos à concepção da tática socialdemocrata. E não era por obra do acaso: a social-democracia tinha uma tática parlamentar, sindical, municipal, cooperativa, etc. A questão da

combinação de todas as forças e recursos, de todas as armas para alcançar a vitória sobre o inimigo, não se levantava na época da II Internacional, pois esta não fixava como tarefa prática a luta pelo poder. Depois de um longo interregno, a Revolução de 1905 pôs novamente na ordem do dia as questões essenciais, as questões estratégicas da luta proletária, garantindo com isto enormes vantagens aos social-democratas revolucionários russos, quer dizer, aos bolcheviques. (TROTSKI, 1979, p. 12).

Depois Trotski continua articulando a relação entre tática e estratégia afirmando que a primeira está subordinada à segunda.

Em 1917 começa a grande época da estratégia revolucionária, primeiro para a Rússia depois para toda a Europa. É evidente que a estratégia não impede a tática: as questões do movimento sindical, da atividade parlamentar, etc., longe de desaparecerem do nosso campo visual, adquirem agora uma importância diferente, como métodos subordinados da luta combinada pelo poder. A tática está subordinada à estratégia. (TROTSKI, 1979, p. 12).

Para Lenin e Trotski, só será possível atingir este objetivo com independência teórica e política, subordinando a tática à estratégia.

O caso mais emblemático de parlamentarismo revolucionário aconteceu na Alemanha: foi do deputado comunista alemão Karl Liebknecht em 1914 com seu voto contra os novos créditos de guerra, que a classe dominante alemã precisava para a I Guerra Mundial.

Tem cinco escritos de Liebknecht importantes sobre o tema: o primeiro que é o Fundamento do voto contra a aprovação dos

créditos de guerra na sessão parlamentar do dia 02 de dezembro de 1914, na Alemanha; um segundo intitulado “O inimigo principal está no próprio país”, são duas cartas - uma dirigida à redação do Labour Leader da Inglaterra e outra dirigida da prisão à Conferência de Zimmerwald, assim como um livro intitulado *Acerca da justiça de classe*, mas este último não analisaremos neste balanço da bibliografia por não abordar o objeto específico do Parlamentarismo Revolucionário.

No fundamento de seu voto, caracteriza de forma adequada a Primeira Guerra Mundial como uma guerra interimperialista, pela dominação capitalista do mercado mundial e pela dominação política de importantes regiões para instalar capital industrial e bancário. Também um empreendimento bonapartista buscando desmoralizar e destruir a ascensão do movimento operário internacional. Vota contra a guerra e explica sua posição.

Em maio de 1915, Karl Liebknecht publica *O inimigo principal está no próprio país* e continua aprofundando argumentos contra a guerra interimperialista. Sendo que as classes dominantes partem do suposto de que o povo esquece rápido e especulam com a paciência das massas, o revolucionário alemão levanta como palavras de ordem: “Tudo a aprender, nada a esquecer!”. Além disso, destaca a luta heroica dos socialistas internacionalistas italianos e a importância de ter como orientação política geral a luta de classe proletária contra a matança imperialista internacional, para reafirmar que o inimigo principal de cada povo está no próprio país, e exorta ao fim do genocídio apelando à unidade do proletariado numa luta de classes internacional, contra a diplomacia secreta e por uma paz socialista.

Destacamos a importância das Cartas, uma dirigida à redação do Labour Leader da Inglaterra, de Berlim (Alemanha) em dezembro de 1914, pelo fato de que dirige suas palavras de fraternidade internacionalista aos trabalhadores socialistas ingleses desde o socialismo alemão, em momentos em que as classes dominantes desses países estão em guerra. Depois da confusão causada pelo abandono dos princípios socialistas por parte da maioria dos partidos da II Internacional, esta iniciativa política tem ainda mais relevância e já enxerga a necessidade de construção de uma nova internacional.

Outra é a Carta à Conferência de Zimmerwald, de Berlim, na prisão, também em 1915. Na perspectiva de Liebknecht, duas tarefas centrais têm a Conferência: a primeira é um acerto de contas com os desertores da Internacional e o apoio político àqueles que estavam resolutos em não recuar um só passo diante do imperialismo internacional, impulsionando a luta de classes internacional pela paz e a revolução socialista contra a unidade nacional e harmonia que queriam impor as burguesias.

Por sua vez, John Reed agrupa textos do revolucionário alemão num livro intitulado *Contra a guerra Karl Liebknecht*. No artigo “Declaração no Reichstag”, em 02 de dezembro de 1914, conta a trajetória de Karl Liebknecht, com foco no dia 02 de dezembro de 1914, na segunda sessão pela aprovação de créditos de guerra, na qual foi o único deputado que votou contra a concessão de novos créditos de guerra, inclusive contra as orientações do próprio partido, fato que dividiu a social democracia entre os reformistas dirigidos por Karl Kautsky e os revolucionários dirigidos por Liebknecht e Rosa Luxemburg, que mais tarde formaram a Liga Spartaquista, base do futuro Partido Comunista da Alemanha.

Junto com a de Karl Liebknecht, podemos mencionar no mínimo outras duas relevantes experiências de Parlamentarismo Revolucionário, nesse mesmo período histórico: a de Zeth Höglund na Suécia e as experiências do bloco parlamentar revolucionário búlgaro, que contou com 47 parlamentares revolucionários.

Zeth Höglund aderiu ao Partido Social Democrata Sueco em 1904 e tornou-se líder da juventude partidária do movimento; e, em 1905, apoiou o direito à autodeterminação da Noruega em relação à Suécia escrevendo um manifesto intitulado: “Abaixo as armas! Paz com a Noruega!”, no qual declarou que, se os trabalhadores suecos fossem forçados para entrar numa guerra com a Noruega, em vez de aceitar essas ordens, tomariam as armas em suas mãos e se rebelariam contra a classe regente sueca.

A guerra foi evitada e a Noruega tornou-se independente, mas, como resultado da sua agitação antibélica, Zeth Höglund foi condenado a seis meses na prisão, pena que cumpriu entre o verão e o Natal de 1906 na prisão de Malmö.

Foi parabenizado pelo socialista alemão Karl Liebknecht, que o descreveu como um herói na sua obra *Militarismo e Antimilitarismo*, escrita em 1907.

Em novembro de 1912, Höglund, juntamente com os seus companheiros suecos Hjalmar Branting e Ture Nerman, participaram da convenção especial de emergência da Internacional Socialista, que se reuniu em Basileia, na Suíça, devido ao rebentamento das Guerras Balcânicas. Em conjunto com os companheiros Fredrik Ström e Hannes Sköld, Höglund escreveu o manifesto antimilitarista *A casa pobre fortaleza*, no qual era descrita e criticada a Suécia como uma fortaleza e, ao mesmo tempo, uma casa pobre, onde as pessoas eram miseráveis e os governantes gastavam todos os recursos

no militarismo. “Nem uma coroa, nem um öre (cêntimo) para o militarismo” era o slogan desse manifesto.

Em 1914, Höglund conseguiu ser eleito deputado na Câmara baixa do Riksdag, o Parlamento da Suécia, na qual defendeu os princípios do socialismo contra o capitalismo, a guerra e a monarquia sueca a partir de um ponto de vista tático parlamentar revolucionário.

Os parlamentares revolucionários da Bulgária merecem uma menção à parte. Na Circular do Comité Executivo da Internacional Comunista de setembro de 1919, escrita por Grigori Zinoviev, eles são colocados no mesmo nível de Liebknecht na Alemanha e do mencionado Zeth Höglund na Suécia como aqueles que aproveitam seu lugar de deputados para destruir o sistema parlamentar burguês. Também Nikolai Bukharine, no seu discurso sobre a questão parlamentar no II Congresso da Internacional Comunista, realizado em julho de 1920, menciona Liebknecht, Höglund, os parlamentares revolucionários búlgaros e os bolcheviques russos como exemplos concretos da possibilidade de uma ação revolucionária no parlamento.

Entre outros parlamentares revolucionários na Bulgária, podemos destacar Blagoev, Kirkov e Vássil Kolarov que, nas eleições anteriores à mencionada circular de setembro de 1919, haviam obtido 47 deputados e usaram a tribuna parlamentar para servir à causa da revolução proletária. Vássil Kolarov foi o representante da Bulgária que assinou o Manifesto de Zimmerwald na Conferência Socialista Internacional contra a guerra. O papel de todos eles é central porque minam a posição do inimigo no seu próprio campo, não para defender o Parlamento, mas para ajudar as massas a destruí-lo a partir de fora.

O PARLAMENTARISMO REVOLUCIONÁRIO NA ARGENTINA

Este capítulo, como já mencionado, faz parte de uma pesquisa em andamento em que trabalhamos em duas dimensões, uma teórica e outra empírica, esta última remete ao caso do parlamentarismo revolucionário na Argentina.

Para nos referirmos ao Parlamentarismo Revolucionário, não é preciso apenas nos remeter a experiências políticas de um século atrás. De forma mais recente, encontramos outro exemplo de propostas de parlamentarismo revolucionário no marco de uma campanha eleitoral como é o caso do México, onde observamos que a chapa 5, dos Anticapitalistas, encabeçadas por Sergio Moissen e Sulem Estrada, do Movimento dos Trabalhadores Socialistas (MTS), integrantes da Fração Trotskista IV Internacional, alcançou o quinto lugar entre os 21 candidatos independentes na Assembleia Constituinte da Cidade do México, com mais de 11 mil votos, mesmo com fraude eleitoral.

Mas nosso estudo foca na experiência do *Partido de los Trabajadores Socialistas* (PTS), integrante da *Frente de Izquierda y de los Trabajadores* (FIT) na Argentina, em que temos também exemplos concretos do que significa o parlamentarismo revolucionário em ação, na prática política, principalmente com base nos mandatos nacionais do deputado Nicolás del Caño, de Mendoza; e da deputada Miryam Bregman, de Buenos Aires. Entendemos que é relevante ter em consideração os mandatos legislativos tanto no plano estadual e municipal nos estados de Neuquén, Córdoba, Mendoza, na Cidade Autônoma de Buenos Aires e na província de Buenos Aires, para termos uma visão de conjunto desse novo e relevante fenômeno político.

Nicolas Del Caño e Myriam Bregman, como deputados nacionais do PTS na FIT, pelos estados de Mendoza e Buenos Aires, respectivamente, são referências por suas denúncias dentro do parlamento argentino contra os ataques aos explorados e oprimidos. Isso junto a uma característica destes deputados, que é sua vinculação às lutas extraparlamentares.

Del Caño, por exemplo, participou na Panamericana, principal via de acesso da zona norte do país à capital federal, de um corte de estrada sendo deputado federal, junto com trabalhadores em luta contra as demissões na fábrica LEAR Corporation, na qual foi ferido com balas de borrachas pela Polícia Federal. Os parlamentares em questão também participaram ativamente da defesa da ocupação da fábrica PepsiCo, assim como em todas as demais medidas de luta dos trabalhadores dessa fábrica, que fechou deixando cerca de 600 famílias na rua no mês de julho de 2017.

Outra característica desses deputados é seu internacionalismo. A deputada Myriam Bregman, por exemplo, solicitou um posicionamento político do Congresso da Nação Argentina em repúdio ao golpe institucional no Brasil e em solidariedade à classe trabalhadora brasileira contra o avanço da direita.

Esses são elementos a partir dos quais caracterizamos esses parlamentares como revolucionários, tendo em consideração como devem atuar os revolucionários nos parlamentos, de acordo com as resoluções aprovadas no Segundo Congresso da III Internacional em julho de 1920, no qual se elaboram as medidas para a efetiva aplicabilidade dessa tática.

As atuações de Del Caño e Bregman não são atuações individuais, mas que expressam as posições do PTS na FIT. A diferença de outras organizações de esquerda é o PTS que dirige a

seus legisladores e não o contrário, como acontece pelo menos no Brasil com o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Participam das eleições, mas não acreditam que qualquer mudança de fundo possa vir de um triunfo eleitoral.

Entendemos a experiência do PTS/FIT como uma experiência partidária original na esquerda revolucionária, que tem como objetivo conquistar peso em setores de massas sem abandonar a luta para que o movimento operário se transforme em sujeito político, avance das lutas sindicais à militância política e construa um partido político com independência de classe que lhe seja próprio.

O PTS foi fundado no final dos anos 80, a partir de uma cisão do *Movimiento al Socialismo* (MAS), originado na Tendência Bolchevique Internacionalista (TBI), uma corrente interna formada no processo de debate iniciado no III Congresso do MAS.

O MAS foi um partido morenista, em relação a seu fundador Nahuel Moreno, que teve sua origem no Partido Socialista dos Trabalhadores (PST) e fez parte da Liga Internacionalista dos Trabalhadores (LIT).

Como afirma Gabriela Lizst, em seu artigo “*Historia y balance del MAS argentino*”, publicado na revista *Lucha de Clases*, do ano 2006, em seus primeiros documentos, o PTS declarava que o MAS tinha uma definição revisionista do internacionalismo e que se convertera em nacional-trotskista, polemizando com a linha oficial do MAS naquele momento, segundo a qual a Argentina era “o centro da revolução mundial” porque tinha o maior partido trotskista do mundo.

Nesses primeiros documentos, o PTS ainda reivindicava o legado político de Nahuel Moreno e se considerava um partido

trotskista morenista, entendendo que a direção do MAS havia se “degenerado” depois da morte deste.

Posteriormente o PTS publicou vários balanços críticos sobre a trajetória de Moreno. O mais completo foi realizado por Manolo Romano, elaborado para a Fração Trotskista – Quarta Internacional (FT-QI), intitulado “Polémica con la LIT y el Legado Teórico de Nahuel Moreno” e publicado na revista *Estratégia Internacional*, número 3, de dezembro de 1993 e janeiro de 1994 (Romano:1993-1994); e por Emilio Albamonte, Freddy Lizarraga e Manolo Romano para os números posteriores (4 e 5) de julho de 1995, da mesma revista *La estratégia soviética en la lucha por la república obrera*.

Sobre a matriz do marxismo trotskista no plano internacional e como se expressam as correntes em termos partidários na Argentina, recomendamos a leitura da tese de doutorado de Gonzalo Adrián Rojas: *Os socialistas na Argentina. Um século de ação política (1880-1980)*, defendida na Universidade de São Paulo (USP) no ano 2006.

Atualmente, o PTS se autodefine, em termos gerais, como uma organização marxista revolucionária cujas bases teóricas, programáticas e de princípios se encontram na herança legada por mais de 150 anos de luta do movimento operário e socialista: o Manifesto do Partido Comunista, de Karl Marx e Friedrich Engels; a *Crítica ao Programa de Gotha*, realizada por Marx; e a *Crítica ao Programa de Erfurt*, elaborada por Engels; as lições da Comuna de Paris, os ensinamentos da Revolução Russa de 1905, a Revolução Russa de 1917, da Primeira e Segunda Internacionais fundamentalmente sua ala revolucionária, da Internacional Comunista em seus quatro primeiros congressos, da luta da Oposição de Esquerda no

interior da URSS e da Oposição de Esquerda Internacional depois contra o Termidor; a contrarrevolução stalinista e a burocratização, reivindicando a teoria-programa da Revolução Permanente, do Programa de Transição e das bandeiras da IV Internacional, fundada por León Trotski em 1938.

Nesse sentido, como afirmamos acima, a partir de uma base teórica marxista, leninista e trotskista, como um partido que intervém em todos os terrenos da luta de classes, que é denominado de “partido leninista”, porque remete às lições dos bolcheviques que levaram ao triunfo da Revolução Russa, que completa cem anos neste ano (2017) e que foi o principal acontecimento do século XX, sendo a primeira ocasião em que a classe trabalhadora chega a se apoderar do poder político no nível estatal nacional.

Lembramos que a Comuna de Paris, em 1871, foi uma primeira experiência, mas ficou limitada centralmente a uma cidade. A Revolução Russa de outubro de 1917, dirigida pelo Partido Bolchevique, Lenin e Trotski, se apropria das lições da Comuna de Paris e as aprofunda, assim como das experiências revolucionárias russas de 1905 e fevereiro de 1917.

Sobre a questão do partido, afirma Lenin, fazendo um esclarecimento fundamental sobre o partido da vanguarda da classe operária e a classe operária:

(...) Não se pode, na realidade, confundir o Partido, como destacamento de vanguarda da classe operária, com toda a classe. (...) entre os elementos ativos do Partido Operário Social-Democrata, de modo algum figurarão apenas as organizações de revolucionários, mas sim toda uma série de organizações operárias reconhecidas como organizações do Partido (...) Em segundo lugar: por qual motivo e em virtude de que lógica podia deduzir-se, do

fato de sermos um partido de classe, a consequência de que não é preciso estabelecer uma distinção entre os que integram o Partido e os que estão em contato com ele? Muito pelo contrário: justamente porque há diferenças no grau de consciência e no grau de atividade, é necessário estabelecer uma diferença no grau de proximidade do Partido (...). (LENIN, 1946).

O revolucionário russo continua argumentando:

(...) Somos o partido da classe e, por isso, quase toda a classe (e em tempo de guerra, em época de guerra civil, a classe inteira) deve atuar sob a direção de nosso Partido, deve manter com nosso Partido a ligação mais estreita possível; mas seria (...) “seguidismo” acreditar que quase toda a classe ou a classe inteira possa algum dia, sob o capitalismo, elevar-se ao ponto de alcançar o grau de consciência e de atividade de seu destacamento de vanguarda, de seu Partido Social-Democrata. Nenhum social-democrata judicioso jamais pôs em dúvida que, sob o capitalismo, nem mesmo a organização sindical (mais rudimentar, mais acessível ao grau de consciência das camadas menos desenvolvidas) está em condições de englobar toda ou quase toda a classe operária. Esquecer a diferença que existe entre o destacamento de vanguarda e toda a massa que gravita em torno dele, esquecer o dever constante que tem o destacamento de vanguarda de elevar camadas cada vez mais amplas até seu avançado nível, seria apenas enganar a si próprio, fechar os olhos diante da imensidade de nossas tarefas, restringir nossas tarefas. E exatamente assim os olhos se fecham e tal é o esquecimento que se comete quando se apaga a diferença que existe entre os que estão em contato e os que ingressam, entre os conscientes e os ativos, por um lado, e os que ajudam, por outro (...). (LENIN, 1946).

Sobre o bolchevismo, Lenin desenvolve no seu livro *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*:

De um lado, o bolchevismo surgiu em 1903 fundamentado sobre uma base muito sólida de teoria marxista. E a justeza dessa teoria revolucionária - e só dela - foi demonstrada não só pela experiência internacional de todo o século XIX como, em particular, pela experiência dos desvios, vacilações, erros e desilusões do pensamento revolucionário na Rússia. (...) Rússia chegou ao marxismo - a única teoria revolucionária acertada - através das angústias das quais sofreu no curso de meio século de torturas e de sacrifícios inauditos, de heroísmo revolucionário nunca visto, de energia incrível, de buscas abnegadas, estudo, ensaios práticos, desenganos, verificação e comparação com a experiência europeia. Graças à emigração provocada pelo Czarismo, a Rússia revolucionária, na segunda metade do século XIX, conseguiu uma riqueza de vínculos internacionais e um excelente conhecimento das formas e teorias do movimento revolucionário mundial como nenhum outro país. (LENIN, 1981, p. 15-16).

O líder da Revolução Russa de outubro de 1917 apresenta como, a partir da solidez teórica, os bolcheviques aplicaram diferentes táticas subordinadas a sua estratégia:

Por outro lado, o bolchevismo, que havia surgido sobre esta base teórica de granito, passou por quinze anos de história prática (1903-1917) sem comparação no mundo por sua riqueza de experiências. Durante estes quinze anos, nenhum outro país conheceu nada sequer parecido a esta experiência revolucionária, a esta rápida e variada sucessão de distintas formas do movimento, legal e ilegal, pacífica e violenta, clandestina e aberta,

círculos locais e movimento de massas, formas parlamentares e terroristas. Em nenhum país se concentrou, em um tempo tão breve, tal riqueza de formas, matizes e métodos de luta de todas as classes, da sociedade moderna, luta que, devido ao atraso do país e ao rigor do jugo do Czarismo, amadureceu com particular rapidez e assimilou com particular avidez e eficácia a “última palavra” da experiência política americana e europeia. (LENIN, 1981, p. 15-16).

A definição como leninista tem fundamental relação com a questão da estratégia bolchevique, revolucionária, que é um elemento central, tendo em vista que é o que vai definir o caráter da revolução. São partidos que se propõem a agrupar a vanguarda da classe operária e a dirigi-la, com base em um programa e estratégia revolucionária. Portanto, a prática política e a base teórica do PTS indicam se desenvolver no sentido que Lenin sintetiza nas citações apresentadas.

A atuação política do PTS no país ganha um salto qualitativo e mais força a partir das jornadas de 2001 na Argentina, conhecida como “Argentinazo”, que no marco de uma crise orgânica sem precedentes no país, levou a ter, como foi mencionado, cinco presidentes em dez dias no país.

Num momento em que as outras organizações da esquerda no país focaram sua construção no movimento dos trabalhadores desempregados, o PTS escolheu construir-se nas principais concentrações operárias. Christian Castillo afirma: “Essa decisão estratégica que nos permitiu, por exemplo, assumir um papel decisivo na luta dos operários de Zanon e outras fábricas de Neuquén, Córdoba e da zona norte da Grande Buenos Aires” (CASTILLO, 2011, p. 179, tradução nossa).

Essa estratégia, de forma resumida, no momento do crescimento econômico, do efeito “rebote”, depois do ano 2003 com o kirchenrismo no governo, levou o partido a participar das principais experiências da luta de classes nessa década, sendo protagonista do fenômeno conhecido no país como “sindicalismo de base”, como mencionamos na primeira parte deste artigo, um fenômeno político relevante classista e antiburocrático, fortalecendo uma tradição da luta independente dos trabalhadores.

Ligada a esse desenvolvimento, a mencionada FIT, surgida em 2011, num momento de aprofundamento da crise capitalista mundial, longe de ser só um “fenômeno eleitoral” é produto de uma década de luta dos trabalhadores na Argentina, atravessada também por experiências de recuperação de comissões internas fabris e ocupações de fábricas desde 2001. Representa, em síntese, o “salto” de uma enorme camada de trabalhadores, mulheres e jovens, das lutas sindicais para a militância política “anticapitalista”, segundo a própria interpretação partidária.

Para ter uma dimensão do fenômeno político que estamos apresentando, podemos mencionar que o PTS levou cerca de 1800 candidatos operários como candidatos em diferentes níveis, nacional, estadual e municipal, tanto no plano executivo como no legislativo, nas eleições do ano 2015.

Estes são também os principais referentes da luta de classes na Argentina, que acompanharam Del Caño, dirigente do PTS, como candidato a presidente pela FIT, numa campanha eleitoral específica, em que o peso das mulheres em cada chapa e da juventude trabalhadora e estudantil foi muito importante.

A *Frente de Izquierda y de los Trabajadores* (FIT) consiste em uma frente política eleitoral que tem como característica a independência política de classe.

O mencionado sociólogo Castillo expõe:

El Frente de Izquierda se constituye en defensa de la independencia política de los trabajadores contra los distintos bloques capitalistas que expresan el gobierno, sus opositores patronales y las diferentes variantes de la centroizquierda. Lo hace en base a un planteo obrero y socialista, de independencia de clase, levantando un programa para impulsar la movilización de los trabajadores y sectores explotados contra el gobierno y las patronales. El Frente de Izquierda se presenta como una referencia política para quienes luchan por la independencia de los sindicatos y la expulsión de la burocracia sindical y sus patotas, y por la independencia de todo o movimiento popular del capital y su Estado. (CASTILLO, 2011, p. 251).³⁷

Em termos conceituais, é importante diferenciarmos frente única operária e frente política eleitoral.

A tática da Frente Única Operária, elaborada a partir do terceiro congresso da Internacional Comunista, é complexa e tem diferentes aspectos de manobra, tático e estratégico. Implica acordos com o objetivo da unidade das fileiras proletárias para lutas parciais em comum (aspecto tático, defensivo ou ofensivo), como, no Brasil, contra os ataques aos trabalhadores por parte do governo golpista institucional de Temer. Isso sem perder o objetivo principal, que

³⁷ A Frente de Esquerda e dos Trabalhadores (FIT nas suas siglas em espanhol) se constitui em defesa da independência política dos trabalhadores contra os distintos blocos capitalistas que expressam o governo, seus opositores patronais e as diferentes variantes da centro-esquerda. O faz sob a base de um planteio operário e socialista, de independência de classe, levantando um programa para impulsionar a mobilização dos trabalhadores e os setores explorados contra o governo e as patronais. A FIT se apresenta como uma referência política para aqueles que lutam pela independência dos sindicatos e a expulsão da burocracia sindical e suas forças de choque, e pela independência de todo o movimento popular e seu Estado (CASTILLO, 2011: tradução nossa).

é a ampliação da influência dos partidos revolucionários como produto da experiência comum com o fim de conquistar a maioria da classe operária para a luta pelo poder, que já deixa de ser um aspecto defensivo para se transformar em um aspecto estratégico e, portanto, ofensivo.

A FIT, por sua vez, é uma frente política, programática, que expressa a independência política dos patrões dos governos e do Estado. É uma frente constituída por três partidos trotskistas, o mencionado PTS em aliança com o Partido Obrero (PO) e a Izquierda Socialista (IS). Como partidos internacionalistas pretendem reconstruir a Quarta Internacional, dessa forma, no Brasil, o PTS tem como organização irmã o Movimento Revolucionário dos Trabalhadores (MRT) integrantes da Fração Trotskista - Quarta Internacional (FT-QI) com o jornal Esquerda Diário; o PO tem o jornal Tribuna Classista e é integrante da *Coordinadora por la Refundación de la Cuarta Internacional* (CRCI); e a Izquierda Socialista (IS) é, no Brasil, a Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST) integrantes da *Unidad Internacional de los Trabajadores* (UIT-CI), uma corrente no interior do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

Com Del Caño como candidato presidencial em 2015, no primeiro turno, a FIT superou os 800 mil votos, 3,23% em nível nacional, tornando-a como a quarta força política nacional. É importante destacar que esses resultados foram obtidos numa eleição presidencial bastante polarizada entre os candidatos da burguesia que disputaram o segundo turno: o governista Daniel Scioli e o empresário neoliberal e conservador Mauricio Macri, este último foi eleito, sendo um elemento importante do giro à direita na superestrutura política latino-americana. Destacamos ainda que, no segundo turno eleitoral, o PTS manteve uma posição de independência política chamando de forma coerente a votar em branco.

Se realizarmos uma comparação com o Brasil, para ter uma dimensão, poderemos afirmar que tais resultados, de uma esquerda classista, configuram o dobro dos votos conquistados por Luciana Genro do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), de 1,6% nas eleições presidenciais no Brasil, no ano de 2014.

Como já mencionado, os parlamentares revolucionários reivindicam sua participação no parlamento numa perspectiva que articula essa luta no parlamento com os conflitos sociais em curso no país, apresentando-se como tribunos do povo. Têm como característica a manutenção da independência política, dos padrões, dos oficialismos governamentais e do Estado, realizando o uso tático do mandato parlamentar em função das lutas dos trabalhadores e do povo pobre, contribuindo assim a uma nova relação entre representantes e representados, que contribui também com a democratização da sociedade sem renunciar a uma ruptura revolucionária. As propostas elaboradas, assim como suas práticas políticas, têm elementos que poderíamos denominar transicionais, como receber o mesmo um salário que uma professora e contribuir com o resto nas lutas e greves em curso no país. Esta proposta, por exemplo, foi inspirada na Comuna de Paris de 1871, quando se decidiu que cada político ganhe o mesmo que um trabalhador qualificado. Desta forma, entendemos esta uma medida política transicional.

Em termos de totalidade e do ponto de vista empírico, podemos mencionar os mandatos de deputados nacionais Nicolás del Caño (dezembro 2013 – dezembro 2015) e Myriam Bregman (dezembro 2015 – dezembro 2016); do deputado no Estado de Buenos Aires, Christian Castillo (dezembro de 2013 – julho 2014); da legisladora *cordobesa* Laura Vilches, desde 2015 até atualidade; e, no caso do estado de Mendoza, da senadora estadual Noelia

Barbeito; do deputado e da deputada estaduais Lautaro Jimenez e Cecilia Sosa, em exercício na atualidade; assim como da vereadora na cidade de Mendoza, Escudero; o mesmo que do operário ceramista de Neuquen, Raul Godoy; e de Patrício del Corro como vereador na Legislatura da Cidade Autônoma de Buenos Aires.

Acrescentamos que, no dia 10 de junho de 2017, Nathalia Seligra, secretária de Direitos Humanos do Sindicato Único de Trabalhadores da Educação de Buenos Aires (Suteba Matanza) e dirigente nacional do PTS, em representação deste partido, retomou a continuidade do mandato substituindo Néstor Pitrola, do Partido Operário (PO), como parte do acordo político de rotação das bancadas característica da FIT.

Denominamos esses parlamentares do PTS como parlamentaristas revolucionários a partir do estudo de seu comportamento político não individual, mas como referentes partidários, através de como eles, dentro dessa instituição, articulam sua atuação nas lutas extraparlamentares, vinculadas principalmente, mas não unicamente, com o sindicalismo de base. Esses parlamentares se vinculam também aos direitos humanos, ao movimento de mulheres Pão e Rosas e Nem uma menos, e à Juventude; e vinculado a estes, as lutas contra as grandes multinacionais depredadoras do meio ambiente e do movimento mapuche. Esta última luta se redimensiona depois do desaparecimento, por parte da Gendarmaria Nacional, uma força repressiva federal nacional, do colaborador do movimento mapuche Santiago Maldonado no dia 01 de agosto de 2017.

Em termos de totalidade e do ponto de vista empírico, apresentamos nos quadros que seguem os deputados do PTS/FIT. No Quadro 1, os parlamentares eleitos em 2013 e 2015.

QUADRO 1 - LEGISLADORES PTS – FIT (ELEIÇÕES 2013 E 2015)³⁸

Nome	Cargo	Província	Mandato
Nicolás del Caño	Deputado Nacional	Mendoza	De dezembro de 2013 a dezembro de 2015
Miryam Bregman	Deputada Nacional	Buenos Aires	De junho de 2015 a dezembro de 2016
Nathalia González Seligra	Deputada Nacional	Buenos Aires	De junho de 2017 a dezembro de 2018
Christian Castillo	Deputado Provincial	Buenos Aires	De dezembro de 2013 a junho de 2015
Patricio del Corro	Legislador	Ciudad Autónoma de Buenos Aires	De dezembro 2015 - dezembro 2016 (pela eleição de 2015) e dezembro 2017 – dezembro 2018 pela de 2017
Laura Vilches	Deputada Provincial	Córdoba	De dezembro de 2015 a dezembro de 2019
Noelia Barbeito	Senadora Provincial	Mendoza	De maio de 2013 a maio de 2017
Macarena Escudero	Deputada Provincial	Mendoza	Maio 2015 – Maio 2019
Lautaro Jimenez	Deputado Provincial	Mendoza	Maio 2013 - Maio 2017
Melisa Prado	<i>Concejal</i>	Mendoza Capital	-
Raul Godoy	Deputado Provincial	Neuquén	De dezembro de 2012 a dezembro de 2013; e de dezembro de 2015 a dezembro de 2017

Fonte: Elaboração própria.

No Quadro 2, apresentamos o resultado institucional dos parlamentares eleitos do PTS/FIT nas eleições de 2017.

QUADRO 2 - LEGISLADORES PTS – FIT A PARTIR DAS ELEIÇÕES 2017

Nome	Cargo	Província	Mandato
Nicolás del Caño	Deputado Nacional	Buenos Aires	De dezembro de 2017 a maio de 2021
Nathalia González Seligra	Deputada Nacional	Buenos Aires	De junho de 2017 a março de 2019 pela eleição de 2015
Cláudio Dellacarbonara	Legislador Provincial	Buenos Aires	De março de 2020 a dezembro de 2021

³⁸ *Concejal* é o equivalente a vereador no Brasil.

Miryam Bregman	Legisladora	Ciudad Autónoma de Buenos Aires	De dezembro de 2017 a maio de 2021
Patricio del Corro	Legislador	Ciudad Autónoma de Buenos Aires	De dezembro de 2015 a dezembro de 2016; de dezembro de 2017 a dezembro de 2018
Alejandro Vilca	Deputado Provincial	Jujuy	De dezembro de 2017 a 2022
Eduardo Hernández	Deputado Provincial	Jujuy	De dezembro de 2017
Natalia Morales	Deputada Provincial	Jujuy	De dezembro de 2017 a 2021
Gastón Remy	Deputado Provincial	Jujuy	De junho de 2019 a dezembro de 2021
Andrea Gutiérrez	Consejal ³⁹	San Salvador de Jujuy	De dezembro de 2017 a dezembro de 2021
Guillermo Alemán	Consejal	San Salvador de Jujuy	De dezembro de 2017 a dezembro de 2021
Julio Mamani	Consejal	Palpalá (Jujuy)	De dezembro de 2017 a 2021
Laura Vilches	Deputada Provincial	Córdoba	De dezembro de 2015 a dezembro de 2019 pela eleição de 2015
Macarena Escudero	Deputada Provincial	Mendoza	Maio 2015 – Maio 2019
Mailé Rodríguez	Deputada Provincial	Mendoza	De maio de 2018 a maio de 2021
Lautaro Jimenez	Senador provincial	Mendoza	De maio de 2018 a maio de 2021
Carlos Espeche	<i>Concejal</i>	Guaymallén	De maio de 2018 a maio de 2021
Miguel López	<i>Concejal</i>	Ledesma	De dezembro de 2017 a dezembro de 2021
Luis Guerra	<i>Concejal</i>	Ledesma	De dezembro de 2017 a dezembro de 2021
Ulises Jiménez	<i>Concejal</i>	Las Heras	De maio de 2018 a maio de 2021
Jésica Bustos	<i>Concejal</i>	Maipú	De maio de 2018 a maio de 2021
Emilce Chacón	<i>Concejal</i>	San Martín	
Micaela Blanco Minoli	<i>Concejal</i>	Lavalle	De maio de 2018 a maio de 2021
Natalia Hormazabal	<i>Concejal</i>	Neuquén	De dezembro de 2019 – maio de 2021
Raul Godoy	Deputado Provincial	Neuquén	De 2015 a 2019 pela eleição de 2015

Fonte: Elaboração própria.

³⁹ Equivalente a vereador no Brasil.

Como demonstrado no Quadro 2, estes importantes resultados nos mostram a continuidade e o crescimento do parlamentarismo revolucionário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do parlamentarismo revolucionário no campo da ciência política nos permite duas coisas centralmente: apresentar uma estratégia política, não nova, mas original em relação ao comportamento institucional; e ver se estamos frente a uma nova forma de representação política nas democracias contemporâneas, que entendemos como medida transicional, um fenômeno político relevante, ainda não estudado pelas correntes institucionalistas da ciência política, nem as que focam o conflito social.

No caso estudado, o parlamentarismo revolucionário do PTS da Argentina permite tirar lições que excedem a fronteira do país no marco de uma estratégia revolucionária anticapitalista, dos trabalhadores, das mulheres e da juventude.

Entendemos as propostas e a prática política parlamentarista revolucionária como transicionais num contexto de crise orgânica do capitalismo mundial.

REFERÊNCIAS

III INTERNACIONAL COMUNISTA. *Manifestos, teses e Resoluções do 2.º Congresso*. v. 2, O partido comunista e o parlamentarismo. São Paulo: Brasil Debates, 1989, p. 101-118.

ACIER, A. A. PTS na FIT: é possível uma esquerda da luta de classes que conquiste peso eleitoral. *Esquerda Diário*. Disponível em: <http://www.esquerdadiario.com.br/PTS-na-FIT-e-possivel-uma-esquerda-da-luta-de-classes-que-conquiste-peso-eleitoral?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=Newsletter>. Acesso em: 16 set. 2017.

_____. Devem os trabalhadores participar das eleições e fazer política revolucionária no parlamento?. *Esquerda Diário*. Disponível em: <<http://www.esquerdadiario.com.br/Os-trabalhadores-devem-ou-nao-participar-das-eleicoes-e-fazer-politica-revolucionaria-no-parlamento>>. Acesso em: 16 set. 2017.

CASTILLO, C. *La izquierda frente a la Argentina Kirchnerista*. Buenos Aires: Planeta, 2011.

DANTAS, G. Lenin: o que pretende a esquerda revolucionária quando disputa eleições?. *Esquerda Diário*. Disponível em: <<http://www.esquerdadiario.com/Lenin-o-que-pretende-a-esquerda-revolucionaria-quando-disputa-eleicoes>>. Acesso em: 16 set. 2017.

_____. Marxismo eleitoral: faz algum sentido?. *Esquerda Diário*. Disponível em: <<http://www.esquerdadiario.com.br/Marxismo-eleitoral-faz-algum-sentido>>. Acesso em: 16 set. 2017.

ENGELS, F. Crítica ao Programa de Erfurt. In: MARX, K. *Crítica ao Programa de Gotha*. Porto: Portucalense, 1971.

FERRI, C.; SANCHEZ, A. Para que participamos los revolucionarios en las elecciones parlamentarias?. *La izquierda Diario* (Chile). Disponível em: <<http://www.laizquierdadiario.com/Para-que-los-revolucionarios-participamos-en-las-elecciones-parlamentarias>>. Acesso em: 16 set. 2017.

GRAMSCI, A. Caderno 13. (1932-1934) Breves notas sobre a política de Maquiavel. In: *Cadernos do Cárcere*. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LA IZQUIERDA DIARIO ARGENTINA - REDAÇÃO. O partido leninista como instrumento de combate. *La Izquierda Diario*. Disponível em: <http://www.esquerdadiario.com.br/O-partido-leninista-como-instrumento-de-combate?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=Newsletter>. Acesso em: 30 set. 2017.

_____. Gran encuentro de agrupaciones clasistas en el Hotel Bauen. *La Izquierda Diario*. Disponível em: <<http://laizquierdadiario.com/Gran-encuentro-de-agrupaciones-clasistas-en-el-Hotel-Bauen>> Acesso em: 30 set. 2017.

LENIN, V. I. *Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo*. São Paulo: Global Editora; 1981.

_____. *Marxismo e revisionismo*. Porto: Portucalence, 1971.

_____. *Um passo adiante, dois passos atrás*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1946.

_____. Um passo adiante, dois atrás. In: *Partido de massas ou Partido de Vanguarda*. Polêmica Lenin/Rosa, São Paulo: Ched Editorial, 1981.

LIEBKNECHT, K. Fundamento del voto contra la aprobación de los créditos de guerra en la sesión parlamentaria del 2 de diciembre de 1914. In: LENIN, V. I. *Trotsky et alii*; Marxistas en la Primera Guerra Mundial; Buenos Aires: Instituto del Pensamiento Socialista, 2014, p. 159-160.

LIEBKNECHT, K.; ¡El enemigo principal está en el propio país! In: LENIN, V. I. *Trotsky et alii*; Marxistas en la Primera Guerra Mundial; Buenos Aires: Instituto del Pensamiento Socialista, 2014, p. 189-194.

_____. *Acerca da justiça de classe*. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2002.

LOS CUATRO PRIMEROS CONGRESOS DE LA INTERNACIONAL COMUNISTA. Primera Parte. Cuadernos de Pasado y presente 43. Segundo Congreso. El Partido Comunista y el Parlamentarismo. Córdoba: Pasado y Presente, 1973, p. 173-182.

LIZST, G. Historia y balance del MAS argentino. *Lucha de Clases*, n. 6, junio 2006.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifiesto do Partido Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. *Crítica ao Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.

REED, J. Contra a guerra Karl *Liebknecht*. Curitiba: Editora Pão e Rosas, s/d.

REPUBLICA ARGENTINA. *Lei nº 26.571*, de Democratización de la representación política, la transparencia y la equidad electoral; Promulgada em 11 de dezembro de 2009.

ROJAS, Gonzalo. *Os socialistas na Argentina*. Um século de ação política. Tese de doutorado em Ciência Política. Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-25052007-151218/pt-br.php>>. Acesso em: 25 set. 2017.

ROMANO, M. Polémica con la LIT y el Legado Teórico de Nahuel Moreno. *Estrategia Internacional*, n. 3, dez. 1993 e jan. 1994.

TONELLO, I. Por que os trabalhadores revolucionários devem participar das eleições parlamentares? *Esquerda Diário*. Disponível em: <<http://www.esquerdadiario.com.br/Porque-os-trabalhadores-revolucionarios-devem-participar-das-eleicoes-parlamentares>>. Acesso em: 16 set. 2017.

TOTSKI, L. *As Lições de Outubro*. São Paulo: Global Editora, 1979.

VARELA, P. *La disputa por la dignidad obrera*. Sindicalismo de base fabril en la zona norte del Conurbano bonaerense 2003-2014. Buenos Aires: Imago Mundi; 2015.

_____. *El gigante fragmentado*. Sindicatos, trabajadores y política durante el kirchnerismo. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Final Abierto, 2016.

VILLALBA, F. Elecciones en Alicorp: balance y tareas en la nueva etapa. *La Izquierda Diario* (Argentina). Disponível em: <<http://www.laizquierdadiario.com/Elecciones-en-Alicorp-balance-y-tareas-en-la-nueva-etapa>>. Acesso em: 30 set. 2017.

ZINOVIEV, G.; BORDIGA, A. et al. *A questão parlamentar e a Internacional Comunista*. Lisboa: Antidoto, s/d.

AS FRENTES CLASSISTAS COMO POSSIBILIDADE PROGRAMÁTICA E ELEITORAL: A FIT ARGENTINA

Pablo Thiago C. de Moura¹

A chegada aos governos nacionais latino-americanos no fim do século XX e principalmente início da primeira década do século XXI de atores políticos que se colocam enquanto identificados com o campo político da esquerda² pode ser compreendida, de maneira conjunta, como parte

1 Doutor em Ciências Sociais pelo PPGCS/UFCG, Professor do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE).

2 Esquerda: o conceito de esquerda, para o leninismo – com a revolução russa – semanticamente passa a ser usado como sinônimo do conjunto de forças e tendências que, no confronto entre capitalismo e socialismo, mostra algum grau de proximidade com o último. A esquerda englobaria: anarquistas, comunistas, socialistas, socialdemocratas e social-liberais. O internacionalista venezuelano Demetrio Boersner (2005) faz uma caracterização bastante ampla e flexível do que é esquerda: a primeira característica, identificação com os interesses das classes trabalhadoras e populares, não de maneira paternalista, mas mediante lutas e pressões organizadas; a segunda, compreender a democracia liberal (burguesa) como fase histórica e dialética do avanço humano, que mesmo com seu esgotamento criou valores como liberdade, igualdade e solidariedade, que são válidos e que devem ser defendidos a todo alcance contra retrocessos autoritários e fascistas; a terceira, ampliar a democracia do âmbito político e formal para os âmbitos das relações econômicas, sociais e culturais, para que sejam regidas pelos interesses históricos das maiorias; a quarta, a defesa do internacionalismo e da solidariedade entre os povos na luta por sua emancipação nacional e social, rechaçando a guerra e o armamentismo, buscando a interação e a irmandade entre etnias e culturas na possibilidade de uma futura democracia universal; a quinta, o internacionalismo da esquerda não deve excluir de modo algum os movimentos de libertação nacional dirigidos contra os casos de dominação imperial colonial, ou seja, deve haver uma estratégia de aliança entre o socialismo e o nacionalismo anti-imperialista; por último, a esquerda deve combater movimentos populistas autoritários. Utilizamos o conceito de Boersner (2005) para identificar os governos latino-americanos (relacionados ao “giro à esquerda”) como atores políticos que, em algum grau, corroboram as posições de esquerda mencionadas.

de um mesmo processo e fenômeno histórico denominado de giro à esquerda, como nos casos de: Venezuela (Hugo Chávez), Equador (Rafael Correa), Bolívia (Evo Morales), Chile (Michele Bachelet), Paraguai (Carlos Lupo), Uruguai (Tabarez Vazquez), Brasil (Lula e Dilma Rousseff), e Argentina (Néstor e Cristina Kirchner). Alicerçada nas bases marxistas classistas do socialismo e do comunismo, outra esquerda atua opondo-se a esses governos, em especial, o kirchnerismo na Argentina: o Partido de los Trabajadores Socialistas (PTS), o Partido Obrero (PO) e a Izquierda Socialista (IS).

Nosso objetivo, neste trabalho, é tratar da tática classista de formação da Frente de Izquierda y de los Trabajadores (FIT), utilizada pelos mencionados partidos enquanto mecanismo de luta ante o governo Kirchnerista nos processos eleitorais de 2011 e 2013. Nessa perspectiva, debatemos como esse instrumento tático – a formação de frentes classistas – teve resultados políticos para além da finalidade clássica de utilização das eleições para crítica aos instrumentos de dominação burguesa por parte dos partidos marxistas. Neste estudo, observamos que a FIT logrou êxitos eleitorais aparentemente distantes de alcançar na perspectiva da ciência política hegemônica.

Consideramos assim que a formação de uma frente classista e principista (no sentido de retidão ideológica), tal como foi a FIT, é capaz de obter resultados políticos para além do fortalecimento da identidade de classe. Os partidos marxistas de caráter socialista-comunista – ao qual se alinham os partidos marxista-trotskistas argentinos – surgiram no intuito de ajudar a criar uma consciência coletiva para educar as massas e torná-las politicamente ativas e conscientes do seu papel de classe. A participação no processo eleitoral, segundo essa lógica, contribui para uma melhor organiza-

ção da classe operária. Desse modo, as eleições são úteis enquanto terreno favorável para o proletariado e o conjunto da classe trabalhadora acumularem forças, já que devem servir de importante ponto de apoio às lutas diretas (extraparlamentares), construindo o momento decisivo para a tomada do poder político centralizado na figura do Estado.

Este trabalho foi parte da pesquisa de doutorado intitulada: *Os partidos políticos marxistas de matriz trotskista na Argentina (PTS, PO e IS): atuação frente aos governos kirchneristas*, que foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS/UFCG), entre 2012 e 2016.

A justificativa para esta pesquisa dá-se pela emergência do fenômeno histórico (principalmente no seu sentido político), que vem ocorrendo desde a primeira década do século XXI na América Latina; e pelo surgimento de governos identificados com bandeiras e atores políticos de esquerda dos mais diferentes tipos (nacional-populares, neodesenvolvimentista, em favor dos povos originários, etc.). Os governos identificados com a esquerda emergidos na primeira década do século XXI contemplam alguns aspectos comuns: 1. Fatores étnicos (que não são marcantes nos governos do Brasil e da Argentina, mas os são na Bolívia e no Equador); 2. Contrários aos regimes militares, pois advêm da luta contra tais regimes; 3. Procuram autonomia em relação às grandes potências mundiais, em especial os Estados Unidos, e conseqüentemente vislumbram uma maior integração regional; 4. Posturas neodesenvolvimentistas (que contemplem tanto a política econômica quanto as reformas sociais), supostamente em detrimento de políticas neoliberais mais “clássicas”, aspecto perceptível nos governos do Partido Justicialista

(PJ) em seus discursos. Este último é ponto central que põe em lados opostos os governos kichneristas e os partidos da esquerda marxista trotskista, a política econômica.

A esquerda marxista trotskista argentina tem por objetivo maior o horizonte do socialismo. Para esses partidos, em nenhum dos governos kirchneristas na Argentina, que contam com apoio de outros setores da esquerda, existe qualquer perspectiva de transformação social. Diante desse quadro, como esses partidos pesquisados se comportaram no sentido tático e estratégico a esses governos? Essa é a linha do desenvolvimento de nosso problema de pesquisa.

Nosso objetivo principal é compreender as ações – táticas e estratégicas – da esquerda trotskista argentina (socialista e revolucionária) no cenário dos governos kirchneristas, especialmente em ambiente eleitoral.

No que se refere a procedimentos metodológicos, especificamente instrumentos, fontes de coleta e análise de dados, descrevemos que tivemos como fontes: primárias, os documentos dos referidos partidos da esquerda marxista trotskista argentina, como resoluções das instâncias partidárias (diretórios e executivas), as resoluções de congressos, os documentos produzidos durante os governos de Néstor e Cristina Kirchner e dados³ políticos e eleitorais da Argentina; as fontes secundário-bibliográficas foram livros, revistas e artigos científicos produzidos, principalmente, na Argentina e por argentinos(as) para melhor proximidade com a temática.

Outro método empregado foi a realização de entrevista, realizada em novembro de 2015, com a principal liderança do PTS, partido que compôs a FIT, e candidato a vice-presidente da Repú-

³ Principais fontes destes tipos de dados: Observatório Electoral Argentino (OEAR) e Ministerio del Interior Argentino.

blica da Argentina, em 2011, Christian Castillo, sendo a referida entrevista gravada em áudio e vídeo. A realização da entrevista com Castillo utilizou-se da técnica de entrevista semiestruturada visando obter do entrevistado informações relevantes, por vezes indisponíveis nos documentos e livros, acerca dos partidos em estudo.

PARTIDOS POLÍTICOS

O partido político é uma organização de parte ou parcela do povo que segue os mesmos ideais políticos com o objetivo de desenvolver uma ação voltada ao exercício dos negócios do governo. Sua finalidade é a ocupação dos espaços de poder do Estado, realizada pelos meios democráticos (votos, eleições, etc.). Este é um tipo de definição vinculada ao pensamento liberal-democrático⁴, que enxerga na finalidade – obtenção e exercício do poder político – seu objetivo principal; e nos processos eleitorais, instrumento para tal finalidade. Sartori (1982) apresenta uma definição mínima de que “partido é qualquer grupo político identificado por um rótulo oficial que apresente em eleições e seja capaz de colocar, através de eleições, candidatos a cargos públicos” (SARTORI, 1982, p. 85).

Assim como Schumpeter⁵, Downs (1999) baseado numa racionalidade voltada para fins governamentais coloca que as elei-

⁴ Outros autores que, em algum grau, contemplam em suas obras esse tipo de pensamento político sobre partidos e que poderíamos citar são: Max Weber, Schumpeter, Downs, Bobbio, para destacar alguns dos mais conhecidos.

⁵ Schumpeter (1984, p. 353) “Partido e máquina política são simplesmente a resposta ao fato de a massa eleitoral ser incapaz de qualquer ação que não seja o estouro da boiada, e constituem uma tentativa de regular a competição política que é exatamente semelhante às práticas correspondentes de uma associação comercial”. A democracia é um acordo institucional para selecionar um governo através da competição por votos no mercado eleitoral. Desse modo, para Schumpeter as organizações partidárias buscam

ções são o meio para se chegar ao poder político e as ideologias são mecanismos usados pelos partidos para se diferenciarem uns dos outros, procurando a preferência do eleitor e vencer a competição pelo poder. Downs (1999) registra que o sufrágio universal, experimentado no regime político democrático representativo, é muito utilizado pelo eleitor na forma de voto em partidos moderados, deixando um número pequeno de eleitores sujeito a posicionamentos mais radicais na distribuição do eleitorado.

Os partidos, especialmente à esquerda, caracterizam-se por utilizar uma estratégia política que enaltece o aspecto ideológico classista como arma principal para a disputa do poder, utilizada na arena eleitoral na busca de voto dos eleitores. Essa tática é reportada por Downs (1999) quando o autor se refere ao desenvolvimento de ideologias políticas, por parte de alguns partidos, como meio de obter votos. Essa perspectiva teórica vislumbra que alguns eleitores, de forma racional, decidem votar ideologicamente, e não por meio de comparações políticas.

Ao invés de comparar o comportamento governamental com as propostas da oposição, compara ideologias partidárias e apoia aquela que se parece mais com a sua. Desse modo, vota com base em competência ideológica, não em questões específicas [...] Porém os eleitores votam com o intuito de influenciar as ações dos partidos políticos, não as afirmações deles. (DOWNS, 1999, p. 119-120).

A ideologia, o voto, eleitores e partidos são procedimentos e atores utilitários e economicamente racionais na perspectiva de

predominantemente o poder político (ideia de máquina política), e os meios (ideologia, estrutura organizativa, base eleitoral) são secundários e instrumentais para o alcance do objetivo primário.

Downs (1999), que abstrai os elementos históricos de sua análise. Dessa forma, os limites dos partidos políticos pela ótica liberal-democrática circunscrevem-se à institucionalidade jurídico-legalista vigente, em ambiente de predomínio dos grupos econômicos e políticos.

O perfil marxista-leninista de partido emerge com as transformações econômicas, políticas e sociais produzidas pelo processo de industrialização no final do século XIX, constituindo o ambiente para o desenvolvimento do movimento operário e, com isso, o surgimento dos partidos operários. Na segunda metade do século XIX, os termos partidos socialistas e partidos comunistas eram usados como sinônimos de partidos vinculados ao movimento da classe trabalhadora. Posteriormente, identificados com o tipo de partido proposto por Lenin⁶ (1978) no início do século XX, em ruptura com o segmento social democrata do movimento operário. A função à qual os partidos comunistas se propunham era de educar e conscientizar as massas sobre seu papel de submissão diante do sistema capitalista e da ordem política burguesa, visando que a classe operária tomasse consciência de sua condição para auxiliar a transformá-la em sujeito histórico da revolução.

A defesa da construção de um partido proletário independente no pensamento e na atividade política era de fundamental importância. Para Marx e Engels, a classe operária não poderia agir como classe exceto constituindo-se em um partido político que fosse distinto dos velhos partidos, formados pelas classes proprietárias, e a elas se opondo, resolução esta presente na formulação

⁶ Lenin, em 1898, compôs o Partido Operário Social Democrata Russo (POS-DR), que depois de 1902 e do livro *Que Fazer?* irá dividir-se em bolcheviques e mencheviques. Importante frisar que, até 1914, Lenin defendia o processo revolucionário na Rússia Czarista em duas fases: uma democrático-capitalista burguesa e, posteriormente, proletária e socialista.

da Primeira Internacional de 1872. O partido comunista aparecia como o que aglutinava a concepção materialista da história e o papel decisivo de um partido junto à revolução proletária. Para Marx, o partido tinha por objetivo e função primordial auxiliar o proletariado a derrubar o Estado burguês e implantar a ditadura do proletariado, para isso propunha um programa de governo mínimo que deveria ser implantado pelo proletariado após o estabelecimento da sua ditadura (MARX, 1990).

Portanto, historicamente, os partidos políticos de caráter marxista e operário participam das eleições orientados preponderantemente para a propaganda e educação política das massas, utilizando os espaços do processo eleitoral representativo enquanto campo de divulgação do pensamento revolucionário socialista-comunista – como descrito, por exemplo, nas obras *Manifesto Comunista* e *Crítica ao programa de Gotha*, de Karl Marx e F. Engels; *O Estado e a Revolução* e *Que Fazer*, de V. Lenin; e *A propósito do partido comunista*, de Pannekoek – para denunciar os limites da democracia política burguesa através do método dialético da luta de classes, resumida assim:

A alternativa revolucionária estaria na organização de “partidos socialistas” e no enfoque da “participação parlamentar” como “um elemento político subordinado à estratégia revolucionária global”, e não no “abstencionismo”. (LESSA, 1996, p. 169).

A crítica feita aos instrumentos liberal-republicanos na democracia é que este, sob a égide de um regime de classes, serviria apenas para a participação (limitada e insuficiente) das camadas mais pobres da população, com o sufrágio e as eleições. Segundo os partidos de caráter marxista, esses mecanismos, na verdade, devem

ser vistos apenas como instrumentos através dos quais o movimento proletário melhora seu nível de organização e comprometimento, e aglutina forças para a verdadeira revolução sócio-política⁷, que em hipótese alguma poderia ser restrita a esses instrumentos políticos burgueses. Porém, não se conclua que se deva subestimar ou negar a importância da estratégia da hegemonia na luta pelo avanço da democracia e na transição ao socialismo. Para os partidos marxistas revolucionários, a batalha pela hegemonia é condição prévia e necessária, mas nunca suficiente na luta pelo socialismo. A esfera política é um dos principais espaços de que dispõe a classe trabalhadora para enfrentar a exploração e a opressão do capital, já que não há política fora da disputa pelo poder e contra o Estado. “Retira-se o Estado da política e o que sobraria? Trata-se da ideia de um fazer político, não independente do Estado, mas indiferente à sua realidade” (ROCHA apud LESSA, 1996, p. 53). Ressalta-se a preocupação em evitar que a participação institucional acabe por submeter os militantes socialistas à ordem burocrático-administrativa burguesa.

As formulações táticas das organizações comunistas internacionais conhecidas como Frentes ganharam força como respostas às conjunturas que surgiram após o final da Primeira Guerra Mundial e no contexto do nazifascismo na década de 1930. A ideia de Frentes surge em Trotski já nos acontecimentos que antecedem 1905,

7 Revolução sócio-política: conceito imprescindível do marxismo, segundo o qual a conquista do poder político através das regras do jogo – processo eleitoral institucional – ou através de uma insurreição violenta que solapasse do poder vigente a classe dominante burguesa – como na teoria leninista da tomada do poder – ainda não poderiam concretizar em sua totalidade uma revolução política, econômica e social se não forem concretizados e instaurados os valores socialistas sob uma perspectiva dialética, em que se instaurasse um regime viável com a mobilização constante da classe operária e demais camadas populares no exercício direto do poder. Revolução enquanto transformação qualitativa das diretrizes do Estado, e não se limitando a uma alteração no controle do poder político governamental como apenas uma revolução política.

quando o revolucionário russo ressaltava a necessidade de superar o atraso feudal a partir de uma revolução burguesa para só depois iniciar um processo de revolução socialista. Para Trotski (1936), a revolução burguesa não pode ser uma reforma liberal e constitucional pertencente apenas à burguesia, cabia ao partido proletário o papel de ala de esquerda da frente democrática, sustentando a burguesia contra a reação das forças feudais e, ao mesmo tempo, defendendo os interesses do proletariado contra a burguesia. Nesse contexto, a ideia de Frentes, em um primeiro momento, surge da necessidade de superação do atraso feudal e abre caminho para revolução burguesa. A Frente Popular, pensada como uma coalizão do proletariado com a burguesia e outros setores, está ambientada principalmente em âmbito governamental nacional⁸. Nos países coloniais e semicoloniais, essas frentes populares ampliavam-se para frentes nacionais. Na frente do tipo popular, o partido burguês, especialmente sua ala mais à esquerda, tem prevalência sobre o partido proletário, assim confrontando o movimento de massas que se encontra desprivilegiado na Frente Popular.

A análise trotskista sobre a frente popular é que esta é produto da crise de direção revolucionária do movimento operário e tem caráter contrarrevolucionário que desmobiliza as organizações trabalhistas nos diferentes âmbitos sociais. A defesa da tática de Frentes de Trotski (1936) ressaltava a necessidade política de uma Frente Única Operária, oposta à colaboração com os partidos burgueses (Programa da IV Internacional), hostil à formação de Frentes entre organizações proletárias e burguesas (as frentes populares) e

⁸ Uso como exemplo a Guerra Civil espanhola, entre 1936-39, em que Trotski faz advertências em relação à formação de uma frente popular entre operários e camponeses com a burguesia dirigindo-a, que nesse caso obstaculiza a emancipação das classes oprimidas. Também o contexto da França de 1935-36 pode ser utilizado nas explicações sobre frentes populares.

seu caráter pluriclassista. “As ‘Frentes Populares’ de um lado e o fascismo de outro são os últimos recursos políticos do imperialismo na luta contra a revolução proletária” (TROTSKI, 1936, p. 2). Trotski era crítico das frentes populares, pois “uma das tarefas da política das frentes populares e da ‘defesa nacional’ é transformar centenas de milhões de homens da população colonial em carne de canhão para o imperialismo ‘democrático’” (TROTSKI, 1936, p. 19).

A Frente única eleitoral não tem como objetivo primário a conquista de votos com finalidade em si mesma, mas como tática subordinada a uma reivindicação comum da classe trabalhadora e/ou da sua representação política. Nesse caso, a formação de uma Frente Única em ambiente eleitoral deve ocorrer como reivindicação comum dos seus componentes em torno de um ou mais objetivos. A Frente Única deve levar em consideração a base (composição) social, se é unificada em torno da classe; e buscar a unidade das diferentes organizações que a compõem e também a unidade em torno de objetivos.

Os marxistas revolucionários não acreditam que a transformação da sociedade será feita “por dentro” no jogo das eleições, é preciso conscientizar os trabalhadores disso para superar a legalidade burguesa e seus limites. Para os marxistas, isso só pode ser feito por meio de uma forte luta política e das experiências dos próprios trabalhadores com o regime com o qual estão se confrontando. A transformação da sociedade só pode ser feita por uma revolução, a opção de participar ou não das eleições é uma questão tática, portanto.

As abordagens às quais se vinculam as duas correntes políticas aqui analisadas (o liberalismo e o socialismo) servem como categorias que diferenciam e opõem as duas correntes. Importante as descrevermos, pois possibilita enxergarmos as finalidades,

as atividades e os ambientes dos partidos para além do processo estritamente institucional e do seu objetivo pragmático eleitoral-governamental.

A ARENA ELEITORAL: KIRCHNERISMO *VERSUS* TROTSKISMO E A EMERGÊNCIA DA FIT

No ano de 2009, o Congresso Nacional Argentino sancionou a *Ley de Democratización de la Representación Política, la Transparencia e la Equidad Electoral* (nº 26571), que inclui um sistema de eleições primárias abertas, simultâneas e obrigatórias (PASO), estabelecendo a modificação das regras eleitorais vigentes, defendendo proporcionar maior “eficácia” ao sistema eleitoral com a diminuição do número de partidos à disputa eleitoral, com eleições primárias servindo como cláusula de barreira, um limitante jurídico-institucional à participação política dos partidos com baixo número de eleitores, sob argumentos, por parte do governo, de otimização da representação política e fortalecimento institucional dos partidos. Essa foi a principal motivação para formação da *Frente de Izquierda y de los Trabajadores* (FIT): superar a cláusula de barreira⁹.

Para Castillo (2011), principal dirigente do PTS, e candidato a vice-presidente pela FIT em 2011, a Lei nº 26571/2009

9 Eleições Primárias (Ley de Democratización de la Representación Política, la Transparencia y la Equidad Electoral§, lei de nº 26571): *fueron creadas en el 2009, tras la aprobación de la Ley Electoral nº 26.571. En la misma se definen básicamente dos cuestiones: cuales partidos están habilitados a presentarse a las elecciones nacionales del 23 de octubre, que según la ley son aquellos que obtengan al menos el 1,5% de los votos válidamente emitidos en el distrito de que se trate para la respectiva categoría. También quedará definida la lista que representará a cada partido político, de ahí lo de interna abierta.* Disponível em: <<http://chauindiferencia.org.ar/pdf/leydemocratizacion.pdf>>.

fez parte da reforma política aprovada no congresso, de inclinação reacionária e antidemocrática, particularmente contra a esquerda, e que aumenta a ingerência estatal na vida dos partidos, acrescentando requisitos para apresentação de candidaturas e exigindo obter 1,5% dos votos em eleições primárias obrigatórias para poder concorrer às eleições gerais de outubro, uma cláusula sem antecedentes eleitorais.

As regras institucionais do jogo político são produto de uma determinada correlação de forças de dada conjuntura que pode atender aos interesses do grupo político que as promove e que ocupa posição de poder para conseguir realizá-las. Neste caso, a supramencionada lei objetivava, em 2009, fortalecer as posições de poder do kirchnerismo no interior do Partido Justicialista (PJ) e também eliminar competidores externos, em especial os partidos situados à esquerda do governo.

El kirchnerismo aspiraba, en primer lugar, a reunificar al peronismo, encolumnándolo detrás suyo en las primarias abiertas, maximizando su posición de cara a las elecciones generales; y en esta instancia procuraba sumar también a los votantes de aquellas fuerzas que hubieran quedado afuera en las PASO, logrando monopolizar el área ideológica izquierda/ centroizquierda. (GALLO, 2014, p. 3)¹⁰.

O kirchnerismo buscava consolidar o maior poder possível do peronismo para posteriormente ocupar todo o espaço da centro-esquerda. Essa mudança nas regras do jogo político-partidário ocorreu porque a crise econômica de 2008, seja no campo inter-

10. O kirchnerismo aspirava, em primeiro lugar, a reunir o peronismo, seguindo-o nas primárias abertas, fortalecendo sua posição diante das eleições gerais; e nesta instância tentou adicionar também os eleitores daquelas forças que teriam ficado de fora nas PASO, conseguindo monopolizar a área ideológica de esquerda / centro-esquerda (tradução nossa)

nacional ou no campo doméstico, principalmente com o conflito agrário argentino¹¹, enfraqueceu o kirchnerismo no palco político-eleitoral, com derrotas nos pleitos legislativos de 2009.

A lei não obteve êxito onde se propôs, “no hubo un avance hacia el incremento en la representatividad del sistema de partidos, la politización ciudadana, ni la democratización de los partidos” (GALLO, 2014, p. 17).

Quanto às propostas políticas da FIT, estas focaram no caráter classista e socialista enquanto alternativas políticas: aumento do salário-mínimo, reparação das horas de trabalho não pagas, formação e qualificação profissional dos trabalhadores a cargo dos empregadores, combate ao desemprego; fim da terceirização; não pagamento da dívida externa; nacionalização sem indenização dos bancos, do petróleo, das minas, das telecomunicações e do comércio exterior agrário (setores econômicos estratégicos); nacionalização dos meios de transporte públicos com a gerência dos trabalhadores; julgamento e criminalização dos assassinos de Mariano Ferreyra; na política internacional: apoio a rebelião popular com expulsão do imperialismo de todos os países, apoio a unidade socialista da América Latina e ao socialismo internacional. Importante destacar que essas propostas divulgam os princípios socialistas desses partidos. No seu programa político, a FIT (2011) inovou ao contemplar em suas propostas: a rotatividade do mandato entre os membros da FIT, outro ponto de diferenciação com os partidos burgueses está relacionado ao salário do deputado, que tem como proposta receber o equivalente ao que ganha um professor e o restante ser designado para um fundo de greve para atendimento aos trabalhadores que estão em luta, assim como as decisões políticas, de que participam

11 Conflito agrário: conflito entre o Governo CFK e as patronais agrárias em 2008.

os parlamentares da FIT na esfera decisória institucional, propõem-se a ser deliberadas por assembleia.

A FIT procurou desenvolver uma oposição operária, classista e socialista ao governo, colocando a saída anticapitalista como a única possível para os trabalhadores e as massas, e destacando sua independência política. Na Argentina, o PTS, o PO e a IS defenderam a postura de partido de combate, presente nas grandes e pequenas lutas da classe operária e dos setores populares, e que reivindica o método da ação direta com a mobilização das massas nos locais de trabalho, nas escolas e universidades, nos sindicatos e nos diferentes movimentos sociais enquanto centro da sua atividade, em detrimento da ação parlamentar¹² como um fim em si mesmo, mas subordinada às lutas dos trabalhadores.

Quanto aos resultados eleitorais obtidos pela FIT em 2011, nas eleições primárias – que serviram para a FIT superar a cláusula de barreira de 1,5% de votos – obteve 2,49% dos votos, ou 507.323 votos. Nas eleições presidenciais de outubro, a FIT manteve a média percentual de votos, conseguindo 2,31% dos votos, totalizando 497.082 votos, conseguindo a sexta colocação geral no pleito presidencial argentino¹³. Quanto aos resultados eleitorais provinciais, em Neuquén, a lista apresentada para deputados provinciais conseguiu 3,6% dos votos, logrando um representante

12 Os partidos revolucionários usam o Parlamento com fins revolucionários (conquistar esses aparelhos, enfraquecer e substituir por órgãos de poder proletário) diferentemente dos partidos de esquerda que reconhecem no parlamentarismo uma estabilidade relativa, utiliza-o para fazer defesa de reformas para diminuição da exploração dos trabalhadores, mas não buscam incessantemente sua derrubada (próprio da II Internacional). Os partidos trotskistas argentinos posicionam-se na primeira vertente. Ver mais sobre o parlamentarismo revolucionário nas resoluções do 2º Congresso da III IC.

13 Dados do Ministério do Interior Argentino. Disponível em: <<http://www.mininterior.gov.ar>>.

que tem o mandato compartilhado e revezado durante o período de quatro anos entre Alejandro López e Raul Godoy, do PTS; Angélica Lagunas, da IS; e Gabriella Suppich, do PO. A FIT não conseguiu fazer deputados nacionais, porém logrou sucesso para os cargos legislativos provinciais, fazendo deputado em Neuquén como já destacamos, e também obtendo um mandato parlamentar provincial em Córdoba, onde obteve 24.627 votos (1,40%).

Para Castillo (2011), a explicação do resultado eleitoral obtido pela FIT 2011 está na conformação de uma frente classista, pois em 2009, concorrendo separadamente¹⁴, não obtiveram proveito do impacto político e eleitoral com a possibilidade de obter cadeiras no legislativo em meio à crise econômica internacional que enfrentava o governo Kirchner. Um segundo aspecto importante foi o eleitorado que apoiou a FIT: setores avançados dos movimentos trabalhistas e estudantis, como os militantes das fábricas¹⁵ de Subte, Kraft, Zanón, espaços onde o PTS tem lideranças, e também o PO e IS têm participação reconhecida.

Castillo (2011), Altamira (2012) e José Castillo (2011), este último um dos principais dirigentes da IS, refutam o voto de protesto que lhes foi colocado por parte da mídia. As eleições revelaram que as candidaturas do PO, do PTS e da IS se dispuseram a fazer divulgação das ideias socialistas, materializadas na postura dessas organizações e internalizadas nas propostas de governo e no discurso de suas lideranças que privilegiaram o forte embate contra o kirchnerismo do Partido Justicialista (PJ); além do reconhecimento popular na identificação dos partidos que compõem a FIT, com as lutas dos trabalhadores e das massas, inviabilizando segundo

14 O PTS, em 2005, aliou-se ao MAS; em 2007 e 2009, ao MAS e à IS.

15 Relaciona-se com o fenômeno das fábricas ocupadas pelos trabalhadores durante a crise institucional enfrentada na Argentina em 2001.

seus dirigentes a tentativa de explicar a votação da FIT como mero voto de protesto¹⁶, despojado do seu conteúdo e identificação com as ideias classistas e socialistas. Ou seja, a política eleitoral foi, sim, utilizada como instrumento de propaganda socialista e recrutamento revolucionário.

Para Altamira (2012), as razões da vitória política da FIT passam pelo uso estratégico de uma pauta democrática de reivindicações mínimas, como o direito de participar das eleições. Porém, Altamira defende-se da vinculação dele, da FIT e das ideias socialistas ao voto meramente pragmático-eleitoral, como fora acusado durante as eleições. “Nuestra tarea de aquí en más es ‘desarrollar’, metódicamente, en un proceso de transición, el voto ‘popular’ y la consciencia ‘popular’ hacia la izquierda, en un voto socialista y en una consciencia socialista” (ALTAMIRA, 2012, p. 128). Para Altamira (2012), as eleições oportunizaram forjar uma ponte entre reivindicações democráticas e uma perspectiva socialista.

A tática de buscar o eleitorado operário do kirchnerismo, presente nos grandes conglomerados industriais, e também o eleitorado popular disperso nos vários partidos opositoristas ao kirchnerismo, não abriu mão do enfoque classista de denúncia contra o governo e os limites das alternativas políticas. Entendemos que o eleitorado da FIT foi predominantemente formado por jovens¹⁷ e trabalhadores com inserção nas lutas sociais em que a FIT também se insere¹⁸. Porém, não foram votos apenas da esquerda revolucionária

16 A iniciativa de Jorge Rial e Gustavo Silvestre (#unmilagroparaaltamira) é refutada por Altamira e Castillo.

17 O crescimento eleitoral da esquerda classista é o mais alto desde 1983. A FIT é muito forte entre os jovens com menos de 30 anos, sua votação entre eles foi a terceira maior (ALTAMIRA, 2012).

18 Em nossa tese de doutorado, trazemos informações sobre a inserção destes partidos nos movimentos populares e de trabalhadores, como: a liderança em alguns movimen-

ria, uma parte dos eleitores esquerdistas não revolucionários votou para os cargos de deputados na FIT como crítica e diminuição de poder a Cristina Fernandez Kirchner em âmbito legislativo.

Desse modo, o sucesso da FIT passa pelos seguintes aspectos: a defesa do direito democrático de participação nas eleições; o reconhecimento dos candidatos da FIT como militantes das causas classistas e populares; a existência de militantes dos partidos nos locais de trabalho (campanha do tipo militante); a utilização de redes sociais; e a formação de uma frente classista. A respeito do eleitorado, alinha-se à perspectiva que enxerga que houve um misto de eleitorado classista com eleitorado de esquerda não revolucionária, descontente com o kirchnerismo.

La elección del domingo mostró que existe un sector de la clase trabajadora y de sectores populares que no se deja llevar por el canto de sirena de los partidos políticos patronales o la centroizquierda. Que sin duda se potenció ante el hecho de que hayamos sido capaces de plantear una propuesta unitaria. También sabemos que muchos nos votaron ahora, porque están en contra de la proscripción, pero piensan apoyar a otros candidatos en octubre. Celebramos que hayan decidido votar al Frente de Izquierda y no a otras listas. Y con ellos queremos dialogar [...] queremos hacer llegar las propuestas del Frente de Izquierda al conjunto de la clase trabajadora, de la juventud y demás sectores populares. (IS, 2011, p. 3)¹⁹.

tos piqueteiros, como o *Polo Obrero*, que tem à frente o Partido Obrero (PO); no âmbito sindical, destaca-se o protagonismo do PTS em suas ações frente aos trabalhadores das fábricas recuperadas, em especial a empresa ceramista de Zanón, onde o partido consegue levar sua linha política; como também ocupa postos de comando nas comissões sindicais em diversas empresas do setor industrial argentino, como a Kraft-Foods.

19. A eleição de domingo mostrou que há um setor da classe trabalhadora e setores populares que não se deixam levar pelo canto da sereia dos partidos políticos

As eleições legislativas de 2013 foram para os cargos de senadores, deputados nacionais e deputados provinciais. A conjuntura que se apresentava no plano econômico era o reaparecimento da crise pautada na questão do pagamento por parte do governo da dívida externa²⁰, aliada a mais um ajuste econômico (fiscal e orçamentário). No plano político, há uma avançada fragmentação interna do kirchnerismo, de um lado, o esvaziamento da base de apoio ao governo de Cristina Fernández de Kirchner (CFK), com a saída do principal líder sindical Hugo Moyano e da Confederação Geral dos Trabalhadores, além da eclosão de conflitos no interior dos grupos e frações de apoio ao governo, vislumbrado no conflito entre CFK e alguns governadores pejetistas outrora aliados.

A FIT manteve-se integrada pelos três partidos (PO, PTS e IS), com candidaturas conjuntas em 19 dos 24 distritos eleitorais nacionais, para enfrentar as candidaturas das coligações governista Frente para la Victoria (FPV). A campanha realizada pela FIT manteve o caráter anticapitalista, classista e socialista da campanha eleitoral de 2011, baseando-se na crítica à política antioperária do governo, das alternativas reacionárias de direita e centro-esquerda, que para a FIT não são realmente alternativas à classe trabalhadora e às massas.

Os princípios de independência política para os trabalhadores frente ao Estado e ao empresariado com a defesa do desenvolvimento de uma alternativa operária e socialista, com um programa

patronais ou da centro-esquerda. Isso sem dúvida fortaleceu-se antes do fato de termos sido capazes de propor uma proposta unitária. Sabemos também que muitos votaram em nós agora, porque eles são contra a proibição, mas eles planejam apoiar outros candidatos em outubro. Celebramos que decidiram votar na Frente de Esquerda e não em outras listas. E com eles queremos dialogar [...] queremos fazer com que as propostas da Frente de Esquerda alcancem toda a classe trabalhadora, a juventude e outros setores populares (tradução nossa)

20 Paga regularmente durante todo período kirchnerista.

que impulse a mobilização política dos trabalhadores e de setores explorados contra o governo, as patronais e o Estado, permanecem como pilares da FIT. Outros princípios programáticos defendidos referem-se ao uso do mandato parlamentar pela FIT, com a equiparação salarial entre deputados e trabalhadores com base no salário docente (“*Que gane como um Maestro*”); revogabilidade dos mandatos legislativos por parte dos eleitores; e consulta aos eleitores para a tomada de decisões dos parlamentares (assembleias).

Para alcançar o primeiro objetivo no processo eleitoral de 2013, novamente a superação da cláusula de barreira, a FIT lança a tática de candidatos orgânicos da classe trabalhadora, do movimento estudantil e dos movimentos sociais (mulheres, diversidade sexual), para corroborar os discursos e as declarações do manifesto do programa da Frente de Esquerda, como já mencionado, pautado nas condições dos trabalhadores, assim como a defesa das liberdades democráticas e transformação social; aliada a essa tática, a conscientização classista e socialista para os trabalhadores e massas, canalizando seu descontentamento e semeando a possibilidade de concretização das alternativas que defendem.

Nas eleições primárias de agosto de 2013, a FIT obteve destacada eleição duplicando a quantidade de votos obtidos em agosto de 2011, agora com 900.371 mil votos²¹ (4,14%), superando com tranquilidade o piso mínimo para a participação nas eleições gerais legislativas em outubro, que implicavam 1,5% dos votos. Nas eleições gerais de outubro de 2013, a FIT foi votada por mais de 1.203.896 milhão de eleitores em todo o país (5,32%), obtendo

21 Disponível em: <http://www.elecciones.gov.ar/resultados_definitivos_PASO_2013_distritos.pdf>.

três mandatos²² para deputados nacionais e outros sete mandatos²³ para deputados provinciais.

As contradições do modelo econômico, as divisões no interior do peronismo e a tendência ao esgotamento dos governos que se apresentaram como progressistas na América Latina, entre eles o kirchnerismo, levaram a cenários políticos instáveis, proporcionando a ascensão de um voto mais classista, que premiou a FIT.

O voto recebido expressou o descontentamento com o governo kirchnerista, através do voto consciente pela esquerda, refulando a perspectiva de um simples voto de protesto, despojado de crítica e consciência política. Esse voto veio como reconhecimento e resposta positiva à presença constante de partidos e lideranças militantes da FIT presentes nas lutas políticas e sociais nos últimos anos, como o lançamento das dezenas de listas em sindicatos como alternativa ao sindicalismo burocrático, alinhado ao governo de matriz peronista, ressaltando a sua vinculação orgânica com trabalhadores e estudantes suas lutas e representação política.

PARTIDOS TROTSKISTAS ARGENTINOS E AS ELEIÇÕES

Para Lenin (1920), em *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*, era obrigação dos partidos revolucionários participar das eleições e do parlamento enquanto as massas acreditassem nestas

22 Um quarto mandato para deputado nacional foi obtido posteriormente por Liliana Oviedo (PO), por Córdoba.

23 Os deputados nacionais eleitos foram: Néstor Pitrola (PO), pela província de Buenos Aires; Pablo López (PO), por Salta; e Nicolás Del Cano (PTS), por Mendoza. E provinciais: Héctor Fresina (PO), Martín Dalmau (PO), Cecilia Soria (PTS) e Noelia Barbeiro (PTS), todos na província de Mendoza; Andrea Ruiz (PO), em Santiago del Estero; Christian Castillo (PTS), em Buenos Aires; e Marcelo Ramal (PO), pela cidade autônoma de Buenos Aires.

instituições, e não se pode eliminá-los enquanto os partidos não forem suficientemente fortes para auxiliar no estágio de consciência da classe operária e dos trabalhadores, necessário para dissolver essa instituição política, esta (o parlamento) é produto do desenvolvimento histórico político. Portanto, a participação nas eleições e no parlamento é importante, porém secundária; é um aspecto tático, em que a ação direta das massas em campos não parlamentares é mais importante que a ação eleitoral e parlamentar.

Lenin (1978) explica que, no campo da propaganda e da teoria, é correto falar que o parlamento já ultrapassou o seu tempo, entretanto o seu desaparecimento na prática vai a uma enorme distância. Para Lenin (1978), uma parte da pequena burguesia, os operários atrasados e os pequenos camponeses acreditam, na realidade, que os seus interesses estão representados nos parlamentos; desse modo, segundo o revolucionário russo, é preciso lutar contra essas ilusões através do trabalho no parlamento e mostrar às massas a verdade dos fatos.

Desse modo, a utilização do campo político institucional tem valor tático na tentativa de articular a unidade entre a participação eleitoral com ocupação dos postos parlamentares e a organização revolucionária das massas operárias e populares. A participação nos processos eleitoral e parlamentar tem aspecto tático de conscientização das classes sobre os limites da democracia burguesa, como também preparar as massas para as mobilizações extraparlamentares. A esfera política é caracterizada como um dos principais instrumentos de que dispõe a classe trabalhadora para enfrentar a exploração e a opressão do capital, já que a arena política tem visibilidade privilegiada sobre as demais na disputa pelo poder e contra o Estado, segundo os marxista-leninistas.

Nesse contexto, a esquerda classista argentina se propôs a resgatar o papel histórico de partido revolucionário junto ao movimento de massas, disputando sua hegemonia política e ideológica, com a utilização da participação no processo eleitoral para confrontar o kirchnerismo.

Uma campanha eleitoral como instrumento revolucionário foi a proposta tática da formação da FIT pelos trotskistas. Para eles, nenhum processo eleitoral oferece a possibilidade de transformação do caráter de classe do Estado, possibilitando sua desintegração como instrumento da opressão de uma classe sobre outra, a qual é uma tarefa reservada à ação consciente e revolucionária das massas. Porém, não se pode negar a importância da luta parlamentar e eleitoral como fator de esclarecimento político e ampliação do campo de ação da esquerda revolucionária. O parlamento não é uma criação artificial e unilateral da burguesia, mas o produto de lutas de classes históricas cuja decomposição será resultado de processo histórico do declínio do capitalismo. Portanto, a luta pelo socialismo é uma luta política, em que a crise econômica mundial eclodida no fim da primeira década do século XXI abriu um novo período de lutas reivindicativas. Assim a FIT objetiva levá-las ao campo revolucionário.

A FIT desenvolveu suas ações procurando constituir-se como referência política para essa possibilidade, ou seja, dar aos trabalhadores uma direção política adequada por meio de uma agitação sistemática e regular para que a luta econômica se transformasse em luta política. A FIT colocou-se como artífice na constituição de um bloco político de viés classista, diferenciando-se dos demais partidos com forte inclinação a privilegiar os aspectos eleitorais, dos quais o maior exemplo é o PJ kirchnerista.

Os objetivos alcançados pela FIT no processo eleitoral rivalizaram com o kirchnerismo, tais como a participação nos processos democráticos (não a sua defesa acrítica), o estabelecimento de um voto do tipo classista, a superação da cláusula de barreira e a ocupação de cadeiras parlamentares, que foram partes constituintes e importantes na construção do programa e das ações desses partidos, e não podem ser reduzidas ou confundidas com um processo de adequação de princípios classistas aos dos partidos exclusivamente eleitorais. A hipótese de transformação para partidos eleitorais (*catch all*) que foi colocada sobre esses partidos durante a campanha eleitoral não procede; a tática de defesa de liberdades democráticas, tais como participar das eleições, teve como objetivo a superação da armadilha político-jurídica do PASO usada pelo kirchnerismo.

A manutenção do aspecto ideológico, portanto, denota seu uso substantivo por parte dos partidos marxistas trotskistas. Dessa maneira, afasta a premissa de utilização meramente instrumental do arcabouço ideológico, como também de substituição dos fins ideológicos originários por outro de caráter inerentemente pragmático-eleitoral.

Compreendemos que as organizações partidárias trotskistas não parecem sofrer com o dilema de Przeworski (1989), que permeou os partidos operários socialistas europeus em meados do século passado, e alguns representantes da mesma esquerda no fim do século XX, em países da América Latina, para o campo ideológico-eleitoral na década de 1990: entre fazer um discurso “eleitoral” pragmático, como o faz a esquerda social-democrata (moderada) argentina, ou um discurso classista, como fazem os referidos partidos marxistas trotskistas não governamentais. Este é o clássico dilema de Przeworski (1989) dos partidos socialistas

revolucionários quando decidem participar das eleições: devem manter sua identidade de “partido classista” e assim ter poucos votos ou ampliar o seu discurso tornando-se um “partido popular”.

A esquerda classista trotskista reforçou, durante os processos eleitorais, a necessidade em manter-se coerente às suas alianças políticas, privilegiando os partidos da esquerda socialista e classista, ressaltando a firmeza dos princípios ideológicos que a norteiam, mantendo sua linha política pautada na sua história de lutas e no seu viés mais pertinente, que é o de buscar ser o instrumento de revolução proletária na Argentina. A mudança na linha de atuação política, ainda alicerçada no conceito de organização partidária marxista para um modelo flexível mais concorrencial aos pleitos eleitorais, mesmo “condenada” a baixas votações pelo eleitorado médio²⁴, não parece ser um caminho a ser seguido pela FIT e seus integrantes.

O principal objetivo estratégico da participação dos trotskistas argentinos no processo eleitoral foi transformar o êxito eleitoral em força militante. Os resultados da FIT são expressões de setores militantes, minoritários na totalidade dos trabalhadores, porém significativos em suas lutas, conformados também por jovens e setores populares (direitos humanos, mulheres, etc.). A participação regular e contínua dos partidos trotskistas que compuseram a FIT também se dá em período não eleitoral, e os identifica perante as massas como uma presença permanente nas reivindicações dos trabalhadores e na política para além das eleições.

²⁴ Eleitor médio é aquele que está no centro da distribuição de preferências do eleitorado. Geralmente, é o eleitor que tem pouco interesse por política de um modo geral. Seu interesse por política se dá em períodos eleitorais e está voltado para políticas governamentais que venham beneficiá-lo de forma rápida e direta (emprego, renda, etc.). Ver mais em Downs (1999).

En 2009 la suma de los votos de quienes componemos el FIT rondaba los 400 mil votos. Para entonces habíamos protagonizado algunos de los conflictos más relevantes de la clase obrera bajo el kirchnerismo (la gran lucha de Kraft) algo que se repetiría en la lucha de los tercerizados ferroviarios del Roca, durante la cual fue asesinado Mariano Ferreyra. En particular el PTS fue conquistando comisiones internas y cuerpos de delegados en numerosas fábricas y empresas, con gran peso en el cordón industrial de la zona norte del Gran Buenos Aires. La unidad electoral consagrada en el FIT en 2011 dio mayor visibilidad e impulso a esa presencia, permitiendo lograr más de 500 mil votos a la fórmula presidencial y 660 mil a diputados nacionales [...] En lo inmediato está planteado el crecimiento de la militancia en fábricas, establecimientos, escuelas y universidades. El apoyo electoral debemos ponerlo en función de dar nuevos pasos en la construcción del gran partido revolucionario que la clase trabajadora necesita para vencer. (CASTILLO, 2013, p. 3).²⁵

O sistema jurídico-eleitoral argentino de contingência acabou materializando-se como vetor da FIT. O PASO, como contingência à participação política dos partidos trotskistas, acabou os

25 . Em 2009, a soma dos votos dos que compuseram o FIT rondava entre os 400 mil votos. Nessa altura já havíamos protagonizado alguns dos conflitos mais importantes da classe trabalhadora sob o kirchnerismo (a grande luta da Kraft) algo que se repetiría na luta dos terceirizados ferroviários do Roca, durante o qual foi assassinado Mariano Ferreyra. Em particular, o PTS foi conquistando comitês e órgãos de delegados internos em numerosas fábricas e empresas, com grande peso no cordão industrial da zona norte da Grande Buenos Aires. A unidade eleitoral consagrada na FIT em 2011 deu maior visibilidade e impulso a sua presença, permitindo alcançar mais de 500.000 votos na fórmula presidencial e 660 mil para deputados nacionais [...] no futuro imediato está colocado o crescimento da militância em fábricas, estabelecimentos, escolas e universidades. O apoio eleitoral deve ser direcionado em função de dar novos passos na construção do grande partido revolucionário que a classe trabalhadora precisa para vencer (tradução nossa).

reunindo por essa premissa reivindicativa de superação da cláusula de barreira, transformando o espaço eleitoral não apenas como locus de denúncia, mas também de ação que objetivou lograr êxitos políticos nunca antes conquistados por partidos trotskistas, como mandatos legislativos nacionais e destacadas votações em eleições provinciais para os cargos do Poder Executivo.

A eleição das forças trotskistas argentinas reunidas conjuntamente em 2011 e 2013 foi a expressão da emergência de uma corrente política de alcance nacional. O apoio eleitoral que adveio foi fundamentalmente de setores trabalhistas e estudantis com acentuada participação nas lutas políticas extraparlamentares, como a luta dos trabalhadores de Ferrocarril (onde ocorreu o assassinato do líder dos trabalhadores terceirizados e militante do Partido Obrero, Mariano Ferreyra), as lutas nas fábricas de Subte, Kraft e Zanón, com participação destacada do PTS. Também entendemos que o voto dado à FIT não representa apenas um descontentamento político de setores de esquerda, dos trabalhadores e massas não revolucionários com o kirchnerismo, mas contém em si a identificação ainda que tímida destes setores com o programa político defendido pela FIT.

En una clase obrera que ha seguido mayoritariamente casi sin fisuras al peronismo por 60 años, la conquista de 1.200.000 votos, 3 diputados nacionales y 7 legisladores provinciales (que se suman a los dos existentes en Neuquén y Córdoba) posibilita a la izquierda clasista luchar por organizar políticamente a una base obrera activa que plantee romper políticamente con toda variante patronal. (LIZARRAGUE, 2013, p. 4).²⁶

26 Em uma classe trabalhadora que tem cseguido majoritariamente quase sem fissuras o peronismo há 60 anos, a conquista de 1.200.000 votos, 3 deputados nacionais

Sobre o futuro da FIT:

Los resultados y las posiciones logradas em el parlamento nacional, las legislaturas y concejos deliberantes provinciales, abren una nueva etapa para la izquierda clasista, en un marco político nacional de 'fin de ciclo' de la experiencia kirchnerista, de una crisis de representación de la identidad del peronismo en general y por lo tanto de las burocracias sindicales divididas; y con una crisis capitalista internacional que, aunque no golpea de manera catastrófica la economía argentina, comienza a hacerse sentir, junto al agotamiento propio de lo que llaman el 'modelo'. (CASTILLO; ROSSO, 2013, p. 4).²⁷

Os partidos trotskistas propuseram uma agenda política oposta²⁸ (este seria um elemento tático dessa luta) à agenda governista, vislumbrando a construção do bloco histórico na perspectiva do socialismo (elemento estratégico utilizado pelos partidos de caráter marxista). Sendo assim, buscaram pressionar e rivalizar com o governo kirchnerista no propósito de disputar as entidades de massa, última base de sustentação do governo no âmbito popular.

e 7 legisladores provinciais (para além dos dois já existentes em Neuquen e Córdoba) possibilita à esquerda classista lutar para organizar politicamente uma base operária ativa que se proponha a romper politicamente com cada variante patronal (tradução nossa).

²⁷ Os resultados e as posições alcançadas no parlamento nacional, nas legislaturas e nos conselhos deliberativos provinciais abrem uma nova etapa para a esquerda classista, num marco político nacional de 'fim de ciclo' da experiência de kirchnerista, de uma crise de representação da identidade do peronismo em geral e, portanto, das burocracias sindicais divididas; e com uma crise capitalista internacional que, embora não atinja catastróficamente a economia argentina, começa a ser sentida, juntamente com o esgotamento próprio do que eles chamam de 'modelo' (tradução nossa).

²⁸ Pautam essa agenda ações como: boicote à dívida externa, reestatização de empresas privatizadas, desapropriação fundiária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto à experiência eleitoral dos partidos, divide-se entre antes e depois da *Frente de Izquierda e de los Trabajadores* (FIT). Antes da FIT, nos respectivos processos eleitorais, a esquerda trotskista, aqui representada pelo PTS, pelo PO e pela IS, obteve diminuto apoio eleitoral na Argentina com números que sequer chegavam a 1% dos votos²⁹. Outra característica era a falta de unidade na formação de coligações, dificilmente se coligando entre si, divergências geralmente de razão programática. Nesse período eleitoral, os partidos que posteriormente irão compor a FIT, privilegiaram candidaturas avulsas e/ou casualmente coligados (casos do PTS e da IS em 2007 e 2009), sem lograr fazer nenhum parlamentar em nível nacional e provincial, tampouco em cargos executivos.

TABELA 1 - VOTAÇÃO CONJUNTA DOS PARTIDOS TROTSKISTAS (PTS, PO E IS) NOS PLEITOS ELEITORAIS ENTRE 2003 E 2013

Eleições	Total (%)	Nº de Deputados eleitos
2003	139.399 (0,72%)	0
2005	152.854 (0,74%)	0
2007	201.382 (1,0%)	0
2011	497.082 (2,3%)	2 ³⁰
2013	1.154.657 (5,1%)	11 ³¹

Fonte: Dirección Nacional Eleitoral^{30 31}

A manutenção da estratégia política-eleitoral de caráter marxista-leninista, que lhes acarreta também o ônus pragmático-

²⁹ Ver Tabela 1.

³⁰ Deputados provinciais eleitos para Neuquén e Córdoba.

³¹ Deputados nacionais eleitos pelas províncias de Buenos Aires, Mendoza e Salta.

-eleitoral em ambiente de eleição para o Poder Executivo, não tem impacto relevante sobre os partidos. Sucessivas derrotas eleitorais para o Poder Executivo não alteram o programa político, nem a tática de utilização da arena eleitoral para divulgação de ideias revolucionárias socialistas, tampouco substituem as alianças pouco eficazes do ponto de vista eleitoral por parte dos partidos trotskistas argentinos, demonstrando uma fidelidade político-ideológica às teses de caráter marxista sobre a participação de partidos revolucionários no processo eleitoral da democracia representativa. Essa postura dos partidos trotskistas argentinos pode ser medida pelo pouco impacto que esse número de votos (a dimensão eleitoral) tem sobre a organização, ou seja, não há mudança na postura política desses partidos: sua plataforma política continua substancialmente a mesma durante todo período kirchnerista; não houve a relativização de seus discursos e manifestos políticos publicizados, nos quais poderiam objetivar ganhar maiores parcelas do eleitorado com discursos moderados; também não houvera mudanças nas estratégias eleitorais que pudessem produzir maiores ganhos eleitorais, como abertura a coligações, unir-se à coalizão de governo e alterações pontuais em aspectos de sua linha ideológica.

A disputa política que o campo da esquerda classista travou com o kirchnerismo não deve ser pensada nos limites políticos de conquistas eleitorais, cargos eletivos, número de eleitores, número de parlamentares. Deve-se entender que esses partidos pensam a política para além da perspectiva teleológica de obter o poder e conservá-lo, fazem a defesa de uma ação política mais ampla, que procura romper com os limites da lógica institucional-eleitoral, buscando o desenvolvimento de uma estratégia revolucionária

articulada entre a defesa do conjunto das reformas democrático-populares e a luta pelo desenvolvimento do socialismo.

Dito isso, entende-se como, no atual contexto democrático eleitoral-institucionalista em que esses partidos se encontram imersos, sobram poucos espaços para seu sucesso eleitoral. Podemos perceber que a não adaptação ou flexão de alguns princípios acarretam limitações e insucessos na arena eleitoral por esses partidos não estarem fazendo o jogo político que lhes poderia trazer apoio, como o fazem as agremiações de centro-esquerda, por exemplo. Nessa perspectiva, a alternativa socialista aparece como o objetivo maior a ser alcançado, constituindo o norte balizador de todas as ações e iniciativas transformadoras. Entende-se que, dessa forma, a revolução socialista é um processo complexo e de longo prazo que envolve múltiplas formas e instrumentos de luta. Para isso, Trotski (1936) ressaltava a necessidade da frente-única, forjada para unificar os trabalhadores exigindo de suas direções uma ação comum frente aos ataques sofridos pela classe trabalhadora. A política dos revolucionários deve buscar a mais ampla frente-única com todos os setores de trabalhadores. Aspecto estratégico que os partidos que formam a frente de esquerda têm buscado, ainda que não tenham obtido êxito.

Os partidos podem se pautar pela lógica da competição eleitoral ou pela lógica de representação das bases. Os partidos trotskistas argentinos em estudo guiam-se mais pela lógica da representação das bases, entretanto, não se trata de duas categorias antitéticas, podendo existir um *continuum* entre elas.

Assim, as eleições para os partidos que compuseram a Frente de Esquerda foram importantes por servirem de ponto de apoio às lutas diretas, as quais alavancaram a “ascensão eleitoral” em 2011

e 2013, e a tática de frentes classistas (frente única eleitoral) na arena eleitoral, ainda que não tenha produzido conquistas eleitorais ao Poder Executivo nacional na Argentina, contribuiu para alçar aos mandatos eletivos no Poder Legislativo (nacional e provincial) candidatos de perspectivas classistas que não utilizam táticas estritamente eleitorais e não se flexibilizaram ao *modus operandi* da maioria dos partidos, aspecto que não acarretou isolamento eleitoral, não sendo assim um ponto danoso como colocado pela ciência política em geral.

REFERÊNCIAS

- ALTAMIRA, Jorge. *El ascenso de la izquierda: en el marco de la bancarrota capitalista*. 1ª edición. Buenos Aires: Rumbos, 2012.
- BOERSNER, Demetrio. Gobiernos de Izquierda en América Latina: tendencias y experiencias. *Nueva Sociedad*. Buenos Aires, n. 197, 2005.
- CASTILLO, Christian. *La izquierda frente a la argentina kirchnerista*. 1ª Ed. Buenos Aires: Planeta, 2011.
- CASTILLO, Christian e ROSSO, Fernando. Causas y consecuencias de una elección histórica. *Ideas de Izquierda: revista de política e cultura*. Buenos Aires, nov. 2013, v. 5, p. 3-6.
- DOWNS, Anthony. *Uma teoria econômica da democracia*. Tradução: Sandra Guardini Texeira Vasconcelos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- FIT. *Declaración programática del Frente de Izquierda y de los Trabajadores*, 2013. Disponível em: <<http://www.pts.org.ar/declaracion-programatica-del-frente-de-izquierda-y-de-los-trabajadores-2013>>. Acesso em: 26 ago. 2016.
- GALLO, Ariadna. Partidos de izquierda y regulación estatal sobre la vida partidista: análisis del impacto de las nuevas normativas electorales en argentina. In: V CONGRESO URUGUAYO DE CIENCIA POLÍTICA, 2014. *Anais...* Montevideu. Disponível em: <http://aucip.org.uy/docs/v_congreso/articulospresentadosenvcongresoaucip/at16-partidosseleccionescomportamientoelectoral/ariadnagallospartidosdeizquierda.pdf>. Acesso em:
- IS. Un triunfo de la unidad de la izquierda. *El Socialista*, n. 200, 17 de agosto de 2011.
- LENIN, Vladimir Ilitch. *Que Fazer?*. Tradução: Editora de Humanismo. São Paulo: Editora Hucitec. 1978.
- _____. *Esquerdismo: doença infantil do comunismo*. Fonte da transcrição: 5ª Edição Global Editora, Brasil. Transcrição para web: o “vermelho”. HTML por José Braz para os Marxist Internet Archive, 1920. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/lenin/1920/esquerdismo/index.htm>>. Acesso em: 19 set. 2016.
- LESSA, Sérgio. Política, partido, representação e sufrágio: a polêmica entre Alain Badiou e Ronald Rocha. In: GARCIA, Célio (Org.). *Revista Crítica Marxista*, São Paulo, Brasiliense, v. 1, n. 3, 1996, p. 169-170, 1995. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/resenha24Resenha7.pdf>. Acesso em: 23 set. 2016.
- LIZARRAGUE, Freddy. El “mandato” de la votación del FIT para los revolucionarios. *Clase contra Clase*, Buenos Aires, 2013, p. 2-21.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. v. 1. São Paulo: Editora ALFA-OMEGA, 1990.
- PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e Social-Democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SARTORI, Giovanni. *Partidos e sistemas partidários*. Brasília: Ed. da UnB, 1982.
- SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

TROTSKI, Léon. *O programa de transição*. [1936]. Disponível em:
<<https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1938/programa>>. Acesso em: 2
out. 2016.

**AS MUDANÇAS CONTEMPORÂNEAS NOS
PAÍSES DA ALTERNATIVA BOLIVARIANA
PARA AS AMÉRICAS (ALBA):
OS CASOS DA BOLÍVIA
E VENEZUELA**

14

LIMITES DO “CONSTITUCIONALISMO TRANSFORMADOR”: O CASO BOLIVIANO EM QUESTÃO¹

Soraia de Carvalho²

A América Latina vivenciou, nas últimas décadas, processos políticos convulsivos, com deposição de presidentes identificados com o neoliberalismo, e movimentos de massa que chegaram a assumir formas insurrecionais, a exemplo do Caracaço, na Venezuela (1989); do Argentinaço (2001), da Guerra da Água (2003) e da Guerra do Gás (2005), na Bolívia; dentre outros. O aprofundamento da luta de classes veio acompanhado de uma onda de eleições de governos identificados por um discurso antineoliberal. Ante a mobilização das massas camponesas e indígenas, sobretudo nos países andinos, novas constituições adotaram a defesa da plurinacionalidade. Esta novidade jurídica leva alguns autores a considerarem que abre-se um novo tipo de constitucionalismo denominado como “transformador”, um dos destacados defensores desta categoria é Boaventura de Sousa Santos.

¹ Este artigo é fruto da tese de doutoramento “Estado e luta de classes na Bolívia: Uma análise comparativa entre a Assembleia Popular de 1971 e a Constituinte de 2006-2009. Pesquisa realizada no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, com financiamento do CNPQ e sob a orientação de Gonzalo Adrián Rojas

² Doutora em Ciências Sociais pelo PPGCS/UFCG, Docente em Serviço Social na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Para melhor compreender tais processos, trazemos neste trabalho uma reflexão sobre a questão da Assembleia Constituinte. Em um primeiro momento, recuperaremos o debate que parte do movimento operário internacional, seja por meio de autores clássicos do marxismo, como Marx, Engels e Lenin, mas também pela elaboração do trotskista boliviano Guillermo Lora. No debate boliviano, traremos também as formulações do grupo Comuna, formado por intelectuais que contribuíram para elaborar as ideias do chamado “processo de mudança” que seria aberto a partir da eleição de Evo Morales, do Movimento ao Socialismo (MAS).

Na sequência, acompanharemos a relação contraditória entre o governo Evo e as massas camponesas e indígenas, entre a justiça ordinária e a justiça indígena, ao longo do processo constituinte e, sobretudo, já sob a vigência da nova Carta. Com base nesta experiência, com algumas incursões a respeito de outros países, propomos desenvolver uma leitura crítica a respeito da formulação de Boaventura de Sousa Santos sobre a categoria de “constitucionalismo transformador”.

ASSEMBLEIA CONSTITUINTE E LUTA DE CLASSES

A defesa da convocatória de assembleias constituintes comparece em Marx, Engels e Lenin, sujeita à análise concreta da luta de classes. Em determinados momentos, serve de impulso à organização dos trabalhadores rumo à revolução socialista e, em outros, pode servir às classes dominantes para desviar as massas por meio de ilusões jurídicas. Marx e Engels escreveram sobre a Assembleia Nacional Constituinte à luz da experiência da revolução alemã, de 1848-1849. Apesar de ter sido uma revolução burguesa, houve

uma presença independente do proletariado, com suas próprias reivindicações. Justamente esta presença levou a burguesia a negociar com a Coroa para formar um governo de coalizão. Por meio do sufrágio universal, foi eleita a Assembleia Nacional, reunida em Frankfurt. Marx e Engels criticaram que a Assembleia Nacional se perdeu nas discussões sobre a melhor ordem do dia e melhor modelo constitucional enquanto os governos colocavam as baionetas na ordem do dia.

Uma Assembleia Nacional Constituinte deve, acima de tudo, ser ativa, uma assembleia revolucionariamente ativa. A Assembleia de Frankfurt está engajada em exercícios escolares de parlamentarismo e relega a ação para os governos. (MARX & ENGELS, 1994, tradução nossa³).

É na trajetória do movimento operário russo, porém, que encontramos em uma forma mais desenvolvida o exercício de adequação da bandeira de Assembleia Constituinte em relação à luta de classes. Ao analisarmos as formulações de Lenin de 1903 a 1920 (Cf. LENIN, 1979), observamos que a Assembleia Constituinte foi reivindicada em oposição ao czarismo e, posteriormente, ao governo provisório de Kerensky e, neste contexto, já se exigia uma Assembleia Constituinte que expressasse os interesses das classes oprimidas, sendo necessária para isso a constituição de um governo provisório revolucionário.

Em *Acordo de combate para a insurreição*, escrito no calor da revolução de fevereiro de 1905, Lenin defende a unidade dos partidos socialistas e revolucionários em torno dos seguintes pontos:

³ Destacaremos que se trata de tradução nossa apenas na primeira vez que um texto for citado.

1) derrubada da autocracia; 2) um governo revolucionário provisório; 3) anistia imediata para os combatentes pela liberdade política e religiosa e também, naturalmente, em favor da liberdade de greve, etc.; 4) armamento imediato do povo; e 5) convocação imediata de uma Assembleia Constituinte de toda a Rússia, com base no sufrágio universal, igual, direto e secreto. (LENIN, 1979, p. 16).

Com a criação dos sovietes por parte das massas, a Assembleia Constituinte passa a ser defendida, com diferentes conteúdos, por monarquistas e pela burguesia liberal. No texto “As tarefas democráticas do proletariado revolucionário”, de junho de 1905, Lenin aponta a insuficiência da bandeira da Constituinte com voto universal defendida de forma isolada. Aponta que a burguesia liberal procurava “correr atrás” do processo revolucionário, procurando limitá-lo para que não avançasse sobre a propriedade privada. Assim, o partido liberal – na prática expressão de uma burguesia monárquica – repetia a palavra de ordem da Assembleia Constituinte eleita pelo povo, porém com objetivo diverso. Em vez de libertar o povo, pretendia submetê-lo. Sem a garantia real de agitação eleitoral totalmente livre e nem a transferência do poder real para a Assembleia Constituinte, o poder e a força reais permaneceriam nas mãos do Czar.

[...] a única coisa que deve fazer é: negociar, parlamentar, comprar e vender, regatear e chegar a um acordo com Nicolau II, para que este se digne outorgar-lhe, à Assembleia Constituinte, como uma concessão graciosa, uma partícula do poder! (LENIN, 1979, p. 24).

Ante esta caracterização, o centro de gravidade da política, neste momento, se deslocou da convocatória da Assembleia Cons-

tituinte para os métodos empregados para convocá-la. As garantias efetivas dependiam de uma insurreição popular vitoriosa, conforme Lenin desenvolve no texto “Entre dois combates”, de novembro de 1905. O autor define a constituição como “um papel em que estão escritos os direitos do povo” (1979, p. 53). As garantias de reconhecimento destes direitos residiriam “na força daquelas classes do povo que tiveram a consciência destes direitos e os souberam conseguir” (1979, p. 53). Nenhum direito escrito na nova constituição seria efetivamente exercido se se mantivesse o poder do czar.

A Assembleia Constituinte deve reafirmar juridicamente, formalizar parlamentarmente o regime de vida na nova Rússia, mas, antes de reafirmar a vitória do novo sobre o velho, é necessário quebrar a força das velhas instituições, varrê-las, demolir o velho edifício e destruir a possibilidade de qualquer resistência séria por parte da polícia e dos seus grupinhos (LENIN, 1979, p. 55).

Na carta aberta “Aos companheiros presos”, de março de 1917, Lenin relata os sucessos da revolução de fevereiro de 1917, que derrubou o czarismo. Conta que o governo provisório é composto por representantes dos grandes latifundiários e da burguesia liberal e é incapaz de garantir a paz, a entrega de terras aos camponeses e a prometida Assembleia Constituinte, postergada e subordinada à troca do czar “mau” Nicolau II por seu irmão, o czar “bom” Miguel, que dividiria o poder com a burguesia. Os sovietes de operários e soldados (majoritariamente camponeses) reivindicavam a instalação imediata da Assembleia Constituinte, a entrega das terras ao campesinato e o voto universal para homens e mulheres. Da ação dos sovietes resultou a prisão do czar e da czarina. Lenin mostra como este organismo se constituía como um novo governo.

Nas *Teses sobre a Assembleia Constituinte*, Lenin aponta que, com os soviets, foi criada uma forma superior de democracia, que extrapolava os limites das instituições representativas burguesas identificadas, naquele momento, com a Assembleia Constituinte. A transformação da Assembleia Constituinte em reduto das forças contrarrevolucionárias é explicada na sexta tese, um dos fatores é que as eleições para os constituintes se deram “quando a enorme maioria do povo ainda não podia conhecer toda a extensão e todo o alcance da Revolução de Outubro” (LENIN, 1979f, p. 123). Na reunião de instalação da Assembleia, em janeiro de 1918, com a recusa dos constituintes em reconhecerem a Revolução de Outubro e o poder dos soviets, os bolcheviques se retiram. No dia seguinte, a Assembleia Constituinte foi dissolvida. Tal medida foi criticada, principalmente, por Kautsky no livro *A ditadura do proletariado*. Polêmica que será respondida com a publicação de *A revolução proletária e o renegado Kautsky*.

Deste panorama histórico e teórico, apreende-se que a bandeira “Assembleia Constituinte” pode ser parte da luta das classes dominadas em busca de sua independência política perante a burguesia, desde que combinada com a estratégia revolucionária. Porém, também pode ser apropriada pelas classes dominantes e até mesmo se contrapor a formas mais avançadas de democracia, no caso, a democracia operária.

O DEBATE SOBRE A CONSTITUINTE NA BOLÍVIA

O ciclo de golpes militares na América Latina, sobretudo nas décadas de 1960 e 1970, abriu um período de luta democrática

no continente. Assim, em todos os países vimos a luta das massas pelo retorno da democracia parlamentar. O militante trotskista Guillermo Lora defendia que era necessário levar esta experiência ao seu limite para que se pudesse confrontar, por meio das experiências concretas, as ilusões democráticas, sinalizando o limite do caráter de classe da democracia burguesa. A luta democrática, porém, traria consigo o risco de que as esquerdas caíssem em uma armadilha, limitando seu horizonte à busca de garantias constitucionais, tornando-se democratizantes e eleitoreiras (LORA, 2000b, p. 449).

Assim, considera necessário, desde o início, advertir sobre as limitações desta luta, “não idealizar as bondades da constituição e do parlamento” (LORA, 2000b, p. 451). Destaca que a Assembleia Constituinte Soberana se trata de um clássico conceito burguês. “Não é um parlamento qualquer. É um parlamento excepcional que ordena a estruturação jurídica de um país e pode modificar a expressão **formal** do governo de classe, do Estado” (2000b, p. 452, grifo e tradução nossos). Se não fosse assim, se a soberania fosse absoluta, implicaria a descoberta de um novo caminho para a classe operária conquistar o poder. Bastaria ganhar as eleições, convocar uma Constituinte e “teríamos a sociedade sem classes, através de uma lei” (2000b, p. 452). Lora ressalta que a Constituição “é apenas a expressão discursiva do Estado” (LORA, 2000b, p. 454). O limite da Constituinte é que tem o poder de legislar, mas não pode, ao mesmo tempo, executar suas decisões, pois não tem o controle da força coercitiva do Estado, o exército, a polícia, os tribunais. “A Constituinte pode modificar a estrutura do executivo, mas é inegável que tem um limite: é o limite da propriedade privada, de uma sociedade cindida em classes e dominada pela burguesia” (LORA, 2000b, p. 454).

A Constituição mais democrática, mais bondosa, mais generosa em garantias, segue sendo a vontade da classe dominante feita lei. As garantias democráticas têm um limite, o limite de não conspirar contra o regime da grande propriedade privada. (LORA, 2000b, p. 454-455).

A separação do poder do Estado em Executivo, Legislativo e Judiciário é própria da democracia liberal burguesa. Este é um aspecto fundamental que emerge das experiências de poder operário, como ocorreu com a Comuna de Paris, com os soviets e a Assembleia Popular. Lora afirma que, se a Constituinte pudesse concentrar os poderes Executivo e Legislativo, seria um soviete. O soviete, porém, não é um governo reconhecido por toda a sociedade, sua autoridade é soberana apenas para as massas que nele se integram, uma parte da sociedade. “Não é autoridade estatal. Ainda falta consumir a revolução pela via insurrecional para que os soviets se convertam em governo do país” (LORA, 2000b, p. 454).

A respeito das ideias do governo do Movimento ao Socialismo (MAS), no jornal Masas, do POR boliviano, lê-se que:

O programa do MAS de uma “revolução capitalista andina-amazônica” democrática e pacífica que conclua a inclusão das nações originárias pela via legal, da reforma constitucional na Assembleia Constituinte, resume no estéril reformismo pró-burguês do MAS. Não mudam-se as relações econômicas com a lei, é o inverso: instauradas revolucionariamente novas relações de produção, constroem-se novas leis adequadas à nova realidade. (MASAS, n. 2016, 10/11/06 apud POR, 2006, p. 17).

Tal programa, em grande medida, foi elaborado com a ajuda do Grupo Comuna, composto por diversos intelectuais, como

Álvaro García Linera, Luis Tapia Mealla, Raúl Prada Alcoreza, entre outros. Tapia (2004, p.158), por exemplo, apresenta a defesa da realização da Assembleia Constituinte como melhor estratégia para a democratização e a associação das formas de democracia direta e representativa.

O desenho das instituições políticas a ser feito na Constituinte tem que se dirigir a resolver os problemas acumulados historicamente em termos de desigualdade, exclusão e exploração existentes no país por um tempo muito longo. Tem que enfrentar tanto as formas de desigualdade historicamente persistentes como as novas formas de desigualdade. Neste sentido, uma constituição realista não pode supor que se declara igualdade se esta já existe, mas sim que cabe pensar o processo de produção da igualdade e a eliminação das formas de discriminação preexistentes. (TAPIA, 2007, p. 118, tradução nossa).

O vice-presidente García Linera defende a tese de que a Assembleia Constituinte representaria um poder soberano que se estabelecerá acima de todo e qualquer poder constituído anteriormente. Assim, desenharia as normas de convivência da sociedade ao estabelecer quais são os bens comuns da sociedade, aos que todos têm direitos coletivos; o modo de administração e gestão desses bens (organização administrativa do Estado); e os mecanismos de participação, representação e controle social do soberano, o povo, na gestão desses bens (GARCÍA LINERA, 2004, p. 70, tradução nossa).

Após apresentarmos panoramicamente como a bandeira democrática da Assembleia Constituinte aparece no debate marxista, seja entre os autores clássicos ou na análise dos autores bolivianos, passaremos à apreciação deste processo recente de aprovação de

novas Constituições na América Latina. Tais processos têm despertado grandes expectativas, com a cidadanização de novas camadas sociais. Mas proporcionalmente às expectativas, grandes decepções têm acompanhado o desenvolvimento destas experiências.

O “CONSTITUCIONALISMO TRANSFORMADOR”

Apresentaremos neste tópico alguns aspectos sobre o “constitucionalismo transformador”, termo que designa os processos constituintes nas últimas décadas, sobretudo na América Latina, e que têm como característica a incorporação de segmentos anteriormente excluídos, sobretudo as nacionalidades indígenas. Nesse sentido, será importante retomar qual era a perspectiva anterior de abordagem jurídica da questão indígena no país. Veremos que o desenvolvimento da legislação boliviana acompanha um processo mais amplo, que envolve a América Latina e a legislação internacional sobre o tema.

Boaventura de Sousa Santos delimita três tipos de constitucionalismo: o antigo, existente até o século XVIII, que ratificava a maneira como os povos viviam e se constituíam; o moderno, em que os povos livremente firmam um contrato social estabelecendo uma dupla igualdade entre indivíduos/cidadãos e entre estados independentes. A redução da diversidade de culturas, línguas, identidades na figura do indivíduo se deve, para Sousa Santos, à luta subjacente a este novo constitucionalismo contra os usos e costumes do império romano, contra lealdades e privilégios feudais que impediam o desenvolvimento da burguesia. “Os conceitos fundamentais do constitucionalismo moderno são os de soberania popular e ho-

mogeneidade do povo” (SOUSA SANTOS, 2007, p. 33, tradução nossa). O terceiro tipo de constitucionalismo estaria emergindo a partir do reconhecimento constitucional da plurinacionalidade, pluriculturalidade, pluriétnica e interculturalidade. Seu início data dos anos 1980, tendo como um dos primeiros exemplos a Constituição da Colômbia.

De onde parte este constitucionalismo? Parte, de alguma maneira, de um constitucionalismo antigo que permaneceu oculto na sociedade. Este constitucionalismo antigo dos povos, dos *ayllus*, dos *markas*, continuou na sociedade dominante, mas invisível [...]. (SOUSA SANTOS, 2007, p. 35).

Raúl Prada Alcoreza (2012, p. 419) enumera diferenças entre as constituições europeias e norte-americanas e as latino-americanas. Em primeiro lugar, são participativas: “não as fazem os doutorzinhos”. São volumosas, com centenas de artigos. É uma nova forma de pensar as Constituições como um instrumento de transformações que resolverá “os grandes problemas sociais, econômicos e políticos herdados”. O constitucionalismo transformador seria fruto da vontade constituinte manifestada de baixo para cima, protagonizado pelos excluídos inaugurando uma nova institucionalidade, plurinacional; uma nova territorialidade marcada por autonomias assimétricas; uma nova legalidade, expressa no pluralismo jurídico; e um regime político inédito, a democracia intercultural. Sousa Santos entende que este novo regime político no continente latino-americano tem como características:

1) a coexistência de diferentes formas de deliberação democrática, do voto individual ao consenso, das eleições rotativas ao mandar obedecendo, da luta por assumir cargos à obrigação-responsabi-

lidade de assumi-los; 2) diferentes critérios de representação democrática (representação quantitativa, de origem moderna, eurocêntrica, ao lado de representação qualitativa, de origem ancestral, endocêntrica); 3) reconhecimento de direitos coletivos dos povos como condição de efetivo exercício dos direitos individuais [...]; 4) reconhecimento de novos direitos fundamentais (simultaneamente individuais e coletivos): o direito à água, à terra, à soberania alimentar, aos recursos naturais, à biodiversidade, aos bosques e aos saberes tradicionais; e 5) educação orientada para formas de sociabilidade e de subjetividade assentadas na reciprocidade cultural. (SOUSA SANTOS, 2014, p. 292, tradução nossa).

Para Boaventura, tanto Bolívia como Equador já consagraram a ideia de democracia intercultural. Citando o artigo 11 da Constituição boliviana, que reconhece a democracia representativa, participativa e comunitária, o autor afirma que esta é uma das formulações constitucionais sobre democracia mais avançadas do mundo. O constitucionalismo intercultural e plurinacional rejeita o “sentido de progresso” do constitucionalismo moderno, estabelece o pluralismo jurídico, incorporando ao lado do sistema jurídico eurocêntrico ao menos um outro sistema, o endocêntrico. Outra característica é a criação de formas de convivência que pode assumir a forma de um tribunal constitucional idôneo, plurinacional, intercultural e pós-colonial para resolver conflitos. Em vez de um consenso por uniformidade, estariam criadas as condições para um consenso obtido por meio do reconhecimento das diferenças.

É nesse sentido que Luis Tapia (2006, p. 6) trata da necessidade de criação de um núcleo comum entre as culturas, que trate de igualar as formas de autogoverno e exercer a transcrita,

ou seja, a crítica mútua das culturas sem uma matriz dominante, em que todas elas possam crescer e evoluir em convivência. O Estado, definido por Weber como detentor exclusivo do “direito” à violência, estaria, portanto, definitivamente superado, assim como a explicação marxista do Estado como fruto da divisão da sociedade em classes inconciliáveis, que expressa os interesses das classes dominantes.

Identificando certa continuidade entre o multiculturalismo e o pluriculturalismo, Boaventura considera que a plurinacionalidade foi uma conquista perversa do neoliberalismo que, “ao desqualificar o Estado moderno, desqualificou também a ideia de nacionalidade monocultural” (SOUSA SANTOS, 2007, p. 37). Bolívia estaria na dianteira desta nova forma de Estado. Com a emergência do conceito de plurinacionalidade, surgiram os conceitos derivados de interculturalidade e pós-colonialidade. Este último termo, para Boaventura, expressa o reconhecimento de que mesmo com a independência o colonialismo não terminou. Assim, como reparação histórica, deveria haver um período de transição de discriminação positiva em favor das populações oprimidas (2012, p. 32).

Boaventura considera que a concepção comunitária, não liberal, presente na tradição dos povos indígenas era a de “autodeterminação, mas não de independência”. O autor português afirma que “nunca os povos indígenas reivindicaram, mesmo no Canadá, a independência” (2012, p. 32). O exemplo dos indígenas mapuches, porém, cujo território abrange o que hoje conhecemos como parte do Chile e do sul da Argentina, contraria Boaventura. Esta nação indígena sempre lutou por sua autodeterminação, inclusive conseguindo uma separação territorial a partir de 1590. A relação entre a coroa espanhola e os mapuches se dava como uma relação entre

dois Estados soberanos. Foi a partir da independência chilena, na metade do século XIX, que a investida sobre o território mapuche voltou a ser iniciada com legislações de demarcação que levaram à usurpação dos territórios. Sob o governo Allende, à margem das políticas da Unidade Popular, os mapuches por meio de ocupações recuperaram parte dos territórios, mas os perderam sobre a ditadura de Pinochet (HERNÁNDEZ, 2003). Os governos posteriores à “democratização” continuaram a política repressiva, mais recentemente auxiliados pelas leis antiterrorismo. É um exemplo extenso, mas desfaz a visão romantizada dos indígenas que aspirariam à convivência pacífica com os seus colonizadores. A autodeterminação sem independência, um contrassenso, foi adotada contingencialmente na maioria dos países por conta do genocídio, da dominação e até mesmo do submetimento religioso e ideológico às classes e nacionalidades dominantes.

Voltando a Boaventura, o autor considera que a plurinacionalidade obriga a refundar o Estado moderno, combinando diferentes conceitos de nação em seu interior. A interculturalidade pressuporia, porém, uma cultura em comum, que consiste na maneira como cada sociedade organiza a sua convivência plurinacional. Para o autor português, as mais recentes constituições do Equador (2008) e da Bolívia (2009) contêm em germe um processo de refundação política, social, econômica e cultural. Uma transformação paradigmática do direito e do Estado modernos.

A justiça indígena, até hoje aceita pelo cânon constitucional moderno como algo inofensivo, uma pequena excentricidade ou concessão política, talvez funcional à dominação capitalista e colonialista, se converte agora na face mais visível e, portanto, mais ameaçadora do projeto plurinacional. (SOUSA SANTOS, 2012, p. 15).

A inovação da descolonização do Estado é destacada por Sousa Santos inclusive com as instituições criadas para este propósito. No Equador, foram criados serviços com esta finalidade e na Bolívia foi criado um Vice-Ministério de Descolonização. Para compreendermos o que efetivamente seria novo nestes processos constituintes, consideramos importante recuperarmos a trajetória de convivência conflituosa entre a justiça dos povos colonizados e dominados e a justiça oficial.

No período colonial, a justiça indígena compôs as estruturas políticas vigentes. Só começou a ser vista como uma violação do monopólio estatal no século XIX, sob a influência do positivismo jurídico, com a concepção de que “o Estado para se consolidar requer que haja uma só nação, uma só cultura, um único sistema educativo, um só exército, um único direito” (SOUSA SANTOS, 2012, p. 17, tradução nossa). Sua permanência só se deu pela extrema debilidade dos Estados após os processos de independência. Sem capacidade de estar efetivamente em todo o território nacional, criava as condições para a sobrevivência de instituições e normas correspondentes às nações originárias.

Na década de 1950, ganhou força na América Latina um ciclo de governos nacionalistas, que expressavam a incipiente industrialização e a disputa de uma recém-constituída burguesia interna pelo controle das fontes de matérias primas. Na Bolívia, essa trajetória está encarnada no surgimento do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). Segundo René Escobar, com a Revolução Nacional de 1952, o voto universal e a educação representaram um começo, mesmo que oficialista, de justiça social e ampliação da cidadania. Ao mesmo tempo, foi imposto um modelo civilizatório de propriedade individual da terra. “Buscou-se resolver o problema indígena com o sindicalismo camponês, que iria conduzir a uma

modernização do campo e a colonização das zonas subtropicais” (ESCOBAR, 2012, p. 183, tradução nossa). O mesmo movimento ocorrerá na América Latina, com a política de integração do indígena à sociedade nacional como parte de superação do atraso, modernização e constituição dos Estados nacionais. Perspectiva que será plasmada no Convênio 107 da OIT, de 1957, que marcará o indigenismo até a década de 1970.

O Convênio 107 considerava que os povos indígenas e tribais eram sociedades temporárias destinadas a desaparecer com a modernização. O seu artigo 2º estabelecia que caberia aos governos desenvolver programas de proteção e integração progressiva na vida nacional. O artigo 7º estabelecia:

Ditas populações poderão manter seus próprios costumes ou instituições *quando estes não sejam incompatíveis com o ordenamento jurídico nacional ou os objetivos dos programas de integração.* (OIT, 1957, tradução e grifos nossos).

O mesmo convênio definia que estas populações poderiam ser deslocadas de seus territórios, até mesmo sem seu consentimento, por motivos relativos a “segurança nacional, desenvolvimento econômico do país ou saúde de ditas populações” (OIT, 1957). E estabelecia que os modos de transmissão dos direitos de propriedade e uso da terra deveriam ser respeitados desde que “não [obstruíssem] o desenvolvimento econômico e social” (OIT, 1957).

Nos documentos iniciais do katarismo⁴, surgido nos fins dos anos 1960, iniciado por *aymaras* rurais e urbanos do altiplano

⁴ O nome refere-se a Tupac Katari, que liderou rebelião contra os colonizadores espanhóis no final do século XVIII. O katarismo é uma corrente político-ideológica de valorização étnico-cultural, que levou ao fortalecimento de novas lideranças do sindicalismo camponês/indígena e à atuação nos grandes centros urbanos.

de La Paz, já aparece a menção ao Estado Plurinacional. Xavier Albó comenta que, com o retorno da democracia de 1978 a 1982, “Victor Hugo Cárdenas e algum outro katarista já haviam chegado ao parlamento” (ALBÓ, 2012, p. 204, tradução nossa). Segundo Escobar, o katarismo se fundiu com o sindicalismo camponês, tendo como principal ideólogo Genaro Flores e principal expressão organizativa a Confederação Sindical Única de Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CSUTCB), criada em 1979. A partir da segunda metade da década de 1980, ocorreu um processo de reconstituição do *ayllu*, um sistema de autoridade comunal, aglutinando organizações locais, provinciais e regionais. Houve um processo de transformação de algumas destas organizações em ONGs, levando a divisões no movimento katarista e opondo a CSUTCB ao Conselho Nacional de Ayllus e Markas do Qullasuyu (CONAMAQ), que centrava sua atuação na luta legal pela restituição das terras. Escobar considera que essa divisão estava condicionada por distintas forças, uma interna, de afirmação do direito originário; e outra externa, “pela forte influência econômica transnacional e conceitual do direito indígena” (2012, p. 189).

O direito indígena internacional passou por transformações neste período. Diferenciando-se do Convênio 107, com sua tese de integração nacional, o Convênio 169 rejeita o termo “populações”, que expressava a transitoriedade, e substitui por “povos”, o que pressupõe identidade, cosmovisão e organização próprias. O primeiro artigo do documento, porém, já afirma que “a utilização do termo ‘povos’ na presente Convenção não deverá ser interpretada no sentido de acarretar qualquer implicação no que se refere a direitos que possam ser conferidos ao termo no âmbito do Direito Internacional” (OIT, 2011, p. 16-17). Ou seja, o princípio do direito à autodeterminação dos povos não deveria ser estendido

aos indígenas e às populações tribais. A Convenção 169 instituiu a autoidentidade indígena ou tribal para definição dos povos em questão e os mecanismos de consulta e participação dos povos na definição de prioridades e medidas que afetem suas terras, instituições e crenças (OIT, 2011, p. 18-19).

Já desde inícios da década de 1990, a proposta de Assembleia Constituinte começou a aparecer no movimento indígena. Segundo Escobar, a marcha “pelo território e pela dignidade” de 1990 foi:

Uma das mobilizações de maior transcendência dos povos indígenas da Amazônia e oriente boliviano, que marcou a agenda para o reconhecimento da Bolívia como país multiétnico e pluricultural e a própria assembleia constituinte. (ESCOBAR, 2012, p. 190).

Como resposta à mobilização, houve o reconhecimento legal de quatro territórios indígenas, dentre os quais o Território Indígena e Parque Nacional Isidoro Secure (TIPNIS). A Bolívia foi um dos primeiros países a ratificar a Convenção 169 da OIT, em dezembro de 1991.

No primeiro governo de Gonzalo Sánchez de Lozada (MNR), de 1993 a 1997, cujo vice era o político de origem aymara Víctor Hugo Cárdenas, do Movimiento Revolucionario Tupac Katari de Liberación (MRTK), as leis de descentralização administrativa e de participação popular propiciaram uma maior atuação parlamentar do movimento indígena nas localidades. Segundo Xavier Albó, a escolha do vice, indicada por sondagens de marketing político em grupos focais, e as medidas aprovadas tentavam “dar um rosto mais humano ao modelo neoliberal vigente desde 1985” (ALBÓ, 2012, p. 205, tradução nossa).

Foi incluído no primeiro artigo da Constituição, assim como em outras constituições latino-americanas, o caráter “multiétnico e pluricultural” do país. Criou-se uma Secretaria de Assuntos Étnicos. A maior novidade, segundo Xavier Albó foi a modificação do artigo constitucional 171, que antes apenas tratava do direito dos camponeses formarem sindicatos. Com a nova redação:

[...] sintetizava os principais direitos que a Convenção 169 da OIT reconhecia aos povos indígenas; entre eles, o que tinham sobre os recursos em suas “terras comunitárias de origem” (TCO; não se animavam ainda a chamá-las “territórios indígenas”) e o das “autoridades naturais” para “a aplicação de normas próprias como solução alternativa de conflitos”. O Ministério da Justiça se lançou então a esboçar uma Lei de Justiça Comunitária. (ALBÓ, 2012, p. 205).

Sob o governo Banzer, da Acción Democrática Nacionalista (ADN), de 1997 a 2001, apesar da aprovação de um novo Código Penal em que o direito consuetudinário indígena era reconhecido, assim como suas formas de administração de justiça por mecanismos comunitários tradicionais, o projeto de Justiça Comunitária estancou. Albó considera que o Banco Mundial, que tinha apoiado o projeto, inicialmente, parece ter perdido o interesse em fazê-lo avançar (2012, p. 217).

A IV Marcha dos Indígenas das Terras Baixas, de 2002, trouxe à tona o tema da Assembleia Constituinte Plurinacional. Gonzalo Sanchez de Lozada, presidente pelo MNR, não incorporou esta demanda a suas medidas governamentais. Em meio à Guerra do Gás, teve de renunciar. Seu vice, Carlos Mesa, ao assumir a presidência de 2003 a 2005, habilitou a figura da Assembleia

Constituinte em sua reforma constitucional, além de incorporar o referendo e aplicá-lo no caso da consulta sobre os hidrocarbonetos. Vemos, então, que os marcos jurídicos que serão aprofundados sob o governo do MAS já contavam com antecedentes em governos anteriores. Evo Morales foi empossado em 18 de janeiro de 2006, com um forte simbolismo por ser o primeiro presidente indígena na Bolívia.

Evo iniciou seu governo com a convocatória da Assembleia Constituinte. O artigo primeiro da nova Constituição definia o que é a Bolívia:

Estado Unitário Social de Direito Plurinacional Comunitário, livre, independente, soberano, democrático, intercultural, descentralizado e com autonomia. Bolívia se funda na pluralidade e no pluralismo político, econômico, jurídico, cultural e linguístico, dentro do processo integrador do país. (BOLÍVIA, p. 11, tradução nossa).

A nova Carta constitucionalizou o reconhecimento da diversidade cultural, definiu como povo boliviano o conjunto de nações e povos indígenas originários, camponeses, comunidades interculturais e afrobolivianas. De acordo com a Convenção 169 da OIT, seu segundo artigo estabelece:

Dada a existência pré-colonial das nações e povos indígenas originários e camponeses e seu domínio ancestral sobre seus territórios, se garante sua livre determinação no marco da unidade do Estado, que consiste em seu direito à autonomia, ao autogoverno, a sua cultura, ao reconhecimento de suas instituições e à consolidação de suas entidades territoriais, conforme esta Constituição e a lei. (BOLÍVIA, p. 11, tradução nossa).

No artigo 289, a nova Constituição estabelece o reconhecimento da autonomia indígena, que consiste no “autogoverno como exercício da livre determinação das nações e dos povos indígenas originários e camponeses, cuja população compartilha território, cultura, história, línguas e organização ou instituições jurídicas, políticas, sociais e econômicas próprias” (BOLÍVIA, p. 103). No artigo seguinte, considera que são bases dessa autonomia os territórios ancestrais, onde estes povos e nações habitam, e a vontade de sua população “expressa em consulta de acordo com a Constituição e a lei” (BOLÍVIA, p. 103). O exercício da autonomia se dará, de acordo com o texto constitucional, de acordo com as normas, instituições e procedimentos dos povos e nações indígenas originários camponeses, “conforme suas atribuições e competências, em harmonia com a Constituição e a lei” (BOLÍVIA, p. 103). Escobar considera que a livre determinação é muito mais um assunto discursivo que não foi reconhecido na prática. “A lei outorga muitas possibilidades de sonhar e de exercer a livre determinação, mas ao mesmo tempo as retira” (ESCOBAR, 2012, p. 200).

Neste processo de constitucionalização de direitos indígenas, as organizações indígenas e camponesas apoiaram o governo do MAS. Segundo René Escobar, isso levou à modificação das formas de reivindicação.

[...] estando já dentro do Estado, se passará dos bloqueios às mobilizações de apoio e em defesa do “processo de mudança”, a Wiphala como símbolo de reivindicação se converterá em bandeira oficial, deixando de lado seu caráter insurgente e contestatório [...]. (ESCOBAR, 2012, p. 194).

A aliança estabelecida no processo constituinte, denominada Pacto de Unidade, formada pela CSUTCB, as Bartolinas, os

colonizadores e as organizações indígenas como a Confederação de Povos Indígenas da Bolívia (CIDOB) e o CONAMAQ, já se rompeu nos primeiros momentos após a promulgação da Constituição. A CIDOB e o CONAMAQ não mais compõem o Pacto de Unidade.

Boaventura destaca a ênfase que a constituição boliviana (assim como a equatoriana) coloca na diversidade de lógicas econômicas e como a lógica indígena aparece como um princípio organizador de toda a sociedade. Vladimir Mendonza aborda criticamente esta proposta de “convivência recíproca de contrários”, aspecto considerado parte da ideologia do MAS, partido de Evo Morales.

[...] grande, média e pequena propriedade em harmonia com a propriedade comunitária; respeito mútuo entre classes sociais antagônicas, reeditando a aliança de classes do nacionalismo burguês; coexistência entre nações opressoras e oprimidas; e inclusão das nacionalidades nativas à dinâmica do Estado burguês. (MENDONZA, 2012, p. 12, tradução nossa).

Essa economia plural, com vários tipos de propriedade, se organizaria a partir da reciprocidade, complementaridade, coletividade, respeito à natureza. O horizonte pós-capitalista, para não usar a língua colonial, não mais se definiria como socialista. Mendonza também considera como parte desta ideologia o “repúdio a ‘meta-relatos’, com relativismo que rechaça qualquer tentativa de ter uma estratégia política”.

Para eles o mundo “multipolar” e “diverso” não tem porque deixar de sê-lo. Os indígenas – por exemplo – não têm por que abraçar nem direcionar a luta para um sistema “único” como o socialismo. (MENDONZA, 2012, p. 12)

As constituições, pela primeira vez, incorporam conceitos das línguas originárias, como o *sumak kawsay* (*buen vivir*). A filosofia indígena do “viver bem” foi adotada nos discursos do governo Morales, sobretudo em momentos rituais e predominantemente em atuações voltadas ao exterior. Segundo Salvador Schalvezon,

O “Viver Bem” na Bolívia, o “Bom viver” no Equador, *Suma Qamaña* em *aymara*, e *Sumak Kawsay* em *quechua*, é um termo incorporado recentemente na linguagem política dos povos e do Estado, que faz referência a uma cosmovisão onde o homem se integra a seu entorno, com a Pachamama e outros seres não humanos a partir da reciprocidade, a complementaridade, e não a competição típica do capitalismo, resumida na fórmula de [buscar] “Viver Melhor”. (2012, p.45, tradução nossa).

O governo boliviano também se baseia na soberania das comunidades *ayllus* e tentas, garantindo a realização de consultas prévias e vinculantes, além da revogabilidade de delegados nos níveis centrais do Estado, a partir das assembleias de base. Entre o texto, o discurso e a realidade, porém, há uma imensa distância, como constata Sousa Santos:

A verdade é que nada disto está acontecendo e, pelo contrário, a justiça indígena está sendo questionada, entre outras coisas, por ser supostamente um obstáculo ao desenvolvimento, impedindo assim os povos indígenas de participarem plenamente no novo ciclo de desenvolvimento iniciado pelos novos governos constitucionais. (2012, p. 29).

Boaventura prognostica que a contradição entre o modelo capitalista de Estado neodesenvolvimentista e neoextrativista frente

ao *sumak kawsay* assumirá formas cada vez mais violentas. Nos dias atuais, a expressão dessa violência é a criminalização da política e justiça indígena. Boaventura afirma, em 2012, que no Equador já havia pelo menos 200 dirigentes processados. A luta por seus territórios foi tipificada pelo Estado como terrorismo ou sabotagem.

Discordamos que se trate de uma oposição entre capitalismo de Estado e propriedade comunal. A atuação do governo Morales expressa o antagonismo entre o imperialismo e a nação semicolonial, a combinação da opressão nacional e a opressão social. A ação do governo, por mais reparos que tenham sido feitos e por mais discursos proferidos contra os Estados Unidos, permanece dominada pela grande propriedade dos meios de produção transnacional. Se as comunidades indígenas são, efetivamente, um obstáculo à expansão das fronteiras agrícolas e à exploração dos recursos naturais por parte das multinacionais, como esperar que as oligarquias latifundiárias e as grandes corporações extrativistas possam conviver com a propriedade comunal e com sua justiça correspondente? Podem até tolerar que entre os indígenas apliquem entre si suas leis. Porém, não vão aceitar que essas formas tradicionais se interponham a seus interesses, que julguem pessoas do governo ou as empresas que provocam mais danos do que qualquer membro da comunidade que tenha cometido algum delito.

Boaventura tipifica as relações entre a justiça ordinária e a indígena. Tal relação pode ser de negação, em que, além da repressão, as autoridades indígenas são totalmente desconsideradas. Quando é uma relação de coexistência, há um reconhecimento recíproco entre os dois sistemas jurídicos, porém o contato entre eles é proibido, a exemplo do *apartheid*. A relação de reconciliação se dá quando a justiça ordinária “reconhece a justiça subalterna e lhe outorga alguma dignidade a título de reparação pelo modo

como a justiça subalterna foi ignorada ou reprimida no passado” (SOUSA SANTOS, 2012, p. 34). A convivialidade, que é prescrita pelas constituições plurinacionais, é considerada por Boaventura como um ideal, a aspiração de mútuo reconhecimento, de enriquecimento recíproco por meio do respeito à autonomia e jurisdição de cada uma delas.

Mais um dos episódios recentes de negação da Justiça Indígena se deu com a Lei de Demarcação Jurisdicional, aprovada em 29 de dezembro de 2010. A reação de diversos assembleístas indígenas foi de que esta lei reduzia a Jurisdição indígena originária camponesa a “roubo de galinhas” (ALBÓ, 2012, p. 244). O antropólogo e jesuíta afirma que tal lei era discriminatória e até mesmo racista por desconsiderar a capacidade de as comunidades originárias se autogovernarem, como se os indígenas fossem menores de idade. Especialistas internacionais que acompanharam o processo boliviano demonstraram sua frustração, como a jurista Raquel Yrigoyen: “É um dos piores [textos] e mais colonialistas que já vi na minha vida! Quem está por trás?” (apud ALBÓ, 2012, p. 248). Boaventura considera esta lei como um atentado ao projeto plurinacional. Apesar de o Ministério da Justiça, por meio do Vice-Ministério de Justiça indígena originária camponesa, junto com organizações indígenas e camponesas, ter realizado uma consulta prévia, seus resultados não foram incluídos na lei aprovada na Assembleia Legislativa Plurinacional.

O intelectual português reconhece que, por muito tempo, os discursos irão adiante das práticas, mas que essa distância pode ser encurtada de acordo com a intensidade da democratização da democracia (SOUSA SANTOS, 2014, p. 291), como se o Estado da classe dominante fosse permeável a ser convertido em expressão de toda a sociedade, com sua rica diversidade. A conclusão de

Boaventura é que a questão da justiça indígena não é um fenômeno puramente cultural. É, sobretudo, uma questão de economia política, com a qual concordamos. Justamente por isso, sob o capitalismo, não é possível retornar a formas de produção pré-capitalistas ou mesmo limitar seriamente o poder das corporações no que diz respeito à exploração destruidora da natureza. A lei geral da acumulação capitalista fez com que, desde os primórdios do modo de produção capitalista, se acumulasse, de um lado, riqueza; e de outro, miséria. Isso se reflete não apenas socialmente, mas também geograficamente. O que implica que alguns países compareçam na divisão internacional do trabalho como exportadores de matérias-primas, como semicolônias apenas formalmente independentes. Querer que o parlamento desses países modifique tais relações econômicas considera que o sistema jurídico-político não possui limites estruturais.

A CONSTITUIÇÃO BOLIVIANA DE 2009 E SEUS LIMITES

Muitos intelectuais que partilharam da defesa do “processo de mudança” que seria feito a partir da eleição de Evo Morales e, sobretudo, da Assembleia Constituinte, agora se frustram com seus resultados e apresentam críticas ao governo. Porém, é importante identificar que não há apenas um problema de aplicação da lei, mas as contradições acompanharam todo o processo.

O texto constitucional promulgado em 2009, após um referendo, traz demandas da “agenda de outubro”, porém com ambiguidades que atenuam as reivindicações ou até mesmo as negam. Como retrata Xavier Albó:

A Constituição nasceu viva, mas frágil e com problemas respiratórios, por isso teve que seguir internada e com cuidados intensivos. Ao cumprir seu primeiro ano, após novas tentativas falidas de afogar a criatura, com a ajuda de certa cirurgia plástica e cosméticos, e sob o olhar protetor de galenos [médicos] da Unasul e das Nações Unidas, ao final pôde sair à luz pública em fins de 2008. Foi então apropriada pela sociedade com um folgado 61 por cento de aprovação, e desde fevereiro de 2009 é nossa nova CPE [Constituição Política do Estado]. (2012, p. 223).

Em relação à questão indígena, o Pacto de Unidade, de agosto de 2006, estabelecia a consulta prévia e obrigatória às organizações sociais do local para avaliar a extração de recursos naturais, sendo das nações indígenas e camponesas o domínio dos recursos não renováveis. A propriedade desses recursos seria dividida entre estes e o Estado. Evo recusou tanto a proposta de propriedade como a de uso exclusivo dos recursos renováveis. Já após algumas concessões das organizações indígenas, os constituintes do MAS aprovaram um acordo em que se reconhecia:

A integralidade do território indígena originário e das comunidades que incluem o direito à terra, ao uso e aproveitamento exclusivo dos recursos naturais renováveis nas condições determinadas por Lei; a consulta prévia e informada e a participação nos benefícios pela exploração dos recursos naturais não renováveis que se encontram em seus territórios; a faculdade de aplicar suas normas próprias, administrados por suas estruturas de representação; e definir seu desenvolvimento de acordo com seus critérios culturais e princípios de convivência harmônica com a natureza. (apud SCHAVALZON, 2012, p. 188).

Esta seria a base do artigo 403 da Constituição. Mas, nos acordos de 2008 com a direita separatista, agregou-se a frase “sem prejuízo dos direitos legitimamente adquiridos por terceiros” (SCHAVELZON, 2012, p. 188). Este elemento de anterioridade foi recorrente e acabou protegendo interesses de transnacionais, latifundiários e outros setores das classes proprietárias, no que diz respeito aos recursos naturais e à reforma agrária.

No caso da Justiça Indígena, destacamos a questão da formação do *Tribunal Constitucional Plurinacional*, ao qual cabe dirimir possíveis apelações de “constitucionalidade” em pleitos entre a jurisdição indígena originária camponesa (IOC) e a ordinária. Na versão aprovada pelos constituintes em 2007, no artigo 198, determinava-se uma “representação *paritária* entre o sistema ordinário e o sistema IOC” (ASAMBLEA..., 2008, tradução nossa). Após a negociação com a oposição, eliminaram a paridade.

O exemplo mais contundente dos limites do processo constituinte, porém, se deu com algo que estava garantido pela nova Constituição, mas não foi cumprido pelo governo. A tentativa de construção da rodovia que cruzaria o TIPNIS, por parte do governo de Evo Morales, sem consulta às comunidades indígenas violou a nova constituição e trouxe questionamentos ao processo de “descolonização”, pois o governo reprimiu os protestos e as marchas multitudinárias, atribuiu as ações indígenas à influência das Organizações Não Governamentais (ONGs) e da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), e caracterizou os dirigentes como traidores por serem contra o desenvolvimento (EL DEBER, 2011).

Outros conflitos se deram entre o autodenominado governo dos Movimentos Sociais e o movimento indígena. O CONAMAQ

decidiu, em 2011, retirar-se do Pacto de Unidade e afirmar sua independência política perante o governo. No final de 2013, o governo cercou a sede da entidade. Em resposta, os *ayllus* protagonizaram um piquete de greve de fome em frente a sua sede, exigindo que o governo a devolvesse (ERBOL, 2013).

Na luta de resistência para manter o controle territorial, as comunidades originárias recorrem à Justiça Indígena que, em geral, sempre foi a forma de administrar o acesso à terra. Porém, os governos dos Estados ditos plurinacionais, o que inclui o Equador, rapidamente declaram estas comunidades como inimigas do desenvolvimento. Como analisa Boaventura de Sousa Santos:

[...] a Justiça Indígena é concebida como um obstáculo para o desenvolvimento. Sua neutralização se faz indispensável para abrir as comunidades ao progresso (obviamente definido em termos eurocêntricos). Para isso, o Estado recorre a várias medidas: definir o território indígena como superfície territorial, excluindo o subsolo; reduzir a jurisdição territorial ou material da justiça indígena a fim de convertê-la em inofensiva; atribuir a outras instituições, controladas pelo Estado, o controle do acesso à terra; etcétera. (SOUSA SANTOS, 2012, p. 31).

Há outros exemplos de criminalização do uso da justiça comunitária (MORAES, 2015) e repressões, como nas manifestações da Assembleia do Povo Guarani (APG), em agosto de 2015, contra a exploração hidrocarbonífera em áreas protegidas. O governo também retaliou economicamente, excluindo as organizações críticas do Fundo de Desenvolvimento Indígena (VARGAS, 2015).

Muitas das críticas que expusemos até aqui são compartilhadas por intelectuais e militantes que, até muito pouco tempo,

apoiavam Evo, ou seja, são críticas à *condução* do “processo de mudança”, e não ao programa que constitui tal processo. Partem de um pressuposto de que este “processo de mudança” é possível, ou seja, de que é possível atender às reivindicações indígenas, bloquear a ação predatória das transnacionais e fazer da Bolívia um laboratório de um novo tipo de Estado, tudo sem uma ruptura revolucionária. O que nos parece importante questionar, porém, é: a manutenção e defesa da grande propriedade privada capitalista é compatível com uma prática de soberania nacional, proteção à natureza e às comunidades indígenas? Em oposição ao governo Evo ou ao capitalismo, é a defesa do “bem viver” que deve ser levantada?

O marxista peruano José Carlos Mariátegui, em *O problema do índio*, um dos seus sete ensaios de interpretação da realidade peruana, de 1928, diz que tratar o problema indígena ignorando como problema econômico-social é mero exercício teórico condenado ao descrédito (MARIÁTEGUI, 2010, p. 53). O Amauta também é taxativo ao dizer que o problema do índio deve ser procurado no problema da terra (2010, p. 61) e que deve ter uma solução social (2010, p. 64). O autor insiste:

Colocando no primeiro plano o problema econômico-social, assumimos a postura menos lírica ou literária possível. Não nos contentamos em reivindicar o direito do índio à educação, à cultura, ao progresso, ao amor e ao céu. Começamos por reivindicar, categoricamente, seu direito à terra. (MARIÁTEGUI, 2010, p. 68).

Assim como há um vínculo indissolúvel entre a questão do índio e da terra, a questão agrária e a questão nacional estão relacionadas, pois são tarefas democráticas não resolvidas. Ao procurar

responder à questão “como os povos nativos voltarão a ser donos do que foi sua propriedade originária?”, Guillermo Lora aponta que a reconquista das terras adquire caráter anticapitalista, embora seja reivindicação de caráter democrático. Governo, partidos burgueses, reformismo e burocracia sindical se negam a defender a recuperação de toda a terra para as massas indígenas, oferecendo no máximo a política de reservas territoriais, desrespeitada quando convém à classe dominante, como vimos no exemplo do TIPNIS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta breve reflexão sobre a questão da Assembleia Constituinte a partir do caso boliviano, pretendemos trazer o debate sobre a relação dialética entre o texto jurídico, o Estado e a luta de classes. Vimos que a Assembleia Constituinte é uma importante bandeira democrática e que constitui, em circunstâncias determinadas, parte do arsenal de bandeiras de luta dos explorados. Mesmo sendo uma reivindicação democrático-burguesa, pode auxiliar as massas a fazerem a experiência com os limites da democracia formal, como bandeira transitória. Porém, as classes dominantes também a empunham, a exemplo do que Marx e Engels trazem da Revolução Alemã de 1848-1849; do que Lenin traz quanto à Revolução Russa de 1917; e tantos outros.

No caso recente latino-americano, ante crises de hegemonia em que a burguesia não conseguia mais seguir governando com seus partidos orgânicos, as Assembleias Constituintes foram parte de processos de canalização dos movimentos de massa para o parlamento. Contribuíram para reconstituir as instituições burguesas.

Detivemo-nos mais na recente experiência boliviana. A Guerra do Gás e a Guerra da Água foram jornadas de combate bastante radicalizadas. Levaram à deposição de presidentes identificados com o neoliberalismo. Porém, a defesa da Assembleia Constituinte estancou o percurso de reconquista da independência de classe. A eleição presidencial de um indígena oriundo do movimento camponês cocaleiro despertou grandes ilusões. O processo constituinte, mesmo com maioria indígena, entre tensões e pactos mostrou seus limites. Afinal, pretendia conciliar o inconciliável. Harmonizar todos os tipos de propriedade, da grande (transnacional) à comunal.

Com base nessa experiência de novas constituições, autores como Boaventura de Sousa Santos consideram a existência de um novo tipo de constitucionalismo, transformador, que fundaria novos Estados. Estaria rompida assim a concepção liberal de um só povo em um só território, de matriz eurocêntrica, para uma concepção pautada na convivialidade, nos valores do bem viver dos povos originários.

Esta bela aspiração, porém, se defronta com limites impostos pela base material sobre a qual se ergue a sociedade capitalista. O ordenamento jurídico não pode ir além desta base material, é sua expressão. Assim, se detém ante a propriedade privada dos meios de produção. E, com a manutenção da propriedade privada, permanece a raiz da opressão sobre as nacionalidades indígenas. Mesmo sob a máscara pachamâmica, estes Estados ditos plurinacionais continuam a gerenciar os negócios da burguesia. Sendo países semicoloniais, seguem submetidos às potências imperialistas, garantindo os interesses das transnacionais. Ou seja, mantêm as relações de exploração e opressão e o caráter predatório da produção capitalista em relação à natureza.

REFERÊNCIAS

ALBÓ, Xavier. Justicia indígena en la Bolivia plurinacional. In: SOUZA SANTOS, Boaventura de; RODRÍGUEZ, José Luis Exeni (Org.). *Justicia indígena plurinacional e interculturalidad em Bolivia*. La Paz: Ediciones Abya-Yala / Fundación Rosa Luxemburg, 2012, p. 201-248.

ASAMBLEA CONSTITUYENTE DE BOLIVIA. *Nueva Constitución Política del Estado*. Congreso nacional, 2008. Disponível em: <<http://www.presidencia.gob.bo/download/constitucion.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2011.

BOLÍVIA. *Constitución política del estado Plurinacional de Bolivia*, sd. Disponível em: <<http://www.harmonywithnatureun.org/content/documents/159Bolivia%20Consitucion.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2013.

_____. *Ley de Deslinde Jurisdiccional*. Ley 073. Disponível em: <<http://bolivia.infoleyes.com/shownorm.php?id=2769>>. Acesso em: 29 mar. de 2014.

CARVALHO, Soraia de. *Estado e luta de classes na Bolívia: uma análise comparativa entre a Assembleia Popular de 1971 e a Constituinte de 2006-2009*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2016.

EL DIARIO (2011). No queremos que indígenas vivan como salvajes. *El Diario*. 07 de setembro de 2011. Disponível em: <http://www.eldiario.net/noticias/2011/2011_09/nt110907/2_11plt.php>. Acesso em: 04 maio 2013.

ERBOL. *Indígenas en huelga, piden a Gobierno devolverles su sede*. 13 de dezembro de 2013. Disponível em: <http://www.erbol.com.bo/noticia/indigenas/13122013/indigenas_en_huelga_piden_gobierno_devolverles_su_sede>. Acesso em: 12 out. 2015.

ESCOBAR, René Guery Chuquimia. Historia, Colonia y derecho de los pueblos indígenas. In: SOUSA SANTOS, Boaventura de; RODRÍGUEZ, José

Luis Exeni (Org.). *Justicia indígena plurinacional e interculturalidad en Bolivia*. La Paz: Ediciones Abya-Yala / Fundación Rosa Luxemburg, 2012, p. 15-200.

EL DEBER. *Aumenta tensión por el Tipnis*: Evo endurece ataques a indígenas que rechazan su proyecto carretero. 03 de agosto de 2011. Disponible em: <<http://eju.tv/2011/08/aumenta-tensin-por-el-tipnis-evo-endurece-ataques-a-indgenas-que-rechazan-su-proyecto-carretero/>>. Acesso em: 04 maio 2013.

GARCÍA LINERA, Álvaro. La crisis del estado y las sublevaciones indígena-plebeyas. In:

TAPIA, Luis; GARCÍA, Álvaro; PRADA, Raúl. *Memorias de octubre*. La Paz: Muela del Diablo, 2004, p.27-86.

HERNÁNDEZ, Isabel. Soberanía en Meli Wixan Mapu: La nación autónoma mapuche es reconocida por la Corona española. In: *Autonomía o ciudadanía incompleta: el pueblo mapuche en Chile y Argentina*. Santiago do Chile: Nações Unidas/CEPAL, 2003, p. 73-75. Disponible em: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/7179/S2003714_es.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 out. 2014.

LENIN, V. I. *A Questão da constituinte*. Contagem: Ed. História, 1979.

LORA, Guillermo. Projeto de Informe sobre América Latina [1977]. In: *Obras completas*. Tomo XLIX. La Paz: Edições Massas, 2000a, p. 429-484.

_____. La Revolución Latinoamericana y las tareas actuales [1979]. In: *Obras completas*. Tomo XLIX. La Paz: Edições Massas, 2000b, p. 325-405.

MARX, K.; ENGELS, F. The Programmes of the Radical-Democratic Party and of the Left at Frankfurt. *Neue Rheinische Zeitung*, [junho de 1848], 1994. Disponible em: <<http://www.marxists.org/archive/marx/works/1848/06/07.htm>>. Acesso em: 02 set. 2011.

MENDONZA, Vladimir. *El postmodernismo indigenista del MAS*. La Paz: Ediciones Masas, 2012.

MORAES, Renata Albuquerque. *Indígenas são perseguidos na Bolívia por resistirem a construção de estrada em seu território*. Disponible em: <<http://racismoambiental.net.br/?p=181376>>. Acesso em: 14 jan. 2016.

OIT. *Convenio sobre poblaciones indígenas y tribales*. (Convenio n° 107). Ginebra, 1957. Disponible em: <http://www.oas.org/dil/esp/afrodescendientes_instrumentos_internacionales_convenio_107.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2016.

_____. *Convenção n° 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT*. Brasília: OIT, 2011.

POR. *A situação revolucionária na Bolívia sob o governo Evo Morales*. Ed. Massas, s/l, 2006.

PRADA ALCOREZA, Raúl. Estado plurinacional comunitario autonómico y pluralismo jurídico. In: SOUZA SANTOS, Boaventura de; RODRÍGUEZ, José Luis Exeni (Org.). *Justicia indígena plurinacional e interculturalidad em Bolivia*. La Paz: Ediciones Abya-Yala / Fundación Rosa Luxemburg, 2012, p. 407-444.

SCHAVELZON, Salvador. *El nacimiento del Estado Plurinacional de Bolivia: etnografía de una Asamblea Constituyente*. La Paz: Clacso, 2012. Disponible em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/coediciones20130214112018/El-nacimientodelEstadoPlurinacional.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. La reinención del Estado y el Estado plurinacional. In: OSAL (Buenos Aires: CLACSO) ano VIII, n. 22, set. 2007. p. 25-46. Disponible em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal22/D22SousaSantos.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2015.

_____. Cuando los excluidos tienen Derecho: justicia indígena, plurinacionalidad e interculturalidad. In: SOUZA SANTOS, Boaventura de; RODRÍGUEZ, José Luis Exeni (Org.). *Justicia indígena plurinacional e interculturalidad em Bolivia*. La Paz: Ediciones Abya-Yala / Fundación Rosa Luxemburg, 2012, p. 11-48.

_____. La Refundación del Estado em America Latina. In: CORAGGIO, José Luis; LAVILLE, Jean-Louis (Orgs.). *Reinventar la izquierda en el siglo XXI: Hacia un diálogo Norte-Sur*. Quito: Instituto de Altos Estudios Nacionales (IAEN), 2014, 281-297 Disponível em: <<http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/La%20Refundaci%C3%B3n%20del%20Estado.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2016.

TAPIA, Luis. Izquierdas y movimiento social. In: TAPIA, Luis; GARCÍA, Álvaro; PRADA, Raúl. *Memorias de octubre*. La Paz: Muela del Diablo, 2004, p.137-179.

_____. *La invención del núcleo común*. Ciudadanía y gobierno multisocietal. La Paz: Muela del Diablo / Autodeterminación, 2006.

_____. Gobierno multicultural y democracia directa nacional. In: GARCÍA LINERA, Álvaro; TAPIA, Luis; PRADA, Raúl. *El retorno de la Bolivia Plébea*. La Paz: Muela del Diablo, 2007, p. 61-90.

VARGAS, Natalí. Cuatro organizaciones quedan fuera del nuevo Fondo Indígena. *Página Siete*, 30 de agosto de 2015. Disponível em: <<http://www.paginasiete.bo/nacional/2015/8/30/cuatro-organizaciones-quedan-fuera-nuevo-fondo-indigena-68353.html>>. Acesso em: 14 jan. 2016.

15

VENEZUELA CHAVISTA: A REVOLUÇÃO BOLIVARIANA E O BLOCO NO PODER ¹

Rennata Kelly Muniz Alves²

Este trabalho decorre da investigação que foi proposta no projeto de pesquisa PIBIC/ CNPq/ UFCG que se desenvolveu desde 2011 até meados de 2014 e fez parte de um estudo mais geral dos governos pós-neoliberais na América Latina, a partir de estudos de casos como Argentina, Brasil, Venezuela, Bolívia e Chile, entre 1999 e 2013, na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), assim como minha dissertação de mestrado realizada na Universidade Federal de Rio Grande do Norte (UFRN).

A pesquisa se direcionava especificamente ao estudo do caso da Venezuela, analisando o governo de Hugo Chávez, a partir do bloco no poder correspondente a essa formação econômico-social específica, a venezuelana.

Esta pesquisa utilizou como método um estudo aprofundado de caráter bibliográfico, leituras teóricas gerais e leituras específicas sobre a Venezuela, estas últimas são em sua maior parte em espanhol, devido à escassez de trabalhos em português sobre o tema.

¹ Este trabalho diz respeito ao terceiro capítulo do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) no curso de Ciências Sociais – Bacharelado na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

² Mestra em Ciências Sociais pelo PPGCS/UFRN.

Para apreender categorias teóricas essenciais para a compreensão do caso em questão, foi necessário iniciar a pesquisa a partir do estudo de diversos trabalhos no plano teórico.

Esta pesquisa é um estudo de caso, cujo objetivo é aprofundar o tema, e nela foi utilizada a metodologia qualitativa. Os procedimentos para obter a evidência empírica do que se pretende pesquisar em termos de dados, em síntese, incluem fontes como bibliografia sobre os temas, revistas diversas que se refiram a tal governo, informações fornecidas pelos governos, entre outros documentos que possam ser fornecidos em sites de internet.

Problematizamos se uma revolução pode ser possível tendo seu controle a partir do próprio Estado e com excessiva valorização do papel de um “herói militar”, lógico que com características específicas. Como poderia se realizar não sendo diretamente guiada pelos trabalhadores e pelo povo pobre, mas sim “de cima para baixo”?

Para realizar a análise do processo político, devemos utilizar um conjunto de categorias teóricas consideradas importantes para este trabalho, como o conceito de formação econômico social, diferenciado do conceito de modo de produção em Karl Marx, o qual nos explica dizendo que o conceito de modo de produção é teórico, porém mais abstrato, e que o de formação econômico social é também um conceito teórico, mas que tem um nível menor de abstração, o que podemos utilizar no caso dos estudos concretos como quando estudamos um país.

Outro conceito importante colocado por Marx é o fenômeno do bonapartismo, que aparece supostamente por fora dos interesses das classes e frações de classes em luta num período de crise política, mas igualmente garante a dominação burguesa. Também articulamos a ideia de interesse de classe a cada grupo político que

expressa um interesse particular, e que pretende se tornar hegemônico para fazer este interesse particular passar a ser o interesse geral da sociedade. O bonapartismo é definido como uma aliança de frações de classe que aparece como unidade nacional sustentada pelo exército, por esse motivo muitas vezes Chávez é apontado como bonapartista. Gramsci diferencia bonapartismo de cesarismo, sendo este último em algumas ocasiões “progressivo”. Mas inicialmente, de forma hipotética não estaria frente a um governo bonapartista ou cesarista, senão frente ao processo de formação de uma burguesia de Estado que se articula com uma nova fração da burguesia, que denominaremos como bolivariana comercial importadora.

De Nicos Poulantzas, buscamos o conceito de bloco no poder para mostrar que as frações da burguesia, mesmo com diferentes interesses relativamente permanentes, se homogenizam para garantir a dominação política no Estado capitalista. Este conceito nos permite entender que existe uma pluralidade de frações de classe hegemônicas por uma destas frações no bloco no poder, sem que haja ruptura na unidade do conjunto das classes dominantes. Nossa abordagem acerca de Poulantzas, nesta pesquisa, rejeita as leituras economicistas e foca nos seguintes textos: “Poder político e classes sociais”, “As classes sociais no capitalismo hoje” (POULANTZAS, 1978) e “A crise das ditaduras. Portugal, Grécia, Espanha” (POULANTZAS, 1976).

De Poulantzas, extraímos também o conceito de burguesia de Estado, assim como da obra de Mutti e Segatti, *A burguesia de Estado. estrutura e funções da empresa pública*, cujo conceito de burguesia de Estado será utilizado de forma hipotética, pois achamos inicialmente ser o melhor para explicar a articulação entre fração de classe e Estado nos governos considerados pós-neoliberais da

região Andina, principalmente na Venezuela e em menor escala na Bolívia e no Equador. Para entendermos a diferença entre as frações de classes burguesas, a burguesia é conceitualizada como:

a) Burguesia compradora é a fração da burguesia mais internacionalizada e vinculada aos interesses imperialistas e que atua como uma simples intermediária do capital estrangeiro;

b) Burguesia nacional é uma fração da burguesia com base na formação econômico-social do seu próprio país, que, a partir de certo grau e do tipo de contradição com o capital estrangeiro, ocupa um lugar relativamente autônomo na estrutura e na superestrutura ideológica e política, o que gera como efeitos políticos uma posição anti-imperialista e/ou populista;

c) Burguesia interna, a qual convive com a burguesia compradora e não possui as características estruturais da burguesia nacional; depende do processo de divisão internacional do trabalho dominado pelo capital internacional, mas acumula no interior formação econômico-social de seu país. Existem contradições com o capital norte-americano sem poder ser autônomo deste, tenta exercer seus efeitos sobre os aparatos de Estado em suas relações com o mencionado capital (POULANTZAS, 1975);

d) Burguesia de Estado, que tem a particularidade de nascer no terreno político antes de constituir-se no econômico. Emerge em uma defasagem entre ambos os níveis, de maneira inversa à formação histórica autônoma do resto das frações da burguesia. Como pode cobrir todos os momentos do ciclo geral do capital social, distingue-se conceitualmente da pequena-burguesia do setor público e da burocracia estatal (MUTTI; SEGATTI, 1979).

Também em Poulantzas trabalhamos o conceito de bloco no poder. Esse conceito é usado para indicar as várias classes e/ou

frações de classe organizadas sob a hegemonia de uma delas, que compõem o poder numa situação concreta. Esse conceito permite explicar as classes no poder referindo-se às formações sociais (real-concreto) e não apenas aos modos de produção (geral-abstrato).

Mostramos que a Revolução Bolivariana nasceu no dia em que decidiu enfrentar o imperialismo nas guerras em setembro de 2001, e que se encontra com tendência de fim de ciclo no processo de mudança em 2013. A fim de entender o que aconteceu e de evitar a solução de continuidade que ameaça a revolução, tentamos entender quais foram os erros estratégicos feitos pela liderança bolivariana que deram caráter irreversível ao que se conquistou nos últimos 14 anos da vida social?

Ressaltamos que o Movimento Bolivariano Revolucionário 200 (MBR-200) foi fundado pelo tenente-coronel Hugo Chávez Frías, ao qual mais tarde se juntou Francisco Arias Cárdenas. Falamos da importante conquista da Revolução Bolivariana, que é ter sobrevivido aos 14 anos interrompidos do governo de Chávez.

Observamos a tendência ao bonapartismo e o sentido que Trotski atribui ao regime bonapartista *sui generis* em 1940. Neste momento, trazemos alguns conceitos importantes para compreender o processo venezuelano, como populismo, e o conceito de hegemonia e bloco histórico em Gramsci. O conceito de bonapartismo é importante para nosso trabalho, assim como o de bloco no poder, que é abordado por Poulantzas, além do conceito de burguesia de Estado abordado também por Mutti e Segatti. Com isso, caracterizamos as articulações entre as frações das classes no bloco no poder expressas pelo governo Venezuelano.

O BLOCO NO PODER

No decorrer da pesquisa, foi importante estudarmos elementos da teoria política e das classes sociais de Nicos Poulantzas, já que ele elabora o conceito de bloco no poder para mostrar que as frações da burguesia, mesmo com diferentes interesses relativamente permanentes, se homogenizam para garantir a dominação política no estado capitalista. Este conceito nos permite entender que existe uma pluralidade de frações de classe hegemônicas por uma fração destas no bloco no poder, sem que haja ruptura na unidade do conjunto das classes dominantes.

Embora partamos da premissa poulantziana de que “as instituições ou os aparelhos não possuem poder próprio e só exprimem e cristalizam os interesses e poderes de classe” (POULANTZAS, 1975, p. 75), consideramos que mapear a presença e/ou atuação do imperialismo norte-americano na Venezuela implica compreender tanto sua relação com o “bloco no poder” neste país, como a configuração política, social e econômica das classes dominantes, sobretudo no que tange às suas relações com a PDVSA. A reforma da política petroleira reflete as mudanças que se estavam ocorrendo na Venezuela, tais como o fim da democracia representativa “puntofijista” e o início de um período em que um novo regime político se formava, tendo como ápice a conformação de um novo bloco no poder. A Constituição deste novo bloco hegemônico revela a tentativa de mudanças no bloco no poder de se estabelecer uma nova composição política das frações que compõem as classes dominantes venezuelanas. Instiga-nos saber quem saiu e quem permaneceu; ou ainda que alianças políticas são feitas e em que bases são acordadas.

Cada fração correspondendo a uma função diferente do capital no processo econômico capitalista: produtiva, bancária, comercial, de modo que o Estado capitalista se converte no agente organizador da hegemonia de uma fração da classe dominante no seio do bloco no poder.

O conceito de “bloco no poder” é usado para indicar as várias classes e/ou frações de classe, organizadas sob a hegemonia de uma delas, que compõem o poder numa situação concreta. Esse conceito permite explicar as classes no poder referindo-se às formações sociais (real-concreto) e não apenas aos modos de produção (geral-abstrato). Assim, um bloco no poder pode ser formado tanto pela classe dominante (e suas frações) do modo de produção predominante (burguesia, no caso do modo de produção capitalista), quanto pela classe dominante proveniente de outros modos de produção - caso da aristocracia rural, por exemplo (POULANTZAS, 1975).

Caracterizamos as articulações entre as frações das classes no bloco no poder expressas pelo governo venezuelano, consciente de que geram efeitos específicos sobre o aparato de Estado e as políticas públicas. E também questionamos se existiam forças sociais e movimentos sociais que estavam localizados fora do bloco no poder, mas que contribuíam para interpretar tal governo a partir da noção de frente.

No fim dos anos 1980 e início dos 1990, a Venezuela já demonstrava os germes deste processo: crise do sistema partidário da democracia puntofijista; crise de legitimidade da democracia; pressões populares; frações hegemônicas sem condições políticas de governar; proletariado sem organização suficiente para a tomada do poder. Essas e outras questões abriram espaço para que o ramo

militar da burocracia assumisse o papel não só de classe detentora, mas, principalmente, de classe reinante. Este contexto foi produtor e, ao mesmo tempo, produto da crise de hegemonia no interior do bloco no poder, já que as antigas classes dominantes (latifundiários, grande capital petrolero internacional, burguesias comercial e industrial) não estavam em condições de governar.

Classe ou fração reinante é aquela politicamente dominante, ou seja, é aquela que governa geralmente eleita pelo sufrágio universal. Já a classe detentora é a que detém o poder político, é a detentora do poder do aparelho de Estado; trata-se da classe ou fração permanente que recruta o pessoal político, burocrático, militar, etc., que ocupa as “cúpulas” do Estado. (POULANTZAS, 1977, p. 245).

Antônio Gramsci, nos *Cadernos do Cárcere*, explica que hegemonia é a capacidade de direção intelectual e moral que se relaciona com a estrutura e a superestrutura no interior de um determinado bloco histórico. Definimos bloco histórico em Gramsci como a particular articulação entre estrutura (econômica) e superestrutura (política, jurídica, ideológica) e que é cimentado pela ideologia, não se restringindo ao sentido de Marx de juventude na “Ideologia Alemã”, entendida como uma falsa consciência. (GRAMSCI, 2003).

Essa hegemonia pode se dar de maneira vertical e horizontal: a hegemonia vertical acontece de uma fração de classe para as outras e a horizontal dentro da própria classe dominante. No caso da Venezuela, podemos pensar qual é fração de classe que fala em nome de um interesse universal dessa sociedade? Como parte de seus interesses particulares e os transforma em gerais? Ou se há

a construção de uma contra hegemonia, como propõe Gramsci, como sendo a construção de uma visão do mundo e nova vontade coletiva que relacionam estrutura e superestrutura na construção de um novo bloco histórico.

Com efeito, essa relação de classes com o processo hegemônico tem ligação indissolúvel com o conceito de bloco histórico, pois, “segundo Gramsci, é no interior do bloco histórico que se realiza uma hegemonia determinada” (MACCIOCCI, 1977). A autora cita o próprio Gramsci, nos *Cadernos do Cárcere*, para definir tal conceito: “A infraestrutura e a superestrutura formam um ‘bloco histórico’, ou seja, o conjunto complexo”.

O bloco histórico é “uma articulação de forças políticas, culturais hegemônicas e se constrói a partir de uma aliança de classes e frações de classe, mas que só se efetiva a partir da conquista do poder de Estado, momento em que se concretiza a hegemonia como combinação de direção e dominação” (ALMEIDA, 2003). Por sua vez, o bloco histórico não é sinônimo, apenas uma aliança de classes ou frações de classe, nem aliança política (partidos ou grupos), mas um bloco social e político com domínio no Estado, na sociedade civil e na economia.

De acordo com Woods, a burguesia em seu conjunto se encontra fora do bloco no poder hegemônico na Venezuela, no período estudado, e é apresentada como uma classe homogênea e contrária ao governo Chávez. Rejeitamos a ideia que, de forma homogênea, o conjunto da burguesia foi contrário ao chavismo.

A formação de um bloco no poder com elementos novos (burguesia de Estado, burguesia bolivariana comercial importadora) é anterior a riquezas a partir da renda petrolera.

O progresso do bolivarianismo e da teoria da nova sociedade socialista vem avançando e o bloco de poder está lutando pelo desenvolvimento. O bloco no poder permitirá o desenvolvimento das indústrias e ajudará a conservar os recursos naturais. Os interesses latinos americanos têm desejado o processo da revolução bolivariana desde sua concepção. A aliança com os Estados Unidos, política de consenso de Washington, a fim de proclamar a interação do bloco regional de poder latino-americano, foi uma estratégia de política interacionista de Hugo Chávez, e esta aliança, vale salientar, tem várias conjunturas perigosas para o governo do presidente. Essa interação bolivariana para Hugo Chávez é a fase de transição de um reino no qual cabem todos para, então, decidir uma sociedade sem classes.

Os Estados Unidos têm uma relação imperialista com a Venezuela; a Venezuela tem um discurso anti-imperialista, mas quando observamos o comércio bilateral: o intercâmbio comercial entre os dois países nos últimos anos aumentou, pois a Venezuela destina 40% das exportações aos Estados Unidos.

Mas a Venezuela passou a ter uma estreita relação com Cuba, de onde surgiu a Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA), que foi um bloco regional orientado, pelo menos em termos discursivos, por princípios solidários e apresentando-se como oposição às ambições estadunidenses.

Chávez tinha uma relação com os países vizinhos e utilizava o petróleo como ferramenta na política, um recurso natural que é bastante abundante no país, pois a Venezuela é a sexta maior reserva petrolífera do mundo, ou seja, com maior poder de persuasão.

Havia a formação de blocos econômicos entre os países de menor expressão internacional, que tinham como objetivo tirar o

foco das potências hegemônicas dos assuntos internos e regionais, e foi a partir daí que Chávez passou a se aproximar do Mercosul e começou a fazer acordos petrolíferos com os países da América Central. A organização do bloco tinha como objetivo criar um mecanismo que pudesse coordenar as estratégias de defesa comum na região. Existia uma disputa pela hegemonia regional.

A REVOLUÇÃO BOLIVARIANA

Revolução bolivariana é o termo criado pelo presidente da Venezuela, Hugo Chávez, para designar as mudanças políticas, econômicas e sociais iniciadas com seu acesso ao governo. A revolução está baseada, segundo Chávez, no ideário do libertador Simón Bolívar (apesar das ideias liberais que alguns encontram neste, o que muitos consideram uma contradição) e tem como objetivo chegar a um novo socialismo. Uma de suas primeiras medidas foi aprovar, mediante referendo, a Constituição de 1999.

Segundo relato oficial, a revolução bolivariana nasceu no dia em que se decidiu enfrentar o imperialismo nas guerras em setembro de 2001. Por exemplo, em ambos os pontos, Chávez avançou vários limites revolucionários aos que não se atreveram a nenhum dos predecessores na história do imperialismo. Humberto Valdes aponta que a revolução bolivariana representa uma referência para nossa reflexão neste momento histórico transcendental que necessita da nossa posição para fortalecer as lutas históricas. Num projeto de unidade da América Latina, a Venezuela assume um papel importante.

São 27 missões, sem as quais a constituição bolivariana estaria morta como ocorreu nas constituições burguesas. A revolução

bolivariana tem revolucionários proclamados. Em 2007, Chávez, como projeto de Símon de Bolívar, definiu a terceira revolução com o objetivo de transformar as relações de produção e elevar o poder popular. Segundo Chávez, essas missões de desenvolvimento social político e econômico são componentes fundamentais do novo Estado social de direito e justiça, pois elas estariam gerando uma nova realidade, inclusive na ordem cultural, psicológica, ideológica e filosófica de uma realidade prática.

Segundo o chavismo, os capitalistas são cientes de que o poder popular ganhou nesses anos a sustentação do que conhece como revolução bolivariana, incluindo os modelos de intervenções empresariais e sociais mistas, as cooperativas, o que chamam de “empresas socialistas”. Consolidando a transformação da economia e do Estado, a Venezuela se declara um Estado-nação, mas continua montado sobre a renda petroleira. A socialização do poder e da economia é um dilema histórico da revolução bolivariana que, independentemente do discurso, não foi resolvido.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CHAVISMO SEM CHÁVEZ

No dia 5 de março de 2013, Hugo Rafael Chávez Frías, 58 anos, morre em consequência de uma infecção respiratória e se inicia um processo de mistificação de sua figura. Do ponto de vista do relato oficial, a morte é interpretada da seguinte forma: a notícia choca todo o povo venezuelano, que vai chorar nas ruas. Morre o “Comandante”. Morre o homem que tentou tomar o poder em 1992 pelas armas para programar uma constituinte. Morre o homem que foi preso e, alguns anos depois, eleito presidente.

Morre o homem que erradicou o analfabetismo na Venezuela. Morre o homem que centralizou o poder em si mesmo para tentar construir o poder popular. Morre o homem que sofreu um golpe de Estado e voltou ao poder. Morre o homem que teve treze vitórias eleitorais enquanto era chamado de ditador pelos donos do mundo, um seguidor de Bolívar, um amigo do povo cubano, um revolucionário, o homem que recoloca na pauta do mundo palavras como socialismo e revolução, o homem que sonhou com a “*nuestra América*” unida e solidária.

Com a morte de Chávez, Maduro assumiu interinamente a presidência venezuelana, cargo que já havia ocupado durante o tratamento de Chávez em Cuba. Vale ressaltar que, devido a este tratamento, o então presidente não pôde comparecer à data oficial da posse, marcada para 10 de janeiro. Deste modo, seguindo a Constituição venezuelana de 1999, escrita já não era chavista, Maduro convocou novas eleições para o dia 14 de abril de 2013, quando foi eleito presidente da Venezuela.

Vitória da democracia, a revolução segue seu curso. O país conhecido pela estabilidade e pelos profícuos poços de petróleo nunca mais foi o mesmo depois da revolta popular de 1989 – o *Caracazo*. O mito da paz e de um povo ordeiro cai e começa a surgir outra realidade. A figura do tenente-coronel Hugo Chávez aparece como símbolo do novo momento. Desde a prisão pela tentativa de golpe em 1992 até a sua morte, o “Comandante”, como passou a ser chamado por seus correligionários, encarnou o protagonismo de um povo.

Acontece a posse de Nicolás Maduro. O seu discurso foi uma demonstração de que muita coisa teria de ser feita para a correção de rumo, para recuperar terreno perdido, em todos os

aspectos da vida política e social da Venezuela. A começar pelo aprofundamento da relação do governo com a população, sobretudo com a organizada, com um programa claro de combate à violência urbana, como também com firmes medidas contra o burocratismo e a corrupção, além de iniciativas no sentido da solução do problema de abastecimento de alimentos, buscando ainda melhorar todos os programas sociais. Tudo isso sem abrir mão, em termos discursivos, da caminhada para o socialismo, para o qual é imprescindível a continuação e intensificação da organização do poder comunal. É a revolução bolivariana marchando sem Chávez, com Chávez, já que estão vivos seus exemplos de amor a seu povo e à causa de sua libertação.

Valhes explica que a revolução se encontra com sua sentença de morte no processo de mudança em 2013, quando a oposição fortalece a crise política do presidente Maduro. O autor tenta entender, desde o bolivarianismo, quais foram os erros estratégicos feitos pela liderança bolivariana que colocaram em risco o caráter irreversível para o que se conquistou nos últimos 14 anos da vida social.

Pensava-se que satisfazer as necessidades materiais da população, através das missões, teriam garantida para a vida a lealdade política desses setores. As massas para a política, no jogo Venezuela bolivariana, seguiram os limites da idade do puntofijismo.

A revolução bolivariana, na sua política para a classe trabalhadora venezuelana, mesmo com as missões sociais com a Lei do Trabalho em muitas áreas da administração do Estado, tem implementado um regime neoliberal em que os trabalhadores estão ganhando, em termos de salário real, porcentagens bem abaixo do salário-mínimo.

Fortaleceu-se a mistificação de Chávez expressando o relato oficial de que o país avançou extraordinariamente sob o líder morto. A América Latina foi infestada, a partir dos anos 1950, por militares patrocinados pelos Estados Unidos, os quais transformaram a região num monumento à desigualdade social e impuseram com a força das armas sua tirania. Neste contexto, Chávez é considerado como quem escolheu o lado dos “excluídos, dos miseráveis” e, por isso, fez história na sua Venezuela, na América Latina e no mundo contemporâneo.

CRISE NO GOVERNO DE MADURO

Um ano depois de, no ano 2014, vencer as eleições presidenciais da Venezuela, Nicolás Maduro, designado por Hugo Chávez como seu sucessor político, tem uma coleção de crises no período à frente do Palácio Miraflores. Algumas delas foram iniciadas antes mesmo de Maduro assumir a cadeira deixada por Chávez, mas a mais grave teve início no ano 2014. No aniversário de seu primeiro ano no cargo, Maduro se viu em meio a uma negociação mediada pelo Vaticano e pela União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), na qual a oposição questiona a legitimidade de seu mandato.

A insatisfação de uma oposição que não aceitou a derrota, combinada com uma situação econômica crítica, pela qual passa o país, deu a tônica dos meses seguintes. Isso porque a Venezuela enfrentava escassez de produtos básicos. Foi neste cenário que Maduro tentou dar uma cara ao seu governo. Em meio às crises, o presidente venezuelano conseguiu implantar poucas medidas de

grande impacto em seus primeiros doze meses. A Assembleia Nacional aprovou, em novembro, uma lei habilitante que aumentou os poderes de Maduro para legislar sobre temas econômicos por um ano.

A partir da nova lei, Maduro decretou a polêmica Lei Orgânica de Preços Justos, que limita o lucro de atores das cadeias de comercialização no país em 30%. O objetivo, segundo o governo, é garantir o desenvolvimento “justo, equitativo, produtivo e soberano” da economia nacional, protegendo a renda dos cidadãos, o acesso das pessoas aos bens e serviços para a satisfação de suas necessidades.

Apesar de todos os problemas, o governo conseguiu impor uma derrota a cerca de 30 legendas nas eleições municipais de dezembro, quando o chavismo foi vitorioso em 77% das cidades. Uma das explicações para o sucesso nas urnas é a herança deixada em quinze anos de governo Chávez. Durante o período, a Venezuela alcançou o posto de país com distribuição de renda mais igualitária da América Latina. Maduro, entretanto, ironiza o papel dos opositores. Ele diz que espera que a Venezuela tenha, um dia, uma oposição sem ligações com Washington, nos Estados Unidos, e mantém o discurso enfático contra seus rivais.

“Amanhã completamos um ano da vitória heroica do povo nas eleições”, disse Maduro na segunda-feira, 14. “Em um ano, essa mesma oligarquia lançou uma guerra econômica contínua e permanente, contrabando, inflação induzida, sabotagem econômica, guerra elétrica e psicológica e agora barricadas. Barricadas fascistas”, disse Maduro. (MADURO, 2015, S/N).

O triunfo eleitoral não acabou com a crise política aberta com a morte de Chávez e com o impacto da crise econômica.

Com Maduro no poder, o que aparece discursivamente é que a Venezuela, pós-Chávez, não pretende voltar a ser o que foi antes dele – um quintal dos Estados Unidos administrado por uma minúscula elite que jamais enxergou os pobres.

Mi opinión firme, plena, como la luna llena, irrevocable, absoluta, total, es que en un escenario que obligaría a convocar de nuevo a elecciones presidenciales, ustedes elijan a Nicolás Maduro como presidente de la República Bolivariana de Venezuela. Yo se los pido desde mi corazón. (CHÁVEZ, 2012).³

Depois de acirrada campanha e apertada vitória, o presidente Nicolás Maduro tentará se apresentar como quem pretende dar continuidade ao legado de Chávez e aos desafios que se impõem ao novo governo. A eleição foi alvo de duras críticas por parte da oposição, que tentava ao máximo desestabilizar o país por meio de manifestações e ameaças ou por meios eleitorais. No entanto, várias instituições internacionais garantiram a lisura do processo, que conferiu mais um mandato para o chavismo. Assim, iniciou-se um novo período político (que durou até março de 2013) marcado pela inclusão social, redistribuição da renda – principalmente proveniente do petróleo – e maior participação da população na política.

³ Minha opinião firme, plena, como a lua cheia, irrevocável, absoluta, total, é que num cenário que obrigaria a convocar de novo a eleições presidenciais, vocês escolham a Nicolás Maduro como Presidente da República Bolivariana da Venezuela. Peço-lhes com todo meu coração (tradução nossa)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da definição restrita, segundo a qual a “classe dominante” (ou mais propriamente, a classe ou a fração hegemônica) é aquela cujo interesse político é garantido prioritariamente pela política de Estado, a classe detentora pode ou não se identificar com a fração hegemônica. O conceito de classe ou fração hegemônica identificaria a classe sistematicamente beneficiada pelas políticas de Estado, independentemente de ser esta classe ou fração um agente político coletivo e estar organizada de modo efetivo (como “classe reinante” na cena política, por exemplo). Nesse sentido, ela é teoricamente (e pode vir a ser empiricamente) diferente da classe detentora, conceito que descreve os agentes que controlam diretamente os postos estatais (a “elite estatal”, na definição de Miliband).

Poulantzas (1975), quando desenvolve conceitos como as frações de classes, diferenciando a burguesia interna da burguesia compradora, já chamava a atenção para o fato de que a burguesia nacional, diferenciada teoricamente das duas anteriores, apesar de ser a fração autóctone da burguesia, a partir de certo grau de contradições com o imperialismo estrangeiro, ocupa um lugar autônomo na estrutura ideológico-política, podendo, inclusive, num certo momento, agir na luta anti-imperialista com atritos com o capital estrangeiro.

A questão fica ainda mais complexa se levarmos em consideração que a burguesia venezuelana, assim como a de outros países da América Latina, nasceu em total conexão e dependência com o capital imperialista. Porém, a existência de Hugo Chávez e seu caráter altamente mobilizador dificultava essa correspondência tão direta, introduzindo mais um elemento às inúmeras contradi-

ções da realidade venezuelana, principalmente quando levamos em consideração as políticas de Estado em direção às classes populares (ou a uma parcela importante destas). Poderíamos nos perguntar se tais políticas se direcionam para um processo de transição ao socialismo, como muitos teóricos afirmam ou se elas espelham o que Poulantzas (1977) denominou a construção de uma nova burguesia de Estado, nos marcos do capitalismo.

Uma das nossas hipóteses era se havia tentativa de construir uma burguesia de Estado articulada com uma burguesia importadora; se havia crítica, mesmo que discursivamente, ao imperialismo, mas sabe-se que não se questiona o modelo rentista petroleiro. A burguesia interna é dependente devido à divisão internacional do trabalho e da concentração internacional do capital, mas tem base de acumulação e fundamento econômico próprio. Já a burguesia compradora não tem base de acumulação própria e age como intermediária do grande capital imperialista estrangeiro.

Em síntese, o bloco no poder venezuelano continua se sustentando com a renda petroleira, levando em consideração que é um país que tem pouco desenvolvimento capitalista e cuja riqueza se baseia em recursos naturais. Hoje afirmamos que não há uma “ilusão desenvolvimentista” norteando o processo rumo ao socialismo do século XXI, pois sim está sendo desenvolvido um projeto visando a este socialismo mesmo pós-Chávez, e mesmo levando em consideração as palavras que Hugo Chávez disse antes de falecer: “Sei que morrerei sem ver esta ideia se concretizar”. Então, afirmamos que, após a morte de Chávez, esse processo está em andamento.

Depois da análise do balanço da literatura sobre o tema, ao diferenciar capitalismo de Estado e burguesia de Estado, entendemos que não temos elementos suficientes para verificar a

hipótese. A nossa conclusão é que podemos continuar estudando e ver a possibilidade de o bonapartismo *sui generis* ser uma categoria talvez mais adequada.

A burguesia interna das principais regiões industriais do país, como Zúlia, Táchira, Carabobo, constantemente entra em conflito com o governo Chávez. Na prática, estes confrontos revelam crise de hegemonia no interior do bloco no poder que, não fosse a correlação de forças favorável ao governo, poderia ter sido bem-sucedido.

Devido às pressões políticas das frações financeiras e bancárias, Chávez foi obrigado a atender seus interesses também por meio da manutenção da política de juros altos; da inflação de mais de 20% ao ano; dos investimentos em ações ou *joint ventures* da PDVSA; da abertura para a exportação de capital (empresas mistas); da criação de fundos de pensão, com o objetivo de proporcionar o “desenvolvimento nacional”. É principalmente daí que se origina grande parte das críticas das frações da burguesia industrial, o que não significou ausência de acordos, e da burguesia comercial importadora (principalmente a agrária ligada ao latifúndio e ao setor de alimentos).

O governo Chávez propôs políticas de substituição de importações, por meio de medidas protecionistas e de uma política fiscal para conter o avanço das importações e o aumento na taxa de juros. Os principais beneficiários dessas políticas foram setores da burocracia de Estado (por meio de controle de contratos) e do capital financeiro, fração que, a despeito das crises políticas, permanece hegemônica no interior do bloco no poder. Adotou, ainda, medidas para fortalecer o aparato militar e buscou novos centros

comerciais, como Índia, China e Irã, para exportar petróleo e, desse modo, diminuir sua dependência em relação aos EUA.

Esse intervencionismo do governo de Chávez em vários setores da economia gerou conflitos e se reflete nas disputas por hegemonia no interior do bloco no poder, desde a antiga burguesia comercial importadora (associada ao capital externo, principalmente norte-americano), passando pela burguesia industrial interna até frações do capital internacional ligadas ao petróleo. Por outro lado, e contraditoriamente com essas disputas, as políticas do governo Chávez foram legitimadas pelo sufrágio universal e apoiadas organizadamente por setores populares, o que nos permite pensar numa ilusão desenvolvimentista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues. *América Latina: Entre os antissistemicos e o neonacional-desenvolvimentismo*. Artigo apresentado VI Congresso Latinoamericano de Ciencia Política - ALACIP 2012.

GRAMSCI, A. Caderno 13 (1932-1934). Breves notas sobre a política de Maquiavel. In: *Cadernos do Cárcere*. v. 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 11-109.

GUERRERO, Modesto Emilio. *Dilemas da Revolução Bolivariana*. Venezuela 10 años después. Ediciones Herramienta, 2009.

HIRATA, Helena. *Capitalismo de Estado, burguesia de estado e modo de produção tecnoburocrático*. 1980.

HOBSBAWN, E.; MARX, K. *Formações econômicas pré-capitalistas de Karl Marx*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

LOSURDO, Domenico. *Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal*. Rio de Janeiro; São Paulo: UFRJ; UNESP, 2004.

MARX, K. *O 18 de Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

MUTTI, A.; SEGATTI, P. *A burguesia de Estado*. Estrutura e funções da empresa pública. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

POULANTZAS, N. *Las clases sociales en el capitalismo actual*. Madrid: Siglo XXI, 1990.

_____. *Poder Político e as classes sociais*. São Paulo, Martins Fontes, 1977.

_____. *A crise das ditaduras*. Portugal, Grécia, Espanha. Petrópolis: Paz e Terra, 1976.

TRÓMPIZ VALHES, Humberto. *Errores estratégicos de La Revolución bolivariana*. In Rebelión, Disponível em: <<http://www.rebelion.org/noticia.php?id=168542>> , publicado 22 de maio de 2013. Acesso em: 09 dez. 2017.

TROTSKI, Leon. *Escritos latinoamericanos*. São Paulo: Edições ISKRA, 2009.

16

VENEZUELA: CARACTERIZAÇÃO DO NACIONALISMO CHAVISTA E A INTER-RELAÇÃO DO SEU PROGRAMA COM A CRISE POLÍTICA ATUAL¹

Daniele Silva²

As condições que levaram governos “neodesenvolvimentistas” (BOITO JR, 2012) ou “pós neoliberais” (ANDERSON, 1995; ROJAS, 2015) aos Estados latino-americanos são comumente associadas às condições do comércio exterior, no qual as economias nacionais do continente podem se comportar de maneiras distintas dadas as suas relações de dependência frente às economias internacionais – exportação de *commodities* e importação de produtos de tecnologia elevada –, o que poderia ter influenciado a ascensão de governos mais populares, após uma longa onda de governos autoritários e/ou neoliberais no fim do século XX.

Nesse sentido, muitos estudos debateram as posições dos países latino-americanos no que concerne à “qualidade da democra-

¹ Este artigo é fruto de Pesquisa de Iniciação Científica (PIBIC – CNPq/UFCEG), desenvolvida entre os anos de 2014 e 2015, com o título de *Estado, Poder Político e Classes Sociais no governo de Hugo Chávez*. Sob orientação do Professor Gonzalo Rojas, este trabalho foi indicado para premiação na UFCEG após avaliação da banca do XII Congresso de Iniciação Científica da Universidade Federal de Campina Grande.

² Graduanda em Ciências Sociais da UFCEG.

cia” (AMORIN, 2015), às relações com o *imperialismo*³ norte-americano (KATZ, 2006), etc. O essencial é que os Estados da América Latina podem ser entendidos enquanto um sistema singular, mas também saltam às vistas as experiências particulares de cada país.

Em pesquisa desenvolvida entre os anos de 2014 e 2015, pudemos realizar uma caracterização do programa do “Socialismo do Século XXI” defendida pelo governo de Hugo Chávez, na Venezuela. Nossa conclusão era a de que sua política expressara um conteúdo de classe que passara pelo *nacionalismo* e pela manutenção do poder político e econômico nas mãos do Estado. O radicalismo chavista, que se colocava em oposição às intervenções norte-americanas no país, não expressou um conteúdo de classe antagônico, senão se colocou amparado em uma burguesia nacional, estatal e historicamente atrasada.

O objetivo trazido neste artigo é verificar, a partir dos resultados alcançados em nossa pesquisa, em que medida a nossa caracterização de um governo *nacionalista*, cuja política favoreceu setores da burguesia nacional e a própria burocracia do Estado venezuelano, pode ainda ser considerada pertinente frente ao cenário atual de crise política na Venezuela, buscando, assim, uma conexão que compreenda o chavismo no seu momento de crise, vivenciada por Nicolás Maduro, e também no conteúdo programático elevado ao seu auge.

A hipótese desenvolvida é a de que a crise política instaurada na Venezuela tem raiz na política econômica desenvolvida por

³ Conceito desenvolvido na tradição marxista por Vladimir Lenin (1917) para definir o papel dos países de capitalismo avançado na divisão internacional do trabalho. Em oposição, as nações de capitalismo atraso são definidas como “semicoloniais”, visto que podem gozar de independência política, mas não econômica, dado o funcionamento sistemático das relações de produção capitalista que as subordina ao poderio dos países imperialistas.

Hugo Chávez. O estudo do programa do “Socialismo do Século XXI” é uma via pertinente para explicar o desenvolvimento e a crise do chavismo a partir de suas próprias contradições, da sua constituição e da caracterização enquanto política de um governo que, nos marcos do regime democrático moderno, buscou “transformar” a sociedade venezuelana. Em decorrência, nossa abordagem se opõe às explicações que veem os atores políticos como meras peças de um jogo institucional, que podem sofrer alterações internas caso existam mudanças nas regras eleitorais (ALCÁNTARA, 2004).

Poderíamos afirmar, genericamente, que a decadência do chavismo se deve a um processo mais geral de esgotamento dos governos de origem popular na América Latina, mas nossos estudos passam pela compreensão, desenvolvida em projeto de Iniciação Científica, de que o “Socialismo do Século XXI” não se configurou uma via política independente para a população venezuelana, visto que se amparou numa “burguesia estatal”, oposta aos interesses de classe daqueles que levaram o chavismo ao poder político na Venezuela.

Em nosso projeto de Iniciação Científica, destacamos as categorias *Estado, poder político, luta de classes, frações de classe e bloco no poder*, sem perder de vista a relação de um país semicolonial frente aos grandes monopólios, com o objetivo de fazer uma caracterização do governo Chávez, a partir da análise da proposta de “socialismo do século XXI” e da compreensão das relações que se mantiveram entre a burguesia de Estado e o imperialismo norte-americano, por meio da preservação das multinacionais e das grandes propriedades de terra.

Nessa linha, tornou-se necessária a análise do bloco no poder, que compreendemos ser um processo no qual se formou uma “burguesia de Estado” (MUTTI; SEGATTI, 1977), que hege-

moniza o bloco no poder. Este, por sua vez, continuou como uma nação rentista petroleira, no que diz respeito à economia nacional; e, no campo dos ideais políticos “socialistas do século XXI”, não questionou a manutenção da propriedade privada, elo fundamental no modo de produção capitalista.

Percebemos, a partir do estudo do caso venezuelano, que em momento de crise política, econômica e social se desenvolvem nos países de capitalismo atrasado inúmeras respostas a um sistema de exploração, mesmo que tais respostas por muitas vezes não questionem as raízes desse sistema. A situação atual tem exigido novas respostas frente à decadência dos governos que emergiram nos anos 2000.

Após apresentar as principais discussões que entoaram nosso projeto e que agora fazem ponte para uma análise mais contemporânea, caminharemos pela seção na qual abordamos os fundamentos teóricos da nossa análise, a despeito do chavismo e de seu “socialismo do século XXI”, assim como algumas discussões que questionaram e/ou que fundamentaram tal perspectiva política (ponto 3). Em sequência, buscaremos retomar as discussões teóricas (ponto 4) e correlacioná-las à problemática da crise política encarada pelo governo Maduro (ponto 5), a fim de testar nosso resultado anterior frente à conjuntura atual.

Consideramos que pensar de forma crítica os rumos dos países latino-americanos, nos quais surgiram figuras capazes de formar uma identidade política para os seus respectivos Estados, exige da ciência política contemporânea caracterizações precisas sobre elementos tão frequentemente negligenciados.

Trata-se, em última instância, da relação díspar entre representantes e representados, que não pode se resolver apenas mudando as peças no tabuleiro do Estado, nem mesmo mudando a estratégia de

governança - por mais radical que possa parecer - se não se rompe integralmente com o conjunto de relações estabelecidas historicamente na América Latina e no mundo. O caso venezuelano pode ser entendido nesse sentido demonstrativo, em que pesem os ideais de democratização da sociedade capitalista.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA ANÁLISE DE CLASSE

No que concerne ao estudo a) da composição de classe de um país e b) da composição do poder político do Estado, consideramos relevante traçar as chaves de compreensão do processo histórico de “ocupação” da política por “frações”, que tem uma posição de cunho político, mas que também emerge de um setor produtivo econômico. Desse modo, elencamos nesta seção – estritamente teórica - conceitos fundamentais da tradição marxista, de *hegemonia a bloco no poder, Estado e frações de classe*⁴. Nessa perspectiva, em *Cadernos do Cárcere* (2003), Gramsci discute o conceito de *hegemonia*, que permite a compreensão de qual fração da burguesia exerce maior dominação sobre as outras. A hegemonia de uma classe significaria sua capacidade de subordinar intelectualmente as demais classes, através da persuasão e da educação, sendo esta entendida em seu sentido amplo e na possibilidade de conservação do bloco histórico dominante ou de construção de um novo bloco histórico, sempre tendo em consideração a relação entre estrutura e superestrutura, política e economia.

Para conquistar a hegemonia, é necessário que a classe burguesa se apresente às demais como aquela que representa e atende aos

⁴ Esta apresentação é estrategicamente sintética e tem o papel específico de situar nossa raiz teórica, sem, entretanto, expressar uma discussão profunda nesta etapa do texto.

interesses e valores de toda sociedade, obtendo o consentimento voluntário e espontâneo, garantindo, assim, a unidade do bloco social que, embora não seja homogêneo, se mantém predominantemente articulado e coeso, deixando o uso da força como última instância.

De acordo com Gramsci, a classe hegemônica deve ser capaz de converter-se em classe nacional, de envolver toda a sociedade em um mesmo projeto histórico e de assumir as reivindicações das classes aliadas. Da maneira que às classes dominantes, assim como às dominadas, deve sempre ficar nítida a incompatibilidade existente entre hegemonia e corporativismo, como o próprio Gramsci mostra ao referir-se à possibilidade de hegemonia do proletariado na construção do novo bloco histórico, ressaltando que o proletariado pode desenvolver função de dirigente “se possuir espírito de sacrifício” e se tiver capacidade de “libertar-se completamente do resíduo de corporativismo reformista ou sindicalista”.

Salientamos a ideia de que a classe hegemônica deve assumir, como suas, as reivindicações das demais classes. A hegemonia não é só ideológica, cultural e intelectual, também é material, na medida em que as expressões da vontade, interesses e necessidades das classes aliadas são manifestações concretas das necessidades econômicas, geradas no seio deste modo de produção. É preciso que a classe hegemônica, ao formular determinado projeto econômico, considere essas necessidades sem descaracterizar, todavia, seu projeto fundamental de classe.

BLOCO NO PODER E FRAÇÕES DE CLASSE

Assim como Gramsci e o conceito de hegemonia, conceitos poulantzianos tiveram grande importância para nossos estudos. Os

conceitos de *frações de classe* e *bloco no poder* permitem analisar as articulações das burguesias internacionais e nacionais em disputa pelo poder sobre o Estado e sobre as riquezas do país.

Não sendo a burguesia uma classe homogênea, possui divisões estáveis, que serão denominadas *frações*. De acordo com Poulantzas (1977), o bloco no poder seria a articulação das frações de classes dominantes sob a hegemonia de uma delas.

O conceito de bloco no poder permite compreender a relação entre Estado e frações de classe, o que nos permite analisar como ocorre o favorecimento dos interesses econômicos de uma fração da classe dominante, através da sua ação político-administrativa, em detrimento das demais frações,⁵ de modo que o Estado capitalista se converte no agente organizador da hegemonia de uma fração da classe dominante no interior do bloco no poder.

CARÁTER DE CLASSE DO ESTADO

Nas formulações de Karl Marx, retomamos as caracterizações a respeito do que é o socialismo científico, a concepção de classes antagônicas e as bases materiais que caracterizam historicamente cada modo de produção (*Manifesto Comunista*), assim como as densas análises históricas sobre a França (*O 18 Brumário de Luís Bonaparte*), que tratam da experiência política da ascendente república burguesa e do caráter de classe que o Estado encarna.

⁵ De acordo com Poulantzas, em “Las clases sociales en el capitalismo actual”, (1990), para cada fração corresponde a uma atuação específica do capital no processo econômico capitalista. Estas frações podem ser entendidas como: frações da burguesia industrial, comercial, financeira; burguesia compradora, interna, nacional; burguesia monopolista, não monopolista.

Em essência, são as bases para a análise do “Socialismo do século XXI”, de Chávez.

Desde o *Manifesto Comunista*, a caracterização do Estado como um “comitê para gerenciar os interesses da burguesia” e a concepção materialista e dialética da constituição de classes no seio de cada sistema oferece a compreensão do desenvolvimento conceituado sobre as formas de propriedade, que no capitalismo alcança uma forma peculiar de exploração de uma classe sobre outra. Toda compreensão da acumulação e preservação da propriedade burguesa servirá, neste trabalho, como base para refutação da concepção de socialismo de Chávez, debatida com a compreensão “atualizada” que elabora.

O texto “90 anos do Manifesto Comunista” (1937), de Leon Trotski, é de igual relevância, na medida em que recupera discussões do manifesto de Marx para acrescentar novas observações de desenvolvimento do capitalismo, tal como a questão de que, para Marx, o desenvolvimento das forças produtivas levaria a uma definição cada vez mais evidente entre proletários e burgueses. O que vimos é que tal desenvolvimento possui uma dinâmica bastante desigual, criando “classes” ou “grupos sociais” que, não necessariamente, se incluem nessa definição estrutural.

Outra questão discutida por Trotski (1937) seria a de que a revolução proletária tenderia a ocorrer em países onde o capitalismo estivesse em maior grau de desenvolvimento. Após a experiência da Revolução Russa, provou-se que esta também pode ocorrer em países de economia atrasada, inclusive, liga-se a este fato a constatação de que o capitalismo não se desenvolve de forma plena em todas as nações. Sua dinâmica seria “desigual e combinada”.

A relevância de *O 18 Brumário* (ed 1978) está em estudar um fenômeno concreto, discorrer e analisar como se comportam as frações de classe em um momento de consolidação da República.

A principal lição é que, no período reconhecido como marco de uma situação revolucionária, liderada pela burguesia, mas movido por braços proletários, culminou em fevereiro de 1848 e levou à Insurreição de Junho, na qual os trabalhadores se viram derrotados e excluídos da participação no poder político do novo Estado que contribuiriam por fundar.

Além disso, a crise política que leva Luís Bonaparte ao poder foi proveniente das disputas entre as classes (burgueses e proletários) e das frações da classe burguesa (burguesia industrial e aristocracia financeira). O fundamental dessas disputas é que estas desencadearam disputas majoritariamente interburguesas. Isso implica a exclusão das massas do poder político.

BURGUESIA DE ESTADO

Diante das medidas tomadas por Chávez de uma tentativa de concentração da economia do país nas mãos do Estado, inclusive por meio de desapropriações, tomamos o conceito de burguesia de Estado desenvolvido por Antonio Mutti e Paolo Segatti no livro *A burguesia de Estado, estrutura e funções da empresa pública* (1979). Buscamos as descrições gerais que realizam na tentativa de explicar mais profundamente o que é o “intervencionismo de Estado”, principalmente nesta fase monopolista do capitalismo (LENIN, 1917).

Importante o entendimento do Estado e da política como inter-relacionados à economia, com um papel real no plano con-

creto e dialético no plano analítico de reprodução das relações de produção capitalista e, assim, com um funcionamento de gestão que expressa uma “verdadeira e específica organização empresarial”. Segundo Mutti e Segatti (1979), o Estado goza de uma autonomia relativa que lhe permite interferir tanto no processo de circulação como no de produção, até mesmo favorecendo a internacionalização das relações de produção do capital. Neste sentido, os autores ressaltam a reconfiguração que torna a intervenção do Estado um fator característico em que se observa um processo de desvalorização do capital estrutural que se intensifica nos períodos de crise.

IMPERIALISMO, PAÍSES SEMICOLONIAIS E DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO

Dentre os governos “democrático-populistas” da América Latina, que surgem como alternativas ou combatentes das políticas neoliberais, Chávez se projetou como o mais radical no enfrentamento ao imperialismo, sobretudo, o norte-americano. Apareceu como um governo eminentemente “anti-imperialista”. Ao lado disso, prometeu a ascensão da economia do país rumo ao socialismo, por meio da “revolução bolivariana”.

A fundamentação teórica utilizada para compreender esse processo está no livro *Imperialismo, fase superior do capitalismo* (LENIN, 1917). Ao que se refere ao conceito de desenvolvimento desigual e combinado, uma característica dos países semicoloniais é uma contribuição de Leon Trotski (1936) para a compreensão de que, nas semicolônias, temos um desenvolvimento desigual em cada região e uma produção que combina o modo de produção capitalista com modos de produção pré-capitalistas.

Lenin apresenta a caracterização dessa fase do capitalismo, que, tendo superado a fase liberal concorrencial, se configura agora por meio dos monopólios. A planilha elaborada em seus estudos demonstra o recrutamento de empresas menores por empresas maiores, visto que estas não encontram espaço no mercado para manter a concorrência, impedindo o seu crescimento e a maximização dos lucros. O que vem a acontecer a partir do século XX, segundo Lenin, é que essa dinâmica vai ser expressa pela dominação de um pequeno número de países de capitalismo mais avançado, sobre uma ampla maioria de países onde o capitalismo não se desenvolveu. Assim, as duas grandes guerras imperialistas nesse período (1876 e 1914), expressaram a conquista de novos mercados e, posteriormente, a divisão e redistribuição das colônias. Entretanto, “os capitalistas não partilham o mundo levados por uma perversidade, mas porque o grau de concentração a que se chegou os obriga a seguir esse caminho para obterem lucros; e repartem-no segundo o capital, segundo a força” (LENIN, 1917, p. 631).

A dominação se dá pela exploração das matérias-primas e da força de trabalho desses países, o que vai configurar, segundo Lenin, a condição de semicolônia. Essa denominação é para os países que alcançaram a independência política formal, mas não a soberania, sobretudo a econômica. Nessa configuração, a América Latina tem um papel fundamental. As possibilidades de desenvolvimento são assim ditadas pela economia internacional, expressa pelo capital financeiro:

O capital financeiro é uma força decisiva em todas as relações econômicas e internacionais, sendo capaz de subordinar mesmo os países independentes politicamente. Mas compreende-se que a subordinação mais lucrativa e cômoda para o capital

financeiro é uma subordinação tal que traz consigo a perda da independência política dos países e dos povos submetidos. (Idem, p. 636-7).

O capital financeiro expressa a relação econômica do imperialismo por meio desse capital, entendido como parasitário, visto a sua função, inclusive de subordinação do capital industrial de diminuir o processo de circulação do capital por meio do empréstimo ou do financiamento ao transformar o capital inativo em ativo. O lucro é, nessa dimensão, expresso através dos juros. Constitui-se a partir da concentração do capital bancário e da centralização do capital industrial.

CARACTERIZAÇÃO DO GOVERNO CHÁVEZ E ANÁLISE DO “SOCIALISMO DO SÉCULO XXI”

A partir dessas leituras fundamentais e outras que complementam a compreensão dos fatores políticos, esboçamos um balanço a respeito da caracterização do governo Chávez, baseando-nos, sobretudo, na discussão qualitativa.

O livro *Hugo Chávez y el socialismo del siglo XXI* foi uma elaboração de Heinz Dieterich, publicado em 2005, trazendo as bases fundamentais do projeto político de Chávez para a Venezuela, anunciado no mesmo ano.

O “socialismo da nova era” estaria “em concordância com las ideas originales de Carlos Marx y Federico Engels”, combinado com a influência de Simón Bolívar e do socialismo cristão. Esse livro contém o “Programa de transición latino-americana al nuevo

socialismo”, o qual fundamenta todo o projeto e as expectativas do governo chavista em fundar o “Bloco Regional de Poder”.

Esse programa traz a caracterização do “projeto bolivariano”, que em níveis nacional e regional (América Latina), constituiria um Estado transitório, através de um bloco protecionista, inspirado na Pátria Grande de Simón Bolívar. Com esse projeto, Chávez acreditava que seria possível o desenvolvimento da indústria e da agricultura, a conservação dos recursos naturais de cada país, o desenvolvimento da ciência e da tecnologia de ponta e a defesa de uma identidade própria, frente à exploração dos países de capitalismo avançado e, principalmente, frente ao plano neoliberal de Washington que arregaçou todos os governos da América Latina.

A aliança entre os países já poderia ser expressa por meio do Mercosul, mas deveria assumir um caráter concorrencial frente à economia dos Estados Unidos, da União Europeia e do Japão, em um processo transformador da sociedade capitalista que se daria em duas etapas: uma imediata, de programas de transformação nacional em coordenação com o bloco regional; e a estratégia, que é a *democracia participativa* ou *novo socialismo* (DIETERICH, 2005).

O Bloco Regional de Poder Latino-Americano expressaria um capitalismo protecionista de Estado por meio de: a) uma relação nacional-regional política e econômica; b) quatro polos de crescimento estruturados em pequenas e médias empresas, em corporações entre transnacionais e nacionais, em cooperativas e em empresas estratégicas do Estado; c) na acumulação ampliada de capital para resolver a questão do financiamento.

O “Novo Projeto Histórico”, o “Socialismo do século XXI” e o bolivarianismo constituiriam uma economia democraticamente

controlada pelos produtores. Uma democracia real determinada nas esferas formal, social e participativa pelos próprios cidadãos.

VISÕES SOBRE O “SOCIALISMO DO SÉCULO XXI”

O capitalismo, de acordo com Borón (2009), não proclama o desenvolvimento dos países de periferia, mas o seu subdesenvolvimento. Nos países centrais, foi a burguesia nacional quem desenvolveu o capitalismo; nos países periféricos, a burguesia nacional está fadada ao fracasso.

O “Socialismo do século XXI” seria um socialismo renovado, que capitaliza e amadurece experiências ricas das revoluções socialistas no século XX. Borón coloca três questões que definem, para ele, o que é esse socialismo novo: a) as questões referentes aos valores; b) ao projeto político-econômico; c) aos problemas dos sujeitos que recaem sobre o projeto do “Socialismo do século XXI”.

Tendo em vista o caso da Venezuela e sua economia, afirma que no país se passou a valorizar o petróleo, mas que na América Latina não houve um processo de desenvolvimento das burguesias nacionais, pois houve um crescimento econômico com discontinuidades e nenhum país deixou efetivamente de possuir uma economia subdesenvolvida.

Ao que parece, para Borón, o “Socialismo do século XXI” seria um socialismo superado com planejamento centralizado, um controle popular de processos econômicos que potencializa a descentralização e a autonomia das empresas e unidades produtivas que promovem diversas formas de propriedade social. Um desafio

que teria esse socialismo seria demonstrar as diversas formas de controle econômico ao público.

Construir este socialismo seria necessário, na sua avaliação, pois constituiria uma condição fundamental para o desenvolvimento das sociedades e que, por isso, não pode ser um ato copiado.

Segundo Borón, as políticas neoliberais destroem agências governamentais, entregam o controle da vida econômica às grandes empresas e monopólios. O avanço do neoliberalismo significou a destruição de todas as formas de controle e de regulação. Para que se supere o legado do neoliberalismo, uma estratégia seria a reconstrução do mercado interno, pois nenhum país tem crescido sobre o crescimento das exportações, tem que ter então uma estratégia “pós-neoliberal”, de reconhecimento do desenvolvimento do capitalismo na periferia; delimitando os privilégios do capital e, na prática, começar a construir o socialismo, um modo alternativo sem confrontar com os capitalistas. Essas alternativas são somente resolvidas no plano político, pois não se pode mudar a economia sem mudar a política econômica.

Para aprofundar nossa análise sobre o caso Venezuela, trazemos Modesto Emilio Guerrero com o livro *Dilemas da Revolução Bolivariana - Venezuela 10 años después* (2009).

De acordo com Guerrero, há 10 anos Chávez decidia que poderíamos falar em socialismo novamente. Uma abertura histórica que criaria novas possibilidades políticas que iriam além do próprio Chávez e das fronteiras da Venezuela. Os debates representavam Chávez como aquele que iria garantir a revolução com objetivo de alcançar o socialismo. Sua visão é claramente chavista e apresenta alguns problemas no processo.

A revolução contemporânea, para Guerrero, estaria nas ruas. Quando há o avanço desta revolução, consolida-se o socialismo; retrocedendo, temos mais fácil o capitalismo. Todos os governos que congelaram os processos revolucionários que iniciaram, impedindo o salto da consciência anti-imperialista e democrática dos seus movimentos de massas (cultura e organismos de classes) a uma consciência superior, socialista, não conseguiram seus objetivos. O tipo de regime político instaurado e suas relações com o imperialismo variaram muito, pois em geral tenderam a uma concepção bonapartista do poder político, econômico e social. Essa perspectiva histórica se encontra no governo bolivariano do presidente Hugo Chávez desde 1999.

Governos como o de Chávez se veem obrigados a buscar ingressos fiscais por medidas distintas do preço do petróleo. As excelentes condições em que estavam o movimento chavista antes de 15 de fevereiro, sendo chamado a fortalecer o poder popular e empurrar o país para o socialismo, são fundamentais, dando sentido à continuidade histórica própria de Chávez, definindo o terceiro ciclo da revolução. Explica que só avançamos o socialismo venezuelano com a vinculação da economia, dos movimentos sociais e da política.

O socialismo foi tomado por Guerrero como outro modo de vida social que começaria a estabelecer um novo poder político, econômico e social das classes oprimidas. O “Socialismo do século XX” deveria se referenciar nas eleições arrojadas por experiências sociais positivas nascidas, como a Comuna de Paris. O autor faz um balanço das revoluções do século XX – a Revolução Russa de 1917, a segunda Revolução Chinesa de 1949 e a Revolução Cubana de 1959 -, mas de forma muito parcial, sem considerar a questão da propriedade privada burguesa.

Segundo Guerrero, no final do ano de 2004, sedimentou-se na Venezuela um estado de consciência nacional radical anti-imperialista. Esta consciência começou antes mesmo que Chávez proclamasse, em julho de 2004, a abertura da etapa anti-imperialista. Imediatamente deu-se o passo da discussão sobre o socialismo, que, desde janeiro de 2005, Chávez denomina de “Socialismo do século XXI” e decide proclamar sua necessidade.

A discussão sobre o “Socialismo do século XXI” ajuda a compreender e facilitar o processo político, segundo Guerrero, de que sete anos dos movimentos da vanguarda venezuelana têm mostrado a capacidade e o talento para a criatividade revolucionária, a organização massiva, a ação direta e a democracia de base. Uma democracia de base muito particular, construída a partir da criação de um partido desde o Estado e como forma de apoio político ao governo.

Na leitura de Teófilo Medina (2005), ao analisar o chavismo, encontramos a noção do populismo como um instrumento político que se desenrolou na Venezuela no final dos anos 1990.

Na América Latina, floresciam várias formas de populismo associadas a correntes militares e, neste tempo, se produziram fenômenos econômicos e sociais que implicaram vastos setores migrando do campo para a cidade, no marco de uma expansão da industrialização, maior urbanização e um incremento do proletariado.

Para Medina, no populismo, havia a possibilidade da participação política e dos setores sociais excluídos em processos históricos anteriores. O populismo permitiu, em muitos países, a realização de programas com elementos “socialmente avançados”, direitos sociais, mas controlados pelo Estado. A ausência de autonomia política da classe trabalhadora é uma característica do populismo.

No campo das teorias sobre populismo, encontramos uma ampla diversidade de modelos elaborados por cientistas sociais latino-americanos. Em geral, manteve-se a tradição de reservar a dominação de *populismo* aos movimentos de forte base camponesa, no contexto das migrações campo-cidade mencionado. Na nossa concepção, a dominação do chavismo como uma corrente populista obscurece as coisas e torna mais difícil a compreensão da natureza do movimento venezuelano e o estado das políticas postas em marcha por ele.

O forte papel do Estado na Venezuela, para algumas correntes de pensamento, permite caracterizá-lo como Capitalismo de Estado, pois, segundo o economista José Guerra, há o fortalecimento de um capitalismo de Estado desde 2005 na Venezuela, que, em nome do socialismo, tem se apoderado dos principais meios de produção e distribuição de bens e serviços do país (GUERRA, 2007). O Estado é responsável pelas políticas públicas, pela distribuição de renda e pelas várias atividades econômicas.

O governo Chávez poderia ser caracterizado por um capitalismo de Estado uma vez que o Estado se torna um empresário no mercado capitalista. Com a subida do preço do petróleo durante o governo Chávez e o controle estatal sobre esse mineral, iniciam-se as políticas de reestatização com as verbas advindas do setor.

O forte desempenho e o aumento no preço do petróleo levaram, segundo o autor, um segmento burocrático a estatizar o conjunto da economia petrolífera de extração, refinaria e distribuição, além de produção de insumos e equipamentos. Assim sendo, o governo pressiona as empresas estrangeiras a formarem *joint ventures* sob a direção do Estado venezuelano.

CARACTERIZAÇÃO DO GOVERNO CHÁVEZ

A primeira questão a que nos atemos diz respeito à hegemonia de uma fração de classe que representa o Estado no bloco de poder dominante na Venezuela. Para pensar sobre este ponto, tecemos algumas considerações.

A intervenção do Estado na economia se deu sob várias formas, sendo a mais importante o controle sobre o petróleo, principal fonte de riqueza do país. A existência de uma fração hegemônica em bloco no poder compreende, inclusive, a constituição desse bloco de um ponto de vista mais geral. O bloco no poder no cenário pós-Chávez, ausente de um processo revolucionário, decorre para um curso de estagnação da economia e de centralização política autoritária, isto é, mais uma demonstração de que a tarefa de outorgar autonomia e desenvolvimento nos países semicoloniais é histórica e cabe ao proletariado mundial.

O modo como as frações se comportam são particularidades que, inclusive, tornaram necessárias as denominações de cada uma dessas. Assim sendo, a hegemonia de uma fração que corresponde ao Estado na Venezuela expressou divergências com outras frações ligadas ao capital financeiro, agrário e industrial, mas de nenhum modo pode ser idealizada como consequente opositora ao capitalismo.

Lembremos que os discursos de alguns governos que ascenderam ao poder depois dos anos 90 se reivindicaram “anti-imperialistas”, mas em nenhum momento “anticapitalistas”. Desse modo, o governo chavista foi uma expressão nacionalista da burguesia que, como vimos por meio das práticas políticas e econômicas e no pró-

prio “*Programa de transición latino-americana al nuevo socialismo*”, buscou desenvolver a economia do país e conquistar sua soberania; na sua concepção, por meio de um Bloco Regional de Poder que fizesse frente às grandes potências imperialistas.

O fato é que sua concepção a respeito de um processo que levasse a mais democracia e mais autonomia se pautou tanto na idealização cristã de igualdade quanto na elaboração materialista marxista, que desenvolvera as caracterizações da atual fase do capitalismo e permitia uma leitura dos limites que esse sistema impõe para o desenvolvimento da sociedade, bem como as bases para sua superação.

Sobre a hegemonia da burguesia de Estado, especificamente no governo Chávez, reproduzimos a seguinte consideração:

[...] a burguesia de Estado deve manifestar uma estratégia econômica, uma linha de comportamento econômico-produtivo minimamente coerente e decifrável, mesmo que não necessariamente diferente daquela da burguesia “privada”. Se isso não se verifica, a situação de controle detida pelos aparelhos estatais se torna, na realidade, meramente formal e não efetiva, na melhor das hipóteses potencial. É esse o caso, nada raro, em que, mesmo quando os aparelhos estatais detêm a propriedade dos meios de produção (sobretudo nos casos de maiorias acionárias relativas), a burguesia “privada” consegue ainda assim controlar e gerir substancialmente tais atividades econômicas. (MUTTI & SEGATTI, 1977, p. 20).

Neste sentido, tivemos a preservação da propriedade privada não apenas no que diz respeito às multinacionais, mas pelo fato de assumir a coexistência público-privado desde o seu programa de transformação.

Ao nível ideológico da autonomia de uma fração da burguesia de Estado, Mutti e Segatti apontam duas possibilidades: o *social-assistencialismo* ou o *tecnocrático-eficientista*. Evidentemente, a primeira se expressa na Venezuela e, vale ressaltar, que nessas caracterizações os autores estão discorrendo sobre as formas que a burguesia de Estado pode agir com umas funções específicas.

Assinalamos que o governo de Chávez emerge em um contexto de insurgência de projetos neoliberais que atingem os países latino-americanos, principalmente através de governos militares, tal como Pinochet, Vargas, Perón e Pérez. Todos esses governos exprimiram, por meio da dura violência militar, a repressão de um contingente enorme da massa trabalhadora em prol de um desenvolvimento, sobretudo, industrial, assim como a abertura para o mercado externo e, conseqüentemente, o aumento da privatização.

Esse contexto, de fato, favorece a emergência de personalidades caudilhistas que aparecem como uma alternativa democratizante no poder político. No caso venezuelano, a especificidade é a oposição declarada de Chávez enquanto anti-imperialista. Não concebemos que a ascensão desse governo ocorrido apenas pelos discursos subjetivos de ideologização das massas que o elegeram, mas, de um ponto de vista conjuntural que vise aos vários casos na América Latina, associaremos a vitória nas urnas de Chávez sobre o imperialismo ao desenvolvimento mundial do capitalismo, isto é, segundo a concepção de que a insurgência de governos nacionalistas e reformistas no continente deveu-se a uma situação em que a reprodução do sistema caminhava relativamente estável.

O “Socialismo do século XXI” - transformação social, política e econômica pelas vias pacíficas anunciada por Chávez - em nada corresponde ao socialismo científico da teoria marxista. Todas

as nacionalizações (telefonía, energia) controladas por multinacionais, as “Missões” (programa assistencialista), os conselhos comunitários, o controle do Estado sobre o petróleo, o controle da mídia, a formação do Partido Socialista Unificado da Venezuela (PSUV), as desapropriações de terra foram medidas recompensadas em altas indenizações, possíveis pelo controle do petróleo. Entretanto, não existe a possibilidade de se alcançar a soberania mantendo intactas as multinacionais e garantindo o saque promovido pelo capital financeiro.

Como consiste em seu próprio programa (DIETERICH, 2005), a propriedade privada, especificamente as transnacionais, é passível de manter sua existência, inclusive por meio de acordos com o Estado. Esta consideração é importante primeiro para diferenciar o socialismo, que, como apresentado no Manifesto Comunista (1848), implica a destruição das relações de apropriação privada por meio da expropriação violenta; segundo, para entender sua derrocada.

O socialismo de Hugo Chávez traduz-se na *democracia participativa*. Nem mesmo essa mínima proposição foi alcançada, o que não é um resultado novo para este projeto. Entretanto, a compreensão desse fato nos leva ao entendimento de que a realização de tarefas mais democráticas no capitalismo está esgotada, pelo caráter dessa fase imperialista de concentração de toda a produção e de centralização das riquezas.

Concluimos que a caracterização do governo de Hugo Chávez, compreendendo-o como uma forma de Estado burguês nacionalista, assistencialista, no qual o não questionamento da propriedade privada dos meios de produção não é o aspecto mais contraditório, tal como seja o modo de produção capitalista, senão o projeto de “socialismo do século XXI”, que em nada se aproxima

do socialismo científico. Assim, o projeto de socialismo de Chávez corresponderia a uma integração entre países latino-americanos como um processo denominado por ele de “Revolução Bolivariana”. A estratégia final seria a “democracia participativa”.

Os meios de alcançar esses objetivos não ameaçam a dominação capitalista, ao contrário, sua concepção de Estado aparece mesmo no programa de transição ao novo socialismo, como “capitalismo protecionista de Estado”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: CRISE POLÍTICA E FALÊNCIA DO NACIONALISMO CHAVISTA

Este artigo é, em grande medida, a recuperação do nosso estudo sobre o governo Chávez. Interessou-nos compreender em conjunto as possíveis ligações deste governo com o de seu sucessor, Nicolás Maduro.

A crise que hoje assola a Venezuela, tanto na economia como na política, não pode, em absoluto, ser tomada estritamente como uma questão de governança, tão pouco como fruto de intermitente intervenção das forças opositoras, mesmo que estas desempenhem uma atuação de grande relevância para a compreensão da Venezuela hoje.

O nosso objetivo se cumpre na medida em que correlacionamos um governo a outro, através da linha política que lhes seja comum – o nacionalismo cada vez mais caricaturado. O relevante para nós é observar como esse processo ideológico é destoante frente ao poderio da classe dominante, especialmente, no que se refere ao capital financeiro; e prova a falência das expectativas de democratização do Estado, da sociedade e da economia capitalistas.

O resultado caótico pode ser estudado como lições, no sentido de acumular e superar os erros tantas vezes repetidos. Se se mantém a apropriação privada, se se centralizam as riquezas da nação nas mãos do Estado e relega-se às massas a mera função de aplaudir os feitos do governo, todo o esforço não passa de uma ilusão, uma “ilusão desenvolvimentista”.

A contradição da política socialista do chavismo se aprofundou a tal modo que se mantém de maneira autoritária, despendendo até mesmo sua base eleitoral. Trata-se da conclusão de que não é possível reformar o capitalismo, pô-lo em novos eixos mais democráticos. Pôr um indígena no Estado (ou um operário) não altera o caráter de classe do mesmo, pois não está separado da sociedade concreta. Do mesmo modo, não se altera a sociedade concreta a partir da superestrutura.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BART, J. *Hugo Chávez: da origem simples ao ideário da Revolução permanente*. Tradução de Rodrigo Castro. São Paulo: Novo Conceito Editora, 2008.

BIARDEAU, J. R. Del árbol de las tres raíces al “socialismo bolivariano del siglo XXI” ¿Una nueva narrativa ideológica de emancipación? Caracas: *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, v. 15, n. 01, p. 57-113, Universidad Central de Venezuela, 2009.

_____. Os errores del estalinismo burocrático frente al Socialismo del Siglo XXI. *Aporrea*, 2007. Disponível em: <<http://www.aporrea.org/ideologia/a30750.html>>. Acesso em: 24 mar. de 2016.

BORGES, A. A máfia sindical da Venezuela. *Espaço Acadêmico* ano II, n. 12, 2002.

BORÓN, Atílio. Socialismo Del siglo XXI: Hay vida después Del neoliberalismo? In: *Poliética*. Ano 2, n. 8, p.41-55, 2009.

CHILCOTE, R. *Teorias de política comparativa*. Petrópolis: Vozes, 1998.

DEL BÚFALO, E. EDIA-PIT-CNT. In: ELÍAS, A. (Org.) *Los gobiernos progresistas en debate: Argentina, Brasil, Chile, Venezuela y Uruguay*. Buenos Aires: Clacso, 2006.

DIETERICH, H. *El sistema político de La Revolución Bolivariana es esencialmente carismático y bonapartista*. 2005. Disponível em: <<http://www.redaccionpopular.com/node/3500>>. Acesso em: 13 abr. de 2016.

FARIAS, F. P. de. Frações burguesas e bloco no poder: uma reflexão a partir do trabalho de Nicos Poulantzas. *Crítica Marxista*, n. 28, p. 81-98, 2009. Disponível em: *Crítica Marxista*, n. 28, p. 81-98, 2009. Acesso em: 25 set. 2017.

GRAMSCI, A. Caderno 13. (1932-1934) Breves notas sobre a política de Maquiavel. In: *Cadernos do Cárcere*. v. 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 11-109.

GUERRERO, Modesto Emilio. *Dilemas da Revolução Bolivariana - Venezuela 10 años después*. Ediciones Herramienta, 2009.

HIRATA, Helena. *Capitalismo de Estado, burguesía de estado y modo de producción tecnoburocrático*. 1980.

_____. *Hugo Chávez y o Socialismo Del Siglo XXI: Caracas*: Alcaldía de Caracas, 2005. Disponível em: <<https://www.carpediem.org.ve/imagenes/Dieterich.pdf>>. Acesso em:

_____. *Ideas para debatir el socialismo del siglo XXI*. Caracas: Editorial Alfa, v. I, 2007, v. II, 2009.

GIORDANI, Jorge A. *La transición venezolana al socialismo*. Edición mayo de 2009.

LENIN, V. *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. 1917. Disponível em: <<http://pcb.org.br/portal/docs/oimperialismo.pdf>>. Acesso em:

LÓPEZ MAYA, M. *Del viernes negro al referendo revocatorio*. Caracas: Alfadil Ediciones, 2006.

_____. Venezuela Ascenso y gobierno de Hugo Chávez y sus fuerzas bolivarianas. In: AIBAR, J.; VÁZQUEZ, D. (Ogs.). *Autoritarismo o democracia? Hugo Chávez e Evo Morales*. México: FLACSO 2009.

MARX, K. *Manifesto do Partido Comunista*. 1998.

_____. *O 18 de Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

MEDINA, M. *El Elegido Presidente Chávez: Un nuevo sistema político*. Bogotá: Aurora, 2005.

MENDES, Silva Flávio. *Hugo Chávez em seu labirinto*. O movimento bolivariano e a política na Venezuela. São Paulo: Alameda, 2012.

MUTTI, A.; SEGATTI, P. *A burguesia de Estado*. Estrutura e funções da empresa pública. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

NETTO, J. P. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

POULANTZAS, N. *Las clases sociales en el capitalismo actual*. Madrid: Siglo XXI, 1990.

_____. *A crise das ditaduras*. Portugal, Grécia, Espanha; Petrópolis: Paz e Terra, 1975.

_____. *Poder Político e as classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

ROSA, F. B. *O movimento operário na Venezuela do século XXI*. São Paulo: Alameda, 2014.

TROTSKI, L. *90 anos do Manifesto Comunista*, 1937. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/sites/files/anexos>>. Acesso em: 13 abr. de 2016.

_____. *Programa de Transição*. 1936. Disponível em: <<https://edisciplinas.usp.br/resource/view>>. Acesso em: 21 mar. de 2016.

WOODS, A. *La revolución bolivariana. Un análisis marxista*. Madrid: Fundación Federico Engels, 2005.

_____. Los sectarios están cegados por su odio a Chávez, lo que los hace entrar en conflicto con las aspiraciones de las masas. *Razón y Revolución*, n. 18 [Entrevista dossier: perspectivas de la revolución latinoamericana], Buenos Aires, p. 43-54, 2008. Disponível em: <http://www.polietica.com.ve/polietica8/socialismo_siglo_xxi.pdf>.

Formato 15x21 cm
Tipologia Adobe Garamond Pro
Nº de Pág. 504

Editora da Universidade Federal de Campina Grande- EDUF CG

